

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

**O NASCIMENTO FRANCÊS DO CATECISMO DA ECONOMIA POLÍTICA  
MODERNA: OTIMIZAÇÃO NATURAL E ORDEM SOCIAL COMO  
EVIDÊNCIA E NORMA**

Alisson Ortiz Rigitano

**São Paulo**  
**2023**

**Alisson Ortiz Rigitano**

**O NASCIMENTO FRANCÊS DO CATECISMO DA ECONOMIA POLÍTICA  
MODERNA: OTIMIZAÇÃO NATURAL E ORDEM SOCIAL COMO  
EVIDÊNCIA E NORMA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) Universidade de São Paulo (USP) como requisito para a obtenção do título de doutor em História Econômica, sob orientação do Professor Doutor José Jobson de Andrade Arruda.

**São Paulo  
2023**

## **RESUMO**

RIGITANO, Alisson Ortiz. O nascimento francês do catecismo da economia política moderna: otimização natural e ordem social como evidência e norma. 2023, 257 f., Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História Econômica. Universidade de São Paulo (USP).

**RESUMO:** O objetivo do trabalho é o de investigar a origem francesa dos escritos econômicos da época das Luzes, sobretudo nos autores da chamada fisiocracia. A partir da seleção de alguns representantes do pensamento econômico liberal francês do século dezoito, da leitura de algumas de suas principais produções no campo da teoria econômica, complementadas, sempre que oportuno e viável, por seus escritos não propriamente econômicos – bem como das consequentes oportunidades de análise despertadas a partir dessa tarefa inicial – esperou-se revelar possíveis nexos com as formas de representação econômica da realidade que são predominantes até a contemporaneidade, e o quanto certos padrões recorrentes na teoria econômica são oriundos ou foram determinados historicamente pela admissão de certos pressupostos, os quais, atualmente, ainda merecem ser estudados.

**Palavras-chave:** Economia Política, Liberalismo, Fisiocracia.

### **ABSTRACT**

RIGITANO, Alisson Ortiz. The French Birth of the Catechism of Modern Political Economy: Natural Optimization and Social Order as Evidence and Norm. 2023, 257 f., Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História Econômica. Universidade de São Paulo (USP).

**RESUMO:** The objective of the work is to investigate the French origin of the economic writings of the Enlightenment era, especially in the authors of the so-called physiocracy. Based on the selection of some representatives of eighteenth-century French liberal economic thought, the reading of some of his main productions in the field of economic theory, complemented, whenever opportune and viable, by his non-economic writings – as well as the resulting opportunities of analysis awakened from this initial task – it was hoped to reveal possible links with the forms of economic representation of reality that are predominant until contemporary times, and the extent to which certain recurring patterns in economic theory originate from or have been historically determined by the admission of certain assumptions , which currently still deserve to be studied.

**Palavras-chave:** Political Economy, Liberalism, Physiocracy.

## **AGRADECIMENTOS**

Eu gostaria de agradecer ao orientador deste trabalho, professor Jobson, bem como aos membros da banca de qualificação e defesa, Pedro Paulo Pimenta, Leonardo Paes Muller, Maurício Coutinho e Thiago Vargas. Certamente foram fundamentais para o que foi possível realizar, por isso agradeço pela disponibilidade de leitura de um texto que não poderia ter sido preparado sem a contribuição de professores tão bem-dispostos a conversar sobre os resultados e as possibilidades de continuidade da pesquisa.

Além disso, mas não menos importante, agradeço de forma singela:

À USP, pelo acolhimento e por sediar a pesquisa. Ao Departamento de História e ao Programa de História Econômica, bem como à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e à Biblioteca da Faculdade de Economia e Administração.

À Unifesp pela possibilidade de dedicação à pesquisa enquanto servidor do quadro técnico no cargo de economista da Pró-Reitoria de Planejamento.

Ao Laboratório PHARE, na Sorbonne, em especial, Laurie Breban, Jean Delemotte, Laurent Jaffro e Claire Pignol, que aceitaram me receber por alguns meses para aprender mais sobre a história dos economistas do século 18 francês e consultar os acervos que facilitaram a elaboração da pesquisa.

Aos amigos, Nilton, Márcia e André, pelo convívio acadêmico e boêmio e, também, ao Wagner, colega de trabalho e amigo há 10 anos, por sempre termos torcido um pelo outro. À Beatriz, minha professora de francês do Núcleo de Estudos de Línguas Estrangeiras (NELE-FFLCH), pela ajuda com os enlaces da língua e dos textos. Ao professor Denilson Cordeiro pelo auxílio com a revisão e finalização da última versão.

À Ana Carolina, minha companheira, tanto quanto ao Miguel e sua gata: Emília. A Carol me aguentou infurnado em casa durante quatro anos. Os outros dois me fizeram companhia dormindo ao meu lado enquanto eu trabalhava, por isso não tão solitário. Além disso, agradeço-lhes por nossa vida sempre juntos!

À minha família, meus pais, meu irmão e aos pais da Carol.

## SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO .....</b>	<b>8</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1.COMÉRCIO, PREÇO E EQUILÍBRIO NOS PREDECESSORES FRANCESES DA ECONOMIA POLÍTICA .....</b>	<b>20</b>
<b>1.1 Comércio, utilidade recíproca do trabalho e equilíbrio de preços: retornando ao antimetalismo na dissertação de Boisguilbert.....</b>	<b>21</b>
<b>1.2 Riqueza, população e declínio comercial: o mecanismo de regulação no ensaio de Cantillon .....</b>	<b>28</b>
<b>1.3 A ciência do comércio e algumas de suas nuances .....</b>	<b>39</b>
1.3.1 <i>O comércio no primeiro Forbonnais.....</i>	<i>40</i>
1.3.2 <i>Turgot, o elogio a Gournay e o verbete "Feira" .....</i>	<i>45</i>
<b>CAPÍTULO 2 A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO PELO GOVERNO DA NATUREZA .....</b>	<b>55</b>
<b>2.1 A fisiocracia e seus significantes históricos .....</b>	<b>56</b>
<b>2.2 As formulações econômicas de Quesnay antes da formação da fisiocracia.....</b>	<b>62</b>
<b>2.3 O <i>Amigo dos homens</i> vai à conquista pelo doutor .....</b>	<b>67</b>
2.3.1 <i>As cópias do Tratado da monarquia: o médico rebatendo algumas das teses do marquês .....</i>	<i>71</i>
<b>2.4 A formação da fisiocracia, os membros da escola e suas principais publicações .....</b>	<b>78</b>
2.4.1 <i>O grupo dos primeiros economistas .....</i>	<i>83</i>
<b>2.5 Uma seita com muitos detratores.....</b>	<b>87</b>
<b>CAPÍTULO 3.LIBERDADE E OTIMIZAÇÃO NATURAL COMO EVIDÊNCIA E NORMA: O QUADRO ECONÔMICO COMO PROLONGAMENTO DA ECONOMIA ANIMAL.....</b>	<b>94</b>
<b>3.1 O quadro econômico e sua centralidade analítica.....</b>	<b>94</b>
<b>3.2 A economia animal e seu ensaio físico.....</b>	<b>100</b>
<b>3.3 Os paradoxos do princípio vital e das faculdades vegetais e animais .....</b>	<b>102</b>
<b>CAPÍTULO 4.O CATECISMO DA ECONOMIA POLÍTICA COMO IMPERATIVO DO GOVERNO ECONÔMICO .....</b>	<b>113</b>
<b>4.1 O governo e a instrução econômicas .....</b>	<b>113</b>
<b>4.2 O exemplo da educação de Gustave da Suécia: o ideal de formação de um rei- filósofo-economista.....</b>	<b>129</b>
<b>4.3 A organização da educação nacional .....</b>	<b>136</b>
<b>4.4 O governo econômico como utopia quase concreta.....</b>	<b>144</b>
<b>4.5 Um prelúdio da matematização da representação econômica .....</b>	<b>154</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>164</b>

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>169</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>177</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>191</b>
<i>Tradução do Artigo “Feira” de Turgot publicado na Enciclopedia.....</i>	<i>192</i>
<i>Tradução do Capítulo 1 do L’ami des hommes, de Mirabeau.....</i>	<i>203</i>
<i>Tradução do Capítulo “Liberdade” do Ensaio Físico de Quesnay.....</i>	<i>217</i>
<i>Tradução do item 5 (Instruction) do capítulo 2 (Lois fondamentales de l’empire) do Despotismo da China – Quesnay.....</i>	<i>237</i>
<i>Tradução do Capítulo 19 Do livro Heureuse nation, ou gouvernement des féliciens, de Le Mercier de la Rivière .....</i>	<i>245</i>

## PREFÁCIO

Um pouco menos formal, embora possivelmente “pedante como todo bom prefácio”, aqui vai um aviso ao leitor: ao longo da escrita deste trabalho tomei a decisão (e a liberdade) de “não jogar nada fora”. Tanto quanto possível, entretanto, a intenção foi a de apresentar um texto interessante e que procurasse, além de ensinar a seu autor sobre aquilo que já foi dito, avançar sobre as possibilidades de análise de um objeto tão curioso e, por assim dizer, tão estranho como a economia política. Curioso, porque, como parte de um saber atrelado a uma forma de vida que não é outra senão historicamente a nossa, se apresenta à nossa capacidade de observação como algo proeminentemente capaz de oferecer alguma luz em relação ao que se poderia esperar conhecer de uma tal constituição objetiva e subjetiva da realidade histórica. Estranho, senão por consequência, pois tal sorte de observação encontra seus limites justamente naquilo que dela não se pode internamente esperar – e isso, atualmente, mais do que nunca.

Que o leitor (agora “avisado”, portanto) possa aproveitar aquilo que lhe parecer importante e saiba descartar aquilo que pode parecer despropositado, ou mesmo, então, que possa encontrar algum proveito naquilo que pode ter sido escrito possivelmente ou como artifício de memória para o prosseguimento da pesquisa, ou como prática de aprendizado, por exemplo, de composição e de tradução, ou, ainda, como exploração. O trabalho de pesquisa muitas vezes flui na direção de nossas próprias predileções, ditas e não-ditas, sabidas e não-sabidas, e que não escapam de nossos desejos e de nossas próprias limitações.

Materialismo? Justaposição de disposições naturais? Arte? Invenção? Imaginação? Linguagem? Analogia? Simbolização? Ética? Moral? Liberdade? Dominação? Classe? História?<sup>1</sup> Os pensadores que foram sucedidos pela economia contemporânea tentaram se ver com muitas interrogações como essas. Muitos encontraram suas próprias respostas, obviamente, conforme, suas pretensões pessoais, políticas e, também, suas vontades intelectuais, logo, analíticas. Tentaram entender uns aos outros e muitas vezes tornaram-se adversários. Mas seus pressupostos também se entrecruzaram em alguma medida e foram capazes, no mínimo, de permitirem que localizássemos historicamente o saber do qual não teríamos mais como nos desprender. Quem quer que deseje entender a

---

<sup>1</sup> E se alguém sentir falta, poderíamos acrescentar mais um palavra: “dialética?”.

realidade humana globalizada historicamente no presente, com seu governo e com suas relações de força, não poderá deixar de encontrar a primazia (aparentemente crescente no tempo) do econômico sobre as formas de vida predominantemente possíveis. Também não poderá evitar de se deparar, em proporção analogamente crescente, com a precariedade analítica e a ausência de clareza dos pressupostos sobre como tal forma de vida é predominantemente tomada como eficaz em relação a seus objetivos.

A ideia de que a existência natural do gênero humano implica em dependência (ou não) e em benefício mútuo (ou não) já fora, por exemplo, uma preocupação compartilhada em épocas em que o domínio das disciplinas não cerrava tanto o campo das ideias (e das coisas) ao espaço normativo de suas próprias hipóteses explicativas. Seus limites, portanto, eram outros. Suas possibilidades também. Entretanto, o equivalente de suas experiências, ainda que se considere a singularidade de suas características genuínas e sua originalidade, é o mesmo. Fazem parte de uma mesma história. Uma história que, de fundo, despertou o interesse pela realização da presente pesquisa, mas que, contrariamente, não teria como ser aqui trazida inteiramente ao primeiro plano a não ser sob a forma da exposição de suas motivações gerais.

Aqui, também então, vale uma singela confissão no nível da experiência intelectual pessoal. Convivi em diversos meios, dos economistas e dos não-economistas. Bem, essa distinção já seria das mais problemáticas. De início, obtive, feliz ou infelizmente (isso depende do ponto de vista), a possibilidade da distinção social de uma profissão. Nela encontrei (isso sim, felizmente, com certeza) a deferência funcional dos colegas e, ainda bem, também, a possibilidade de fazer amigos, além da boa chance que é estudar e fazer pesquisa. Encontrei também quase sempre pessoas bem-intencionadas. Mas, além disso, aos poucos, na superação das ingenuidades, foi ficando cada vez mais claro que as questões colocadas em termos econômicos só poderiam acabar tendo respostas meramente econômicas, pelo menos tal qual a forma cada vez mais corrente com que são colocadas na atualidade.

Que “ciência” seria essa? Parece que de nada adiantaria indagar os economistas que não estivessem interessados numa tal sorte de interrogação. Tampouco, evidentemente, os não-economistas também sem tal interesse. Já me convenci, entretanto – não sem a influência dos colegas, importante lembrar –, que na experiência intelectual, profissional e política do economista (baixo e médio e, também do alto economista, se tal distinção for de alguma validade), em sua capacidade de ação e reflexão sobre o real, bem como nas

possíveis tentativas de superação de seu horizonte, há sempre algo a ser decodificado. Para além das obviedades, existiria sempre ainda algo a ser dito a partir da experiência da crítica da experiência do empreendimento da economia enquanto ciência. É possível que o pretense economista, ou o pós-economista ou, mesmo, o ex-economista (ou, ainda, aquele que deliberada e momentaneamente está fora de exercício), possam encontrar o também não-economista (também pretense, pois todos o somos e não o somos, em alguma medida), para investigarem o que pode ali ser descoberto. Ou, pelo menos, ainda que idilicamente, seus devaneios compartilhados possam permitir enxergar um pouco mais longe e um pouco mais profundamente o que desejamos, bem como o que poderíamos desejar e realizar, para, conforme nossas paixões intelectuais (e também, como muitos podem querer, nossas aspirações políticas), esboçar um rascunho de como poderíamos tentar descobrir o porquê dessas coisas e o que fazer com elas.

Aproveitando essa deixa dada pelo que brevemente me ocorreu redigir como prefácio para a versão a ser apresentada à banca de defesa, reproduzo a seguir também os termos do prefácio tal qual foram redigidos para a banca de qualificação, realizada em meados de 2021. Em seguida, reproduzo também, na introdução, a forma como tais problemas foram apresentados no projeto de pesquisa para a presente tese de doutorado.

\*\*\*

Por uma coincidência, em 16 de março de 2020, mesmo dia em que eu planejava começar a escrever este trabalho, as fronteiras da maioria dos países se fecharam e o mundo começou a lidar de forma mais direta, nem por isso menos abrupta, com um fenômeno que demonstrava a inaceitabilidade da realização de uma escolha econômica de magnitude global. Tratava-se de um cálculo que a racionalidade econômica até poderia pretender ser capaz de realizar, mas que era simplesmente inaceitável que fosse realizado.

A questão, colocada em termos puramente econômicos, seria escolher entre salvar milhares de vidas num primeiro momento, mediante a restrição drástica da circulação de pessoas, ou simplesmente deixar que uma doença, causada por uma nova mutação de um vírus, considerada pandemia mundial, se espalhasse e matasse essas mesmas vidas, para que se evitasse o risco de que, num segundo momento, uma crise de produção e consumo causasse uma potencial recessão supostamente capaz de matar ainda mais.

Entre as limitadas previsões epidemiológicas e as ainda mais limitadas projeções econômicas, a escolha em torno de uma delirante “contabilidade da morte” era inaceitável. Mesmo que algo dessa natureza pudesse ser calculado, mesmo que não se tratasse de uma impossibilidade lógica, de um delírio perverso, simplesmente não parecia algo possível de ser aceito. À racionalidade definida pelo campo de um tipo específico de escolha, isto é, a escolha econômica, impunha um limite do que era justamente aceitável ser considerado racional em termos econômicos.

O senso estratégico predominante no mundo era o de enfrentar primeiro o problema de saúde. Os riscos anunciados da morte iminente e da catástrofe hospitalar deveriam ser atenuados pelo chamado distanciamento social, que envolvia uma abrupta suspensão de todas as atividades que não fossem essenciais. Claramente essa parecia ser a opinião predominante, por exemplo, em praticamente toda a mídia corporativa, malgrado a controvertida e absurda posição contrária da presidência da república e também de uma parcela radical da elite do empresariado e da militância nacional ultraconservadora, os quais se voltavam contra as orientações de praticamente todas as organizações de saúde do planeta.

De alguma forma, já era possível tentar antever algumas querelas teóricas que certamente ganhariam fôlego a partir daquele momento de aparente “respiro humanitário parcial”. Um capitalismo com feições escatológicas, que já tinha sido anunciado até mesmo como a manifestação de uma história que teria encontrado seu fim, poderia parecer, por outro lado, naquele momento, estar vendo sua história ser subsumida à própria história da vida. O que, no entanto, não anunciava mais do que possibilidades, muitas das quais já tão conhecidas e, quem sabe, outras ainda desconhecidas.

Algumas indagações eram, como sempre, persistentes: Que racionalidade seria essa que se adequa com tanta facilidade a todo tipo de escolha, seja ela coletiva ou individual? Que ciência seria essa que se pretende capaz de suportar objetivamente qualquer decisão acerca das opções humanas? Quais seriam seus limites? O que seria ela capaz de produzir diante de uma questão que naquele momento já parecia ter se tornado central na história de um século que estava, até então, aparentemente apenas começando?

“Fato social total” à parte (na medida do possível), o trabalho de escrita estava só no início. A falta de concentração imposta pelo noticiário se combinava com a crença na necessidade de aprender mais sobre a história das ideias econômicas. Tentar entender o

que pode a racionalidade econômica contemporânea passava também por tentar aprender o que os economistas puderam historicamente pensar. Esse poderia ser o imperativo que faltava para começar a escrever, o projeto estava delineado e havia um colosso de trabalho pela frente.

Aqui caberia, talvez, também tentar resumir e retomar mais um pouco então a origem de nosso interesse pela fisiocracia e no percurso da escolha dos outros autores estabelecidos como objeto de estudo. É certo que encontramos nos fisiocratas diversos elementos que nos atraíram, mas um deles, em especial, deu origem às reflexões que culminaram em sua escolha de forma privilegiada. Trata-se do caráter “educativo” dos primeiros economistas, que inseriram em seus postulados normativos basilares o convencimento acerca das “verdades” da economia política, que seriam fundamentais para que seu funcionamento pudesse se tornar cada vez mais compatível com um certo horizonte racional. Seu objeto seria, por assim dizer, responsivo à ciência que lhe procura compreender, sobretudo à sua propagação no meio que a produz e que é potencialmente por ela produzido. Um pressuposto epistemológico nada desprezível, com suas limitações internas e também externas, e que, hipótese a ser explorada, possuindo uma história possível e produtiva de ser pensada, apareceria também em alguns economistas posteriores, como Jean Baptiste-Say, mas que também foi tendo seu caráter metamorfoseado e, por fim, soterrado com a revolução marginalista, cujo maior representante francês é Léon Walras, sendo esses os dois outros autores que nos interessaram e que constavam no projeto inicial.

Entrementes, ingenuidades e limitações à parte, pareceu-nos, de cara, mais factível e prudente pensar num reenquadramento do problema da pesquisa, para restringi-la ao século 18. Uma via possível seria tentar se aproximar do embrião da transição dessa ciência para a consagração da forma algébrica de representação em autores como Butré e, sobretudo, Isnard, notadamente franceses, o primeiro tendo sido um fisiocrata e o segundo certamente um leitor assíduo dos escritos econômicos da época e reconhecido como um dos primeiros expoentes na matematização da expressão das relações econômicas.

## INTRODUÇÃO

Gostaríamos de começar este trabalho atinando uma vez mais com a impressão de que para a ciência econômica nunca foram tão determinantes, como na atualidade, as hipóteses carregadas *a priori* pelas teorias e pelas formas de apreensão empírica da realidade, tanto quanto a consagração da aceitabilidade ou da insistência em desprezá-las *a posteriori*. De tal modo, possibilitou-se a delimitação de um campo científico cada vez mais dedicado à verificação positiva e dependente de um algo expressivamente grande, porém, quase nada considerado como relevante. Quero dizer, esse par que poderíamos separar por “hipóteses estabelecidas *a priori*” e “desconsideração hipostática *a posteriori*” pode ser determinante para compreender a história da economia enquanto ciência, principalmente em sua expressão contemporânea.

Certamente uma boa dose de mediação pela exposição de casos abrangentes, típicos ou icônicos sobre a produção científica em economia nas primeiras duas décadas do século 21, em que essa constatação se fizesse possível, ajudaria a dar estofamento a tal enunciado<sup>2</sup>. Problema maior seria argumentar para além da mera produção de conteúdo acadêmico. A “economia” não seria mais apenas um campo de conhecimento contendo um conjunto de livros, *papers*, anais de congressos, aulas ministradas nas universidades etc. Estaria mais para uma forma de relação com o mundo. Forma essa tendencialmente em expansão, ou em alargamento de fronteiras, seja daquilo que pode ser objeto de relações tipicamente econômicas, seja de quaisquer tipos de relação que possam ser apreendidos pelo raciocínio e pelo saber econômicos. No limite, poderíamos nos provocar a imaginar a determinação de uma “economicidade” não só de todas as coisas, mas de tudo, seja “coisa” ou “não-coisa”.

Mas, ao falarmos do predomínio da racionalidade econômica como o atributo principal do *homo economicus*, estamos falando de uma capacidade pertencente a uma

---

<sup>2</sup> Tomando a religião como exemplo, estaríamos tratando da predominância dentro do campo científico tradicional da economia, da economia-padrão, ou *mainstream economics*, de trabalhos em que o objetivo tipicamente não seria outro a não ser validar hipóteses estatísticas sobre o quanto o exercício de práticas religiosas afeta a renda, a escolaridade, a criminalidade e outras questões de interesse. Em suma, meras relações direcionais entre domínio e contradomínio, sem cabimento a qualquer indagação mais profunda sobre quaisquer processos de afetação que não passem pela identificação quantitativa, tampouco o que se entende por espírito ou espiritualidade. Nenhuma discussão secundária interessaria mais do que “testar o sinal matemático” do efeito da prática religiosa sobre outras variáveis, sendo necessárias suposições sobre formatos algébricos, linearidade ou não de parâmetros e uma série de outras questões empíricas, a ponto de se tornar o método estatístico – mais precisamente, o problema de inferência causal – mais importante do que qualquer outra relação social que não pudesse ser explicada por uma lógica como essa.

espécie inventada pelos economistas para delimitar o objeto de sua ciência. Podemos, por outro lado, então, também pensar que foi o predomínio crescente da utilização dessa capacidade específica de racionalização que possibilitou o surgimento dos economistas. E essa “espécie” parece, de fato, ser cada vez mais capaz de existir na medida em que os atributos que a distinguem se tornem mais e mais predominantes em relação aos demais. Em termos do problema de uma nova espécie biológica – tal como pensado por Darwin curiosamente com base nas ideias de escassez da própria economia política – a sobrevivência do *homo economicus* parece depender da competição dessa concepção de homem, e da racionalidade a ela atrelada, pelos recursos do meio em que habita. Estaríamos falando, assim, de uma competição das ideias econômicas com as outras categorias de ideias, representando uma forma de luta de certa espécie por sua existência e sobrevivência.

A ciência econômica, vista dessa forma, encontra inevitavelmente seu limite epistêmico no paradoxo de uma espécie que foi inventada por algo que ela própria inventou. Fora desse limite ela não pode pensar a si mesma. Se, por um lado, ambos os paradigmas, darwiniano e econômico, estiverem corretos, trata-se de um imperativo de sobrevivência, pois não pensar economicamente os objetos a que se podem aplicar o raciocínio econômico significa não competir com as demais formas de pensamento e se lançar, portanto, à possibilidade de extinção ou de mutação. Se, por outro lado, o paradigma darwiniano estiver incorreto ou não puder ser aplicado a esse caso, se pensarmos, por exemplo, na possibilidade de convívio cooperativo entre a economia e as demais ciências, talvez a única saída fosse incluir em seus postulados metodológicos fundamentais seu papel absolutamente secundário de ciência auxiliar, a ser aplicada somente onde for absolutamente necessária, ou, pelo menos, clamar pelo auxílio das outras ciências para que não seja utilizada onde não se deve. Para além disso, restaria a possibilidade de reconhecer que seu próprio paradigma está incorreto, que seu objeto ou simplesmente não existe ou sua forma de lidar com ele não resiste ao convívio com outros saberes.

Não só por isso, mas por muitas outras razões, esse conjunto de investigações que foi sendo transformado no que hoje se conhece apenas por Economia (ou, pelo termo consagrado em inglês, *Economics*), é dos mais importantes e problemáticos. Não à toa, sua predecessora, a Economia Política – esse saber que notadamente emergiu na França com Montchrestien, Boisguilbert, Cantillon e Quesnay, florescendo também no Reino Unido

com Hume, Smith, Malthus, Ricardo e, posteriormente, com Mill – é capaz de despertar o interesse, de alguma forma anacrônico, de aprendizado sobre as origens conceituais e as bases discursivas que podem ter persistido durante o avanço da história do pensamento e ainda serem presentes de alguma forma na contemporaneidade.

Todavia, apesar da história do pensamento econômico, tal como lecionada de forma corrente nos quadros disciplinares tradicionais das ciências econômicas, ser bastante conhecida, não parece ter como prioridade a compreensão das mutações históricas nas formas das relações das ideias com o mundo real. Não parecem ser recorrentes questões do tipo “por quê?”, “por quais razões e com que consequências históricas?”, nem ao menos, muitas vezes, “como?” foi operada a transição entre as ideias predominantes e as noções que permaneceram comuns ou opostas entre elas. Pelo menos aparentemente, para não forçar nenhuma conclusão peremptória, a finalidade-padrão da história econômica do pensamento econômico está na demonstração da derivação de tal agrupamento do conhecimento da iniciativa intelectual dos mais consagrados pensadores iluministas que inauguraram um tal campo do saber científico. Tendo tais autores um lugar muito especial na prática intelectual e investigativa de suas épocas, mudadas as épocas, todavia, ter-se-iam simplesmente mudado também as formas de aprendizado sobre a realidade.

Se se argumentasse, entretanto, que tais constatações são discutíveis, que parecem fortes ou precipitadas demais, ou ainda, formuladas de maneira equivocada, seria difícil, no entanto, discordar de que, atualmente, é fato não fazer parte do currículo avançado e tradicional em economia o estudo de sua história, ficando relegada aos cursos introdutórios e, quando muito, a raros nichos de pesquisa e produção acadêmica cada vez menos consagrados e valorizados. Tratando-se da história da ciência econômica contada pelos próprios economistas tradicionais, é possível quase prever que os sistemas de pensamento consagrados sucessivamente em cada época serão tomados no sentido ou de uma evolução – quando do acúmulo de evidências e instrumentos de observação dos quais se dispunha – ou de uma revolução – quando da adoção abrupta de pressupostos ou metodologias mais consistentes ou completas –, mas sempre em sentido progressivo. Mesmo quando são opostos exemplares do pensamento econômico liberal, ideólogos, uns mais, outros menos, da premissa política de funcionamento de uma tal ordem mercadológica, aos seus opositores, digamos, não tão confiantes da possibilidade de correção natural, da ausência de falhas ou de incompletudes no funcionamento livre das trocas, ainda assim o estudante dos livros e manuais tradicionais poderá ter a sensação

de que tais antagonismos progrediram conjuntamente na história; isto é, de um conjunto de controvérsias com menos acúmulo de evidências e de capacidade de formulação, em direção crescente aos subsequentes, formulados por pensadores mais habilidosos ou com instrumentos e dados empíricos melhores. Ou seja, tal ciência se modificaria sucessivamente alcançando um maior grau de capacidade de alcance da verdade.

Se, ainda assim, tais provocações não puderem ser tomadas como plenamente aceitáveis, em todos os casos em que possam suscitar algum debate, estaremos entrando num dos mais instigantes domínios da relação da história das ideias com a história política e social. Utilizando um termo bastante caro a muitos dos autores que ora nos interessam, trata-se de um dos domínios mais “produtivos” para a investigação de hipóteses sobre a relação da elaboração das ideias com a sua propagação, formal ou informal, material ou imaterial, especialmente as ditas “científicas”. Isto é, o domínio dos economistas, sua história objetiva e subjetiva.

Dentro do que nos cabe em termos de porte e factibilidade, e partindo dessas percepções e dos interesses por elas despertados, coube-nos estabelecer como escopo, especificamente, a origem francesa dos escritos econômicos da época das luzes. Adicionalmente, em recorte, tentar cobrir também a passagem de sua origem mecanicista até uma das primeiras tentativas de utilizar a expressão algébrica como forma de representação do equilíbrio de mercado. Algo que, vertiginosamente, pode oferecer uma razoável expressão de uma espécie de “desejabilidade” prática desse campo do saber, isto é, sua inclinação reiterada para descrever condições e prescrever métodos para as possíveis escolhas em torno das possibilidades de melhor equilíbrio da produção e circulação de riquezas.

A partir dessa delimitação, da seleção inicial de alguns representantes do pensamento econômico liberal francês do século 18, da leitura de algumas de suas principais produções no campo da teoria econômica, complementadas, sempre que oportuno e viável, por seus escritos não propriamente econômicos – bem como das consequentes oportunidades de análise despertadas a partir dessa tarefa inicial – espera-se revelar possíveis nexos com as formas de representação econômica da realidade que são predominantes até a contemporaneidade, e o quanto certos padrões recorrentes na teoria econômica são oriundos ou foram determinados historicamente pela admissão de certos pressupostos, os quais, atualmente, ainda merecem ser estudados.

Trata-se também de, numa segunda camada de interpretação, suspender suas teorias econômicas para que seja possível aprender um pouco mais sobre as características políticas de seus discursos, suas respectivas visões de mundo, de sociedade e também suas eventuais utopias; com isso possibilitar uma reflexão sobre suas potenciais incompletudes e contradições, internas e externas. A partir de uma proposta de leitura inicialmente linear, poder-se-á, por exemplo, entender os textos como portadores de discursos socialmente determinados e constituídos por concepções da realidade econômica peneiras de influências ideológicas e conteúdos normativos.

Não se espera, porém, necessariamente apresentar uma possibilidade de interpretação que os considere, a partir da constatação de aparentes convergências, como uma unidade ou continuidade. Tendo, de partida, escolhido autores de uma mesma língua, nacionalidade e sucessão temporal, não se estabelecerá *a priori* nenhum tipo de hipótese ou interesse de investigação que procure desembocar obrigatoriamente em conclusões acerca da existência de uma representação universal da economia política francesa. Não se trata tampouco de estabelecer como centralidade analítica as aparentes e inevitáveis constatações de equivalência relativa ou absoluta de pressupostos ou compartilhamento menor ou maior de influências intelectuais. Se tais oportunidades estarão sempre aparecendo durante as leituras, representarão mais uma chance de serem subsumidas ao reconhecimento de sua interação com movimentações históricas mais gerais do que limitadas entre si, sem, contudo, reduzir suas interpretações internas a seus respectivos contextos.

Adicionalmente, nossa oportunidade de estudo pode ser pensada também como um problema de uma relação dialógica transtemporal<sup>3</sup>, isto é, como um problema das relações plausíveis entre as temporalidades dos intelectuais que atuaram num campo de produção de certo saber que nos interessa, dos que os estudaram posteriormente, seja do lado da história, da filosofia, da sociologia, ou da própria economia, interacionadas com nossos próprios regimes de temporalidade. Aí incluídas as determinações históricas do passado, as expectativas em relação a um presente sempre em transição e também a um porvir que se anuncia, os quais, no mais das vezes, não fogem ao interesse do intelectual que é estudado e tampouco do que os estuda.

---

<sup>3</sup> Conforme formulado por Arruda (2014).

Tal é, de forma geral, o quadro geral do que buscamos investigar nos capítulos que se seguem, orientados inevitavelmente por nosso próprio interesse e por nosso próprio aprendizado, num esforço de compreensão conceitual e também histórico-processual, para buscar gradativamente ir reconstruindo esse importante recorte do pensamento econômico francês da época das Luzes e suas imbricações, sobretudo internas, para que possamos, com isso, também nos aprofundar em alguns aspectos, quem sabe, potencialmente ainda não tão explorados pela literatura secundária, ou, porque não, dar a nossa própria contribuição para a apreciação daqueles tópicos que já estejam aparentemente bem estabelecidos e consolidados. Desse processo gradativo de estudo e de pesquisa resulta a forma da exposição adotada, na qual buscamos ir introduzindo algumas questões de forma mais elementar e orientada à sua sucessão temporal, resgatando, com isso, alguns elementos importantes de sua história, para que possamos retomá-las e aprofundá-las mais à frente em termos eminentemente mais conceituais.

Especificamente, o primeiro capítulo trata de alguns precedentes teóricos encontrados na literatura francesa sobre ideias que mais tarde ganhariam certo corpo com os fisiocratas, os quais nos dedicamos nos dois capítulos seguintes. O segundo, portanto, trata dos primeiros escritos de Quesnay e da formação da escola. O terceiro procura explorar a fisiologia de Quesnay no sentido de encontrar ali as relações entre as ideias de liberdade, vantagem e direito natural. Já o quarto capítulo aborda especificamente como a análise histórica da fisiocracia pode ser enquadrada tendo em vista o problema do convencimento, isto é, como a teoria dos primeiros economistas é intrincada com a necessidade da instrução econômica no sentido mesmo de um catecismo social.

Nos apêndices optamos por apresentar nossa própria tradução de alguns textos que nos interessaram particularmente no processo de pesquisa<sup>4</sup>. São eles: i) o artigo Feira de Turgot; ii) o primeiro capítulo do Amigo dos Homens de Mirabeau; iii) o capítulo intitulado Liberdade do Ensaio Físico de Quesnay; iv) o item que trata da instrução no texto Despotismo da China de Quesnay; v) por fim, um dos capítulos da obra utópica de Le Mercier de la Rivière que trata da representação das formas de governo.

Por fim, pensando em estabelecer um método de pesquisa, como manda a tradição acadêmica científica, trata-se da leitura, pesquisa bibliográfica e, sobretudo, das

---

<sup>4</sup> Optamos por utilizar as edições de época, logo, sem direitos autorais ainda vigentes.

possibilidades de reflexão acerca de uma dada área do conhecimento. Para as citações literais, foram sempre utilizadas referências da última versão a que tenhamos tido acesso, exceto quando existirem variações entre as versões que revelem alguma questão de interesse a ser analisada. Foram utilizadas traduções para o português sempre que disponíveis. Nos casos em que não existam ou não tivermos tido acesso a traduções publicadas em português, fizemos as traduções necessárias, com esta informação no rodapé junto à citação do original<sup>5</sup>. Quando houverem traduções publicadas em português optamos por não apresentar a citação original no rodapé.

---

<sup>5</sup> Adicionalmente, optamos por realizar uma adaptação no sistema de referências adotado (ABNT, conforme Universidade de São Paulo, 2020) para também inserir a data da publicação original de um texto quando se tratar de uma tradução ou de uma edição realizada posteriormente por terceiros, as quais serão referidas entre chaves acompanhadas da data da edição consultada. Quando esta informação não estiver disponível na edição consultada, citaremos a data conhecida da primeira edição do referido texto.

## **CAPÍTULO 1. COMÉRCIO, PREÇO E EQUILÍBRIO NOS PREDECESSORES FRANCESES DA ECONOMIA POLÍTICA**

Sabidamente, tendo no comércio exterior a grande força da economia real, havia ainda na França da primeira metade do século 18 bastante presença das crenças nos benefícios e no imperativo das disputas comerciais, sobretudo em relação à balança de comércio e às possibilidades de acumulação monetária daí advindas, conforme, portanto, as heranças deixadas, na França, por Colbert e pela tradição que mais tarde fora batizada de mercantilista. A ideia de riqueza do reino, assim, ainda se fundava, em grande medida, na acumulação metalista e tinha como expressão a diferença entre o que era exportado e o que era importado. Já na segunda metade daquele século emerge com certa força a noção de que o conhecimento do que viria a ser a economia política seria importante para aumentar o poder não só econômico, mas, por consequência, político da monarquia, e nesse contexto, o que alguns autores convencionaram definir por “estado de finança” veio a suplantar, ainda que de forma mais ou menos paulatina, “o estado de justiça”.

As crenças mercantilistas de então passam, em grande medida, na esteira dos autores ingleses, por algo como uma metamorfose em que, de um modo geral, contesta-se cada vez mais o metalismo<sup>6</sup>. Assim, os autores que se preocuparam em tomar partido das discussões teóricas sobre os objetos da então ainda em quase nada estabelecida economia política não teriam como escapar da lida com os principais elementos desse corpo de formulações teóricas e, sobretudo, de práticas políticas. Por isso, é comum, desde então até a nossa própria atualidade, considerá-los pela gradação com que se aproximaram ou se distanciaram seja do metalismo estrito ou da preocupação com a balança do comércio, seja da incompletude da conformação teórica do sistema econômico

---

<sup>6</sup> Cf., por exemplo, o extrato apresentado em Deleule ([1980]2017) analisando os resultados dos confrontos entre as diferentes visões do newtonianismo nas reflexões sobre a economia e como ganharam sua expressão maior na divergência entre, de um lado, o discurso de David Hume e, de outro, o dos fisiocratas. Em suas palavras, nesse momento, “apesar da relativa uniformidade das reivindicações ‘liberadoras’, parece que o fosso se escava entre, de um lado, uma metafísica da ordem que impõe o respeito a uma norma natural, limitadora por essência e instruída pela providência (visão regida, em última instância, pela cumplicidade secreta entre finalismo e mecanicismo), e, de outro, a marcha hesitante de uma espontaneidade cega em seu princípio e anônima em seus efeitos, que exige que a norma, em sua variedade e contingência, seja construída, ‘inventada’, em função das ‘circunstâncias’. Entre o liberalismo de Hume e dos Fisiocratas, encontra-se a distância que separa a invenção da conformidade. Não simples nuance no seio de uma mesma representação global, mas verdadeira separação, que remete a modelos incompatíveis de inteligibilidade e de ação” (Deleule, p. 42, [1980]2017),

dos primeiros mercantilistas, bem como outros elementos a partir dos quais tal comparação possa ser estabelecida.

### **1.1 Comércio, utilidade recíproca do trabalho e equilíbrio de preços: retornando ao antimetalismo na dissertação de Boisguilbert**

Sobre essa então histórica superação do mercantilismo na literatura francesa que antecedeu o surgimento da economia política propriamente dita, aqui vale a pena retroceder à “herança” deixada por Boisguilbert<sup>7</sup> ainda no início dos setecentos, sobretudo em sua conhecida Dissertação<sup>8</sup> de 1707. O texto é uma excelente representação – ou serve, para nós, como uma espécie de anúncio – de muito daquilo que, mais tarde, ganharia certa consolidação, ainda que de forma matizada ou a ela contraposta, dentro do pensamento econômico da segunda metade daquele século. Impressiona pelo tom crítico, às vezes um tanto apocalíptico, com raízes que podem notadamente ser buscadas na origem jansenista do autor.

São seis capítulos, dos quais os quatro primeiros vão se concentrar numa crítica moral e material ao metalismo, ou seja, aos metais, em especial a prata, enquanto portadores de riqueza. A tese que vai ser afirmada e reafirmada é a de que a primazia da prata sobre as demais mercadorias é a causa principal de todo mal econômico. A partir disso, vão se enunciando alguns importantes princípios que se tornarão, de certa forma, fundantes dentro do pensamento econômico moderno. O texto começa afirmando que, a despeito de todo mundo querer ser rico e a maioria trabalhar dia e noite para tanto, geralmente, o erro se dá justamente nas ideias que se tem da riqueza e do dinheiro. Assim, sobre tais equívocos,

“Crê-se que é uma matéria em que não se pode pecar por excesso, nem, jamais, em qualquer condição em que se encontre, por demasiadamente possuir ou adquirir. E a atenção ao interesse dos outros acaba sendo apenas miração ou, ainda, meras reflexões de cunho religioso, mas que não ultrapassam a teoria.

---

<sup>7</sup> Pierre Le Pesant, senhor de Boisguilbert (1646 - 1714)

<sup>8</sup> *Dissertation, sur la nature des richesses, de l'argent et des tributs, où l'on découvre la fausse idée qui règne dans le monde à l'égard de ces trois articles* (Cf. Boisguilbert, [1707]1843). Os outros dois textos de referência da obra do autor são *Factum de la France* e *Detail de la France*.

Entretanto, para mostrar que se está grosseiramente equivocado, quem quer que venha a considerar aqueles que são tão singularmente devotos à posse de toda a terra e de todas as suas riquezas, sem nada deixar de fora, não os tomaria como os últimos dos infelizes caso não pudessem dispor do trabalho de seus semelhantes? Será que eles não prefeririam a condição de um mendigo em um mundo habitado? Pois, primeiramente, além de precisarem fabricar tudo que atenda suas necessidades, bem longe, assim, de servirem seu próprio prazer, seria uma obra-prima se, por um trabalho contínuo, eles pudessem chegar ao ponto de obter o que é necessário; e na menor indisposição, pereceriam desesperadamente por falta de ajuda.” (Boisguilbert, [1707]1843, p. 394)<sup>9</sup>

De tal forma, o texto coloca, de saída, o problema da reciprocidade, ou melhor, da dependência recíproca dos homens uns em relação aos outros, que é, o próprio problema da divisão do trabalho. Na sequência da argumentação, a questão da inutilidade referencial dos metais preciosos é extrapolada, na ausência de possibilidade de usufruto recíproco, do ponto de vista dessa dependência, a toda e qualquer posse. Ou seja, na ausência de referência em relação ao que proporcionam de acesso aos bens que são produzidos por outros, toda e qualquer posse seria, na realidade, inútil. Aqui a crítica se situa também no campo moral, como bem exemplificado pela seguinte passagem:

“Vê-se, por esta incontestável verdade, que se está longe de ser rico por possuir uma grande propriedade e uma grande quantidade de metais preciosos, que só podem fazer com que pereça miseravelmente seu possessor quando não há forma alguma de cultivo e não há intercâmbio em relação às necessidades imediatas da vida, como a alimentação e as vestimentas, dos quais ninguém

---

<sup>9</sup> Do original: *“On croit que c’est une matière où l’on ne peut point pécher par l’excès, ni jamais, en quelque condition que l’on se trouve, en trop posséder ou acquérir ; l’attention aux intérêts des autres est une pure vision, ou des réflexions de religion qui ne passent point la théorie. Mais, pour montrer que l’on s’abuse grossièrement, qui mettrait ceux qui y sont dévoués si singulièrement en possession de toute la terre avec toutes ses richesses, sans en rien excepter ni diminuer, ne ferait-il pas les derniers des malheureux, s’ils ne pouvaient disposer du labeur de leurs semblables ? Et ne préféreraient-ils pas la condition d’un mendiant dans un monde habité ? Car premièrement, outre qu’il leur faudrait être eux-mêmes les fabricateurs de tous leurs besoins, bien loin de servir par là leur sensualité, ce serait un chef-d’œuvre si, par un travail continuel, ils pouvaient atteindre jusqu’à se procurer le nécessaire ; et puis, dans la moindre indisposition, il faudrait périr manque de secours, ou plutôt de désespoir.”*

pode prescindir. São esses somente, na verdade, que devem ser chamados de riquezas e é esse o nome que as deu o criador quando, tão logo formou o homem, os colocou em sua posse. Não fora nem o ouro nem a prata que receberam esse título de opulência, pelo menos não enquanto a inocência, de acordo com as leis da natureza, subsistiu entre os habitantes do globo, visto que só começaram a ser usados muito tempo depois e que os graus de reversão dessa disposição foram proporcionais ao aumento da miséria geral. Fez-se, mais uma vez, desses metais um ídolo. E, abandonando o objeto e a intenção pelos quais eles foram designados, ou seja, para servir de garantia às trocas e à transmissão recíproca da posse entre os gêneros comerciáveis, quando passou a não ser mais possível fazê-lo, devido à sua multiplicação, de forma imediata, então praticamente deixou-se que tomassem a forma de divindades, às quais se sacrificaram e se sacrificam, a cada dia, os bens, as necessidades e até mesmo os próprios homens, os quais, até então, nem a antiguidade cega tinha sacrificado às suas falsas divindades, aquelas que há tanto tempo compõem toda sorte de culto e de religião da maior parte das pessoas.” (Boisguilbert, [1707]1843, p. 395)<sup>10</sup>

Do mesmo ponto de vista, é criticada a proliferação das necessidades da vida, as quais, na verdade, teriam se expandido como uma forma de corrupção da natureza. As necessidades essenciais vão aparecer como sendo basicamente as roupas e os alimentos, o que para nós introduz um problema que será reiteradamente tratado não só nos fisiocratas, mas em toda uma geração de pensadores que, em alguma medida, se concentrarão em tratar do problema econômico do essencial e do supérfluo.

---

<sup>10</sup> Do original: “On voit par cette vérité, qui est incontestable, qu'il s'en faut beaucoup qu'il suffise pour être riche de posséder un grand domaine et une très-grande quantité de métaux précieux, qui ne peuvent que laisser périr misérablement leur possesseur, quand l'un n'est point cultivé; et l'autre ne se peut échanger contre les besoins immédiats de la vie, comme la nourriture et les vêtements, desquels personne ne saurait se passer. Ce sont donc eux seuls qu'il faut appeler richesses; et c'est le nom que leur donna le créateur lorsqu'il en mit le premier homme en possession après l'avoir formé: ce ne furent point l'or ni l'argent qui reçurent ce titre d'opulence, puisqu'ils ne furent en usage que longtemps après, c'est-à-dire tant que l'innocence, au moins suivant les lois de la nature, subsista parmi les habitants du globe, et les degrés de dérogeance à cette disposition ont été ceux de l'augmentation de la misère générale. On a fait, encore une fois, une idole de ces métaux; et laissant là l'objet et l'intention pour lesquels ils avaient été appelés dans le commerce, savoir pour y servir de gages dans l'échange et la tradition réciproque des denrées, lorsqu'elle ne se put plus faire immédiatement à cause de leur multiplication, on les a presque quittés de ce service pour en former des divinités à qui on a sacrifié et sacrifie tous les jours plus de biens et de besoins précieux, et même d'hommes, que jamais l'aveugle antiquité jamais n'en immola à ces fausses divinités qui ont si longtemps formé tout le culte et toute la religion de la plus grande partie des peuples.”

A prata, assim, de fiadora das trocas teria passado a representar a riqueza e a ser confundida com ela; segundo o texto, poderia, entretanto, para bem cumprir sua única função, ser substituída por papel moeda. Mas, o que ter-se-ia assistido fora a conjugação da degeneração de seu uso com a degeneração moral do homem, pelo que, em suas palavras,

“A sentença de Deus, pronunciada contra os homens na pessoa do primeiro de todos, de após seu pecado somente viver e subsistir pelo trabalho e pelo suor do seu corpo, só foi pontualmente executada enquanto durou a inocência do mundo. Isto é, enquanto não houve nenhuma diferença de condições e de estados. Cada sujeito era então seu próprio servo e seu próprio mestre e usufruía das riquezas e dos tesouros da terra na mesma proporção em que seu talento pessoal lhe permitia. Toda a ambição e todo o luxo se reduziam a obter alimentos e roupas. Os dois primeiros operários do mundo, que eram ao mesmo tempo seus dois monarcas, dividiam entre si esses dois ofícios: um trabalhava a terra para ter grãos, o outro alimentava os rebanhos para poder se vestir e se proteger, e o intercâmbio que podiam fazer os deixavam usufruir reciprocamente do trabalho um do outro.

Mas, uma vez instaurados o crime e a violência, com o tempo, de sua parte, o mais forte nada mais quis fazer além de usufruir do trabalho do mais fraco, se rebelando inteiramente em relação às ordens do criador. Esta corrupção se tornou tão exagerada que, hoje em dia, os homens são inteiramente divididos em duas classes, a saber, uma que nada faz e usufrui de todos os prazeres, e a outra, que trabalha de manhã até a noite, possui apenas o necessário e muitas vezes até disso é inteiramente privada.

Foi a partir dessa disposição que a prata deu seu primeiro passo em direção a degeneração de seu uso natural.” (Boisguilbert, [1707]1843, p. 399)<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Do original: “*La condamnation que Dieu prononça contre tous les hommes en la personne du premier de tous, de ne pouvoir à l'avenir, après son péché, vivre ni subsister que par le travail et à la sueur de leur corps, ne fut ponctuellement exécutée que tant que l'innocence du monde dura, c'est-à-dire tant qu'il n'y eut aucune différence de conditions et d'états : chaque sujet était alors son valet et son maître, et jouissait des richesses et des trésors de la terre à proportion qu'il avait personnellement le talent de les faire valoir ; toute l'ambition et tout le luxe se réduisaient à se procurer la nourriture et le vêtement. Les deux premiers ouvriers du monde, qui en étaient en même temps les deux monarques, se partagèrent ces deux métiers : l'un laboura la terre pour avoir des grains, et l'autre nourrit des troupeaux pour se couvrir, et l'échange mutuel qu'ils pouvaient faire les faisait jouir réciproquement du travail l'un de l'autre.*”

Fora a partir disso, segundo o texto, que a prata (e o ouro, bem como os outros metais) passaram a exercer influência negativa sobre os preços relativos dos outros bens e, ao invés de servirem ao comércio, passaram a ditar seu curso de forma tirânica. Isto é, pelo aumento de sua procura e da atribuição demasiada de valor, resultando no que o autor chama de "preço de preferência" sobre os outros bens (desviando e distorcendo o que chama de "preço de proporção"). Com isso, seriam favorecidos, além de tudo, a fraude e os crimes, contaminando todo um reino, pois, em suas palavras, "todas as coisas tendo uma solidariedade de interesses, tanto as móveis quanto as imóveis, a menor perturbação de uma parte, seja por bem ou por mal, se torna comum a todo o resto" (p. 266). É assim, então, que uma modificação do preço do trigo em uma dada cercania é transbordada por todo um reino, interferindo, também, no poder de arrecadação tributária do próprio soberano, mingando a produção de regiões inteiras e levando o povo à miséria<sup>12</sup>.

Nesse ponto do texto, Boisguilbert retoma sua noção de riqueza, definindo-a de forma mais clara como usufruto (tanto do necessário quanto do supérfluo, ambos, produto da terra e do trabalho) e passa, então, alguns parágrafos a aprofundar o problema da divisão do trabalho em relação ao que chama de utilidade recíproca das profissões, bem como dos perigos da profusão de profissões e dos bens por ela produzidos, sendo o principal deles, o risco de que o supérfluo predomine sobre o necessário. Do princípio da reciprocidade das profissões advém a ideia da necessidade do equilíbrio dos preços, pois, o autor vai dizer:

“Ninguém compra a mercadoria de seu vizinho ou o fruto de seu trabalho, exceto sob a condição estrita, embora tácita e não expressa, de que o vendedor fará o mesmo com a do comprador, seja imediatamente, como às vezes acontece, seja pela circulação nas várias mãos ou nas várias profissões interpostas, o que sempre dá no mesmo. Caso contrário, ele destruiria a terra

---

*Mais, le crime et la violence s'étant mis, avec le temps, de la partie, celui qui fut le plus fort ne voulut rien faire, et jouir des fruits du travail du plus faible, en se rebellant entièrement contre les ordres du Créateur ; et cette corruption est venue à un si grand excès, qu'aujourd'hui les hommes sont entièrement partagés en deux classes, savoir l'une qui ne fait rien et jouit de tous les plaisirs, et l'autre, qui travaillant depuis le matin jusqu'au soir, se trouve à peine en possession du nécessaire, et en est même souvent privée entièrement.*

*C'est de cette disposition que l'argent a pris son premier degré de dérogeance à son usage naturel"*

<sup>12</sup> Em certa altura, Boisguilbert apela para a seguinte metáfora fisiológica para ilustrar o resultado de tal problema: “Enfim, a gangrena nas extremidades do corpo humano faz perecer todo o sujeito, embora todas as partes, a princípio distantes da doença, tenham aparência saudável e de estarem em boas condições” (Boisguilbert, [1707]1843, p. 266).

sob seus pés, visto que, além de perecer, perderá sua capacidade de reprodução, com o que irá falir e fechar sua loja.

É necessário, portanto, que tal comércio continue sem interrupção, e sob um preço estritamente determinado que, embora possivelmente mínimo, permite que o comerciante, nada perdendo, possa continuar seu negócio com lucro. Caso contrário, é como se ele não estivesse vendendo nada.

Porém, por uma cegueira terrível, não há comerciante, seja ele quem for, que não trabalhe com todas as suas forças para desconcertar essa harmonia.” (Boisguilbert, [1707]1843, p. 281-282)<sup>13</sup>

Continuidade e preço mínimo (ou melhor, “preço de proporção”, que tende, senão ao mínimo que ambas as partes aceitariam obter de retorno em determinada transação), são essas as duas condições necessárias para o desenvolvimento do comércio e o florescimento das riquezas. Em suas palavras,

“Fora dito, e volta-se a repetir, que para que esta feliz situação subsista, é necessário que todas as coisas e todos os alimentos estejam continuamente em equilíbrio e mantenham um preço proporcional entre si e aos custos que tinha que ser feito para estabelecê-los. Ora, sabe-se que no momento em que o que está em equilíbrio, como em uma balança, recebe o menor acréscimo de um dos lados, o outro é imediatamente levado tão alto como se não houvesse nada.” (Boisguilbert, [1707]1843, p. 301-302)<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> Do original: *“Aucun n'achète la denrée de son voisin ou le fruit de son travail qu'à une condition de rigueur, quoique tacite et non exprimée, savoir que le vendeur en fera autant de celle de l'acheteur, ou immédiatement, comme il arrive quelquefois, ou par la circulation de plusieurs mains ou professions interposées, ce qui revient toujours au même ; sans quoi il se détruit la terre sous les pieds, puisque non seulement il le fera périr par cette cessation, mais même il causera sa perte personnelle, le mettant par là hors d'état de retourner chez lui à l'emplète, ce qui lui fera faire banqueroute et fermer sa boutique.*

*Il faut donc que ce commerce continue sans interruption, et même à un prix qui est de rigueur, quoique ce soit ce qu'on conçoive le moins, c'est-à-dire à un taux qui rende le marchand hors de perte, en sorte qu'il puisse continuer son métier avec profit ; autrement c'est comme s'il ne vendait point du tout ; et périssant, il en arrivera comme dans ces vaisseaux accrochés, dont l'un met le feu aux poudres, ce qui les fait sauter tous deux. Cependant, par un aveuglement effroyable, il n'y a point de négociant, quel qu'il soit, qui ne travaille de tout son pouvoir à déconcerter cette harmonie”*

<sup>14</sup> Do original: *“On a dit, et on le répète encore, qu'afin que cette heureuse situation subsiste, il faut que toutes choses et toutes les denrées soient continuellement dans un équilibre, et conservent un prix de proportion par rapport entre elles et aux frais qu'il a fallu faire pour les établir. Or, on sait que du moment que ce qui est en équilibre, comme dans une balance, reçoit le moindre surcroît en un des côtés, incontinent l'autre est emporté aussi haut que s'il n'y avait rien du tout.”*

A partir delas se fazem necessárias, também, a liberdade e a concorrência dos produtores, pois, como dito, por um princípio de otimização inerente aos produtores e comerciantes, todos sempre tentarão desconcertar a harmonia dos preços em benefício de si. Logo, não sendo possível obter tal vantagem de forma constante, consistente e abrangente através dos preços, resta aos produtores e comerciantes buscarem o ganho individual, idealmente, pela rivalização do trabalho e das habilidades, isto é, pela concorrência comercial. A proporcionalidade é para as mercadorias, portanto, em suas palavras, “a única inteligência que as faz viverem em conjunto, para a todo momento darem e receberem reciprocamente o seu próprio nascimento.” (p. 286). Ideias das quais Boisguilbert vai extrair, também, a conclusão de que é, no final das contas, o estado social a primeira necessidade dos homens, sem a qual nenhuma das outras poderia ser atendida, sendo, por sua vez, o trabalho a condição de possibilidade para a existência da sociedade. Finalmente, assim, somente a concorrência poderá garantir que os esforços individuais do egoísmo não destruam a harmonia social, pois, em suas palavras, é “o equilíbrio entre todas as mercadorias o único conservador da opulência geral” (p. 309).

É assim que, no limite, cumpridas essas condições, a riqueza individual convergirá para a riqueza e a felicidade públicas, pois o próprio soberano é, inclusive, em suas palavras, o “primeiro proprietário” e o “possessor iminente” de todos os fundos, ou, “em termos de filosofia, são (*os soberanos*) ricos ou pobres na proporção de seu respectivo valor (*da totalidade dos fundos*)”<sup>15</sup> (p. 326). Sua riqueza, portanto, é a riqueza do todo, que só poder ser alcançada com o enriquecimento lícito de todas as partes, que, por sua vez, é possível conforme sejam bem obedecidos os delineamentos de tais condições.

Sobre tal sorte de problemas – mormente em relação aos efeitos nefastos do “uso criminoso da prata”, isto é, no quadro da obra, qualquer desvio de seu papel como meio de troca –, Boisguilbert vai dizer, iconicamente para nosso objetivo nesse tópico, que “não se trata de agir, basta deixar de agir com tamanha violência contra a natureza, que sempre tende à liberdade e à perfeição” (p. 337).

Nesses termos, o autor nos mostra uma espécie de esboço inicial de uma coleção de ideias e de problemas que serão, em sua maioria e, grosso modo, meio que compartilhadas (em suas muitas nuances e possíveis oposições, é claro) pelos autores que se interessaram posteriormente pela já quase nascente economia política moderna, passando, na França,

---

<sup>15</sup> Inserção dos termos entre parênteses realizada por nós.

por Cantillon, por Turgot, por Mirabeau e por Quesnay, e, por fim, servindo como uma espécie de introdução aos problemas fundamentais concernentes ao arcabouço desenvolvido e propagado pela fisiocracia.

## **1.2 Riqueza, população e declínio comercial: o mecanismo de regulação no ensaio de Cantillon**

De alguma forma, algumas das principais ideias apresentadas por Boisguilbert vão encontrar eco no conhecido manuscrito de Richard Cantillon, que, embora não seja propriamente francês, escreveu seu *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral* (possivelmente) em língua francesa, tendo ficado conhecido por uma edição francesa realizada por Mirabeau (em 1755) e vindo então a se tornar uma referência incontornável em matéria econômica nos anos seguintes à sua primeira edição<sup>16</sup>. Do ensaio podem-se extrair uma teoria do valor e dos preços, do equilíbrio e também do declínio, partindo sempre da função econômica do proprietário de terras, logo, da propriedade fundiária.

O texto, dividido em três partes, inicia com a apreciação de sua ideia de riqueza. A terra sendo sua fonte, o trabalho sendo o que lhe dá forma, a riqueza – analogamente nesse e em muitos outros elementos, a Boisguilbert – não seria “outra coisa senão o alimento, as comodidades e os deleites da vida” (p. 21). A partir da introdução dessa ideia, Cantillon vai percorrer uma espécie de hierarquização espacial que explicaria o tamanho e as razões da distribuição da população dos menores aos maiores agregados, quais sejam, as aldeias, os burgos, as cidades e as capitais<sup>17</sup>. Daí em diante a primeira parte vai se dedicar a explicar a existência da propriedade e de sua função primordial para, em seguida, mostrar como são os hábitos dos proprietários que dependem de toda a organização econômica da sociedade. Sobre a propriedade, “a providência” (divina) teria dado direito de posse igual a todos os homens, mas, em seu curso, sendo diversos os meios

---

<sup>16</sup> É sabido, por exemplo, que Mirabeau começou a escrever o *Amigo dos homens* – sua principal obra, que recebeu o subtítulo de *Tratado sobre a população* – como um “comentário livre” ao ensaio de Cantillon (Cf. Weulersse, 1910b; e os comentários de Longhitano, 1999). Sobre Richard Cantillon (1680-1734), é de pouquíssima clareza a forma como seu trabalho foi difundido, apesar de um grande esforço da literatura recente em “descobrir” mais sobre sua vida e obra, e até mesmo a sua morte, em 1734, em circunstâncias também pouco esclarecidas.

<sup>17</sup> Por isso, Cantillon veio também a ser considerado por alguns comentadores importantes como um inaugurador em relação à consideração do espaço dentro da história do pensamento econômico (como, por exemplo, em Dockes, 1969).

que concorreriam para tanto, a propriedade viria naturalmente a caber a uma minoria. A desigualdade seria, assim, inexorável, aparecendo no curso do tempo, ainda que, inicialmente, venha a se partir de uma situação de igualdade.

A partir disso, o texto apresenta muitos elementos que nos interessam e que serão também fundamentais para a conformação posterior das preocupações da economia política. A começar pela relação entre preço e valor, que, em condições típicas, conforme explica Cantillon, não se afastariam um do outro. Os preços, pois, flutuam com a demanda, com o que, em seus próprios termos,

“Se um senhor abre canais e ergue terraços na sua herdade, seu valor intrínseco será proporcional à terra e ao trabalho. Mas, na verdade, o preço não manterá sempre esta proporção: se ele puser à venda esta herdade, pode ocorrer que ninguém queira lhe pagar nem a metade do que ele despendeu; mas pode se dar também, se muitos a desejarem, que ele logre o dobro do seu valor intrínseco, isto é, o valor do terreno e da despesa que ele fez” (Cantillon, [1755]2002, p. 34)

Flutuando também com a oferta, tal como continua mais a frente,

“Se os agricultores de um país semeiam mais trigo do que fazem habitualmente, isto é, muito mais trigo do que é necessário para o consumo anual, o valor intrínseco e real do trigo corresponderá à terra e ao trabalho que entram na sua produção. Todavia, como há uma quantidade muito grande de trigo e mais vendedores do que compradores, necessariamente o preço do trigo no mercado cairá abaixo do preço ou valor intrínseco. Se, ao contrário, os agricultores semearem menos trigo do que é necessário para o consumo, haverá mais compradores do que vendedores, e o preço do trigo no mercado elevar-se-á acima de seu valor intrínseco” (Cantillon, [1755]2002, p. 34)

O valor do trabalho, por sua vez, mantém uma relação com o produto da terra, isto é, com a quantidade de terra empregada para a subsistência do trabalhador. Daí que um trabalho mais qualificado tem valor intrínseco superior, uma vez que demanda mais produtos oriundos da terra, seja diretamente, para sua subsistência, ou indiretamente,

pelo tempo que se perde em aperfeiçoar uma técnica ou no aprendizado de uma outra já estabelecida. Inclui-se, ainda, no valor do trabalho, o custo com sua reprodução, ou seja, com a criação dos filhos até a fase em que se tornem aptos para produzir (e, logo, naturalmente, os custos com sua instrução). Daí que se estabelece uma paridade entre terra e trabalho, tendo como referência o dinheiro, ou melhor, a moeda.

Apesar da tese de sociabilidade natural do homem não aparecer no texto de Cantillon de forma explícita e contundente, não sendo uma de suas grandes preocupações, entretanto, encontram-se nele elementos que lhe seriam absolutamente complementares. A questão da relação intrínseca entre necessidades recíprocas e divisão do trabalho<sup>18</sup>, por exemplo, aparece de maneira discreta, porém, como condição para existência de todas as outras relações:

“As terras pertencem aos proprietários, mas elas se tornariam inúteis se não fossem cultivadas. Por outro lado, quanto mais se trabalha estas terras – mantidas todas as demais condições – mais gêneros elas rendem e, quanto mais se trabalha estes gêneros – mantidas, ainda, todas as demais condições – transformando-os em mercadorias, tanto maior é o seu valor. Por tudo isto é que os proprietários têm necessidades dos demais habitantes, do mesmo modo que estes têm necessidade dos proprietários. Mas, nesta ordem econômica, cabe aos proprietários, a quem compete dispor e dirigir estes fundos, dar-lhes o caminho mais rentável.” (Cantillon, [1755]2002, p. 42)

Depreende-se da exposição, também, que outros dois fatores são importantes para explicar a tendência ao equilíbrio e à formação do preço. O primeiro seria a incerteza, como acontece no caso do arrendatário, o qual “se compromete a pagar ao proprietário, pelo arrendamento da terra, uma soma fixa de dinheiro que, em geral, se supõe igual ao valor de um terço do produto da terra, sem, contudo, ter certeza do lucro que auferirá com a empresa” (p. 43). A explicação do autor prossegue com a observação de que é nas cidades que se consomem mais da metade dos gêneros que o arrendatário produz, que são pagos, por sua vez, pelo “preço do dia”, notadamente incerto, mas que, para tornar a

---

<sup>18</sup> Aqui, nos referimos a divisão do trabalho do ponto de vista mais abrangente, da qual a divisão interna de tarefas em uma única unidade produtiva (por exemplo, numa fábrica de alfinetes, em Smith) é, senão, uma continuidade ou extensão.

atividade viável, deve ressarcir as despesas com o transporte e um adicional sob a forma de lucro. Como os consumidores que moram nas cidades, em sua maioria, não têm meios suficientes para realizar grandes provisões, surge, então, a profissão do mercador, que realiza a compra antecipada de uma quantidade provisionável de produtos, porém, por um preço determinado, sem ter a certeza de qual será o preço da venda. E isso acontece tanto com os atacadistas quanto com os pequenos lojistas, que “nunca conseguem saber que quantidade de produtos a cidade consumirá, nem por quanto tempo preservarão a clientela, já que os comerciantes rivais tentarão de todo modo atrair a sua freguesia” (p. 45).

Em segundo lugar, a partir dessa incerteza, conclui-se pela característica fortuita da reciprocidade dessas relações. É, a partir, portanto, da incerteza e da contingência que se atinge uma certa proporcionalidade (que, para nós, pode, ainda que arbitrariamente, ser considerada como uma ideia já bem próxima à de “equilíbrio”). De modo que, em suas palavras,

“Todos estes empresários tornam-se, reciprocamente, fregueses uns dos outros; o vendedor de tecidos, do vendedor de vinho, este, do de tecidos; seu número torna-se proporcional ao dos consumidores. Se há muitos chapeleiros numa rua ou numa cidade para o número de pessoas que compram chapéus, os menos renomados irão à bancarrota. Se há muito poucos, esta será uma atividade lucrativa que encorajará novos chapeleiros a se estabelecerem. É assim, fortuitamente, que se estabelece uma proporção entre todas as coisas.” (Cantillon, [1755]2002, p. 45)

Tal condição de equilíbrio, fortuita e imprevisível, portanto, também passa por um princípio de maximização, ainda que enunciado de forma também discreta na primeira parte do texto. Cantillon vai se limitar a dizer, por enquanto, que, de certa forma, “todos os empresários procuram, no seu trabalho, pilhar tudo o que podem e enganar seus fregueses” (Cantillon, [1755]2002, p. 46).

Em torno do preço, de forma incerta, oferta e demanda, assim, vão interagir temporalmente, pelo que

“se alguns dos arrendatários plantarem – nas suas parcelas de terra – mais cereais do que o normal, eles só poderão alimentar um número menor de carneiros e haverá, portanto, menos lã e menos carne de carneiro para vender. Por consequência, haverá cereais em demasia e pouca lã para o consumo dos habitantes. A lã ficará cara, o que obrigará as pessoas a usar suas roupas por mais tempo do que comumente o fazem e haverá uma grande oferta de cereais, e um excedente para o ano seguinte.

[...] Mas, se no ano seguinte, eles tiverem muita lã e poucos cereais para o consumo, eles continuarão a modificar ano a ano o uso que dão às terras até conseguirem estabelecer uma proporção aproximada entre a sua produção e o consumo da população.” (Cantillon, [1755]2002, p. 50)

A questão é retomada na segunda parte que, não sem motivo, é a preferida dos economistas contemporâneos. Ali muito se vê dos debates que tomaram conta dos séculos seguintes em relação ao papel da moeda, do qual o escocês David Hume é também considerado uma das referências em sua inauguração, mas do lado, em grande medida, justamente oposto ao de Cantillon, qual seja, o da admissão de sua neutralidade, apesar de suas inúmeras outras congruências<sup>19</sup>. No ensaio *Da moeda*, Hume vai argumentar que a profusão do meio monetário exerce um aumento no nível de preços, mas não de forma imediata, e é apenas neste intervalo, entre seu aumento e o conseqüente aumento dos preços, quando se estabelece novamente a devida proporção, que é benéfica em termos de aumento da produção e da riqueza. Isso pois, nesse intervalo, aqueles que primeiro detiverem esse excedente de moeda poderão adquirir maiores quantidades de produtos até o ponto em que os preços se ajustarão e seu efeito será, então, neutro. O efeito da quantidade absoluta de metais, logo, permanecerá para Hume neutro, importando, na verdade, sua proporção em relação à quantidade de mercadorias, a qual tenderá a se ajustar ainda que se obtenham benefícios indiretos e temporários de um aumento do meio monetário.

Nesse ponto, Cantillon apresenta ideias um tanto diferentes em alguns aspectos cruciais e, assim, se contrapõe também, em grande medida, às ideias que tinham

---

<sup>19</sup> Em Thornton (2007) pode ser encontrada uma discussão interessante sobre a aproximação teórica de ambos sobre a questão da moeda e a possibilidade remota, ventilada pela literatura, de que Hume poderia ter lido Cantillon (hipótese, ao final, recusada pelo autor).

aparecido, ainda que de forma menos refinada, em Boisguilbert. Para ele, a constituição do valor dos metais é a mesma das demais mercadorias, ou seja, a terra e o trabalho necessários à sua produção. Assim, “o valor dos metais no mercado, assim como o de todas as outras mercadorias e gêneros, oscila tanto para cima quanto para baixo do seu valor intrínseco e, dependendo do consumo, varia na proporção de sua abundância ou escassez” (p. 67). Como os metais são úteis, portanto, têm, no mercado, um “valor correspondente à sua abundância ou escassez e correspondente a seu consumo” (p. 67). O dinheiro, ou seja, o ouro e a prata, ainda que representados por papéis a eles lastreados, é, sim, diferentemente de Hume, objeto do comércio, e seu valor intrínseco (terra e trabalho) é determinante no estabelecimento de sua relação de paridade com as demais mercadorias às quais serve de meio de troca. É por esse uso potencial que o ouro e a prata servem como reserva de valor intrínseco. “O dinheiro”, assim, vai dizer, “tem que corresponder, real e intrinsecamente, em preço de terra e de trabalho, às coisas pelas quais se troca” (p. 73). “Segundo Locke”, continua Cantillon mais à frente,

“foi o consentimento dos homens que conferiu valor ao ouro e à prata, do que ninguém pode duvidar já que a necessidade absoluta não teve, neste caso, nenhum papel. Foi este mesmo consentimento que conferiu – e continua a conferir todos os dias – valor à renda, à roupa branca, aos tecidos finos, ao cobre e aos outros metais. Para falar em termos absolutos, os homens poderiam perfeitamente viver sem estas coisas, mas daí não se deve concluir que elas só tenham valor imaginário. Ao contrário, elas têm um valor, valor este proporcional à terra e ao trabalho que entram na sua produção.” (Cantillon, [1755]2002, p. 74)

Para prosseguir com essa discussão, Cantillon, levando em consideração a relação do meio monetário com as disposições da oferta e da demanda, vai descrever de forma exemplificativa sua ideia do mecanismo de formação de preços nos seguintes termos:

“Suponhamos, de um lado, os açougueiros e, de outro, os compradores. O preço da carne se determinará depois de algumas alterações, e uma libra de boi equivalerá a mais ou menos uma moeda de prata, da mesma maneira que toda a carne que está em exposição no mercado para ser vendida, equivale a todo o

dinheiro que se trouxe para comprar a carne. Esta proporção se regula pela alteração. O açougueiro sustenta seu preço, baseado no número de compradores que vê. Os compradores, por seu lado, oferecem menos na medida em que acham que o açougueiro terá poucos fregueses. Quando o preço é estabelecido por alguns, os demais, em geral, o seguem. Enquanto os primeiros se especializam em valorizar suas mercadorias, os segundos se dedicam a depreciá-la. Embora este método de fixar o preço das coisas no mercado não tenha nenhum fundamento justo ou geométrico, visto que ele fica na dependência da solicitude ou das concessões mútuas de um pequeno número de compradores e vendedores, nada indica que houvesse outra maneira de chegar a este preço. Consta que a quantidade de víveres e mercadorias postas à venda, proporcional à demanda ou à quantidade de compradores é a base sobre a qual se fixa ou sobre a qual se crê que se fixa, os atuais preços de mercado e que estes preços, em geral, não se afastam muito de seu valor intrínseco.” (Cantillon, [1755]2002, p. 79)

Mais uma vez enuncia, assim, um princípio de otimização, a busca por um máximo de um lado, e de um mínimo de outro. Daí em diante, a segunda parte do ensaio vai discutir a ideia de velocidade de circulação da moeda, bem como as causas e as consequências do aumento do meio monetário, questões prediletas, notadamente, dentro da leitura de Cantillon pelo lado da historiografia econômica do pensamento econômico. A determinação da velocidade de circulação se dá, em suma, pela “marcha dos negócios” e pela “rapidez com que se efetuam os pagamentos”. Um proprietário que recebe seu rendimento trimestralmente, por exemplo, coloca moeda em circulação muito mais rapidamente do que um outro que a recebe anualmente, e se este último passar a receber em uma periodicidade menor, o efeito será o de um aumento na velocidade de circulação da moeda, o que equivale, no fim das contas, a um aumento da quantidade de moeda necessária à circulação, pois, em suas palavras, “para avaliar a quantidade de dinheiro que circula é preciso, sempre, considerar a velocidade da sua circulação” (Cantillon, [1755]2002, p. 85).

No modelo de Cantillon, entretanto, o efeito do aumento do meio monetário circulante depende da forma com que a moeda é adicionada à circulação. Além do aumento da velocidade de circulação, são duas as principais outras maneiras pelas quais

a quantidade de moeda pode aumentar. A primeira delas é a descoberta de novas minas, a segunda é o aumento de ouro e prata provenientes de superávits na balança do comércio. Tal como em Hume, existe uma diferença entre o que acontece num primeiro momento, digamos, no “curto prazo”, em relação ao ajustamento final, no “longo prazo”<sup>20</sup>, mas aí, nesse ponto, diferem em relação ao resultado, pois em Cantillon raramente as consequências são neutras, e mesmo que sejam, podemos dizer que isso só ocorre quando seus efeitos se anulam caso sejam opostos e de grandezas equivalentes, mas nem por isso a moeda em si e seu aumento ou diminuição são essencialmente neutros.

Considerando o caso de aumento da produção de ouro e prata nas minas, por exemplo, uma primeira consequência é o enriquecimento daqueles que a descobrem, que consumirão mais, principalmente dos artesãos, que, assim, também ganharão mais e aumentarão também suas despesas. Isso causa um impacto negativo, por sua vez, na capacidade de consumo dos demais habitantes devido ao aumento dos preços dos produtos causados pelo aumento em seu consumo pelos que se beneficiaram direta ou indiretamente do aumento da exploração de ouro e prata nas minas. Daí Cantillon extrai duas potenciais consequências. A primeira é uma diminuição nos habitantes do país, que buscarão sobrevivência em outros lugares. Com a continuidade da exploração nas minas, os preços elevar-se-ão a tal ponto que os proprietários consigam aumentar suas rendas e recompor seu antigo padrão de consumo. O excesso de demanda sobre os produtos manufaturados, por sua vez, fará com que seus preços excedam os do exterior (somados aos custos com transporte) e venham assim a serem importados, o que arruinará os produtores locais. Até que, em suas palavras,

“Quando a grande abundância de prata das minas tiver provocado uma redução do número de habitantes do país, e os que restarem estiverem já acostumados a uma grande despesa, quando esta grande quantidade de prata tiver levado os produtos da terra e do trabalho dos obreiros a preços excessivos, tiver arruinado as manufaturas do país devido ao consumo que das manufaturas do exterior fazem os proprietários de terra e os que trabalham nas minas, a prata produzida nestas minas irá necessariamente para o exterior em pagamentos dos produtos importados. Isto empobrecerá

---

<sup>20</sup> Esta distinção não aparece nestes termos em nenhum dos dois autores, tendo sido consagrada pelo pensamento econômico posterior.

imperceptivelmente este país e o tornará, de algum modo, dependente do país estrangeiro ao qual ele é obrigado a enviar anualmente a prata que extrai das minas. A grande circulação do dinheiro que, de início, era geral, cessa; a pobreza e a miséria aparecem e a exploração das minas parece ser feita exclusivamente em benefício dos que nelas trabalham e dos estrangeiros que delas tiram proveito.” (Cantillon, [1755]2002, p. 102)

O aumento dos metais oriundos de uma balança comercial, por sua vez, tem consequências potencialmente um pouco mais felizes. O possível sucesso econômico em matéria comercial é, entretanto, condicionado a diversos fatores e, ainda assim, é limitado e, no mais das vezes, se torna também declinante no curso do tempo. Segundo Cantillon, gozando de uma marinha mercante poderosa e de uma capacidade de produção de manufaturas superior aos países com que estabelece o intercâmbio, mais uma vez o excedente de dinheiro oriundo da balança favorável irá aumentar os preços no país, o que limitará seus ganhos devido a uma perda parcial do saldo inicial, o qual será revertido em consumo de bens estrangeiros. Aí uma condição, no entanto improvável, poderia ser decisiva, qual seja, a de que os particulares não aumentassem sua receptividade ao consumo de bens de luxo, caso contrário, o mais comum, o ciclo virtuoso do comércio cessaria via de regra, com outros países se constituindo como potências marítimas e comerciais capazes de fazer com que o dinheiro escoe para si. Os príncipes ou chefes das repúblicas, por exemplo, poderiam agir retirando o excesso de dinheiro de circulação, tornando sua velocidade mais lenta na tentativa de conter o aumento dos preços, o que, no entanto, seria muito difícil de ser feito e, no mais das vezes, não constitui um interesse comum daqueles que estão à frente dos governos. Assim, “segundo a ordem natural das coisas, a nação deve declinar por si mesma”<sup>21</sup>, o que levará à possibilidade de reinício do ciclo, com o possível reerguimento comercial tendo em vista a reconquista dos saldos na balança comercial.

A questão é retomada no início da terceira e última parte, com o reforço da noção de que o fundamento de tais saldos comerciais está na quantidade de produtos da terra a eles atrelados, estando assim, na causa do sucesso ou do fracasso comercial. É que os produtos manufaturados sustentariam muito mais trabalhadores do que os produtos

---

<sup>21</sup> Cantillon ([1755]2002, p. 111).

diretos da agricultura. Assim, um saldo comercial em produtos agrícolas, contrabalanceado por um déficit em manufaturados, pode ser oneroso, ainda que o resultado de sua soma seja de equilíbrio comercial ou até mesmo de superávit. Daí que as vantagens e as desvantagens do comércio exterior só podem ser examinadas e avaliadas levando em conta seus diversos ramos, ou seja, atinando-se não apenas para suas condições gerais, senão, principalmente, também, para cada circunstância em particular. Pelo que a exportação de grandes quantidades do produto agrícola de um país em troca de manufaturas estrangeiras não lograria, senão, a redução de seu número de habitantes e seu inteiro enfraquecimento.

De tal modo, Cantillon, retornando à perspectiva geral, vai concluir que

“O aumento na quantidade de dinheiro em circulação no país lhe confere grandes vantagens no comércio com o exterior, enquanto persiste essa abundância de dinheiro. Por este meio, o país troca uma pequena quantidade de produtos e de trabalho por uma porção sempre maior. Aumenta impostos com facilidade e não tem dificuldade para obter dinheiro nos casos de necessidade pública” (Cantillon, [1755]2002, p. 138)

Mas, completa em seguida,

“É bem verdade que se a quantidade de dinheiro em circulação continuar a crescer ele provocará, no país, uma elevação nos preços da terra e do trabalho. Os gêneros e os produtos manufaturados passarão a custar tão mais caro que, pouco a pouco, os estrangeiros deixarão de comprá-los, dado que poderão obtê-los em outros lugares, a um preço mais baixo. Insensivelmente, esta situação terminará por arruinar as manufaturas do país. A mesma causa que faz aumentar as rendas dos proprietários de terra, (isto é, a abundância de dinheiro), os habituará a importar grandes quantidades de produtos do exterior, onde eles os encontrarão com preços muito baixos. Estas são consequências naturais. A riqueza que uma nação adquire pelo comércio, pelo trabalho e com economia, a levará imperceptivelmente ao luxo. Os países que se alçam pelo comércio declinam logo depois. Há regras que poderiam ser aplicadas, mas que não são usadas para impedir seu declínio. É bem verdade

que o país, enquanto conta com uma balança comercial favorável e com abundância de dinheiro, parece forte – e de fato o é – enquanto persistir esta abundância”. (Cantillon, [1755]2002, p. 138)

Assim, esse sistema – notadamente mais complexo e, todavia, não tão coerente, é verdade, quanto aos mecanismos que Hume descreveu em seu ensaio – é complementado, ainda, com uma análise dos juros e do câmbio, inseridos nesse esquema de equilíbrio regulado pelas relações comerciais estabelecidas em torno do valor intrínseco dos bens, isto é, das relações entre as quantidades de terra utilizadas para sua produção, partindo, como visto, do papel essencial da propriedade fundiária e de seus produtos, “abrindo”, nas palavras de Deyon (2015), “o caminho para Quesnay e os fisiocratas”, além de representar uma certa consolidação de importantes argumentos para a refutação do mercantilismo, ainda que remanescendo apegado à teoria da balança geral do comércio.

### 1.3 A ciência do comércio e algumas de suas nuances

Também como parte desse movimento, na passagem para a segunda metade desse que foi o século do surgimento da economia política moderna, diversos outros autores passaram a se interessar pela riqueza e pelo comércio, sobretudo, num movimento notável de aumento de interesse por parte, certamente, daqueles indivíduos que já eram membros atuantes do mundo ilustrado, mas, também, de homens oriundos das profissões ditas burguesas, principalmente comerciantes<sup>22</sup>. Muitas vezes defensores de seus interesses imediatos, eram, em sua maioria, cada um à sua maneira, francamente liberais em alguns aspectos e protecionistas em outros. Apesar da “sabedoria comercial” de até então já ter certa aspiração científica, era, contudo, relativamente limitada ao interesse individual do comerciante.

Conforme bem sintetiza Sckornicki (2011), dá-se início, a partir daí, a uma transição orientada para um salto qualitativo em relação a esse arcabouço pré-existente, passando-se, cada vez mais, a consagrar as pretensões da elevação desse conjunto de conhecimentos na direção da constituição de uma “ciência do comércio” propriamente dita, em torno de três grandes teses político-econômicas reformistas: (i) a revalorização do status dos comerciantes (sobretudo, de elevação à dignidade pública não só do comércio em geral, mas da própria profissão de comerciante em particular); (ii) a diminuição das taxas de juros; (iii) a crítica dos monopólios e das corporações. Notadamente, o chamado círculo de Gournay<sup>23</sup> foi o grande eixo francês de produção, articulação e difusão dessas ideias<sup>24</sup>. Coube, principalmente, aos membros do círculo traduzir e propagar as obras inglesas mais importantes em relação à defesa do comércio e dos benefícios de sua liberdade.

Muitas dessas ideias foram, em vários aspectos, bem diferentes das que vieram a se consolidar posteriormente com os fisiocratas, os quais, em grande medida, eram, na verdade, opositores e críticos diretos das ideias e do papel econômico e social dessa

---

<sup>22</sup> Cf. Theré (1998)

<sup>23</sup> Formado em torno da liderança de Jacques-Claude-Marie Vincent, senhor das terras (ou duque) de Gournay. Membros mais conhecidos: Trudaine de Montigny; Malesherbes; Forbonnais; Butel-Dumont; Clicquot-Blervache; Abbeille; Plumar de Dangeul; Turgot; Montaudouin de la Touche; O’Heguerty; Morrelet; Coyer; Le Blanc; Gua de Malvès.

<sup>24</sup> Sckornicki (2011) propõe a seguinte subdivisão dos principais membros do grupo: i) Patrocínio político: Trudaine de Montigny (Intendente de Finanças), Malesherbes (Diretor de livraria); ii) Pessoal de apoio administrativo: Veron de Forbonnais, Butel-Dumont, Clicquot-Blervache, Abbeille, Plumar de Dangeul, Turgot, Montaudouin de la Touche, O’Heguerty, Herbert; iii) Pessoal de apoio literário: Morrelet, Coyer, Le Blanc, Gua de Malvès.

aspirante nobreza comerciante, de onde, na realidade, para o grupo liderado por Quesnay, teriam se originado grande parte dos males que colocavam em perigo a estabilidade do antigo regime, dentre eles, o luxo, o consumismo, a concentração de riqueza nas capitais e a drenagem dos recursos da única fonte verdadeiramente produtiva de riqueza, sabidamente, no quadro fisiocrata, a agricultura.

### 1.3.1 O comércio no primeiro Forbonnais

Uma via de acesso a alguns dos principais elementos dessa então emergente ciência do comércio – sejam àqueles que eram compartilhados, sejam os que eram, na realidade, disputados entre esses autores – pode ser encontrada no *Éléments du commerce* de Forbonnais, publicado em 1753. Os dois volumes contêm, ao todo, doze capítulos, que começam com as definições sobre o comércio e a concorrência, nos capítulos 1 e 2. Desdobram-se daí os dois primeiros ramos da produção dos gêneros comerciáveis (agricultura e indústria, esta última se subdividindo em manufaturas e artes liberais), além da navegação, que se torna um ramo produtivo industrial advindo da necessidade de transporte da produção – objetos da exposição dos capítulos 3, 4 e 5 – encerrando-se, assim, a primeira parte. A segunda parte começa com um capítulo sobre as colônias, desdobramento natural das atividades comerciais a partir da navegação e da possibilidade de exploração de diferentes gêneros em diferentes territórios, em seguida trata dos seguros, como um ramo de atividade comercial, do câmbio e, por fim, da própria circulação de dinheiro (tratado como riqueza de convenção) bem como do surgimento das operações de crédito – encerrando, assim, os capítulos de 6 a 10. Os últimos dois capítulos tratam do luxo e da balança do comércio.

Uma compactação desses elementos é encontrada no verbete *Comércio*, escrito para a *Encyclopédie*, que basicamente resume o primeiro capítulo e a proposta de articulação dos demais. Vejamos seus principais termos.

O verbete enuncia na abertura:

“No sentido geral, entende-se por comércio uma comunicação recíproca. Aplica-se mais particularmente à comunicação dos homens entre si, das produções das terras e de sua indústria. A providência infinita, da qual a natureza é uma obra, pela variedade que ela aí estabelece, põe os homens na

situação de dependência uns dos outros. O ser supremo criou laços, a fim de levar os povos a conservar a paz entre si e a se amar, e de reunir o tributo de seus louvores, manifestando-lhes seu amor e sua grandeza pelo conhecimento das maravilhas com as quais ele encheu o universo. É assim que as intenções e as paixões humanas entram na ordem inalterável dos decretos eternos.” (Forbonnais, [1753]2015, p. 72)

O comércio, desse modo, deve sua origem a essa dependência recíproca dos homens, ou melhor, a uma série de necessidades compartilhadas entre eles, as quais se dividem em três tipos. Trata-se da capacidade de produzir e compartilhar pela troca, em quantidade, variedade e qualidades suficientes, primeiro, os gêneros que satisfazem as necessidades básicas e reais, como as roupas e os alimentos, em segundo lugar, aqueles itens que modicamente oferecem algum conforto razoável à sobrevivência, ou seja, as comodidades. Por fim, em terceiro, o luxo, que surge da comparação das comodidades usufruídas pelos particulares e da vontade de superá-las umas às outras. Assim,

“O comércio deve sua origem a essas três espécies de necessidades que os homens impuseram a si mesmos. A indústria é, ao mesmo tempo, o seu fruto e seu suporte. Cada coisa que pode ser comunicada a um homem por outro, pela sua utilidade ou para seu prazer, é matéria de comércio. É justo dar um equivalente do que se recebe. Essa é a essência do comércio, que consiste numa troca; seu objetivo geral é estabelecer abundância das matérias necessárias ou cômodas. Enfim, seu efeito é proporcionar àqueles que ele emprega os meios de satisfazer suas necessidades.” (Forbonnais [1753]2015, p. 72)

Necessidades recíprocas (tal como em Boisguilbert e também, ainda que de forma discreta, em Cantillon), comunicação (linguagem, portanto) e paixões, conjugadas conforme se encontram inseridas na eternidade dos decretos de Deus. É das muitas possíveis nuances dessa essência antropológica de corte naturalista e, ao mesmo tempo, justificada por sua origem divina, que o comércio é predominantemente pensado nessa

literatura que, no fim, com os fisiocratas, vai reivindicar o monopólio do saber político (notadamente, pela via do saber econômico)<sup>25</sup>.

Em Forbonnais também ainda vemos um exemplar das ideias que eram nitidamente voltadas para um dirigismo bastante alinhado à tradição mercantilista. Se muitos de seus argumentos já tinham sido, em certa medida, refutados, a desproporção entre importação e exportação aparece como preocupação premente nas obras do autor. Após considerar o comércio em relação ao corpo político como a “circulação interna dos víveres do país e das colônias, na exportação de seu excedente e na importação dos víveres estrangeiros” (p. 75), no verbete, tal preocupação aparece nos seguintes termos:

“A riqueza de um estado é o maior grau de independência, em suas necessidades, em relação a outros Estados e o maior excedente que ele tiver para exportar. Sua riqueza relativa depende da quantidade de riquezas de convenção que o seu comércio lhe atrai, comparada com a quantidade das mesmas riquezas que o comércio atrai nos Estados vizinhos. É a combinação dessas riquezas reais e relativas que constitui a arte e a ciência da administração do comércio político. Toda operação no comércio de um Estado contrária a esses princípios é uma operação destrutiva do comércio político.”  
(Forbonnais [1753]2015, p. 75)

---

<sup>25</sup> As variações dessa definição permitem enxergar uma espécie de lugar comum da maioria dos autores econômicos do período, seja na Inglaterra, seja na França, conforme, por exemplo, mostrado no trabalho de Muller (2018), que analisa a depuração inglesa, que aparece em Josiah Tucker, e a francesa, que aparece em Forbonnais e Turgot, realizadas a partir dos clássicos do direito natural, como Grotius e Puffendorf. Um aprofundamento sobre a relação entre sociabilidade e liberalismo nesses dois últimos e também em John Locke pode ser encontrado, por exemplo, em Oliveira (2000). De nossa parte, poderíamos acrescentar também a seguinte passagem de Ferdinando Galiani, em *Da moeda*: “o comércio é filho da necessidade mútua dos homens e pode ser definido assim: uma troca que os homens fazem entre si de seus trabalhos com vistas a suprir as necessidades mútuas. Por conseguinte, tudo o que é vantajoso ao comércio é também muito útil” (p. 123, Galiani, [1751]2000). Já em Mirabeau, o comércio aparece sob a seguinte definição: “*Le Commerce est le rapport utile et nécessaire de tout Être sociable avec son semblable. En ce sens le moral est de son territoire ainsi que le physique, et tout est Commerce ici-bas.*” (p. 5, parte 2, Mirabeau, 1756). Além dessas referências, a relação entre a sociabilidade e o comércio já aparecia de forma similar também na obra do moralista francês La Rochefoucauld: “*Ce que les hommes ont nommé amitié, n’est qu’une société, qu’un ménagement réciproque d’intérêts, et qu’un échange de bons offices; ce n’est enfin qu’un commerce où l’amour-propre se propose toujours quelque chose à gagner*” (p. 26, La Rochefoucauld, [1678]2007). Sobre este último, uma discussão crítica interessante pode ser encontrada em um dos capítulos de Latouche (2005), que tenta situar La Rochefoucauld como uma das principais referências francesas que teria adiantado boa parte das ambivalências que ocupariam o século seguinte acerca da relação entre amor-próprio e interesse, tanto na Inglaterra quanto na França. Moncreshtien também já havia afirmado algo em relação às necessidades recíprocas em seu *Traicté de l’oéconomie politique* de 1615: « *le traffic de nation à nation se fait par le besoin que les unes ont des autres, à cause que les commoditez de la vie humaine sont departies en diverses regions. Ainsi le défaut est la source du commerce, et la nécessité, la regle.* » (p. 130, Montchrestien, [1615]1889).

De modo geral, há um comércio útil e um que não o é, pelo menos não em relação ao corpo político. Ou seja, existe um comércio em que o operador individual ganha e o Estado perde. Por exemplo, aquele que substitui uma capacidade interna existente, o que implicaria nas seguintes perdas:

“1º) o valor daquilo que custaram no exterior. 2º) os salários que o emprego das mercadorias nacionais teria proporcionado a diversos operários. 3º) o valor que a matéria-prima teria produzido nas terras do país ou das colônias. 4º) o benefício da circulação de todos esses valores, ou seja, a comodidade que ela teria difundido pelos consumidores sobre diversos súditos. 5º) os recursos que o príncipe tem o direito de esperar da comodidade de seus súditos.

Se as matérias-primas foram produções das colônias, o estado perderá além disso o benefício da navegação. Se forem matérias estrangeiras, esta última perda subsiste igualmente, e, em vez da perda do produto das terras, será a perda da troca de mercadorias nacionais que teriam sido fornecidas como retorno destas matérias-primas. O ganho do Estado é, pois, precisamente tudo o que acabamos de dizer que ele perderia na hipótese proposta; o ganho do comerciante é somente o excedente do preço de venda sobre o preço de compra.” (Forbonnais [1753]2015, p. 75)

Assim, “o comércio exterior de um povo não estará no seu mais alto grau de perfeição se seu excedente não for exportado e se as coisas que lhe são necessárias não forem importadas da maneira mais vantajosa para ele” (p. 82). A partir dessas preocupações, a balança do comércio aparece como a expressão da diferença entre importação e exportação, a qual é necessariamente paga em dinheiro, isto é, em riquezas de convenção (geralmente, ouro ou prata). A partir de sua expressão individual, ou seja, do saldo de um estado particular para outro, é generalizada de um estado em particular em relação a todos os outros, revelando um saldo final que passa a ser a principal preocupação.

“É evidente que, dentre vários povos, aquele cuja balança geral for constantemente mais vantajosa, tornar-se-á mais poderoso, terá mais riquezas

de convenção e essas riquezas, circulando no interior, proporcionarão uma subsistência fácil a um maior número de cidadãos. Tal é o efeito do comércio, quando é levado à sua perfeição num corpo político; é por uma grande superioridade de visão, por uma vigilância assídua sobre os procedimentos, regulamentos e motivos dos povos em concorrência, enfim, por uma combinação das riquezas reais e relativas, que ela obtém sucesso. As circunstâncias variam ao infinito, mas os princípios são sempre os mesmos; sua aplicação é o fruto do gênio que compreende todas as suas faces.” (Forbonnais [1753]2015, p. 84)

O comércio deve, portanto, ser facilitado ou dificultado ou permitido conforme o que Forbonnais chama de “interesse geral bem compreendido”. Daí que, em suas palavras, “saber fazer comércio e saber conduzi-lo são duas coisas muito distintas” pois,

[...] “Para bem conduzi-lo, é preciso saber como ele é feito. Para fazê-lo com proveito, é inútil saber como ele deve ser conduzido. A ciência do negociante é a dos detalhes dos quais se ocupa; a ciência do político é o partido que se pode tirar desses detalhes. Deve-se, pois, conhecê-los, e é apenas com os negociantes que podemos nos instruir sobre isso. Nunca seria demais conversar com eles para aprender, para deliberar: seus conselhos devem ser admitidos com precaução. Já havíamos distinguido o ganho do comerciante do ganho do Estado. É claro que, absorvidos pelos detalhes, os negociantes raramente têm o golpe de vista geral, a menos que por suas viagens ou por uma extensa e refletida prática eles o tenham adquirido. Os que estão nesse caso podem certamente tomar decisões.” (Forbonnais [1753]2015, p. 86)

O autor encerra o verbete destacando a imensidão do tema, e os exemplos de aprofundamento possíveis pela literatura consagrada na época, das quais, os livros ingleses seriam as referências mais seguras.

### 1.3.2 Turgot, o elogio a Gournay e o verbete “Feira”<sup>26</sup>

Um outro discurso dos mais importantes da passagem, na França, da ciência do comércio para a então ainda embrionária economia política, e que pode nos ajudar a perceber mais algumas das questões que se tornavam proeminentes, foi escrito por Turgot<sup>27</sup> (1727–1781), que fora membro do círculo de Gournay quando ainda jovem e, posteriormente, diferentemente de Forbonnais, se aproximara bastante da fisiocracia, sem, contudo, por vários motivos, vir a poder ser considerado propriamente um fisiocrata. A Turgot, como se sabe, fora confiado, mais tarde, o cargo de Controlador Geral das Finanças – no período 1774–1778, alguns anos antes de sua morte em 1781. À sua experiência como ministro credita-se a última tentativa de reforma da monarquia francesa antes da revolução. O interesse na teoria econômica própria de Turgot ultrapassa um pouco, é verdade, nosso propósito neste tópico, mas tendo sido um discípulo direto de Gournay (1712–1759) e tendo a ele escrito um elogio como forma de homenagem póstuma, podem nos interessar, especialmente, algumas passagens que ajudem a estabelecer melhor esse contexto, sem que tenhamos que mergulhar diretamente, de saída, nas ideias econômicas que são próprias e originais da obra econômica mais madura de Turgot.

O texto do elogio é de 1759 e nos mostra o registro de um Gournay que poderíamos chamar de “*turgotiano*”<sup>28</sup>, pelo qual podemos conhecer um pouco da história dessa importante figura, bem como um pouco do discurso do próprio autor do elogio. Lê-se, quase de saída, também – como em Forbonnais –, uma delimitação do que seria a ciência do comércio, que em muito excederia as possibilidades de um saber meramente restrito às capacidades essenciais do negociante. Isto é, por um lado, ter-se profundo conhecimento dos mais diferentes produtos naturais e da indústria nas mais diferentes regiões, e conhecerem-se, ainda, as variações e pormenores dos impostos, das condições de produção, da moda, das finanças, e assim por diante, caracterizaria, segundo enuncia o elogio, apenas uma pequena parte desse então florescente ramo do saber. Mas, por outro lado, encarar-se o comércio como “filósofo e estadista”<sup>29</sup>, algo que Vincent de Gournay

---

<sup>26</sup> Vide tradução completa do verbete nos Apêndices.

<sup>27</sup> Anne Robert Jacques Turgot (1727 – 1781).

<sup>28</sup> Sckornicki (2011) lembra que o texto foi também rotulado de uma “fisiocratização” do pensamento de Gournay.

<sup>29</sup> As palavras são do próprio Turgot.

teria sido brilhantemente capaz de realizar, significaria muito mais. Trata-se, em suas palavras, de:

“[...] descobrir as causas e os efeitos ocultos desta multiplicidade de revoluções e suas contínuas variações; voltar às origens daquelas forças simples cuja ação combinada, mas, às vezes, mascarada por circunstâncias locais, dirige todas as operações do comércio; admitir como verdadeiras estas leis únicas e primitivas, fundadas na própria natureza, pelas quais todos os valores existentes no comércio se compensam reciprocamente, e se fixam um determinado valor, assim como os corpos sujeitos a seu próprio peso se ordenam por si mesmos, de acordo com seu peso específico; entender as complexas relações pelas quais o comércio se liga com todos os outros ramos da economia política; dar-se conta da dependência recíproca entre comércio e a agricultura, a influência que um e outro têm sobre as riquezas, sobre a população e sobre a força dos Estados, sua íntima ligação com as leis, os costumes, e todas as ações dos governos, sobretudo com a administração das finanças; avaliar a ajuda que o comércio recebe da marinha de guerra e a ajuda que lhe presta, as mudanças que provoca nos negócios dos respectivos Estados e o peso que tem na balança política; distinguir, nas circunstâncias fortuitas e nos princípios administrativos adotados pelas diferentes regiões da Europa, as verdadeiras causas do progresso e da decadência comercial destas mesmas nações [...]” (Turgot, [1759]2001, p. 227)

Com essa bela descrição, tem-se uma mostra do que estava em jogo. O texto então faz uma rápida digressão sobre a vida de Gournay e passa a falar sobre suas indignações em relação ao que o autor chama de “resquícios de barbáries góticas” de governos que “nem conheceram a importância do comércio, nem souberam defender a liberdade pública contra as práticas monopolistas e contra o interesse particular” ( Turgot, [1759]2001, p. 228):

“Gournay acreditava que todo e qualquer cidadão que trabalha merece o reconhecimento público. O que o surpreendia era ver que um cidadão não podia nem fabricar nem vender coisa alguma sem, antes, ter adquirido com

grandes custos, o direito de ser recebido numa corporação. [...] Gournay acreditava que um trabalhador que houvesse fabricado uma peça de tecido teria acrescentado uma riqueza real à massa de riquezas do Estado; que se este tecido fosse inferior a outros, haveria entre os consumidores alguém a quem esta inferioridade conviria mais do que uma superioridade pela qual se paga mais caro. Gournay estava longe de imaginar que, porque não correspondia a regulamentos, esta peça de tecido devesse ser inutilizada e que o infeliz que a tivesse fabricado fosse compelido, por isso, a pagar multa capaz de levar sua família à miséria. Gournay nem sequer suspeitava que um trabalhador, ao fabricar uma peça de tecido, se expusesse a riscos e a gastos de que estavam livres os ociosos; que uma peça de tecido pudesse desencadear um processo e uma terrível discussão para definir se estava, ou não, em conformidade com um regulamento longo e frequentemente difícil de ser entendido; que esta discussão devesse travar-se entre um fabricante que não sabe ler e um inspetor que não sabe fabricar, mas que, apesar disso, fosse o juiz soberano da sorte deste infeliz.” (Turgot, [1759]2001, p. 227)

Como se nota, o texto evolui rapidamente para uma crítica a todos os impedimentos à liberdade do comércio, bem como para um elogio aos conhecimentos que a ela e por ela se orientam. A partir disso, Turgot vai passar, então, para uma descrição de alguns dos fundamentos essenciais dos propósitos do governo pela via da liberdade do comércio, mas não sem antes se aprofundar no que poderíamos chamar de “indignações e incredulidades” de Gournay, expostos ora sob a forma de coisas que seriam inaceitáveis, ora como aquelas que nem sequer poderiam ser imaginadas pelo “mestre”. São descritas muitas das dificuldades e impedimentos que se acreditava imporem-se ao florescimento de uma atividade comercial vigorosa, como o fato, por exemplo, de muitas cidades vizinhas funcionarem praticamente como inimigas, tamanha a disputa comercial em que se encontravam. Além disso, de proibirem-se ramos inteiros da indústria e limitarem-se drasticamente a armazenagem de grãos e produtos não perecíveis bem como o escoamento dos que poderiam perecer – com o que pretendiam tornar a oferta abundante, porém, não logrando mais do que tornar a situação dos produtores “mais incerta e mais desgraçada do que a de todos os outros cidadãos” (Turgot, [1759]2001, p. 228).

Portanto, o que para Gournay, conforme as palavras de Turgot, eram preceitos “ditados pelo puro e simples bom senso”, causou, na verdade, grande surpresa, pelo que fora Gournay acusado da constituição de um novo sistema, a partir do qual, no entanto, só se concluía pela simplicidade do imperativo segundo o qual “onde o interesse particular coincide exatamente com o interesse geral, o melhor que se tem a fazer é deixar cada homem livre para fazer o que quiser” (p. 229). A Gournay é creditada correntemente a consagração, em termos de liberdade comercial, da expressão “laissez-faire, laissez-passer”<sup>30</sup>, o que no discurso de Turgot pode ser bem observado pelos seguintes termos:

“[...] um homem sabe melhor o que lhe interessa do que outro homem inteiramente alheio a este interesse. Do que Gournay concluía que, onde o interesse particular coincide exatamente com o interesse geral, o melhor que se tem a fazer é deixar cada homem livre para fazer o que quiser. Ora, quando o comércio fica entregue a si mesmo, é impossível que o interesse particular não venha a coincidir com o interesse geral. O comércio é algo que não diz respeito ao interesse geral, ou, o que é a mesma coisa, o Estado só pode se interessar pelo comércio em dois casos. Enquanto protetor dos particulares que o compõem, o Estado tem interesse em que ninguém possa causar dano considerável a outrem sem que este não possa se defender. Enquanto corpo político obrigado a se defender contra invasões externas e a investir internamente grandes somas em benfeitorias, ele tem interesse em que a massa de riquezas do Estado e a produção anual da terra e da indústria sejam as maiores possíveis. [...] Ora, no que tange a todas essas questões, é óbvio que, liberto de barreiras, o interesse de todos os particulares atende, necessariamente, a todos os objetivos do interesse geral.” (Turgot, [1759]2001, p. 229)

Daí que protegendo os particulares e visando a maior riqueza possível, a liberdade geral de comprar e vender poderia garantir o preço que dá o estímulo necessário à produção e, ao mesmo tempo, possibilita o consumo da melhor mercadoria no preço mais baixo possível. Os mecanismos de privilégios lesariam, então, os consumidores que

---

<sup>30</sup> Cf., por exemplo, umas das primeiras discussões sobre o assunto contidas em Oncken (1888).

seriam forçados a pagar mais caro ao se limitarem os vendedores. Já o controle de compradores, como a exclusão de estrangeiros, por exemplo, prejudicaria os produtores que teriam que praticar preços mais baixos até o ponto em que não conseguiriam cobrir seus custos, o que os levaria a diminuir ou encerrar a produção de determinado gênero, levando à escassez. Turgot resume, assim, em referência a Gournay, os objetivos essenciais do governo em três aspectos: (i) o desenvolvimento da liberdade em todos os ramos; (ii) a facilitação do trabalho de todos os produtores, visando estimular a competição; (iii) a abertura de todos os mercados para escoamento, estimulando a competição entre os comerciantes.

A esses três elementos, seria ainda necessário adicionarem-se medidas que afastem alguns dos principais obstáculos ao progresso da indústria. O primeiro deles seriam os altos juros; o segundo, os altos e infundáveis impostos. Turgot vai ressaltar que “as finanças são necessárias visto o Estado ter necessidade de rendas, mas a agricultura e o comércio são, ou melhor, a agricultura, animada pelo comércio, é a fonte de rendas” (Turgot, [1759]2001, p. 233). Do que se percebe a ideia, em Turgot, de primazia da agricultura como fonte de riqueza e da qual, uma vez “animada pelo comércio”, em última análise, serão extraídas as somas que serão “sugadas”, ou sob a forma de impostos, ou pelos “altos juros do dinheiro que, por permitir que os possuidores de capital vivam sem trabalhar, estimulam o luxo e a ociosidade, retiram do comércio e tornam estéreis para o Estado as riquezas e a indústria de um grande número de cidadãos” (Turgot, [1759]2001, p. 233).

O restante do elogio é dedicado ao enaltecimento das belezas da personalidade de Gournay em que Turgot, entre outras coisas, lembra a forma como Gournay reagiu ao arrogo, pelos seus detratores, da pecha de “homem de sistemas”, essa espécie de xingamento da época da ilustração para denotar posturas dogmáticas e antifilosóficas.

#### 1.1.1.1. O verbete feira: um exemplo de história conjectural e de crítica ao intervencionismo

Turgot também contribuiu anonimamente para a *Enciclopédia* de Diderot e D’Alambert escrevendo os verbetes “Etimologia”, “Existência” e “Expansibilidade”, publicados no Volume VI, de 1756, além de “Feira” e “Fundação”, publicados no Volume

VII, de 1757<sup>31</sup>. Seria interessante para nós, nesse momento, examinar alguns elementos do artigo “Feira”<sup>32</sup>, no qual Turgot assume uma postura mais crítica e mais liberalizante que Forbonnais. O texto começa pontuando a diferença entre as palavras feira e mercado, estabelecendo, a partir disso, seu objeto:

“Feira, esta palavra que vem de fórum, lugar público, foi na sua origem sinônimo de mercado, e ainda o é de algum modo: tanto uma quanto a outra significam uma reunião de vendedores e compradores, num lugar e num tempo definido. Mas a palavra feira parece apresentar a ideia de uma reunião mais numerosa, mais solene e, por consequência, mais infrequente. Essa diferença é notável de saída e parece ser aquela que normalmente determina a utilização dessas duas palavras. Mas ela mesma provém de outra diferença – mais oculta e, por assim dizer, mais radical entre essas duas coisas – à qual nós pretendemos desenvolver.” (Turgot, [1757]1913, p. 577)<sup>33</sup>

A partir daí o texto faz uma rápida digressão acerca dessa consagrada noção de naturalidade social do comércio, de que seu curso natural proporciona o encontro mutuamente vantajoso em que acontecem as operações de compra e venda de mercadorias. Tende-se, assim, naturalmente, na medida em que seja oportuno e vantajoso, a certa compatibilização do tamanho desta possível reunião. A partir disso, o processo de formação de um mercado é compreendido a partir de uma operação lógica conjectural e sua consequência dá origem, inclusive, à forma genérica de surgimento das cidades. O parágrafo é um pouco extenso, mas vale a sua leitura completa:

“O curso natural do comércio é suficiente para formar esse encontro e por aumentá-lo até certo ponto. A concorrência dos vendedores limita o preço das

---

<sup>31</sup> Cf. Diderot e D’Alambert (2022a e 2022b).

<sup>32</sup> Vide tradução completa nos apêndices.

<sup>33</sup> Do original: “FOIRE, s. f. (*Comm. & Politiq.*) ce mot qui vient de forum, place publique, a été dans son origine synonyme de celui de marché, & l’est encore à certains égards : l’un & l’autre signifient un concours de marchands & d’acheteurs ; dans des lieux & des tems marqués ; mais le mot de foire paroît présenter l’idée d’un concours plus nombreux, plus solennel, & par conséquent plus rare. Cette différence qui frappe au premier coup-d’œil, paroît être celle qui détermine ordinairement dans l’usage l’application de ces deux mots ; mais elle provient elle-même d’une autre différence plus cachée, & pour ainsi dire plus radicale entre ces deux choses. Nous allons la développer.”

mercadorias<sup>34</sup> e o preço das mercadorias limita, por sua vez, o número de vendedores. Com efeito, todo comércio devendo nutrir aquele que o empreende, faz-se necessário que o número de vendas compense o comerciante pelo baixo lucro que obtém em cada venda individual. Assim, o número de comerciantes é proporcional ao número de consumidores, de modo que cada comerciante corresponde a certo número deles. Isso posto, eu suponho que se o preço de um produto seja tal que, para sustentar o comércio, seja necessário vendê-lo para o consumo de trezentas famílias, é evidente que três aldeias, cada uma com apenas cem famílias, não podem sustentar mais do que um comerciante deste produto. Tal comerciante se encontrará provavelmente naquela das três aldeias em que o maior número de compradores pode se reunir de forma mais conveniente, ou ao menor custo. Pois essa diminuição dos custos fará do comerciante estabelecido nesta aldeia o preferido em relação a qualquer um que pudesse vir a se instalar em uma das outras duas. Contudo, muitas espécies de produtos provavelmente se encontrarão na mesma situação e os comerciantes de cada um desses produtos se reunirão no mesmo lugar pela mesma razão, ou seja, pela diminuição dos custos e porque um homem que tem necessidade de duas espécies de produtos prefere fazer apenas uma viagem para encontrá-las, do que fazer duas. É como se, assim, ele pagasse realmente mais barato por cada mercadoria. A localidade se torna, então, cada vez mais considerável para essa reunião de comércios diferentes, pois todos os artesãos que não são retidos no campo por seu gênero de trabalho, bem como todos os homens ricos o suficiente para ficarem no ócio, se reúnem para procurar as comodidades da vida. A concorrência dos compradores atrai os comerciantes pela expectativa de venda e muitos se estabelecem pelo mesmo produto. A concorrência dos comerciantes, por sua vez, atrai os compradores pela expectativa de bons preços e ambos continuam a se aumentar mutuamente até que a desvantagem da distância compense a vinda de compradores ainda mais distantes pelo barateamento do preço ocasionado pela concorrência. Além disso, o próprio costume e a força do

---

<sup>34</sup> Optamos pela tradução de “*denrées*” por “mercadorias”, ao invés da tradução mais direta, que seria por “víveres”, ou seja, gêneros alimentícios. Uma tradução discutível e muito menos usual (pelo menos para a época), mas que conteria uma ideia útil para nós, seria por “commodities”. Uma outra possibilidade seria traduzir por “gêneros comerciáveis”.

hábito aumentam ainda mais essa atração. Assim se formam naturalmente diferentes centros de comércio, ou mercados, os quais correspondem a certas cercanias ou a certos distritos de certa extensão de acordo com a natureza dos produtos, bem como de acordo com a facilidade maior ou menor das comunicações e com o estado mais ou menos numeroso da população. E essa é, para ser breve, a primeira e a mais comum origem das vilas e das cidades.” (Turgot, [1757]1913, p. 577-578)<sup>35</sup>

Esse belo exemplo é importante para nós por dois motivos. Vemos como o comércio aparece nesse momento da obra de Turgot e, principalmente, vemos um método funcionando em termos muito simples. É nesse registro, ou melhor, com esse método, de história conjectural, que vão operar, em assuntos bem mais complexos, grande parte dos autores que se dedicaram a investigar não somente as riquezas no século das Luzes, mas também as línguas, as formas políticas e, principalmente, a própria história do gênero humano<sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup> Do original: “*Le cours naturel du commerce suffit pour former ce concours, & pour l’augmenter jusqu’à un certain point. La concurrence des vendeurs limite le prix des denrées, & le prix des denrées limite à son tour le nombre des vendeurs : en effet, tout commerce devant nourrir celui qui l’entreprend, il faut bien que le nombre des ventes dédommage le marchand de la modicité des profits qu’il fait sur chacune, & que par conséquent le nombre des marchands se proportionne au nombre actuel des consommateurs, ensorte que chaque marchand corresponde à un certain nombre de ceux-ci. Cela posé, je suppose que le prix d’une denrée soit tel que pour en soutenir le commerce, il soit nécessaire d’en vendre pour la consommation de trois cents familles, il est évident que trois villages dans chacun desquels il n’y aura que cent familles, ne pourront soutenir qu’un seul marchand de cette denrée ; ce marchand se trouvera probablement dans celui des trois villages, où le plus grand nombre des acheteurs pourra se rassembler plus commodément, ou à moins de frais ; parce que cette diminution de frais fera préférer le marchand établi dans ce village, à ceux qui seroient tentés de s’établir dans l’un des deux autres : mais plusieurs especes de denrées seront vraisemblablement dans le même cas, & les marchands de chacune de ces denrées se réuniront dans le même lieu, par la même raison de la diminution des frais, & par ce qu’un homme qui a besoin de deux especes de denrées, aime mieux ne faire qu’un voyage pour se les procurer, que d’en faire deux ; c’est réellement comme s’il payoit chaque marchandise moins cher. Le lieu devenu plus considérable par cette réunion même des différens commerces, le devient de plus en plus ; parce que tous les artisans que le genre de leur travail ne retient pas à la campagne, tous les hommes à qui leur richesse permet d’être oisifs, s’y rassemblent pour y chercher les commodités de la vie. La concurrence des acheteurs attire les marchands par l’espérance de vendre ; il s’en établit plusieurs pour la même denrée. La concurrence des marchands attire les acheteurs par l’espérance du bon marché ; & toutes deux continuent à s’augmenter mutuellement, jusqu’à ce que le desavantage de la distance compense pour les acheteurs éloignés le bon marché de la denrée produit par la concurrence, & même ce que l’usage & la force de l’habitude ajoutent à l’attrait du bon marché. Ainsi se forment naturellement différens centres de commerce ou marchés, auxquels répondent autant de cantons ou d’arrondissemens plus ou moins étendus, suivant la nature des denrées, la facilité plus ou moins grande des communications, & l’état de la population plus ou moins nombreuse. Et telle est, pour le dire en passant, la premiere & la plus commune origine des bourgades & des villes.*”

<sup>36</sup> Sobretudo em Condillac, mas também em Montesquieu, Rousseau, Hume, Smith, além do próprio Turgot, e também, tópico importante para nós, na fisiocracia, em relação aos estágios de desenvolvimento histórico que levariam à ordem naturalmente mais perfeita: i) Barbárie; ii) Governo Feodal; iii) Despotismo ministerial (estágio atual da época); iv) Ordem natural restaurada (reino agrícola ideal ainda por constituir) – Cf. as *Lettres sur la dépravation et la restauration de l’ordre legal* (Mirabeau, 1769).

Desse ponto em diante, Turgot vai fazer do verbete uma crítica às intervenções típicas no domínio do comércio, das quais as feiras seriam um exemplo notório. As feiras assumem, assim, o exemplo de tudo o que é ruim em matéria de comércio, sobretudo em relação aos privilégios. Em suas palavras:

“Nas feiras, é o desejo de usufruir de certos privilégios que constitui esse encontro, de onde se segue que deve ser bem mais numeroso e bem mais pessoal. Acontece que, apesar do curso natural do comércio ser suficiente para estabelecer os mercados, por consequência desse princípio infeliz, em quase todos os governos há tanto tempo infestados pela administração comercial – quero dizer, por essa mania de tudo conduzir, de tudo regulamentar e de jamais confiar nos próprios interesses dos homens – fez-se intervir a política. Limitou-se o número de comerciantes, sob o pretexto de impedir que não se prejudiquem uns aos outros, proibiu-se a venda de mercadorias em outros lugares que não os designados, seja pela comodidade dos comissionados encarregados de receber os impostos, seja porque se quis sujeitá-las às conformidades de inspeção e de marcação ou porque não se pode colocar escritórios em todos os lugares. Seria necessário, enfim, mais de uma enciclopédia para elencar todas as ocasiões de combate a esse sistema fatal para a indústria.” (Turgot, [1757]1913, p. 580)<sup>37</sup>

O restante do texto, então, vai desdobrando os efeitos nocivos das feiras, que, malgrado o efeito de aumento local e temporal no comércio, do ponto de vista agregado, causaria muito mais distorções do que os benefícios pontuais, além do que tais benefícios poderiam ser muito melhor aproveitados caso toda a extensão temporal e territorial fosse igualmente privilegiada pela liberdade comercial e pela diminuição dos impostos, tal

---

<sup>37</sup> Do original: “*dans les foires, c’est le desir de jouir de certains privilèges qui forme ce concours : d’où il suit qu’il doit être bien plus nombreux & bien plus solennel dans les foires. Quoique le cours naturel du commerce suffise pour établir des marchés, il est arrivé, par une suite de ce malheureux principe, qui dans presque tous les gouvernemens a si long-tems infecté l’administration du Commerce, je veux dire la manie de tout conduire, de tout regler, & de ne jamais s’en rapporter aux hommes sur leur propre intérêt ; il est arrivé, dis-je, que pour établir des marchés, on a fait intervenir la police ; qu’on en a borné le nombre, sous prétexte d’empêcher qu’ils ne se nuisent les uns aux autres ; qu’on a défendu de vendre certaines marchandises ailleurs que dans certains lieux désignés, soit pour la commodité des commis chargés de recevoir les droits dont elles sont chargées, soit parce qu’on a voulu les assujettir à des formalités de visite & de marque, & qu’on ne peut pas mettre par-tout des bureaux. On ne peut trop saisir toutes les occasions de combattre ce système fatal à l’industrie, il s’en trouvera plus d’une dans l’Encyclopédie.*”

como na Holanda, em que “não há nenhuma feira, mas toda a extensão do Estado e durante todo o ano formam, por assim dizer, uma só feira contínua, pois o comércio é sempre e em todo lugar igualmente florescente.” E conclui:

“É necessário, então, que o sacrifício dos impostos do príncipe seja tão útil para o comércio pelas isenções temporárias e locais quanto o seria por uma ligeira moderação na totalidade dos impostos. É preciso muito para que o consumo extraordinário aumente tanto pela isenção particular quanto o consumo diário diminua pela sobrecarga habitual. Acrescentemos que não existe isenção particular que não dê origem a fraudes, para com elas lucrarem, a novos obstáculos, à multiplicação de comissários e inspetores para impedir tais fraudes e a punições. Mais perda, assim, de dinheiro e de homens para o Estado. Concluamos que as grandes feiras nunca são tão úteis, que o dano que elas implicam é prejudicial e que, bem longe de serem a prova do estado florescente do comércio, elas só podem, ao contrário, existir nos Estados em que o comércio é prejudicado, sobretaxado de impostos e, por consequência, medíocre.” (Turgot, [1757]1913, p. 583)<sup>38</sup>

Claro que a contribuição da economia política de Turgot foi muito maior do que isso, sobretudo sua análise sobre a história conjectural do surgimento da moeda<sup>39</sup> e sobre a ideia embrionária de acumulação de capital. Enfim, assuntos para uma outra oportunidade. Gostaríamos de nos ater agora a um autor que aqui poderia parecer mesmo um tanto inusitado, mas dos mais importantes, vejamos.

---

<sup>38</sup> Do original: “*Il s’en faut donc beaucoup que le sacrifice des droits du prince soit aussi utile au Commerce par les exemptions momentanées & locales, qu’il le seroit par une modération legere sur la totalité des droits ; il s’en faut beaucoup que la consommation extraordinaire augmente autant par l’exemption particuliere, que la consommation journaliere diminue par la surcharge habituelle. Ajoûtons, qu’il n’y a point d’exemption particuliere qui ne donne lieu à des fraudes pour en profiter, à des gênes nouvelles, à des multiplications de commis & d’inspecteurs pour empêcher ces fraudes, à des peines pour les punir ; nouvelle perte d’argent & d’hommes pour l’état. Concluons que les grandes foires ne sont jamais aussi utiles, que la gêne qu’elles supposent est nuisible ; & que bien loin d’être la preuve de l’état florissant du Commerce, elles ne peuvent exister au contraire que dans des états où le Commerce est gêné, surchargé de droits, & par conséquent médiocre.*”

<sup>39</sup> Ou, se quisermos, “gênese lógica da forma-dinheiro”, como queria, na verdade, Marx n’O Capital.

## CAPÍTULO 2. A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO PELO GOVERNO DA NATUREZA

Além da ciência do comércio, outra representação das origens modernas da vocação científica da economia política anterior à formação do grupo liderado por Quesnay, com nuance, nesse caso, naturalista, pode ser encontrada em um texto publicado por Lineu no *Jornal Œconomique*, na edição de janeiro de 1752. O conhecimento acerca dos assuntos econômicos também já tinha sido objeto de um verbete de Rousseau na edição de 1751 da *Encyclopédie* de Diderot & D’Alambert (além de um curto verbete do próprio Diderot denominado “Œconomie rustique”). Posteriormente, também recebeu outros tratamentos na edição de 1765, principalmente em outro verbete de mesmo nome, modificando apenas a grafia para “Œconomie politique”, redigido por Boulanger, e em outros dois, o curtíssimo “Œconomie” de Jaucourt, que se presta a fazer referência aos demais, e o ainda menor “Œconomique” de Diderot, além de um terceiro, em contexto fisiológico, o “Œconomie animale” de Menuret de Chambaud<sup>40</sup>. Essa profusão de diferentes nuances serve como uma boa representação da crescente aspiração (e, óbvio, dos conflitos) acerca da conformação da possibilidade de um novo sistema de conhecimento prestes a se consagrar e a ser reivindicado como uma “ciência nova” pelos fisiocratas.

Com suas proximidades e com suas distâncias – seja do naturalismo de Lineu, seja das preocupações em relação ao governo do comércio em Forbonnais, ou, ainda, das relacionadas ao que Rousseau chama de economia pública em seu citado verbete –, a economia política dos fisiocratas veio a se reconhecer como ciência por ocasião de uma particularidade que a diferenciaria. Trata-se do reconhecimento da necessidade e de sua consequente capacidade própria de demonstração, bem como das possibilidades daí advindas. Necessidade essa oriunda, ou que pelo menos pode ser compreendida, em grande medida, a partir das ideias epistemológicas de Quesnay. É a partir daí que, juntamente com a contribuição inicial de Mirabeau, ambos vão buscar fundar um grupo dedicado a uma ciência do governo da natureza. Capacidade que só pôde ter sido adquirida, conforme a crença própria da escola, pela forma de representação do quadro econômico e pelas demonstrações tomadas a partir dele, isto é, pela redução das relações econômicas fundamentais aos signos contidos nessa forma ideal de visualização de sua

---

<sup>40</sup> Sobre as publicações concernentes a assuntos econômicos na *Encyclopédie*, cf. Minerbi & Schoysman (1992), Piguet (2002), Salvat (2006).

generalidade. Nele é que tais relações podem ser projetadas de forma evidente sobre o plano de sua organização política e produtiva mais vantajosa, e, por consequência, podem ser decompostas e demonstradas pelos cálculos aritméticos originados das principais cifras resultantes dessas relações.

Como consequência dessa necessidade e dessa capacidade de demonstração, na prática, o mais importante de tudo, sua marca maior, buscaram os fisiocratas se portar como inauguradores da possibilidade de um governo do econômico – e do político, afinal não se trata de outra coisa, senão da economia política – pela via de uma racionalização demonstrada, calculada e refletida, com base nos princípios inegáveis da criação divina, sobretudo em relação ao direito natural, isto é, a liberdade, o máximo possível de usufruto e, por consequência da extensão desse princípio, o direito de propriedade.

## 2.1 A fisiocracia e seus significantes históricos

Que François Quesnay (1694–1774) foi um médico, fisiologista, setecentista, francês, e que, tendo se dedicado a estudar a produção e circulação de riquezas, foi um dos fundadores do primeiro grupo a que se deu o nome de *economistas*, é algo sabido de forma relativamente bem distribuída, seja na história da filosofia, seja na da economia, seja na própria França, sejam em outros países, como o Brasil. Outras tantas das peças principais do quebra-cabeça que permitiriam compreender minimamente as ideias de Quesnay, e da chamada fisiocracia, também são de razoável notoriedade. É o caso do *Tableau Économique* que, não sem motivo e, diga-se, não sem dificuldades, é a peça central da maioria das exposições gerais sobre a economia fisiocrata. Apesar das dificuldades implicadas nas tentativas de desdobrar em prosa escrita as operações aritméticas das transações expostas no famoso quadro econômico, o *Tableau* é o grande ícone pelo qual a fisiocracia é conhecida<sup>41</sup>.

Mas, se características como ser médico, fisiologista, setecentista, francês e economista podem auxiliar, como artifício de circunscrição, a especificar tal pensador, mesmo que se acrescentem mais alguns de seus atributos principais – como, por exemplo,

---

<sup>41</sup> É verdade que Quesnay, lembra Kuntz (1982), em correspondência a Mirabeau, outro importante representante da escola fisiocrata, apresenta uma noção contrária a esta impressão: “o ziguezague, bem compreendido, abrevia muito os pormenores e apresenta aos olhos ideias muito emaranhadas, que a inteligência por si só teria muita dificuldade em aprender, esclarecer e relacionar pela simples via discursiva.” (Quesnay, 1978, p. 76, *apud* Kuntz, 1982, p. 53).

ser monarquista, ilustrado, jusnaturalista, enciclopedista, mecanicista, malebranchiano – tanto mais o seu estudo pode ser desdobrado a partir de variadas séries de significantes históricos e potencialmente genealógicos, os quais, entretanto, caso sejam evocados sem as devidas mediações, podem ser também potencialmente enganosos. Não que isso seja um privilégio desse período ou dessa escola de pensamento, mas é importante frisar que seu estudo implica em lidar com um problema de enfoque. Se, por exemplo, a sociedade de corte, especificamente a francesa, poderia se tornar objeto de estudo de uma vida – senão, pelo menos de um extenso trabalho como o de Norbet Elias<sup>42</sup> –, certamente o estudo das relações dessa sociedade com as muitas frações da intelectualidade que compunham seu conjunto de forças sociais se apresentam ao pesquisador contemporâneo como possibilidades de escolha.

Mais ainda porque as diversas vertentes da fortuna crítica referentes a essa aurora da economia política permitem estudar muito mais do que seu objeto em si. É possível aprender mais sobre Marx, por exemplo, pela forma como analisa esses e outros sistemas de ideias da história da economia política. Impressão quase imediata, nota-se na edição brasileira de *Teorias da mais-valia*<sup>43</sup> que o quadro econômico não é privilegiado num primeiro momento, mas é extensamente analisado no conteúdo de uma “digressão”. Nela Marx vai desdobrar os momentos da reprodução do produto econômico contidos na versão da fórmula aritmética do *Tableau*. Nessa linha, é também com grande esplendor que o quadro é tratado na historiografia da economia política de inspiração marxista, observando-se, por exemplo, na frase de abertura da *História das doutrinas econômicas*, da Academia de Ciências Sociais da União Soviética: “O *Tableau Économique* de François Quesnay pertence à esfera da grande criação do pensamento humano. Nele, de forma concisa e clara fez-se a primeira tentativa séria de colocar e resolver o mais complexo problema da Economia Política: o problema da reprodução do produto social bruto.” (Afannasiev, 1967, p. 13). Esta leitura – marxista-soviética, por assim dizer – vai dar um destaque especial à separação de classes exposta no *Tableau*, isto é, ao problema da repartição do produto social que teria sido colocado pelos fisiocratas, mas não resolvido da maneira correta. Quesnay teria, pois, segundo o mesmo texto, descoberto a

---

<sup>42</sup> Cf. Elias (2001).

<sup>43</sup> Tradução da edição alemã de 1974 da parte dos manuscritos elaborados nos anos 1861-1963, referentes ao que Marx tinha planejado para ser o livro 4 d’O Capital (cf. Marx, 1974). As outras partes do manuscrito compunham uma primeira versão do que veio a ser desenvolvido e ampliado por Marx posteriormente para publicação nos livros 1, 2 e 3.

regularidade do processo econômico, seu caráter ininterrupto e sua proporcionalidade entre as diferentes esferas econômicas, gerando, portanto, o embrião do método científico da pesquisa do processo de reprodução social. Mas teria admitido uma doutrina de classes eminentemente burguesa, colocando numa mesma categoria os explorados e os exploradores<sup>44</sup>, concluindo os autores, no final, com a observação de que “a Ciência Econômica burguesa posterior, incluindo Adam Smith, pouco acrescentou às conclusões científicas de Quesnay, e deu mesmo alguns passos atrás em alguns problemas da reprodução.” (Afannasiev, 1967, p. 37)

Um tanto mais próxima de nossa própria atualidade, uma leitura sabidamente bastante influente é a de Michel Foucault que, em um de seus conhecidos cursos na década de 1970, tomou a passagem dos mercantilistas aos fisiocratas como uma expressão das mudanças nas técnicas governamentais típicas da história do surgimento do liberalismo econômico. Logo nas primeiras aulas, Foucault vai pensar as técnicas de governo e, sobretudo, de controle, em relação à forma com que eram tratados os problemas dos meios eminentemente urbanos no século 18, como a escassez e as epidemias. A questão do curso, que recebeu o título de *Segurança, território e população*<sup>45</sup>, recaía, assim, sobre a emergência da população como uma realidade atrelada a um conjunto de noções que passam para o primeiro plano dentro do raciocínio e da prática governamentais. Assim, no cerne do mesmo processo em que se deu a passagem da chamada *razão de estado* ao *liberalismo*, deu-se, também, no quadro proposto por Foucault, a passagem da predominância de mecanismos disciplinares para a de dispositivos de segurança populacional. É, portanto, pela generalização coletiva dos fenômenos individuais que a população passa a ser tratada como uma unidade primordial de intervenção governamental e, porque a ela é atribuído um comportamento tido como natural, impõem-se certos limites e certas possibilidades, os quais devem ser racionalizados de forma esclarecida, refletida, analítica e calculada. A fisiocracia seria, de tal modo, uma das expressões históricas do surgimento de uma nova forma de relacionamento entre o poder estatal e a percepção racional do vaivém espontâneo da natureza.

O enfoque propriamente econômico, por sua vez – isto é, dentro dos quadros disciplinares dessa ciência tal como estabelecida e consagrada de forma predominante na

---

<sup>44</sup> Sobre a classe que na fisiocracia recebe o nome de estéril, por exemplo, o mesmo texto vai dizer: “Esta classe tal como a dos produtores, na verdade une duas classes na sociedade burguesa: os operários e os capitalistas da indústria” (Afannasiev, 1967, p. 26);

<sup>45</sup> Cf. Foucault (2004).

nossa contemporaneidade –, revela rapidamente suas particularidades quando costumeiramente decanta a teoria fisiocrata, filtrando seu conteúdo econômico, deixando para trás toda sua origem metafísica, sua teoria do conhecimento e suas consequências teóricas e políticas. É o que acontece quando vamos passando dos manuais mais antigos dessa disciplina para os mais novos. A fisiocracia vai sendo cada vez mais tratada como uma espécie de pré-história da economia política, como se tudo o que viesse posteriormente fosse uma gradação em direção ao que seria a sua atualidade.

O problema também pode ser ampliado em sua perspectiva histórica, ou seja, a fisiocracia pode ser encarada como apenas um ponto culminante de algo muito mais abrangente, inserida, pois, na história ocidental de um século que respondia a efeitos de transformações materiais de média e longa duração, como prefere enxergar, por exemplo, a predileção histórica-econômica de tradição materialista-estruturalista. Daí que os fisiocratas e os economistas posteriores, bem como aqueles que os precederam, podem ser vistos como o resultado do eco de algo certamente não restrito ao domínio dos pensadores, muito menos aos que se originaram ou escolheram se situar em um determinado território.

De mais a mais, mesmo que não tenhamos a intenção de nos aproximar, pelo menos não de forma peremptória, de algum princípio ou postulado metodológico de cunho eminentemente estrutural, cabe observar que os economistas do século 18, os fisiocratas em especial, apareceram e aparecem recorrentemente como habilitados a dizer algo sobre as estruturas da sua atualidade e das que vieram depois. Sua história e seus significados, assim – cabe destacar, tão próximos à história da gramática e do método analítico, algo que já representa um dado inicial a ser considerado – implicam, também, emprestando sem grandes pretensões uma noção da psicanálise lacaniana, analogamente, em possibilidades de deslizamento a partir de seus significantes e, daí, em suas respectivas possibilidades de depuração analítica.

Para que tudo isso estivesse à nossa disposição, todavia, muita tinta teve que ser despendida para que a história dos primeiros economistas pudesse se tornar minimamente organizada e, pelo menos primariamente, estabelecida. Com efeito, os primeiros passos da historiografia sobre os fisiocratas propriamente ditos são um pouco mais distantes no tempo.

Em 1910, Georges Weulersse defendia a tese de doutorado que seria referência praticamente obrigatória para seu estudo. Antes disso, Higgs (1897) e, principalmente,

Schelle (1888 e 1907), já tinham se ocupado da história da fisiocracia, mas foram as mais de 700 páginas publicadas por Weulersse em *Le mouvement physiocratique en France: De 1756 à 1770* que estabeleceram o primeiro grande marco historiográfico incontornável de seu estudo<sup>46</sup>. A partir desse trabalho, a obra weulerssiana continuou ainda com a distinção de mais três períodos analisados em livros separados, sendo o último publicado postumamente. São eles: i) *La physiocratie à la fin du règne de Louis XV, 1770-1774*; ii) *La physiocratie sous les ministères de Turgot et de Necker (1774-1781)*; iii) *La physiocratie à l'aube de la Révolution, 1781-1792*<sup>47</sup>.

Essa periodização contempla os principais marcos temporais de referência para o estudo dos problemas históricos da fisiocracia, isto é, de seu surgimento em meados da década de 1750, de seu enorme sucesso e apogeu, na década seguinte, até o ano de 1770, que marca o ápice de um movimento de oposição vigorosa e um período de grande revés em relação às consequências das experiências políticas inspiradas não só em suas ideias, mas no liberalismo econômico emergente como um todo. O período seguinte, até 1774, compreende uma fase final do movimento fisiocrata, seguido pelo último volume, este dedicado à história de sua posteridade nas véspera e início da revolução, cobrindo de 1781 a 1792.

Sobre as possibilidades atuais (e também nacionais) de estudo da obra fisiocrata, é importante ressaltar que, em geral, a consulta dos textos não é tão fácil quanto parece. As publicações econômicas de Quesnay na língua original foram organizadas, editadas e publicadas em dois volumes na década de 1950 pelo INED<sup>48</sup> que, para a sorte dos leitores contemporâneos, foram reeditados e complementados em 2005<sup>49</sup>. Antes disso, as edições de referência eram aquelas do século retrasado, de Daire (1846) e Oncken (1888). Sobre as publicações originais, a Biblioteca Nacional da França disponibiliza em versão digital os exemplares pertencentes a seu acervo. Entretanto, a fisiocracia teve diversos autores importantes, cujas consultas às obras se tornam problemáticas na medida em que é difícil cruzar os dados de cada arquivo disponível com os inventários das publicações e, principalmente, saber se se está lidando com a melhor versão disponível ou a mais indicada para tratar de determinado problema.

---

<sup>46</sup> Foram ainda acompanhadas de um volume complementar chamado *Les manuscrits économiques de François Quesnay et du marquis de Mirabeau aux archives nationales* (de 150 páginas).

<sup>47</sup> Cf. Weulersse (1910a, 1910b, 1950, 1959 e 1985), além desses, o autor publicou um volume compacto em Weulersse (1931).

<sup>48</sup> Sigla francesa para o Institut National d'Études Demographiques.

<sup>49</sup> Cf. Quesnay (1950 e 2005).

No Brasil, alguns dos textos seminais de Quesnay têm tradução para o português pelas mãos de Rolf Kuntz<sup>50</sup>, que, pode-se dizer, é a principal referência sobre a análise da fisiocracia no Brasil, remontando à década de 1980<sup>51</sup>. Somando-se ao trabalho de Kuntz, a publicação do volume com o nome de Quesnay nas edições da coleção “Os Economistas”, percebe-se que de lá para cá a fisiocracia não tinha ocupado mais tanto os tradutores e editores brasileiros. Até que muito recentemente, no final do ano de 2020, foi lançado um volume contendo a tradução de alguns textos importantes não só de Quesnay, mas também de Mirabeau, Badeau, Le Mercier de La Rivière e Dupont Du Nemours<sup>52</sup>. Mais recente ainda, em 2021 foi lançado o livro de Thiago Vargas que recebeu o título “A filosofia da fisiocracia”<sup>53</sup>.

Para além de nossa apreciação nacional, com uma experiência de análise menos clássica que a de Weulersse, ou menos canonizada do que, por exemplo, a de Marx ou a do próprio Foucault, nas últimas décadas a literatura tem tido algum interesse sobre o assunto, como, por exemplo, os esforços por parte dos economistas, principalmente os trabalhos de Meek (1964), Vaggi (1987) e Cartelier (1991). Já entre os trabalhos mais ligados à história e à sociologia, não se pode esquecer de Steiner (1998), Loïc Charles (2002), Nemo e Petitot (2006). Na filosofia, por sua vez, principalmente, têm-se as leituras de Markovitz (1986) e Larrère (1992). Recentemente, Arnault Sckornicki publicou também um livro bastante completo sobre a gênese sociológica das ideias dos economistas do século 18<sup>54</sup>. A recepção e a propagação da fisiocracia fora do território francês também receberam importante atenção, como, por exemplo, em Delmas et. al (1995) e na publicação recentíssima de Carvalho (2021). Sem dúvida, além desses autores, uma lista exaustiva sobre todos os estudos que pudessem ser considerados relevantes teria proporções nada modestas, contudo, essas citadas não deixam de ser incontornáveis e formam um retrato das possibilidades e do interesse que já puderam despertar.

---

<sup>50</sup> Cf. Quesnay (1984).

<sup>51</sup> Cf. Kuntz (1982).

<sup>52</sup> Cf. Quesnay e Mirabeau et. al (2020).

<sup>53</sup> Cf Vargas, 2021.

<sup>54</sup> Cf. Sckornicki (2011).

## 2.2 As formulações econômicas de Quesnay antes da formação da fisiocracia

A seguir exploramos alguns aspectos da fisiologia de Quesnay para que possamos dela extrair alguns dos elementos mais importantes para a compreensão de seu interesse pela economia anteriores à fisiocracia.

No verbete, o conceito de “evidência” é apresentado a partir da distinção de duas espécies de certeza. Sendo a primeira delas a fé, que “ensina verdades que não podem ser conhecidas pelas luzes da razão”, a segunda é a própria evidência que, estando circunscrita aos conhecimentos naturais, é “uma certeza tão clara e tão manifesta por si mesma que o espírito não pode recusá-la”.

A evidência é, portanto, da ordem da sensação e esta não pode ser ignorada. Uma vez tendo ocorrida a sensação, ela se torna uma certeza que possibilita o conhecimento do que é natural. Os conhecimentos sobrenaturais, por sua vez, são ensinados pela fé, mas são intermediados pelos conhecimentos naturais. Sem a capacidade de conhecer pela evidência, não é possível compreender o que é uma certeza, o que é uma verdade e tampouco o que é a fé, pois “sem as luzes da razão, as verdades reveladas seriam inacessíveis aos homens”, assim, em suas palavras, “a fé está sempre ligada à evidência, pois, sem a evidência, não poderíamos reconhecer nenhum motivo de credibilidade, nem, conseqüentemente, ser instruídos sobre as verdades sobrenaturais” (Quesnay [1756]1984, p. 42).

Quesnay divide então as sensações em dois tipos. O primeiro é composto pelas sensações puramente afetivas dos objetos, como “os odores, o som, os sabores, o calor, o frio, o prazer, a dor, a luz, as cores, o sentimento de resistência”. O segundo tipo é composto pelas sensações representativas em relação aos objetos, as quais, “fazem perceber sua grandeza, sua forma, sua figura, seu movimento, seu repouso”, sendo, portanto, resultado da reunião e ordenação das sensações do primeiro tipo, ou seja, das sensações afetivas.

Praticamente em todo o restante do verbete, Quesnay vai então descrever um conjunto de 56 conhecimentos naturais primitivos.

Mas muito antes disso, adentrando um pouco no percurso intelectual de François Quesnay, vale lembrar o que Mirabeau escreveu em um elogio fúnebre dedicado ao mestre:

"Ele descobriu na medicina a economia animal, na metafísica a economia moral, na agricultura a economia política: e formando um conjunto de tudo o que o homem imagina, conhece, deseja, cultiva, confecciona e navega, ele reduziu tudo sob a dupla união de nossos direitos e de nossos deveres estabelecidos, ditados e protegidos por Deus no instante mesmo de sua vontade criadora, visivelmente encerrados na grande lei da ordem natural." (Mirabeau, [1774]1888, p. 9)<sup>55</sup>

Para o "Doutor" Quesnay<sup>56</sup>, autor do *Ensaio físico sobre a economia animal*<sup>57</sup>, aproveitando tal citação, é, portanto, na constituição fisiológica do homem que está inscrito, pelo autor da natureza, quais são seus direitos e seus deveres. Sabe-se, entretanto, que esse seu ensaio recebeu duras críticas. Uma delas – diretamente ligada à extensão de seu objeto e a forma prolixa como a fisiologia é tratada – foi escrita (provavelmente) por ninguém menos que o naturalista suíço Haller<sup>58</sup>, que encerra suas observações concluindo:

"Enfim, após divagar quase que interminavelmente nos domínios do direito natural, da imortalidade da alma, do gosto, da invenção e de todos os outros assuntos completamente estranhos à fisiologia, a ela retorna pouco a pouco. [...] [Mas] de forma tão breve como se se tratasse de um assunto completamente alheio e em seguida retornando imediatamente à sua tão querida metafísica, sobretudo em relação ao vínculo que une a alma ao corpo.

---

<sup>55</sup> Do original: "*Il découvrit dans la médecine l'économie animale, dans la métaphysique l'économie morale, dans l'agriculture l'économie politique: et formant un ensemble de tout ce que l'homme imagine, conçoit, désire, laboure, façonne, navigue, il ramena le tout au simple sous la double étreinte de nos droits et de nos devoirs établis, dictés, protégés par Dieu même dès l'instant de sa volonté créatrice, et visiblement renfermés dans la grande loi de l'ordre naturel.*"

<sup>56</sup> Aproveitando a utilização de aspas, aqui vale lembrar que, à época de seu encontro com Mirabeau, Quesnay já era um médico bastante distinto e, praticamente, enobrecido, encontrando-se em seu apartamento no Palácio de Versalhes (recebido debaixo da proteção da tão conhecida dama da corte, Madame de Pompadour). Fato que o coloca, como "Doutor", portanto, de certa forma, bem distante do ponto originário de seu envolvimento com a medicina, oriundo de uma escola pouco reconhecida e tendo se dedicado ao ofício secundário (para a época) de cirurgião, mas, outrora, vindo a se consagrar reconhecidamente como médico bastante em razão das disputas em que se envolveu em nome da cirurgia e de suas ideias sobre a combinação entre a prática (privilegia pelo exercício do relegado ofício dos cirurgiões) e a teoria (primazia da formação e do exercício do ofício notório dos médicos). Algumas das principais referências sobre a biografia de Quesnay podem ser consultadas em Schelle (1907) e Vergonjeanne (2008).

<sup>57</sup> Cf. Quesnay (1747).

<sup>58</sup> O editor acredita que, por várias razões, essas notas tenham diretamente saído da pena de Albrecht von Haller (1708-1777), sem, contudo, poder afirmar com toda certeza.

[...] Assim ele termina a fisiologia, quase sem tocá-la. Pois o que diz dos intestinos, dos órgãos, dos sentidos, das estruturas dos músculos, em uma palavra, de toda a anatomia animada que chamamos de fisiologia? Nem mesmo os seus nomes!" (Haller, [1748]1888, p. 746-747)<sup>59</sup>

Mas, se para a alta ciência médica da época o ensaio pôde ser considerado teórico demais ou até mesmo, alguém poderia dizer, bastante arcaico, para o nosso próprio interesse ele pode ser uma das chaves para entender a filosofia quesnaysiana, os prolongamentos de seu materialismo mecanicista, de sua teoria das sensações, de sua metafísica e, sobretudo, de suas consequências sobre a liberdade e o direito naturais que, por conseguinte, estabelecem a forma e o conteúdo das decisões a serem tomadas pelos homens reunidos em sociedade.

Essa injunção entre fisiologia, sensualismo e, culminantemente, economia política, vai marcar todos os anos seguintes de sua obra escrita, que, entrelaçando um tema e outro, vai ser encerrada com um tratado sobre o que ele batizou de "A evidência das verdades geométricas"<sup>60</sup>. Fato importante para nós, pois retrata bem a imagem também de um Quesnay radicalmente euclidiano, alguém que vai encerrar sua obra com um livro sobre a geometria demonstrativa, que, por excelência, seria aquela que ofereceria a impressão mais imediata, e, por isso, verdadeira, aos sentidos, em detrimento do cálculo infinitesimal (na verdade, de toda a matemática abstrata), que seria uma geometria do imperceptível, a ser, com efeito, rejeitada<sup>61</sup>.

Tais características vão cortar e ao mesmo tempo se desenvolver ao longo de sua obra escrita, aparecendo já de forma premente na passagem da primeira para a segunda

---

<sup>59</sup> Do original: "Enfin, après avoir divagué presque sans fin dans les domaines du droit naturel, de l'immortalité de l'ame, du goût, de l'invention et de tout d'autres sujets complètement étrangers à la physiologie il revient peu à peu à celle-ci. [...] il est aussi bref que s'il s'agissait ici d'un sujet tout à fait étranger, puis il retourne immédiatement à sa métaphysique bien-aimée, surtout au lien qui réunit l'âme au corps. [...] Il termine ainsi la physiologie, sans y avoir presque touché. Car qu'est-ce qu'il dit des intestins, des organs, des sens, de la structure des muscles, en un mot de toute l'anatomie animée qu'on appelle la physiologie? Pas même leurs noms!"

<sup>60</sup> A obra batizada de *Recherches philosophiques sur l'évidence des vérités géométriques, avec un projet de nouveaux élémens de géométrie*, foi publicada em 1773. Uma exploração superficial do livro demonstra rapidamente que pelo menos metade contém discussões epistemológicas, sobretudo sob a forma de elogios da geometria demonstrativa e críticas da matemática abstrata (cf. Quesnay, 1773).

<sup>61</sup> A certa altura, Quesnay vai dizer: "Alors les chicanes de la Géométrie métaphyfique attaqueront en vain ces vérités positives de la Géométrie démonstrative : autrement il faut renoncer à cette Science pour se perdre dans la Géométrie des imperceptibles dont la prétendue exaaitude, qui n'est susceptible d'aucune démonstration, anéantit toute certitude. La pierre de touche de la futilité de toutes ces chicanes fallacieuses, est de montrer qu'on peut les étendre à toutes les démonstrations les plus décidées des élémens de la Géométrie, & qu'elles répandront un doute général sur toutes les vérités positives de la Science de mesure" (p. 40, Quesnay, 1773)

edição de seu referido tratado sobre a economia animal, motivada, sobretudo, por sua reação crítica à publicação da teoria do conhecimento de Condillac<sup>62</sup>, essa, por sua vez, ancorada de forma franca na função dos signos para a elaboração de ideias complexas. Contudo, ali, ainda assim, Quesnay demonstra remanescer como um partidário de princípios metafísicos em nada perceptíveis, como a existência de um agente universal etéreo cuja noção de sua existência é herdada da filosofia e da medicina antigas, acreditando, assim, por exemplo, no papel fundamental que a circulação desse chamado éter teria, seja na forma como circulam os humores pelo corpo, seja na forma com que a impressão causada pela percepção dos sentidos é transmitida ao longo das ramificações do circuito nervoso pelos chamados espíritos animais, para que possam ser armazenadas como impressões num senso comum e primordial.

Entretanto, as proposições metodológicas de Quesnay sobre o conhecimento científico permanecem bastante rígidas, rejeitando os sistemas oriundos de proposições lógicas deduzidas de seus princípios. Para ele, a única forma válida de produção do conhecimento teórico se dá pela via da experimentação, ou seja, a teoria deve ser experimental à medida que é a experiência que é reduzida em doutrina e, a partir daí, pode ser utilizada para embasar a descoberta de novos conhecimentos, os quais são obtidos, também, de forma processual e, portanto, gradativa, a partir de novas experiências à luz da teoria. Toda teoria é, portanto, para Quesnay, experimental do início ao fim.

É a partir desse espectro que o fundador e líder principal da fisiocracia inaugura suas publicações dedicadas a assuntos de economia política. A principal delas consta na descrição bastante pormenorizada contida no verbete “Arrendatários” publicado na *Encyclopédie*<sup>63</sup>. Ali vemos Quesnay demonstrar a superioridade da capacidade de produção agrícola do arrendatário, o qual utilizaria, notadamente no quadro tecnológico da época, charruas idealmente puxadas por cavalos, em comparação, em termos de um

---

<sup>62</sup> Cf. Condillac ([1746]2018). Steiner (1999) procura explicar que, na realidade, quando de sua incursão nos assuntos propriamente econômicos, Quesnay aprofunda sua posição crítica em relação ao conhecimento quando formulado de forma dependente da linguagem. O autor procura demonstrar que no *Ensaio físico sobre a economia animal* a linguagem aparece ainda como um problema menor, que, mesmo sendo uma fonte de erro, pode ser corrigida, ao passo que, num texto de 1767 para as *Ephémérides*, Quesnay vai afirmar, por exemplo, que, não havendo ligação necessária entre os signos e as sensações, a linguagem acaba sendo o veículo tanto da mentira quanto da verdade (Cf. Quesnay, [1967]2005; o texto é uma resposta, sobretudo, a Forbonnais, em especial à publicação de *Principes et observations économiques*; cf. Forbonais, 1967).

<sup>63</sup> *Fermier*, contido na edição de 1751.

cálculo de custos e de receitas (e de viabilidade, portanto), com o sistema de meação, que geralmente utilizaria bois. O que impõe toda uma diferença na forma com que a rotação das culturas é efetuada entre os anos e como são realizados os dispêndios e a obtenção do lucro. No final das contas (literalmente) – descontando-se inclusive os juros do dinheiro utilizado –, a comparação resulta numa diferença das capacidades de produção e de retorno que é reveladora das vantagens econômicas do esquema produtivo baseado no arrendamento (e, notadamente, na utilização das charruas puxadas por cavalos).

Essa oposição entre a pequena e a grande cultura, isto é, entre a lavoura desenvolvida e capitalizada, que utiliza cavalos, e a primitiva e pauperizada, que utiliza bois, é reveladora da capacidade de redução do método de investigação de Quesnay, pois resume algumas relações essenciais contidas, na realidade, em uma profusão de possibilidades que estariam no espaço intermediário entre o limite da lavoura tipicamente pequena e da tipicamente grande. Em termos da ciência econômica posterior, trata-se de uma oposição, do ponto de vista abstrato, entre as situações mais extremas de ineficiência (próximas à origem dos eixos em uma representação gráfica da utilização dos insumos para a uma determinada quantidade de produto) em relação aos pontos situados na fronteira de possibilidade de produção, ou, ainda, entre a extrema ineficiência e o pleno e melhor emprego das capacidades produtivas. Tal diferença entre as duas situações, bem como a preocupação com as possíveis vias para se passar de uma para a outra, é, inclusive, reconhecida por alguns intérpretes como uma característica a partir da qual o pensamento econômico de Quesnay e da fisiocracia podem ser assimilados como uma espécie de teoria do desenvolvimento<sup>64</sup>.

O verbete é também uma bela ilustração de uma característica importante da biografia intelectual de Quesnay, que dificilmente fica de fora dos trabalhos com interesse em seu passado, notadamente marcado por uma juventude bucólica junto à propriedade agrícola de sua família. Qual seja, a de que Quesnay fora leitor de um certo manual, curiosamente escrito também por um médico, tratando de uma série de assuntos próximos ou relacionados ao que se denominava por “economia rústica”. Isto é, um livro, com características meio que enciclopédicas, dedicado às características da vida produtiva no campo. Uma busca rápida, por curiosidade, revela que nele a palavra *fermier* aparece quase uma centena de vezes e as menções à palavra charrua também não são

---

<sup>64</sup> Cf., principalmente, Grandamy (1973).

poucas<sup>65</sup>. Dessa passagem episódica da juventude do futuro médico e economista, bem como do contexto na qual ela se insere, costuma-se depreender uma explicação da origem de sua familiaridade com a temática agrária.

A questão é continuada também no verbete “Grãos”, de publicação posterior<sup>66</sup>. Ali Quesnay retoma e aprofunda o estudo de algumas questões prementes que também já tinham aparecido no verbete anterior, sobretudo, grosso modo, em relação à importância da grande cultura, da capitalização, logo, da riqueza do arrendatário, da liberdade de comércio, sobretudo em relação à exportação e, por consequência desta, do “bom preço”. Além disso, é claro, o mais importante de tudo, introduzem-se ali alguns importantes argumentos que colocam a agricultura como a única fonte de riqueza verdadeiramente renascente, substantiva e, logo, capaz de multiplicar as riquezas do reino, em detrimento da produção e do comércio de gêneros manufaturados, principalmente os de luxo, especialmente perigosos pela sedução que exercem sobre as preferências que resultam nos ditames da política econômica, por serem, ao cabo, incapazes de sustentar a geração de riqueza, ou melhor, nos termos do próprio Quesnay, de converter, para o conjunto da nação, a riqueza pecuniária em riqueza real.

### **2.3 O Amigo dos homens vai à conquista pelo doutor**

Com a emergência da sociedade de corte francesa, na passagem da Idade Média para o chamado Antigo Regime monarquista, é comum atentar-se para o fato da marca social predominante ter passado, cada vez mais, a ser dada pela posição de prestígio em relação ao rei – quer dizer, pela “distância” do posto ocupado por uma determinada posição na nobreza até a posição referencial central da realeza. O rei, por sua vez, nomeava a nobreza administrativa que vinha a deter relativa autonomia, de modo que a política se caracterizava por uma competição restrita a esta camada nobre e aristocrática pela posição estatal (administrativa) e por retribuições monetárias e simbólicas. Para a monarquia, sobretudo a francesa, grosso modo, pode-se dizer que a construção do Estado

---

<sup>65</sup> Precisamente, *fermier* aparece 86 vezes (sem diferenciar nem o contexto, nem o significado com que foi adotada, nem o plural e nem o gênero). A palavra charrua (*charrue*), por sua vez, aparece 24 vezes. A obra em questão é *L'agriculture et maison rustique* (cf. Estienne, 1572). Vale notar, na Enciclopédia a charrua é a primeira ilustração que consta nas pranchas sobre economia rustica (vide as figuras que mostramos nos Anexos).

<sup>66</sup> *Grains*, contido na edição de 1757. Sabe-se que Quesnay escreveu mais três outras entradas que, no entanto, não puderam ser publicadas: *Hommes* (Homens), *Impôts* (Impostos) e *Interest de l'argent* (Juros do dinheiro),

administrativo foi um meio de centralizar o poder real, uma vez que a relativa autonomia da nobreza era mantida por certo equilíbrio de forças internas, ao passo que permitia ao soberano uma também relativa capacidade de organização e orientação hierárquicas.

É dentro desse contexto que *L'Ami des hommes*<sup>67</sup>, obra-prima do primeiro Mirabeau, foi um clássico pelo menos quase tão lido quanto *O espírito das Leis* de Montesquieu, do qual, no entanto, discordava em grande parte, rendendo-lhe o próprio apelido de “amigo dos homens” e sua grande fama. Por causa disso, teve seu retrato colado em alguns dos salões parisienses, tornando-se uma espécie de referência obrigatória na educação aristocrática<sup>68</sup>. Com essa obra destinada ao grande público, com ideias em torno, principalmente, de questões populacionais, Mirabeau vai atacar o luxo e a ideologia burguesa consumerista de busca do enobrecimento pela riqueza comercial, processo que destruiria as liberdades da antiga e tradicional conformação estrutural do reino. Tal livro de Mirabeau pode ser considerado, assim, sobretudo em suas primeiras edições, afinal, ao longo dos anos foram mais de 40, uma oposição às teses da nobreza comerciante, mas sem se alinhar às que lhe seriam completamente reacionárias<sup>69</sup>. Trata-se de uma espécie de reação dentro da própria aristocracia, uma crítica à transformação da nobreza de espada em nobreza de corte, visando, assim, uma reforma moral que repararia a nobreza ao invés de enobrecer o comerciante, contrária, assim, às teses que tinham como principal referência e influência os escritos de Coyer<sup>70</sup>.

A contribuição de Mirabeau nesse debate consistia no estabelecimento de um esquema de regeneração dessa nobreza – para ele, corrompida – a partir de uma espécie de populacionismo feudal que devolveria a capacidade de sustentação da base provincial do reino, que estava em franca supressão pela centralização curial na capital. Com esse intuito, *L'Ami des hommes* parte da descrição da sociedade como um conjunto gregário oriundo da virtude naturalmente social do homem, que seria o mais vivaz dos animais, o mais útil, o mais versátil e o mais capaz de gerir suas necessidades de forma

---

<sup>67</sup> Mirabeau (1756). Vide a tradução do primeiro capítulo nos Apêndices.

<sup>68</sup> Cf., Sckornicki (2011).

<sup>69</sup> Os títulos dos oito capítulos de sua primeira parte (da edição de 1756) permite antever um pouco das teses que serão expostas: *I. Société, Richesses; II. La mesure de la Subsistance est celle de la Population; III. L'Agriculture qui peut seule multiplier les subsistances est le premier des Arts; IV. Avantages de la France relativement à l'Agriculture; V. Inconvénients qui font languir l'Agriculture; VI. De la nécessité et des moyens d'encourager l'Agriculture; VII. L'emploi que l'on fait des terres dépend des mœurs et usages; VIII. Travail et Argent*. A segunda parte da edição, por sua vez, conterà capítulos sobre o comércio estrangeiro, a marinha e os portos, as proibições, as colônias e as guerras.

<sup>70</sup> Cf. Coyer (1756).

intertemporal. A população seria, assim, a principal riqueza da nação e a sua decadência teria como ponto de partida a decadência da agricultura, o enobrecimento do comerciante e o conseqüente abuso do luxo. Isso porque a vida em sociedade implicaria, apesar das virtudes humanas, também na lida com seus vícios, sobretudo a cupidez, que estaria na origem da reversão de valores em relação à riqueza. A esses vícios deveriam ser dadas as melhores direções, as quais deveriam, necessariamente, favorecer o conjunto da sociedade.

Analogamente a Forbonnais, a sequência “alimentação”, “comodidades” e “doçuras da vida” comporiam uma ordem de prioridades, as quais, como em Cantillon, são produzidas pela terra e recebem sua forma pelas mãos dos homens. Nascendo como um “comentário sobre uma obra excelente” – sabidamente em referência ao ensaio de Cantillon – era, pois, necessário restabelecer o formato piramidal da organização e hierarquização locacional do reino justamente no mesmo sentido do esquema de agregação espacial cantilloniano. Em suas palavras:

“As aldeias e as vilas são a habitação dos cultivadores dos campos e daqueles dentre os proprietários que são obrigados a valorizá-los por si mesmos. Os burgos são, por um lado, vilas onde, porém, o território é mais considerável. Por outro, são o alojamento dos pequenos proprietários que podem se afastar de suas posses e que possuem o suficiente para que a renda que lhe dá o empresário ou arrendatário os faça subsistir na vizinhança; sendo, em dada cercania, o entreposto de troca e de intercâmbio do supérfluo pelo necessário, são a alma da sociedade. As cidades são um agrupamento de grandes burgos, servindo de hospedagem àquela espécie de proprietários que são ainda mais independentes que aqueles já citados, os quais se juntam visando o prazer ou os negócios. As cidades são, ainda, a sede dos Tribunais de Justiça e de todos os empresários varejistas, que são empregados no fornecimento dos bens necessários e das comodidades aos habitantes e aos estrangeiros que, semelhantemente, pelos motivos mais fugazes, atraem esse tipo de reunião. As capitais são a residência do príncipe, dos grandes proprietários que atraem seus favores e dos que são empregados no governo. São os grandes Tribunais, as artes, a magnificência e o supérfluo.

Tal é o quadro externo da população. É assim que tudo se encadeia por hierarquias e por escalões, como os degraus de uma escada, os quais são todos necessários à perfeição, contudo, aonde os mais baixos, independentemente de sua utilidade comum, são destinados a suportar a carga e o conjunto, conseqüentemente, merecendo mais atenção na medida em que se aproximam da base.” (Mirabeau, 1756, p. 4)<sup>71</sup>

Para esse primeiro Mirabeau, são os estratos inferiores e distantes da capital que suportam o peso do todo e é através da agricultura – a qual, além de tudo, seria a arte mais sociável de todas – que se poderia reconstruir a base da pirâmide social. No final das contas, o projeto de Mirabeau tratava-se não de detratar a nobreza em geral, mas de corrigir sua parcela corrompida, valorizando a aristocracia autêntica, da qual, pela exemplaridade moral, partiria a regeneração do caráter nacional francês. A questão premente era encontrar uma via de desenvolvimento alternativa ao consumerismo, restabelecendo o que poderíamos chamar de “ordenação forbonnaisiana das prioridades”, conforme a já citada tripartição que divide a produção e o comércio em gêneros relativos, primeiro, as necessidades reais do homem, depois a comodidade ou conforto e, por último, o luxo. Daí advém a via agrária de desenvolvimento do primeiro Mirabeau, nem comerciante, tampouco absolutamente reacionária, fundada sob a simplicidade rústica e a frugalidade, sendo estas as bases da ideia da boa civilização, como que defendendo uma evolução ou uma reforma do estado social ou da sociedade em direção a uma civilização corrigida<sup>72</sup>. Assim é que as virtudes socialmente constituídas

---

<sup>71</sup> Do original: *“Les hameaux et les villages sont l’habitation des cultivateurs des champs, et de ceux d’entre les propriétaires qui sont obligés de les faire valoir eux-mêmes. Les bourgs sont d’une part des villages, dont le territoire est plus considérable ; de l’autre, ils sont le séjour des petits propriétaires qui peuvent s’écarter de leurs fonds, et qui en ont assez pour que la rente que leur en fait l’entrepreneur ou fermier, les fasse subsister dans le voisinage ; comme ils sont aussi l’entrepôt du troc intérieur du canton, et de l’échange du superflu avec le nécessaire, qui est l’âme de la société. Les villes sont de gros bourgs, séjour de l’espèce des propriétaires qui sont encore plus dans l’indépendance que les premiers, qui se rassemblent pour le plaisir ou pour les affaires. Les villes sont aussi le séjour des Tribunaux de Justice, et de tous les entrepreneurs de détail, qui sont employés à fournir les nécessités et commodités aux habitants et aux étrangers que de semblables motifs plus passagers attirent à cette espèce de rendez-vous. Les Capitales enfin sont le séjour du Prince, des grands propriétaires qu’attirent la faveur et les emplois dans le gouvernement. Elles le sont des grands Tribunaux, des arts, de la magnificence, du superflu.*

*Tel est le tableau extérieur de la population. C’est ainsi que tout ici-bas va par hiérarchies et par échelons, comme les marches d’un escalier, qui toutes sont nécessaires également à la perfection, mais dont les plus basses, indépendamment de l’utilité commune, sont destinées à supporter tout le faix et l’ensemble, et conséquemment, méritent plus d’attention, à proportion de ce qu’elles se rapprochent de la base.”*

<sup>72</sup> Sckornicki (2011) lembra que a ideia de civilização de Mirabeau foi considerada precursora nos estudos realizados por Febvre (1930), Elias (1939), Benveniste (1930) e Starobinski (1989), mas é, também,

deveriam ser utilizadas na direção correta e, de certo modo, assim, no sistema de Mirabeau, o homem continua sendo visto como um animal social inclinado ao comércio, mas que precisaria encontrar na boa sociedade monárquica sua forma civilizada.

### 2.3.1 *As cópias do Tratado da monarquia: o médico rebatendo algumas das teses do marquês*

Tal era o panorama teórico da obra publicada do marquês (de Mirabeau) quando de suas primeiras interações com o então médico (Quesnay), já praticamente um membro da corte<sup>73</sup>. “O espetáculo da confrontação”<sup>74</sup> entre os dois pode ser lido em um manuscrito inacabado de Mirabeau em que Quesnay fez anotações e comentários (quase todos eles críticos ao texto de Mirabeau). Trata-se do *Tratado da monarquia*, editado em 1999 por Gino Longhitano, no qual Mirabeau desenvolve suas teses nobiliárias e recebe duras críticas, às quais Quesnay elaborou às margens em uma cópia que chegara a suas mãos.

Apesar de os dois serem contrários à política real, o marquês opunha-se à forma do absolutismo francês da época, como negador de uma monarquia autêntica e garantidora da ordem hierárquica da sociedade. Nas palavras do editor, Mirabeau teria, assim, “recuperado Fénelon e a ele adicionado as lições econômicas de Cantillon”<sup>75</sup>. Já Quesnay, por sua vez, não estigmatizava o Estado Real em si, nem tampouco acreditava em uma origem moral dos problemas econômicos do reino. Considerava problemática, na verdade, a política colbertista que criara os corpos artificiais autônomos dos comerciantes e financistas, negadores da *ordem natural do processo de produção da riqueza em um reino agrícola*, ordem essa, portanto, com fundamento bem diferente daquela que Mirabeau visava restaurar, a qual, para Quesnay só deveria ser monárquica, primeiro, quando se tratar especificamente de um reino agrícola, e, segundo, por ser, apenas nesse caso, a mais vantajosa ao gênero humano; mas não por necessária e independentemente ser a mais perfeita, nem a mais honrada ou a moralmente mais afinada ao melhor uso das virtudes e

---

ambivalente, baseada nas doçuras do comércio – como em Montsequeiu e no chamado humanismo comercial – e ao mesmo tempo em sua denúncia – como em Rousseau.

<sup>73</sup> Segundo o mesmo editor, a primeira reunião entre os dois teria acontecido em julho de 1757 no apartamento de “entre-sol” de Quesnay no palácio de Versalhes (uma espécie de mezanino dentro dos aposentos da famosa cortesã Madame de Pompadour).

<sup>74</sup> As palavras são de Sckornicki (2011) e um desenvolvimento mais detalhado pode ser encontrado em Fessard (2009) e nas notas introdutórias publicadas por Longhitano (1999) quando da edição contemporânea do tratado.

<sup>75</sup> Cf. Longhitano (p. XLVIII, 1999).

dos vícios dos homens. Enquanto que para o marquês era necessário discernir as diferenças entre as necessidades do homem físico e do homem moral, para o médico, a ordem moral humana ideal não haveria de ser outra coisa senão a própria extensão da ordenação racional de sua existência física sensível e das necessidades e direitos naturais dela oriundas. Nesses termos é que Quesnay reprovava o intervencionismo de então, que sufocaria o desenvolvimento de uma via de desenvolvimento pela agricultura, mas não necessariamente a unicidade da autoridade monárquica. Para prevenir a formação dos corpos particulares, fundada ou sobre a honra militar ou sobre a ganância comerciante, seria necessário justamente constituir uma autoridade única e legal, em conformidade com essa ordem natural, um poder, portanto, limitado e regulado por ela, para conter os desvios arbitrários do despotismo ministerial.

O trabalho de edição da obra foi realizado de forma bastante completa<sup>76</sup>, de modo que foram confrontadas diferentes versões do manuscrito, apontando suas variações pontuais e incluindo os comentários e anotações que Quesnay fez nas cópias que teriam chegado até suas mãos. Segundo o editor, a introdução, por exemplo, foi substituída por um discurso preliminar já sob influência das primeiras reuniões entre os dois. Ambos constam na edição. Já todos os outros capítulos foram incluídos em suas últimas versões. Além, então, da introdução, substituída pelo discurso preliminar, o texto contempla quatro seções. A primeira seção versa sobre a origem da monarquia, a segunda sobre seu progresso, a terceira sobre as condições e as características de sua forma perfeita, e a terceira, por sua vez, sobre seus abusos e sua decadência.

O “Discurso preliminar” abre uma das versões que chegaram às mãos de Quesnay, e, conforme o próprio comenta ao final do tópico, adianta boa parte do objeto da obra<sup>77</sup>. A exposição parte de um enaltecimento da descoberta do campo da moral, que, apesar de

---

<sup>76</sup> Contemplando todas as versões disponíveis nos Arquivos Nacionais da França (mais de vinte, no total, segundo as indicações do próprio editor).

<sup>77</sup> Quesnay escreve: “*Je trouve en total ce morceau bien long pour un discours préliminaire, et il me semble que la matière qui fait l’objet de l’ouvrage y est trop traitée d’avance.*” (p. 32, Quesnay e Mirabeau, [1757-1759]1999). Vale ressaltar que Quesnay também já tinha se manifestado à margem no início do discurso protestando contra o objeto da obra, que seria, em suas palavras, “muito difícil de se alcançar e muito perigoso de se mostrar quando se tiver alcançado” (p. 3, Quesnay e Mirabeau, [1757-1759]1999). Tal discurso, na prática, substitui a introdução em uma das versões mais acabadas. Ambos, tanto o discurso como a introdução, entretanto, fazem parte do conjunto que chegou às mãos de Quesnay, no qual ele trabalhou fazendo anotações pelo menos até o início do ano de 1759 (contando, pelo menos dois anos entre as primeiras reuniões e a elaboração das críticas ao manuscrito). Essas notas foram posteriormente recebidas por Mirabeau e algumas delas foram, inclusive, incorporadas ao texto e estão indicadas na edição. Entretanto, grande parte dos comentários eram críticos ou contrários à forma ou ao conteúdo da exposição, os quais aparecem, por sua vez, nos rodapés da edição de Longhitano (1999).

sua ancestralidade, teria algo de muito novo e seu objeto seria problemático devido a suas imensas variações, malgrado partir-se, sempre, de algumas poucas características principais das paixões humanas. A partir dessa ideia, Mirabeau desdobra a definição da política pelo seu objeto:

“As artes se multiplicaram, os conhecimentos se espalharam e, por assim dizer, se dispersaram; em consequência, a composição política se complicou; pois a política não é outra coisa que a arte de transformar em vantagem pública as noções e as faculdades humanas por meio da reunião. Quanto mais essas faculdades se subdividam em numerosos ramos, mais elas perdem sua força. Toda sua força se torna maleável. Essa maleabilidade, deixada livre, pode, eventualmente, se tornar um ornamento; mas a sociedade só subsiste pela força. A força só pode ser extraída de muitas partes maleáveis por meio da reunião e o que opera a reunião é a política.” (Quesnay e Mirabeau, [1757-1759]1999, p. 4)<sup>78</sup>

Uma vez, pois, que a faculdade humana tenha ultrapassado o limite das sensações, os homens teriam encontrado em Deus a origem de tudo o que é bom e, assim, superado o culto dos elementos sensíveis (como, por exemplo, o sol ou a natureza e os animais). Logo, tendo o espírito, conforme suas limitações, percorrido a obra de Deus, o homem se tornara capaz de ordenar os elementos que lhe atrairiam o desejo. Assim, Mirabeau escreve:

“Beleza, bondade, justiça e harmonia são quatro eixos sobre os quais se compreende toda a massa de nossos desejos, mesmo em nossas ilusões. É aqui que se reúnem todas as nossas vantagens. Deus as semeou na terra, tanto moral quanto fisicamente. A arte de apresentá-las de forma que chamem a

---

<sup>78</sup> Do original: “*Les arts sont multipliés, les connaissances se sont répandues et, pour ainsi dire, éparpillées: en conséquence, la membrure politique s’est compliquée: car la politique n’est autre chose que l’art de tourner à l’avantage public les notions et les facultés humaines par le moyen de la réunion. Plus ces facultés se subdivisent en rameaux nombreux, plus elles perdent leur force. Tout leur ressource se tourne en souplesse. Cette souplesse, laissée en liberté, peut quelque temps tourner en ornement; mais la société ne subsiste que par la force. La force ne peut être tirée de plusieurs parties souples que par le moyen de la réunion, et ce qui opere cette réunion est la politique.*”

atenção da humanidade é a política, e quem chega mais perto de reuni-las é o político mais perfeito.” (Quesnay e Mirabeau, [1757-1759]1999, p. 6)

A natureza da política é, de tal modo, encontrada em sua origem divina, pois o homem – tendo sido criado pelo autor da natureza com três faculdades principais, a de agir, de compreender e de amar, e, ainda, com três necessidades físicas básicas, quais sejam, de se alimentar, de repousar e de perpetuar a espécie – reunir-se-ia em sociedade em maior número possível de indivíduos com o objetivo de assegurar sua existência de forma mais vantajosa. O nascimento das sociedades seria, então, anterior à política, decorrendo, pois, da reunião originária, primitiva e indissolúvel, entre o homem e a mulher. Daí nasceria o poder em sua primeira forma, consistindo no assentimento mutuamente vantajoso em relação ao domínio paternal do homem sobre a mulher e sobre os filhos. A partir daí, por conseguinte, dar-se-ia origem à reunião de famílias gregárias entre si, que estabeleceriam alguns pactos de utilidade recíproca, sobretudo em relação à propriedade, à ajuda mútua e aos novos laços de matrimônio interno entre seus membros. Nas palavras do autor, “é aqui que começa a influência e o reino da política”, e, continua no parágrafo seguinte, “a razão nos faz sentir, e a experiência de todos os lugares e de todos os tempos nos demonstra que a opinião sentimental mais geral entre os homens é o conhecimento e o culto do Ser criador”. Logo, é também do culto gregário a Deus que se originaram as primeiras relações políticas e fora, por sua vez, da depravação moral dessas primeiras sociedades que vieram a surgir todas as outras formas de política e de sociedade. Em suas palavras:

“A cupidez e a rapina, uma vez tendo sido introduzidas no direito e na força que agem nas sociedades, então, a perversão não teve mais limites; as sociedades, perdendo de vista seu objeto primitivo, só puderam gerar arranjos frágeis e volúveis, nos quais a lei do mais forte predominou; mas essa lei, corrosiva por natureza, por seus próprios abusos, destruiu o edifício mesmo de sua dominação. O fortemente armado pôde até ter tido conquistas, mas, a possibilidade de ser fundador é dada somente àquele que combina essa qualidade com luzes suficientes para ter a clareza de que o terror só seria capaz de estabelecer uma obediência temporária. Essa buscada aptidão não pode ser encontrada na natureza dos desejos dos homens. Tais desejos se

reúnem no objeto que já designamos: em sua vantagem. Há que se estabelecer, então, usos que tendam nessa direção e esses usos, uma vez promulgados, chamamos de leis.” (Quesnay e Mirabeau, [1757-1759]1999, p. 11-12)<sup>79</sup>

Entretanto, a partir disso, Mirabeau relativiza sua visão apaixonada da monarquia em reação visivelmente direta aos comentários que Quesnay realizou justamente na introdução que veio a ser substituída por esse discurso preliminar. Mirabeau escreve:

“Seria necessário, creio eu, distinguir os tipos de sociedades para poder discernir o tipo de governo que é mais próprio para cada uma delas. Para distinguir adequadamente o gênero das sociedades, seria necessário examinar as espécies de seus interesses. Para não se perder na busca dos interesses de uma sociedade, eles devem ser tirados da base, isto é, da subsistência.” (Quesnay e Mirabeau, [1757-1759]1999, p. 22)<sup>80</sup>

Tal ideia é desenvolvida logo em seguida, concluindo que os interesses de um Estado comerciante são pouco conhecidos por um grande e único príncipe, e “se esse Estado admite um piloto, não pode ser outro senão o de um chefe que age em concerto com a comunidade”, por sua vez, “a soberania de um só convém melhor às sociedades agrícolas, sobretudo para os grandes Estados”, e arremata mais à frente, em tom nitidamente “quesnaysiano”, afirmando que não existe um gênero de governo melhor ou pior que o outro, apenas os que seguem ou não as leis da natureza.

Passagens nitidamente decalcadas diretamente dos comentários que Quesnay tinha realizado na introdução, como quando alerta para o seguinte:

---

<sup>79</sup> Do original: “*La cupidité et la rapine une fois introduites dans le droit e la force agissant dans les sociétés, la perversion n’a plus eu de bornes; les sociétés, perdant de vue leur objet primitif, n’ont pu enfanter que des arrangements fragiles et variables, dans lesquels la loi du plus fort a predominé; mais cette loi corrosive de sa nature détruit par ses propres abus l’édifice même de sa domination. Le fort armé a pu être conquérant, mais ce n’est qu’à celui qui a joint à cette qualité assez de lumières pour sentir que la terreur ne saurait établir qu’une obéissance passagère, et pour chercher à donner d’autres appuis à la domination qu’il veut établir, qu’il appartient d’être fondateur. Cet autre appui recherché ne peut se rencontrer que dans la nature des désirs de l’homme. Ces désirs se réunissant dans l’objet que nous avons désigné ci-dessus; leur avantage. Il faut donc établir des usages tendant à cela, et ces usages promulgués s’appellent des lois.*”

<sup>80</sup> Do original: “*Il faudrait, je crois, distinguer le genre des sociétés, pour pouvoir discerner le genre de gouvernement qui est le plus propre à chacune d’elles. Pour bien distinguer le genre des sociétés, il faudrait examiner l’espèce de leurs intérêts. Pour ne pas s’égarer dans la recherche des intérêts d’une société, il faudrait les prendre par la base, la subsistance.*”

“Essa linhagem de governos é ideal; as espécies de governos resultam principalmente da natureza dos Estados. O republicano convém às nações comerciantes ou mercadoras, a monarquia às nações que subsistem por seu território ou aos povos salteadores que subsistem pelas incursões nos territórios de outros. [...] Existem, na verdade, governos republicanos nas nações que não são comerciantes e governos republicanos nas nações de povos comerciantes. [...] Mas o governo republicano é o mais vantajoso às nações comerciantes, como o governo monárquico é o mais conveniente àqueles que subsistem por seu território, caso não degenerem em autoridade arbitrária que destrói a soberania e que oprime a nação.” (Quesnay e Mirabeau, [1757-1759]1999, p. 172)<sup>81</sup>

Argumento que continua em outra nota mais à frente:

“O autor não distingue aqui o gênero de sociedade; pois o governo conveniente de um Estado puramente comerciante só pode ser republicano. Há que se sujeitar, tanto quanto possível, a uma exatidão e a uma lógica rigorosa tratando-se de matérias tão importantes; a constituição e as faculdades de um Estado comerciante são muito desconhecidas a um monarca. Há necessidade de cidadãos comerciantes para governar um Estado comerciante. Se se admite um piloto, só pode ser um chefe que age em concerto com a comunidade e não um monarca revestido de toda autoridade soberana. [...] A monarquia convém melhor aos Estados agrícolas do que o governo republicano, sobretudo nos grandes Estados, pois a cultura de bens dispersa e ocupa os habitantes, sendo necessário que eles deixem que alguém conduza os negócios gerais para que possam se dedicar cada um a seus negócios particulares. [...] Assim, não se deve

---

<sup>81</sup> Do original: “*Cette filiation de gouvernements est idéale; les espèces de gouvernements résultent principalement de la nature des états. Le républicain convient aux nations commerçants ou trafiquantes, le monarchique aus nations qui subsistent par leur territoire ou à des peuples brigans qui subsistent par leurs incursions sur le territoire des autres. [...] Il y a, à la vérité, des gouvernements républicains chez des nations qui ne sont pas commerçantes et des gouvernements républicains chez des peuples commerçants. [...] Mais le gouvernement républicain est le plus avantageux aux nations commerçantes, comme le gouvernements monarchique serait le plus convenable à celles qui subsistent par leur territoire, s’il ne dégènerait pas en autorité arbitraire qui détruit la souveranité et qui opprime la nation.*”

dizer que um gênero de governo é melhor que o outro; tudo é relativo.”  
(Quesnay e Mirabeau, [1757-1759]1999, p. 177-178)<sup>82</sup>

Uma vez Mirabeau acatando tal argumentação na abertura da obra, seu objeto é, assim, reajustado de maneira um tanto forçosa. De certa forma, seu enquadramento é modificado para cobrir apenas essa circunstância específica. Mas o restante permanece praticamente o mesmo (com algumas inserções de outras alterações sugeridas por Quesnay). A introdução anterior passa, entretanto, a ser irreconciliável com esse argumento, tanto que é substituída por esse “Discurso preliminar”. Isso porque, partindo curiosamente de um elogio direto a Montesquieu, especificamente em relação a seu método, a introdução anterior tem como argumento central a ideia de que a monarquia, desde que bem temperada, seria a forma, por excelência, de superação histórica das limitações das primeiras repúblicas. As repúblicas seriam não necessariamente adequadas idealmente apenas às sociedades onde predomina o comércio em relação à agricultura, mas, sim, por excelência, a forma política histórica das grandes cidades-estado, adequadas, portanto, a uma circunscrição espacial bem mais reduzida do que a de uma grande nação, pois esta teria a necessidade de um poder unificado sob a forma monárquica para sua própria proteção militar, logo, para a garantia de sua prosperidade material e de sua longevidade. O destino da república, assim, não seria outro: ou ela evoluiria para o estabelecimento do poder de um só (idealmente uma monarquia bem temperada, podendo, entretanto se degenerar em despotismo), ou seria absorvida militarmente por outra nação com tal conformação, uma vez que não conseguiria sobreviver ao longo do tempo a todas as investidas que haveria de sofrer.

---

<sup>82</sup> Do original: “L’auteur ne distingue pas ici le genre de sociétés; car le gouvernement convenable d’un état purement commerçant ne peut être que républicain. Il faut s’assujettir autant qu’il est possible à une exactitude et à une logique rigoureuse en traitant des matières si importantes; la constitution et les facultés d’un état commerçant sont trop inconnues à un monarque. Il faut des citoyens commerçants pour gouverner un état commerçant. Si on y admet un pilote, ce ne peut être qu’un chef qui agit de concert avec la communauté et non un monarque revêtu de toute l’autorité souveraine. [...] La monarchie convient mieux aux états agricoles que le gouvernement républicain, surtout pour des grands états, parce que l’aculture des biens disperses et occupe les habitants et qu’il faut qu’ils livrent à quelqu’un la conduite des affaires générales pour se fixer chacun à la conduite de leurs affaires particulières. [...] Ainsi, on ne doit pas dire qu’un genre de gouvernement est meilleur que les autres; tout cela est relatif.”

## 2.4 A formação da fisiocracia, os membros da escola e suas principais publicações

Qualquer que tenha sido o regime de conveniências e interesses políticos que levaram à união entre Quesnay e Mirabeau, é sobre as ideias deste último, entretanto, que irá pesar o ônus da reformulação. No final das contas, é o “Amigo dos homens” que se deixa convencer e é ele quem se convence, tornando possível, assim, sua conquista pelas ideias do doutor. Nesse momento, Mirabeau já tinha se notabilizado pela importância e sucesso do “Amigo dos homens”, e se, como vimos, por um lado, suas ideias o colocam num ponto de partida um tanto distante do que virá a ser o corpo fundamental de ideias do qual ele fará parte, apresenta, também, as bases de um ruralismo que se tornará o ponto de aproximação com as ideias econômicas e a filosofia de Quesnay. Já em 1760, três anos antes da publicação da *Filosofia rural* – Mirabeau publicou, como uma sexta parte de *O amigo dos homens*, “O quadro econômico e suas explicações”. Ali, por exemplo, a terra continua, como esperado, aparecendo como “a mãe de todos os bens”. Notam-se, também, algumas inflexões importantes, quando, por exemplo, inicia com um discurso de corte sensualista nitidamente mais alinhado às ideias de Quesnay, criticando a forma como os interesses ou a simples fraqueza do espírito ofuscam o entendimento, afastando-o das “sensações diretas” e da “verdade das ideias”.

Sckornicki faz um comentário interessante ao destacar que a obra inicial oriunda da cooperação entre Mirabeau & Quesnay ainda não seria digna do nome “fisiocracia”. Como ainda não se tratava de uma ciência moral e política tão autônoma como veio a se tornar, seria o caso de denominá-la apenas por “filosofia rural” (em referência à publicação do livro com esse nome em 1763). Ambos não eram juristas, mas eram leitores tanto de Montesquieu quanto dos outros importantes autores da escola do direito natural (Réal de Curban, Cumberland, Pufendorf, Barbeyrac).

Nesse ponto, Mirabeau também se afasta de sua base teórica moralista anterior, ou melhor, aproxima, ainda que de forma não tão brusca, seu moralismo do naturalismo de Quesnay, algo bem representado quando diz que

“Se se acredita que essa ciência é exclusiva aos que governam, ousa dizer que eles não têm tempo para nada além de governar. É preciso que a linha dos princípios lhes seja traçada. Os princípios e os conhecimentos detalhados que

devem dirigir o método do governo pertencem à união e à ordem geral dos efeitos naturais que dirigem toda a massa política pelo encadeamento invencível do moral e do físico aqui embaixo. A pesquisa desses princípios deve ser o objeto das meditações dos filósofos aplicados ao estudo da natureza.” (Mirabeau, [1760]2020, p. 29-30)

Inflexão que vai aparecer de maneira ainda menos discreta na *Filosofia rural*. Já no prefácio, Mirabeau vai apresentar uma nuance ainda menos calcada nas particularidades de seu moralismo, por exemplo, quando escreve:

“Digo mais, um traço de luz apresentado em princípio de modo confuso a meu espírito, na sequência nutrido e desenvolvido pelo estudo e pela aplicação sem perder de vista essa lanterna universal, levou-me a conceber a possibilidade de resolver, por meio dessa regra constante, todas as incertezas das opiniões que o espírito humano combateu; de chegar ao porto da verdade moral pelo desenvolvimento das verdades físicas; finalmente, de descobrir a excelência completa e demonstrada das leis do eterno somente pela inspeção da tela de suas obras materiais.” (Mirabeau, [1763]2020, p. 176)

Pode-se dizer que é nesse texto que se consolida a união entre Mirabeau e Quesnay. Dos capítulos da obra, sabe-se que Quesnay escreveu diretamente o sétimo e supervisionou, na prática, a escrita dos demais. É, portanto, com a união de interesses comuns e com Mirabeau pendendo em direção às ideias de Quesnay, que esta dupla vai então liderar a reivindicação do status de ciência moderna para a fisiocracia. E, nesse momento, é importante notar que o corpo fundamental de ideias da fisiocracia já estava posto, apesar de vir a receber esse nome um pouco mais tarde e a ser complementada pelos desenvolvimentos teóricos de outros autores, sobretudo os de Le Mercier de la Rivière. A primeira versão do *Tableau économique* já tinha sido impressa em Versalhes em 1758 (com a cumplicidade do rei, mas com circulação restrita); em 1760 já tinha sido publicada a sexta parte de *O amigo dos homens*, sucesso editorial notável; e, assim, com a publicação da *Teoria do imposto* (também de 1760) e da *Filosofia rural* (em 1763), essa então “economia política agrícola” nascente começa a fazer eco e, a partir de 1764, Quesnay e Mirabeau começam a se esforçar para recrutar novos adeptos às suas ideias.

“Felizmente, em nossos dias, foi descoberta uma ciência que estuda a mais simples das leis essenciais do Criador relativamente à nossa subsistência e à multiplicação de nossa espécie subordinada à extensão das substâncias. Tal ciência é um estudo apenas porque ela contradiz todos os prejuízos políticos da época, os quais são instituídos pelo interesse particular exclusivo, os quais ela demonstra estarem todos contidos no interesse geral; apesar de todos os resultados serem reconhecidos como favoráveis a todos, ela, particularmente, escapa às variações efêmeras das especulações humanas, justamente pela solidez de seus fundamentos reduzidos em demonstração por um método aritmético e simples. Esse método está diante dos vossos olhos no quadro econômico [...]. Eu vos repito. O governo só pode instruir as pessoas ou contradizê-las, sendo este último meio dado aos perversos, já o outro, como tal, pode ser feito por vós, instituindo, em nome da província, um curso de ciência econômica.” (Mirabeau, [1767-1774]1912, p. 10)<sup>83</sup>

Weulersse propõe uma periodização interessante para compreender a primeira fase da escola. Primeiramente, retoma a ascensão de Quesnay que, nascido em Méré, em 1694, tinha pai e avô lavradores, ou seja, pequenos proprietários rurais. Tornando-se órfão aos oito anos, aos doze ainda não sabia ler, até que recebeu do jardineiro da propriedade o livro *La maison rustique*. Quesnay se apaixonou pelo livro e aos dezesseis anos já se tornara ávido leitor (de gosto bastante filosófico, principalmente, Platão, Aristóteles e Cícero; mas também por Malebranche). Aos dezessete se tornou mestre de artes (1711) e em 1718 se tornou cirurgião. Em 1734 forma-se médico do Duc de Villeroy (governador de Lyon) e, a partir disso, aproximou-se de La Peyronie, na época, primeiro cirurgião do Rei. Foi recebido então no colégio de cirurgia de Saint-Côme e em 1740 passou a ocupar a

---

<sup>83</sup> Do original: “*Heureusement, il s'est découvert de nos jours une science qui n'est autre chose que l'étude la plus simple des lois essentielles du créateur relativement à notre subsistance et à la multiplication de notre espèce toujours subordonnée à l'étendue des subsistances. Cette science n'est une étude que parce qu'elle contredit tous les préjugés politiques du temps, institués par l'intérêt particulier exclusif et qu'elle démontre qu'ils sont tous renfermés dans l'intérêt général; à cela près tous les résultats en sont avoués comme favorables à tous, mais elle a cela de particulier qu'elle échappe à la movibilité éphémère des spéculations humaines par la solidité de ses fondements réduits en démonstration par une méthode arithmétique et simple. Cette méthode vous l'avez devant vos yeux dans le tableau économique qui est à la tête des Eléments. [...] Je vous le répète. Le gouvernement ne peut qu'instruire les peuples ou les contraindre, ce dernier moyen est fait pour les pervers, l'autre vous le pouvez comme lui. Instituer au nom de la province un cours de science économique.*”

função de secretário da escola fundada por La Peyronie. Em 1747 assumiu, após a morte do mestre, a liderança da defesa dos cirurgiões nas querelas com os médicos até que em 1748/49 entrou para o serviço de Mme. de Pompadour para, um pouco mais tarde, em 1752 tornar-se médico ordinário do rei, sendo titular a partir de 1755. Passou, portanto, a viver em Versalhes e rapidamente ganhou a confiança de sua agora protetora (Pompadour) e foi tornado nobre após tratar do príncipe (primogênito do rei) de uma catapora.

Daí em diante Weulersse percorreu o que julgou mais relevante na passagem dos anos 1756-1757 e 1757-1758. Nessa época, Quesnay começou a tratar constantemente de assuntos econômicos, já possuía, por esses anos, dois discípulos: Leroy e Butré, o segundo deles, era arboricultor e seria, mais tarde, o aritmético da escola (revisando, por exemplo, os cálculos da teoria do imposto). Os dois verbetes, "Fermier" e "Grains", sobre economia são publicados na *Encyclopédia* em 56 e 57 (respectivamente; além de outros três, redigidos, mas não publicados, "Homens", "Imposto" e "Juros do dinheiro"). Até esse momento, houve pouca repercussão, pois, por exemplo, não se tocava tanto nas querelas da nobreza comerciante. Não recebeu, assim, atenção, por exemplo de Grimm, no *Jornal de Agricultura*. Tampouco em obras da mesma época, como, por exemplo, Forbonnais, Dangel, Herbert ou Melon.

É por essa época também que a obra de Mirabeau, apesar das contrariedades, passou a chamar a atenção do médico. Desde 1742, o célebre comentador lembrou que Mirabeau era dono de Hotel em Paris, e já era grande nobre proprietário. Notadamente ambicioso, teria, por exemplo, adquirido um ducado, mas sendo obrigado (por razões financeiras) a vendê-lo posteriormente. No mesmo ano da publicação de *O amigo dos homens*, isto é, 1757, Quesnay e Mirabeau se reúnem pessoalmente. Em 1758, Mirabeau reimprime suas *Memórias sobre os estados provinciais* com uma introdução cuja influência de Quesnay é visível, entretanto, ainda é bastante apegado à teoria das distinções das ordens estatais. A monarquia feudal, portanto, era, ainda a única que podia ser sólida. Mirabeau chegou a comentar em correspondência o quão estimulante era seu contato com Quesnay, que não tinha um método de convencimento dogmático, e se dedicava ciosamente ao debate e exposição de suas ideias. Já em 1760, Mirabeau textualmente demonstra ter sido convencido, por exemplo, da doutrina do imposto único.

Quesnay teria chegado até mesmo a tentar convencer Gournay, reunindo-o juntamente com Mirabeau. Ainda em 58, Morrelt, discípulo de Gournay, publicou suas

*Reflexões* (sobre a produção de tecidos na França) com suas conclusões não o afastando tanto da fisiocracia (apesar de partir de princípios diferentes). Tornando-se, portanto, desde já, uma via paralela e adversária da fisiocracia. Mesmo Mably, por exemplo, e muitos de seus discípulos, Gournay, antes de sua morte, já tinham se aproximado de Quesnay. Turgot, por exemplo, segundo Marmontel, jantava com frequência no entre-sol de Quesnay<sup>84</sup>.

Entrando no ano de 1758, Weulersse considera tratar-se de uma época muito mais favorável às reformas econômicas (a situação financeira era sabidamente deplorável). Apenas três anos após o recomeço da guerra, já se tinham assistido à sucessão de três controladores gerais. É aí que, no fim de 58, Quesnay decide expor seu sistema como uma solução capaz de restaurar o reino. O *Tableau* teria sido redigido em dezembro, mas já estaria em preparação há mais de um ano. Para Weulersse, o *Tableau* era artifício de exposição de intenção simples, sendo um tanto lendária a ideia de que Luís XV teria impresso o *Tableau* às suas expensas. Apesar da “cumplicidade do rei”, o interesse era bastante diminuto e essa primeira edição teria circulado muito pouco. Pompadour é que tinha o maior interesse, sendo certamente capaz de percorrer o ziguezague. Tinha, na época, bastante influência na escolha dos controladores gerais. Nas palavras de Weulersse, “Elle était alors le véritable roi” (Weulersse, p. 66).

Em 1759, o destaque se dá pelo agravamento da crise e a sucessão do ministério de Silhouette por Bertin. Destaca-se, assim, que Quesnay acompanhava de perto a situação e denuncia a insuficiência das medidas, e na primavera daquele ano, Mirabeau já tinha recebido grande instrução de Quesnay, que lhe dá uma segunda versão do *Tableau* e prepara, até o fim daquele ano, uma terceira versão. Enfim, a devida publicidade ao *Tableau* é dada na 6ª parte do LDH (em 1759), com especial atenção às máximas redigidas por Sully em 1604, sendo apresentadas oito causas da ruína do reino.

O texto do *Tableau* dessa então 3ª edição é bem próximo à versão da coletânea de Dupont (que recebe uma ampliação das notas e estabelece em 24 o número das máximas). Tal conjunto, repara Weulersse, é diluído nas 160 páginas da explicação de Mirabeau e este é, sabidamente, “o objeto principal do catecismo da escola”. Entretanto, o ziguezague teria se tornado sinônimo de complicação e o *Tableau* fora notado por muitos pela

---

<sup>84</sup> Conforme remarcado por Sckornicki, a filosofia rural quesnaysiana, se opunha à ciência do comércio como concorrente e, ao mesmo tempo, como seu duplo. Oposição esta que seria, em parte, mais política do que econômica, tendo em vista que muitos Gournaysianos que se tornarão fisiocratas, e muitos outros que não irão aderir às teses da escola.

impressão de obscuridade. Mirabeau, a partir daí, já devidamente “convertido”, escreve sua teoria do imposto, que é cuidadosamente revisada por Quesnay. O marquês chegara a sonhar na época, conforme revela sua correspondência, com o cargo de controlador. Mas o livro causa, na verdade, grande revolta (sobretudo por parte dos financistas, aos quais o rei tinha maior necessidade de agradar naquele momento).

Mirabeau é, então, preso. Passa oito dias no *Chateau de Vincennes* (“encastelado”, por assim dizer) e alguns meses “exilado” em Bignon. Tal perseguição (apesar de momentaneamente ruínosa para o marquês e também para o médico) faz logo com que Mirabeau se torne ainda mais conhecido. Mirabeau teria passado a ser reverenciado nas ruas (de Paris, quando de sua volta, por exemplo) e, de certa forma, a doutrina ganharia grande parte de seu apreço popular.

No mesmo ano, de 1759, Gournay morre, e ainda em 1759, Trudaine de Montigny (filho de um grande aliado de Gournay) adquire um alto cargo administrativo (intendente de finanças) e, sabidamente, não tardará a se tornar discípulo do médico. Bertin, ademais, sucedendo Silhouette, passa a dar mais atenção à questão agrícola.<sup>85</sup>

#### 2.4.1 O grupo dos primeiros economistas

Como observa o texto de Sckornicki, essa nascente economia política agrária de Quesnay poderia ser lida como um projeto de refundação das estruturas sociais e políticas do reino, para “liquidar uma monarquia decadente que se tornou instrumento das classes estéreis e presa dos interesses particulares” (Sckornicki, p. 185). Por isso, preconiza a promoção social dos proprietários, pois, em seu escopo teórico, “é na propriedade que reside o fundamento da sociedade e do estado civil” (p. 185). A ideia seria apagar a visão tradicional da sociedade distribuída em ordens, para refundá-la sobre uma base econômica estruturada em classes e unificadas por uma autoridade tutelar. Nesse particular, o *Tableau* seria uma resposta definitiva ao feudalismo de Mirabeau e uma oposição, também, ao contratualismo. Tanto que, de um lado, na segunda versão inicial do *Tableau* se privilegia a distribuição do chamado *revenu*, enquanto que na versão acabada de 66 (fórmula aritmética) privilegia-se menos a dinâmica do crescimento para evidenciar a composição da ordem natural. Exibir-se-ia, assim, a estrutura “profunda do

---

<sup>85</sup> Sckornicki lembra, por exemplo, de uma espécie de “consenso agrário” já bem consolidado que ecoava cada vez mais em um reino de 80% da população rural com mais ou menos esta proporção de PIB agrícola

reino”, isto é, uma fronteira social entre proprietários e cultivadores, uma alta sociedade consumidora do produto social e uma subordinação da manufatura. Para o autor, « Son tableau apparaît ainsi comme une spectaculaire analyse des structures sociales du royaume, en rupture épistémologique avec le sens commun juridique » (Sckornicki, p. 186). De acordo com a própria *Filosofia rural*, o *Tableau* teria deixado de lado a distinção de posição, de ordem, de privilégios diversos e variados, para colocar em evidência a “essência das coisas” (Quesnay & Mirabeau, 1763, p. 69, apud, Sckornicki, p. 187).

A consolidação da formação da fisiocracia, contudo, acabou acontecendo alguns anos mais tarde, sobretudo com a entrada em cena de alguns dos outros membros mais conhecidos da escola, como Le Mercier de la Rivière<sup>86</sup> e Dupont du Nemeurs<sup>87</sup>, além, em medida um pouco menor, mas longe de serem desimportantes, de Badeau<sup>88</sup> e de Le Trosne<sup>89</sup>.

Notadamente, o ano de 1767 marca a entrada definitiva de Badeau para o grupo liderado por Quesnay. Com isso, é convertida também a revista da qual era editor em uma espécie de órgão oficial de imprensa da escola fisiocrata<sup>90</sup>. As *Ephémérides do cidadão* passam a receber outro subtítulo, o de *Biblioteca arrazoada das ciências morais e políticas*<sup>91</sup>, e começam a ser publicadas mensalmente e divididas em três partes principais, sendo a primeira dedicada à exposição dos princípios da doutrina fisiocrata, a segunda contendo críticas de outras obras publicadas e, a terceira, versando sobre eventos e reflexões de âmbito nacional. O próprio Badeau inaugura essa nova fase do periódico com uma abertura compacta, porém, bastante significativa. Ali coloca como o objeto científico mais essencial ao homem as descobertas que possibilitam o conhecimento da “lei primitiva essencial e fundamental da necessidade física, o único princípio da moral, da

---

<sup>86</sup> Pierre-Paul Lemercier de La Rivière de Saint-Médard (1719-1801).

<sup>87</sup> Pierre Samuel Dupont de Nemours (1739-1817).

<sup>88</sup> Nicolas Badeau (1730-1792).

<sup>89</sup> Guillaume-François Le Trosne (1728-1780). O trabalho de Sckornicki (1999) propõe uma repartição dos membros do “partido” pela divisão do trabalho baseada numa hierarquização em função da quantidade de textos e da proximidade deles em relação a Quesnay e Mirabeau (classificados como Autores Cardinais). La Rivière e Le Trosne, por sua vez, são classificados como Pessoal de Apoio Jurídico. Dupont e Badeau, juntamente com Roubaud, Saint-Péravy, Vauvilliers e La Vauguyon, são classificados como Pessoal de Apoio Literário e Jornalístico. Por último, classificados como Pessoal de apoio científico estão Butré, Marivetz e Patullo.

<sup>90</sup> Cf. Steiner (2014), são quatro as séries da revista, respectivamente (com o período entre parênteses): i) *Ephémérides du citoyen: Chronique de l'esprit national* (1765-1766); ii) *Ephémérides du citoyen: Bibliothèque raisonnée des sciences morales et politiques* (1767-1772); iii) *Nouvelles Ephémérides économiques: Bibliothèque raisonnée de l'histoire, de la morale et de la politique* (1774-1776), iv) *Les Nouvelles Ephémérides économiques* (1787-1788).

<sup>91</sup> Até então *Crônicas do Espírito Nacional*.

ordem social e de toda ordem nacional” (Badeau, 1767, p. 6); enaltece “os benfazejos da autoridade tutelar”; destaca a importância do conhecimento da economia política, idealmente generalizada como norma do cidadão comum até o príncipe; estabelece o quadro econômico como portador visualmente evidente de todos os princípios fundamentais da doutrina fisiocrata, além de se referir a Quesnay como “Confúcio Europeu” e mencionar a China como horizonte de toda a felicidade possível e proporcionada pelo correto conhecimento das leis naturais. Princípios todos esses que passarão, juntamente com alguns de seus outros pilares, como que em uma espécie de rolo compressor, a serem reiteradamente afirmados e desenvolvidos pelos fisiocratas em suas publicações posteriores, as quais receberão sempre espaço privilegiado de exposição nas páginas da revista.

“Envie as *Efemérides do cidadão* pelo correio, como o fazem os particulares, de um canto a outro da Europa, sob a forma de assinatura, a cargo dos autores, ao invés de ocasionalmente. Essa obra periódica, composta pelas melhores mãos de nosso tempo, é destinada a remeter incessantemente aos olhos do leitor os princípios e suas consequências, vocês próprios os julgarão e darão confiança a eles entre nossos compatriotas e nossos sobrinhos, pelo que lhes deveremos mais como instrutores do que como administradores dignos de respeito e de reconhecimento público.” (Mirabeau, [1767-1774]1912, p. 10-11)<sup>92</sup>

No mesmo ano é publicado um dos livros mais importantes da fisiocracia. Se Mirabeau já havia inserido inúmeros tomos adicionais ao longo das mais de vinte edições de *L'amie des hommes*, se a *Filosofia rural* também já tinha sido publicada com suas mais de quatrocentas páginas, não é de se surpreender que Le Mercier de La Rivière tenha dedicado um texto em dois volumes à *Ordem natural e essencial das sociedades políticas*. Com esse título, a capa o livro estampa: “A ordem é a lei inviolável dos espíritos; e nada está resolvido se com ela não estiver em conformidade”<sup>93</sup>. Sem constar sua autoria

---

<sup>92</sup> Do original: “Faites venir les *Ephémérides du citoyen* par la poste comme le font les particuliers, d'un bout de l'Europe à l'autre et par abonnement dont les auteurs sont chargés au lieu de les avoir par occasion. Cet ouvrage périodique, composé d'ailleurs par les meilleures mains de notre temps, est destiné à remettre sans cesse sous les yeux du lecteur les principes et leurs conséquences, vous en jugerez vous-mêmes, vous les mettrez en crédit parmi nos compatriotes et nos neveux vous devront plus encore comme instituteurs que nous ne vous devons comme administrateurs dignes du respect et de la reconnaissance publique.”

<sup>93</sup> Do original: « *L'Ordre est la Loi inviolable des Esprits; et rien n'est réglé, s'il n'y est conforme* ».

nominal, o texto faz grande sucesso editorial, cai nas graças dos leitores profanos – aproveitando as palavras de Sckornicki (2011), como uma espécie de “Newtonianismo rural” – e se torna como que um manual de iniciação à fisiocracia. Com a obra de Le Mercier de la Rivière, e também de Le Trosne, a fisiocracia adquire substantiva complementação legalista, de tal modo, aprofunda ou estende algumas de suas principais concepções e passa a reivindicar o monopólio da teoria social com a preeminência do caractere sagrado da propriedade privada e do proprietário. Com a teoria do despotismo legal preche de inovações para prevenir o abuso de poder, são endurecidas as principais linhas para o enfrentamento das questões políticas que poderiam, quem sabe (certamente sim para os fisiocratas), tornar seus objetivos possíveis.

No ano seguinte, Dupont publica a coletânea dos textos mais fundamentais que já haviam sido escritos pelos economistas da escola, com o nome *Physiocratie ou constitution naturelle du gouvernement économique lePlus avantageux au genre humain*. Interessante notar que o título coloca a fisiocracia como sinônimo de “constituição natural do governo econômico mais vantajoso ao gênero humano”. Capa e contracapa exibem uma imagem que contém uma charrua<sup>94</sup>, em uma delas um sol ao fundo, ambas exibindo campos de cultivo “verdejantes”<sup>95</sup>.

Outro aspecto interessante muito bem destacado por Sckornicki está nas características da forma como circulam os saberes na sociedade francesa, sobretudo parisiense. Com os espaços acadêmicos altamente hierarquizados e heterônomos, os salões foram um espaço mais conveniente de divulgação (contra-institucional, em alguma medida), um espaço clientelista por natureza, como na corte, mas não regulamentado juridicamente. Notável nesse interim é que a partir de 1767, durante oito anos, Mirabeau faz reuniões duas vezes por semana em seu hotel (terças e sextas), funcionando mais ou menos ao modelo de um clube de notáveis, com registro dos presentes e das discussões. As terças eram dedicadas à consolidação, desenvolvimento e propagação, ali eram discutidos os textos a serem publicados nas *Éphémérides*. A descrição do autor mostra como, na verdade, tinham pouco dos salões triviais, sendo um tipo de salão acadêmico de uma sociabilidade intelectual especificamente centrada na ciência, seu ambiente era, pois, sério, solene, com linguagem própria e formas de tratamento que lembravam a maçonaria (o que despertou, inclusive, os olhos sarcásticos de seus inimigos, como p. ex. Grimm, que

---

<sup>94</sup> Vide imagens nos anexos.

<sup>95</sup> Na verdade a imagem é em preto-e-branco, logo, nosso sentido é obviamente figurado.

disse que o linguajar era apocalíptico, com jargões incompreensíveis, dogmatizante, e de um insolente pedantismo, parecendo uma Sorbonne do arado). As reuniões serviam como estratégia de mobilização da nobreza, tanto local, como internacional, a entrada era livre, inclusive para mulheres. As terças se desdobravam ainda nas sextas, com seções mais intimistas para membros já participantes (relações já consolidadas); as sextas, eram, portanto, mais parecidas com os salões habituais. Ambos os espaços mantinham relação próxima também com a corte e com os grandes aristocratas, assim, a finalidade das reuniões era muito mais política do que científica. Outros salões também abriram suas portas constantemente para os economistas (Contessa de Rochefort, por exemplo, bem como a Baronesa de Marchais e a Duquesa de la Rochefoucauld d'Enville).

## 2.5 Uma seita com muitos detratores

Principalmente, pela forma de organização, pela combatividade e pela importância dada à necessidade de convencimento acerca das prescrições que seriam capazes de elevar o gênero humano à “ordem natural mais vantajosa”, os fisiocratas foram referidos, muitas vezes, como uma seita, que passou a sofrer uma oposição vigorosa na segunda metade da década de 1760. Em especial, o ano de 1768 – que seguiu os anos de liberalização comercial, a saber, com a publicação dos editos de 1763 e 1764 – foi marcado por um pico de preço do trigo e por uma conseqüente escalada das tensões sociais e políticas. Como resultado, ganham força todas as frações que poderiam se opor à fisiocracia direta ou indiretamente; o “ataque”, de tal modo, vinha de praticamente todos os lados, seja do republicanismo (via, sobretudo, Mably), seja de membros do parlamento mais próximos ou nem tanto em relação ao rei (como, respectivamente, Graslin e Linguet), e também por parte da antiga tradição administrativa (tendo em Forbonnais seu maior representante)<sup>96</sup>. Mas, sabidamente, muitos de seus inimigos já tinham se erguido há mais tempo, foi, entretanto, pelas mãos de um membro da diplomacia estrangeira que a oposição à fisiocracia recebeu seu mais vigoroso golpe, este, por sua vez, de certa forma, passando a ser um de seus mais novos e consideráveis inimigos. Trata-se do autor do nada desprezível *Da moeda*<sup>97</sup>, Ferdinando Galiani, que escreveu os *Diálogos sobre o comércio de*

<sup>96</sup> O debate sobre os antifisiocratas tem recebido alguma atenção na literatura, por exemplo, em Kaplan e Sophus ed. (2019), Legrand, Facarello e Orain Al. (2015) et Klotz, Minard e Orain (2017).

<sup>97</sup> Cf. Galiani ([1751]2000).

*cereais*<sup>98</sup> e que, unido a Denis Diderot, organizaram um movimento de rompimento intelectual e político em relação aos economistas por parte da ilustração alinhada aos enciclopedistas.

Sabidamente, Galiani era célebre diplomata italiano, conhecido tanto nos círculos mais ilustrados – como citado, muito próximo a Diderot, seu grande aliado na organização do movimento de oposição aos economistas – quanto reverenciado nos salões e na corte, Galiani não tinha aspirações políticas modestas. Não logrou, no entanto, no fim, ocupar nenhum alto posto político na França. Mas já tinha, muito antes da década de 1770, escrito seu grande livro sobre a moeda, pelo que já se sentia autorizado como um dos grandes conhecedores das questões relacionadas à então nascente “filosofia da economia” – ou “filosofia econômica”, como bem joga com estas palavras nos *Diálogos sobre o comércio de cereais*<sup>99</sup>.

As cartas enviadas por Galiani a Mme. D’Épinay<sup>100</sup> oferecem uma ilustração impressionante do tamanho da querela. Na correspondência de 28 de abril de 1770, o abade escreve:

“Dupont acaba de me provar o que eu já suspeitava há muito tempo, que os economistas são uma verdadeira seita de Iluminados. Eles têm profecias, fábulas, visões e, acima de tudo, um tédio narcótico. Se você quer que eu lhe diga a verdade, eu acredito que Quesnay seja o Anticristo e que a sua fisionomia [sic] rural seja o Apocalipse. Isso é mais sério do que você pode imaginar. Um dia eu me divertirei em fazer a comparação entre Voltaire e Quesnay, e eu pretendo lhe provar que esse médico é outra coisa. Ele tem algo de sobrenatural; ele é triste e absurdo, e não rejeita nenhum imbecil entre seus inúmeros discípulos, desde que se trate de um entusiasta.” (Galiani, 1881, p. 61)<sup>101</sup>

---

<sup>98</sup> Cf. Galiani ([1770]2003).

<sup>99</sup> Galiani, [1770]2003).

<sup>100</sup> Cf. Galiani (1881).

<sup>101</sup> Do original: « Dupont achève de me prouver ce que j'avais depuis longtemps soupçonné, que les économistes sont une véritable secte d'illuminés. Ils ont des prophéties, des fables, des visions, et par-dessus tout cela de l'ennui narcotique. Si vous voulez que je vous parle vrai, je crois Quesnay l'Antéchrist, et sa physionomie rurale est l'Apocalypse. Cela est plus sérieux que vous ne pensez. Un jour je m'amuserai à faire la comparaison entre Voltaire et Quesnay, et je prétends vous prouver que ce médecin est bien autre chose. Il est quelque chose de surnaturel ; il est triste et absurde, et ne rejette du nombre de ses disciples aucun imbécile, pourvu qu'il soit enthousiaste. »

Galiani não poupa sua correspondente desse tom sarcástico e ao mesmo tempo trágico para se referir à fisiocracia. Na maioria das vezes vai chamá-los de sectários e até mesmo de bestas. Dupont du Nemeurs vai ser citado como “*Dupont-Nostradamus*”, Quesnay como “*René L’antechrist*” e Le Mercier de la Rivière como “*Manco-Capac La Rivière*”.

Tendo começado a compô-lo nos fins de 1768, em janeiro de 1770, o italiano dá a público anonimamente, então, com ajuda de Diderot, o texto dos diálogos, os quais se dão entre um marquês, um presidente e um cavaleiro. Esse último, ao longo de oito encontros, procura desconstruir as principais teses da fisiocracia para os outros dois. A obra pode ser lida como o ápice de uma oposição vigorosa que em Galiani assume a forma de um diálogo muito bem ajustado aos costumes das elites parisienses e oferecem a imagem ideal de sociabilidade compartilhada pelos nobres e pelos ilustrados, sem adotar, contudo, propositadamente, a forma escolástica.

De início, a argumentação recai sobre as particularidades de cada reino, no fato de que alguns deles sequer teriam condições de se tornar agrícolas, constatação que francamente procura enunciar quão limitada à França era a fisiocracia. Galiani vai praticamente assumir a figura do cavaleiro e, na aparente simplicidade de um diálogo ao jantar, desfere também, praticamente de saída, golpes de argumentação à tese da produtividade exclusiva da agricultura, da esterilidade da manufatura e da necessidade de exportação como forma de combate à carestia.

O primeiro diálogo meio que prepara o terreno para os que virão em seguida, termina com o cavaleiro fazendo uma espécie de limpeza epistêmica das impressões deixadas pela agitação literária causada pela divulgação das teses fisiocratas – as quais, sabemos bem, tinham ganhado a imaginação de boa parte dos públicos leitores. Após o marquês afirmar que já tinha lido praticamente tudo o que tinha sido publicado sobre o assunto, o cavaleiro responde:

“Pois bem, minha situação é muito melhor do que a sua porque eu não li absolutamente nada. Eu apenas refleti. Ignoro se outros escreveram reflexões semelhantes às minhas, mas sou levado a crer que todas as cabeças organizadas como a minha ou o fizeram ou o farão. Assim, eu lhe direi o que penso, mas sem discutir, de jeito nenhum, as suas ideias, até porque você não

tem nenhuma. Minha exposição será como a leitura de um livro, de mais um livro, que, ao que tudo indica, não é melhor do que todos os outros.” (Galiani, [1770]2003, p. 32)

Tal apelo também dará mote ao início do diálogo seguinte, que, de partida, colocará o princípio da produtividade exclusiva da agricultura prontamente em questão. Nesse momento, a fisiocracia é estabelecida claramente como alvo. O marquês reforça seu estarecimento em relação ao argumento do cavaleiro perguntando: “O que? A agricultura... o solo... a propriedade da terra... o produto líquido... a classe produtiva... Ah! Você está brincando: isto é um axioma.”. O cavaleiro, por sua vez, logo arremata respondendo de forma curta e direta: “Falso.”.

A entrada em cena da manufatura, ainda no segundo diálogo, é também das mais significativas. Nas palavras do cavaleiro, “a manufatura é uma espécie de produção na qual algo se acrescenta à matéria prima.”<sup>102</sup>. Apesar de não receber desenvolvimento muito maior do que esse, será sempre em referência ao trabalho acrescentado à matéria-prima que estará orientada a melhor possibilidade de enriquecimento de qualquer que seja o reino. Argumento francamente oposto à tese de produtividade exclusiva da agricultura. Já as críticas em relação à perspectiva fixista fisiocrata vão aparecer ao longo de todos os oito diálogos, os exemplos serão sempre simples e servirão para argumentar sobre as dimensões da irregularidade econômica abstraídas pela teoria dos economistas.

De acordo com o cavaleiro, a produção agrícola na França estaria sempre muito perto do seu limite possível, com uma grande população a ser alimentada e abastecida pela produção de um território extenso, porém limitado, ao passo que a manufatura, por fundamento, seria sempre ilimitada, desde que se fosse capaz de criar riqueza suficiente a ponto de poder-se exportar manufaturados e importar os cereais e demais gêneros agrícolas necessários:

“Esta é a grande diferença entre o comércio de produtos manufaturados e dos gêneros alimentícios. O comércio dos manufaturados cresce proporcionalmente ao número de braços que emprega, enquanto o de gêneros decresce nesta mesma proporção. Como o objetivo de todo bom governo é

---

<sup>102</sup> Galiani ([1770]2003, p. 47).

aumentar o número das manufaturas, que crescem à medida que aumenta o número de homens, até, por assim dizer, o infinito, e que ele deve se rejubilar quando houver redução na exportação de gêneros. Pode-se, inclusive, lograr a extinção total deste gênero de comércio, desde que a população consuma todo o produto do solo. Neste caso, a agricultura fornecerá ao povo a sua subsistência, mas apenas as manufaturas lhe permitirão obter o dinheiro e a riqueza. Pode-se inclusive, ultrapassar estes limites e ter uma população tão exagerada que seja obrigado a ir aos países despovoados para comprar, com o produto das manufaturas, os alimentos e a subsistência necessária ao excedente de população que se tem para alimentar. Neste caso, o governo terá conquistado a perfeição, pois a perfeição, nesta matéria, é obrigar a natureza a realizar um milagre que consiste em ter, sobre um solo limitado, um número maior de homens do que suas forças e seus meios poderiam sustentar.” (Galiani, [1770]2003, p. 120)

Passando para o sétimo e penúltimo diálogo o cavaleiro escreve no início

“[...] eu lhe direi que um apólogo, uma comparação, uma fábula, não constituem uma reflexão, por mais bela, luminosa e adequada que possa parecer. É preciso sempre desconfiar. É preciso encontrar o fundamento da questão na análise da natureza intrínseca das coisas e jamais recorrer a qualquer outra via. A comparação serve, depois, para embelezar o discurso, para convertê-lo em eloquência ou em poesia, mas ela é apenas o verniz do quadro e não a própria pintura. Se nós conseguíssemos manter essa precaução em todas as ciências, nós teríamos muito menos livros e muito menos equívocos. Os médicos, sobretudo, que só usam uma linguagem alegórica, nervos assustadiços, porque nervos não são nem gatos nem cachorros. Mas a dama que tem spaniels e angorás, e que os adora, acredita que o seu médico disse algo muito importante e que ele descobriu qual era seu mal. Ela fica muito satisfeita e convencida porque ela não quer se curar, quer apenas continuar consultando seu médico” (Galiani, [1770]2003, p. 132)

Com os diálogos, temos uma ilustração muito bem-acabada dos termos internos do debate – ou melhor, do embate – em relação às teses da fisiocracia. As cartas, por sua vez, oferecem a possibilidade de compreensão de aspectos culturais e, principalmente, o papel político que os diálogos assumiam. Uma terceira camada de compreensão, adicionalmente, pode ser ainda melhor compreendida pela “Apologia” escrita por Diderot em 1750, em resposta direta a um texto publicado por Morrelet em forma de uma tréplica aos diálogos<sup>103</sup>.

Galiani, de modo geral, apontou para o fixismo da teoria dos economistas, tanto do ponto de vista temporal, quanto locacional. O que valeria em Roma, por exemplo, não valeria num grande território como o francês. Mas não se opôs propriamente à liberdade de comércio de grãos, pelo menos não do ponto de vista interno, apenas, sim em relação às exportações e importações. O problema, para Galiani, está na incorporação de como os agentes criariam expectativas e responderiam a elas em termos de oferta e procura<sup>104</sup>. Morrelet se opõe francamente ao método adotado por Galiani, direcionando-lhe a publicação de uma tréplica. É propriamente aí que o elogio de Diderot vai trabalhar, isto é, como uma espécie de re-tréplica, sobretudo metodológica. Ponto por ponto, Diderot vai responder aos apontamentos de Morrelet.

É notável que, uma vez que Galiani partiu de uma multiplicidade de fatos para tentar encontrar alguma regularidade que o interessaria teoricamente, podemos dizer que se opõe à possibilidade de uma abordagem de corte formalmente racionalista, que admitiria hipóteses explicativas *a priori* e seguiria um caminho hipotético-dedutivo. Querela nascente que foi o centro das discussões epistemológicas da ciência que estava ali nascendo, onde o consenso será, no máximo, de compromisso e de ocasião, com a epistemologia muitas vezes aderindo à prática de elaboração teórica apenas de forma contingencial. Está considerando que os fatos só são múltiplos à medida que se afastam de uma situação que seria considerada como sendo de equilíbrio geral, aquela mais voltada à possibilidade de estudar justamente o que de aleatório nos fatos permite estabelecer às respectivas chances de cada equilíbrio parcial de forma muitas vezes independente de uma teoria precedente. Racionalidades, portanto, estruturalmente

---

<sup>103</sup> Morrelet (1770).

<sup>104</sup> No 8º diálogo, procura mostrar, por exemplo, que a eficácia da liberdade depende do grau de confiança entre o povo e os governantes;

opostas, mas, senão correspondentes, pelo menos não tão absolutamente incompatíveis na prática.

Ao ponto que, por exemplo, na crítica de Forbonnais,<sup>105</sup> é justamente a multiplicade que será incorporada à teoria, mas não ao sabor de Galiani, e sim numa multiplicação das possibilidades de um único quadro, o qual seria, apenas um de muitos casos particulares a serem estudados justamente para que se possa tentar encontrar a possibilidade de completude de um sistema. Para Forbonnais, o quadro mais completo da circulação das riquezas deveria considerar, então, o entrecruzamento das vendas e do consumo de cada classe com o conjunto dos outros países, mais do que isso, o entrecruzamento do consumo entre classes distintas em relação também às distintas classes do exterior.

Essa triangulação, de um lado, com a querela entre Galiani/Diderot e Morrelet, e, de outro, com a teoria de Forbonnais, é o que poderíamos considerar como central na discussão sobre a “antifisiocracia”. Vale notar que grande parte disso e dos constrangimentos que a prática de livre concorrência e preço, sobretudo externa, conforme bem apontada por Galiani foi retomada pelo último Le Mercier de La Rivière em seu texto utópico<sup>106</sup>.

---

<sup>105</sup> Cf.: Forbonnais (1767).

<sup>106</sup> Cf. La Rivière (1792), o qual buscamos analisar no último capítulo da tese.

### **CAPÍTULO 3. LIBERDADE E OTIMIZAÇÃO NATURAL COMO EVIDÊNCIA E NORMA: O QUADRO ECONÔMICO COMO PROLONGAMENTO DA ECONOMIA ANIMAL**

Especificamente sobre a problemática da compreensão do quadro e de seu estatuto, parece que muitos de nós, leitores contemporâneos, não nos sentimos muito seguros em estudar a fisiocracia sem entender pelo menos o essencial das operações das principais versões do *Quadro econômico*. Isto é, mesmo que não seja ou venha a ser um objetivo primeiro de análise, o estudo interno do quadro pode oferecer a impressão de maior confiança na interpretação de seu estatuto, de suas determinações fundamentais e de suas consequências políticas, pois, curioso por excelência, é geralmente por ele que se começa.

Além disso, boa parte daquilo que seria essencial à compreensão da teoria fisiocrata é possível de ser apresentada, não à toa, fazendo o uso didático das diversas versões do *Quadro econômico*. Afinal, era para isso que ele foi criado. Foi em torno dele e, conseqüentemente, da teoria que lhe é subjacente, que os fisiocratas mais se dedicaram em termos de divulgação e de convencimento.

Mas é bem verdade que compreender as operações de produção e comercialização específicas que ele se propõe a expor não é uma tarefa que pode ser guiada por algum tipo de obviedade nem por algo tipicamente familiar à nossa contemporaneidade. Tomando sua última versão como exemplo, apesar de suas operações principais parecerem tanto claras quanto coerentes com o conjunto da teoria, para a compreensão de alguns detalhes necessita-se de um cotejamento com a descrição de questões expostas em outras versões, elaboradas em contextos diferentes e com objetivos variados.

O problema é que o quadro, à medida que foi sendo construído e sendo divulgado, foi também sendo alterado, de algo preliminar, mais intuitivo, para algo mais aplicado, analítico e acabado. Suas premissas fundamentais são mantidas, mas alguns pormenores são diferentemente esmiuçados em cada contexto.

#### **3.1 O quadro econômico e sua centralidade analítica**

Nesse interim, o mesmo problema ocorre com os comentadores, os quais, tentando resolver algumas questões por ele suscitadas, muitas vezes apresentam soluções que não concordam umas com as outras. Procurando entender o quadro em sua última versão,

Rolf Kuntz discorda, por exemplo, das soluções analíticas tanto de Marx<sup>107</sup> quanto de Ronald Meek<sup>108</sup>.

Bem, tal como os fisiocratas, devemos admitir que seus comentadores consagrados também têm lá suas idiossincrasias. O problema em questão se dá justamente em torno do texto *Análise da fórmula aritmética do quadro econômico*<sup>109</sup>. Vejamos abaixo esta que foi uma das últimas versões publicadas do quadro.

**Quadro 1** – Versão contida no texto *Análise fórmula aritmética do quadro econômico*

	<b>ADIANTAMENTOS</b> Anuais da classe produtiva	<b>RENDIMENTO</b> Para os proprietários das terras, o soberano e os dizimeiros	<b>ADIANTAMENTOS</b> Da classe estéril
Somam que servem para pagar o rendimento e os juros dos adiantamentos primitivos.	2 bilhões	2 bilhões	1 bilhão
Despesas dos adiantamentos anuais.	1 bilhão		1 bilhão
	1 bilhão		1 bilhão
	1 bilhão		1 bilhão
	2 bilhões	Total . . . .	2 bilhões
Total . . . .	5 bilhões		metade dos quais é retida por esta classe para os adiantamentos do ano seguinte.

Fonte: Reproduzido de Quesnay ([1766]1984)

O modelo supõe a existência de valores iniciais que são chamados de adiantamentos e são constituídos por uma retenção, respectivamente de 2 e 1 bilhões, que a classe produtiva e a classe estéril fizeram em relação ao que produziram no ano anterior. Já a classe proprietária, tem à sua disposição 2 bilhões oriundos do rendimento recebido da

<sup>107</sup> Marx, 1974.

<sup>108</sup> Meek, 1964.

<sup>109</sup> Quesnay ([1766]2005).

classe produtiva também no ano anterior<sup>110</sup>. São esses 2 bilhões de rendimento que o sistema vai ser capaz de repor todos os anos como uma espécie de produto líquido gerado pela classe produtiva.

Tendo a classe produtiva inicialmente, então, tais 2 bilhões constituídos por seus adiantamentos retidos do ano anterior, ela seria capaz de produzir 5 bilhões. Desses 5 bilhões que ela produz, 2 ela irá utilizar para pagar o rendimento da classe proprietária e 1 para reposição, em forma de juros, da depreciação de sua estrutura<sup>111</sup>. Dos 5 produzidos sobram, portanto, 2 bilhões que ela irá reter sob a forma de adiantamentos para o ano seguinte.

Por sua vez, a classe de proprietários irá gastar os 2 bilhões de seu rendimento em compras, dividindo-os de forma igual entre produtos comprados da classe produtiva e da estéril, ficando sem nenhum saldo, tendo que esperar até a renovação do ciclo para receber os mesmos 2 bilhões para gastar novamente da mesma forma.

Já a classe estéril tinha 1 bilhão, conseguiu produzir 2 bilhões em bens manufaturados, mas gastou os mesmos 2 bilhões em compras da classe produtiva, ficando com o mesmo valor inicial, de 1 bilhão, retido sob a forma de adiantamentos para utilização no ano seguinte.

Mas, e os 2 bilhões que a classe produtiva tinha inicialmente sob a forma de adiantamentos? Onde foram gastos? Pelo exposto no quadro, um deles foi despendido para compra de bens da classe estéril. Mas, e o outro 1 bilhão? É aqui que está uma das questões que Kuntz tenta discutir com Marx. É que Marx repara num “embaraço” das contas após tentar ordenar as transações, mas nos termos de Kuntz:

“o que se embaraça, na verdade, é a leitura marxiana. Depois de uma boa descrição das transações interclasses, aparece, inexplicavelmente, a suposição de que os agricultores só usam 1 bilhão de produtos agrícolas. Ora, os 2 bilhões que eles empregam são precisamente os 2 bilhões considerados como adiantamentos anuais.” (Kuntz, 1982, p. 62)

---

<sup>110</sup> No caso específico da classe proprietária, não fica muito claro no texto específico da fórmula aritmética se são oriundos de pagamentos referentes ao ano anterior ou corrente. No entanto, estão disponíveis no ponto de partida da análise dos desdobramentos das operações.

<sup>111</sup> Os valores totais dessa estrutura são chamados de adiantamentos primitivos e a sua soma, no modelo, é de 10 bilhões, sendo portanto, amortizado a 10%.

Todavia, é possível que a solução de Kuntz, ao considerar esses 2 bilhões como consumidos internamente na agricultura seja um equívoco. A leitura alternativa seria a de que esses 2 bilhões são retidos para o ano seguinte e não são, portanto, consumidos no ano corrente. Por sua vez, no ano corrente, dos 2 bilhões que ela tinha à sua disposição, ela só gastou 1 bilhão em compras da classe estéril.

Vejamus que uma possível solução, na qual Marx é que estaria certo, pode ser encontrada em outro texto, intitulado *Segundo problema econômico*, de 1767 (posterior, portanto, ao da *Fórmula aritmética*). Nele, Quesnay propõe uma análise do impacto de um imposto direto sobre o produto líquido. A ideia é mostrar que esse impacto, tratando-se de um imposto direto, não altera o valor do total produzido, portanto, nem as condições de reprodução do sistema. A análise parte de uma versão do quadro semelhante ao da fórmula aritmética, mas com alguns valores diferentes. Após apresentar os dados utilizados, na quarta observação, Quesnay deixa claro o seguinte: “Qualquer que seja a reprodução total de 6 milhões, entra apenas 5 milhões de reprodução no comércio; visto que a classe produtiva retém 1 milhão, que ela consome in natura” (Quesnay, [1767]1991, p. 409)<sup>112</sup>.

Mas transpor diretamente essa observação para a versão da fórmula aritmética complica um pouco as coisas. É que o modelo do segundo problema econômico admite um valor de produto líquido diferente. Ele é de 3 bilhões e é pago, como era de se esperar, sob a forma de rendimento aos proprietários. Outros valores também são diferentes, como se pode notar na reprodução a seguir:

---

<sup>112</sup> Do original: “Quoique la reproduction totale soit de 6 milliards, il n’entre que pour 5 milliards de productions dans le commerce; attendu que la classe productive en retient pour 1 milliard, qu’elle consomme chez elle en natur”

**Quadro 2 – Reprodução da versão do segundo problema econômico.**

	<b>ADIANTAMENTOS</b> Anuais da classe produtiva	<b>RENDIMENTO</b> Para os proprietários das terras, o soberano e os dizimeiros	<b>ADIANTAMENTOS</b> Da classe estéril
	<u>2 bilhões</u>	3 bilhões	<u>1,25 bilhão</u>
	1,5 bilhão		1,5 bilhão
	1,25 bilhão		
	1,25 bilhão		1 bilhão
Somas que servem para pagar o rendimento e os juros dos adiantamentos primitivos.			
Despesas dos adiantamentos anuais.	2 bilhões	Total . . .	2,5 bilhões
Total . . .	<u>6 bilhões</u>		metade dos quais é retida por esta classe para os adiantamentos do ano seguinte.

Fonte: Reproduzido de Quesnay ([1767]1991)

Nota-se que os consumos intermediários mudam um pouco, mas a mudança mais considerável é que, nesta versão, o total produzido pelos agricultores não é mais equivalente ao total da soma dos valores que servem para pagar o conjunto do rendimento, dos juros e dos adiantamentos anuais. Essa soma continua sendo 5 (apesar de sua composição intermediária ter mudado, como já notamos), mas o produto total passa a ser de 6 bilhões. Faz toda a diferença nesse caso, portanto, admitir o consumo interno da classe produtiva no valor de 1 bilhão, que passa a compor o produto total do sistema. O que não muda, pois isso sim comprometeria toda a teoria, é a igualdade entre o produto líquido e o rendimento pago à classe proprietária.

Mas daí resulta outra questão. Ora, se a classe produtiva consome, de forma intermediária, uma parte de seus produtos *in natura*, e eles são considerados como parte de sua produção total, porque o mesmo não acontece com a classe estéril?

Se fosse o caso de propor nossa própria solução para tal problema levantado pelos referidos comentadores, no entanto, esta seria a mais simples, e se aplicaria a todas as

outras questões: no escopo da teoria fisiocrata, cada possibilidade de distribuição inicial de recursos, entre dinheiro e bens manufaturados ou agrícolas, poderia dar origem a um quadro diferente, o que não afetaria a estrutura fundamentalmente concebida. Quer dizer, o quadro é um retrato de uma infinidade de transações que acontecem ao longo de um período. Ou seja, os proprietários, por exemplo, obviamente não gastam metade de sua renda de uma única vez com cada classe. O quadro resume, portanto, em forma de saldo, múltiplas transações efetuadas e que, mesmo sendo alteradas no momento inicial, resultariam numa mesma forma de representação. Se disso não pretendemos ter certeza, qualquer que fosse, no entanto, a suposição inicial, os fisiocratas certamente dividiriam a produção em três classes, considerariam o rendimento como sendo o produto líquido pago aos proprietários pelos agricultores e esta seria a única forma de riqueza realmente criada pela economia (a única “naturalmente” criada, vale destacar, ainda que nada possa ser realmente criado que não seja de forma a obedecer às possibilidades e propriedades materiais do mundo físico).

Em nossa opinião, entretanto – ao contrário do que parece se pensar em uma parte da literatura econômica sobre a fisiocracia –, é pouquíssimo frutífera à transposição do quadro econômico para outros termos que não sejam os dos próprios fisiocratas. A isso devemos excetuar, por exemplo, os casos em que somos levados a estudar outros textos dos próprios fisiocratas ou porque não nos conformamos em não o entender. Dessa forma, parece que o caráter educativo do quadro cumpre seu papel de forma direta e indireta, é um instrumento que está sempre levantando novas possibilidades, mas que remete o tempo todo à teoria que lhe deu origem. Problema que se prolonga e não encontra seu limite até que se considere os escritos de fisiologia de Quesnay, que encerram, na verdade, uma teoria sobre tudo o que existe.

### 3.2 A economia animal e seu ensaio físico

Sobre as ideias fisiológicas de Quesnay, em 1736 foi publicada a primeira versão de seu Ensaio físico sobre a economia animal<sup>113</sup>, que recebeu uma substancial ampliação em uma segunda edição, de 1747. Vale notar que o nome da obra indica, primeiro, se tratar de um ensaio, que tal ensaio é físico e que tem como objeto a economia animal. O autor organiza, então, esse “ensaio” em três grandes partes, as quais são hierarquizadas sob a forma de três grandes conjuntos que compõem o objeto de sua teoria da fisiologia e são, por isso, publicados em tomos separados. Cada tomo apresenta um detalhamento do seu conjunto obedecendo a mesma organização hierárquica, ou seja, de agrupamentos e subagrupamentos partindo dos conjuntos iniciais. De tal modo, os tomos I e II apresentam as primeiras duas partes do objeto de sua fisiologia, os quais pertencem a único conjunto denominado “Os princípios dos corpos e suas qualidades”.

O conteúdo do primeiro tomo trata de duas categorias de princípios: “os princípios constitutivos” e “os princípios elementares”. Sobre suas subdivisões internas, a primeira categoria – “os princípios constitutivos” – é composta por “A matéria” e “A forma”; já a segunda – “os princípios elementares” – por “O fogo”<sup>114</sup>, “O ar”, “A água”, “A terra”, “O óleo”, “O sal” “O mercúrio”. Estas subdivisões são compostas por novas subdivisões e essa organização também é utilizada, portanto, nos outros dois tomos. O segundo deles trata das chamadas “partes integrantes” que, por sua vez, são subdivididas em “Salinas”, “Oleosas” e “Metálicas”. Portanto, esses primeiros tomos revelam, na verdade, não uma fisiologia, mas uma química<sup>115</sup>.

Já o terceiro tomo é composto pelas seguintes categorias: “Os humores”; “As partes” “Os espíritos”; “As faculdades”; “Ações”; “Temperamentos”. Cada um desses grandes

---

<sup>113</sup> Vide nos apêndices a tradução do capítulo Liberdade.

<sup>114</sup> Que teria sido objeto de um tratado específico de Quesnay, mas que se perdera, não constando em nenhum arquivo conhecido.

<sup>115</sup> As referências a Boerhaave não são poucas e a fisiologia de Quesnay também é reconhecida na literatura como uma assimilação do trabalho do holandês (Herman Boerhaave; 1668-1738), cuja química havia sido traduzida para o francês por La Metrie em 1724, este bastante próximo a Quesnay. Hecth (1958) aponta, inclusive, que o tamanho da semelhança da primeira edição em relação ao trabalho do holandês resultou numa acusação de plágio. A segunda edição, entretanto, é substancialmente diferente da primeira. Além da ampliação, o conteúdo da primeira edição é praticamente todo reorganizado e também contem algumas reformulações e emendas, sobretudo em relação aos fundamentos das partes e dos movimentos, com praticamente dois terços sendo dedicados ao primeiro dos elementos, o fogo (ou, como veremos, o éter, que desemboca, na prática, em quase como um sinônimo do princípio vital e dos chamados espíritos animais. Hecht, J. 1958. "La vie de Francois Quesnay," in Quesnay (1958), vol. 1, p. 211-91.

tomos, assim sendo, desdobra-se em partes menores e formam, assim, uma grande árvore esquemática. A árvore geral é apresentada no começo do primeiro tomo e é detalhada, utilizando o mesmo formato, no início de cada um dos três tomos. A apresentação do Tomo III, por sua vez, organiza todo seu conteúdo dentro da categoria “Economia animal”. Desse modo, o que na apresentação geral tinha a mesma posição hierárquica dos tomos I e II, é agora agrupado dentro dessa grande categoria.

É como se os primeiros dois tomos tornassem possível descrever aquilo que compõe os corpos dos animais (ou seja, como já citados, “Os princípios dos corpos e suas qualidades”). Já o terceiro tomo pode ser entendido como a descrição da colocação desse todo em funcionamento, a isso se dá o nome, no esquema da obra, de “Economia animal”, ou melhor, mais especificamente, o que parece ser o ápice da investigação, “As operações da economia animal”, fórmula utilizada como subtítulo dessa terceira parte.

É nesse terceiro tomo que aparecem alguns dos assuntos que mais podem nos interessar<sup>116</sup>, mesmo porque alguns elementos importantes descritos nas primeiras duas partes são retomados e as discussões sobre seus papéis na economia animal são aprofundadas.

Na abertura do terceiro tomo, ele explica:

"Além disso, é preciso conhecer os humores antes de empreender a explicação do mecanismo de ação das partes sólidas; porque essas partes agem apenas por meio dos diferentes sucos que estão contidos nos vasos, dos quais essas mesmas partes são compostas: é necessário, portanto, entrar no detalhe dos diferentes humores, buscar sua natureza, descobrir sua formação, para marcar seus usos, antes de explicar o Mecanismo da ação das partes sólidas."  
(Quesnay, 1747, p. 2)<sup>117</sup>

---

<sup>116</sup> A organização do terceiro tomo é a seguinte: 1) *Du Chyle*; 2) *Du Lait*; 3) *Des quatre humeurs nourricieres*; 4) *Du sang*; 5) *De l'humeur bilieuse*; 6) *De l'humeur melancolique*; 7) *De L'humeur Pituiteuse*; 8) *Des Lymphes*; 9) *Du suc nourricier*; 10) *Suc re'cre'menteux, et des suc excre'menteux*; 11) *De la quantités des liquides*; 12) *Des parties solides*; 13) *Du principe vital*; 14) *Des Facultés*; 15) *Des facultés Organiques des corps vivans, attribuées à l'âme végétative*; 16) *Des facultés animales*; 17) *Des facultés attribuées à l'Âme Sensitive*; 18) *Des facultés de l'âme raisonnable*; 19) *Des facultés mixtes l'âme raisonnable*; 20) *Des actions des parties organiques du corps*; 21) *Des temperaments*.

<sup>117</sup> Do original: “*D'ailleurs il faut connaître les humeurs avant que d'entreprendre d'expliquer le mécanisme de l'action des parties solides; parce que ces parties n'agissent que par le moyen des différents sucs qui sont renfermés dans les vaisseaux, dont ces mêmes parties sont composées : Il est donc nécessaire d'entrer dans le détail des différentes humeurs, d'en chercher la nature, d'en découvrir la formation, d'en marquer les usages, avant que d'expliquer le Mécanisme de l'action des parties solides.*”

Esse é, portanto, o ponto de partida de Quesnay na descrição das operações da economia animal. Nesse ponto, o médico inverte um pouco a ordem das coisas, pois as partes sólidas, na verdade, em suas palavras, é que seriam “os instrumentos pelos quais a natureza age sobre os humores”, entretanto, ele explica não ser necessário compreender as estruturas das partes sólidas para conhecer suas operações, pelo contrário, é a partir de suas operações que a investigação de sua composição pode se tornar mais produtiva. Daí é que Quesnay vai descrever três classes fundamentais de humores ou de operações fundamentais a eles referentes, quais sejam, os humores “chilosos”<sup>118</sup>, os humores nutritivos<sup>119</sup>, os sucos recrementosos<sup>120</sup> e os sucos excrementosos.

Na fisiologia de Quesnay, todas as partes sólidas dos corpos são compostas, na verdade, por vasos, ou melhor, por tecidos cuja composição é dada por vasos interligados de forma a “servirem uns à inteligência dos outros”.

### 3.3 Os paradoxos do princípio vital e das faculdades vegetais e animais

Antes de avançar para a distinção entre as faculdades animais e vegetais, o médico vai retomar um tópico que já havia sido explorado no primeiro tomo e que seria incontornável para toda a sua fisiologia. Trata-se do éter, elemento cuja papel na natureza em geral é bastante trabalhado no primeiro livro, e sobre o qual a literatura contemporânea se apoia para, por exemplo, encontrar uma explicação primordial para a teoria fisiocrata da exclusividade da produtividade agrícola.

Quesnay vai retomar tal questão no início do terceiro tomo para que possa servir de fundamento para a sua teoria da circulação dos impulsos nervosos, pois, esse então fluído super-sutil e super-ativo está contido nos pequeninos tubos do sistema nervoso e são enviados pelo cérebro para as demais partes do corpo. Conclusão que se apoia na observação do fato de que uma laqueadura em um ponto do circuito nervoso interrompe o funcionamento das demais, restando claro, para nosso médico, não havendo nenhuma outra explicação, tratar-se da interrupção da passagem de uma substância fluída. Do ponto de vista teórico, portanto, é possível observar que a existência desse fluído

---

<sup>118</sup> Referente à palavra em francês *chyle*, derivada do latim *chylus*, retirado do grego *khulos*, se refere aos sucos resultantes da digestão nas concepções médicas de Galeno. No esquema de Quesnay é composto pelo próprio chile e pelo leite.

<sup>119</sup> Composto pelo sangue, pela bile, pela melancolia, pela piedade e pelo suco nutritivo.

<sup>120</sup> Composto pelos humores leitosos, prolíficos, dissolventes e lubrificantes.

permanece como algo formulado mais pela exclusão das outras possibilidades do que pela sua verificação propriamente dita.

"Não se pode, portanto, explicar os efeitos do princípio vital, exceto com a ajuda de um fluido muito sutil e muito agitado; mas o que é esse algo imperceptível, tão sutil e tão ativo que se encontra nos nervos? É muito difícil determinar sua natureza, alguns afirmaram que era um ácido muito volátil; mas este ácido seria um corrosivo violento; outros que era o Ar; mas o Ar fortemente fechado permanece imóvel; há alguns que pensaram que era apenas um fogo ou uma chama muito sutil, mas essa chama supõe um fogo aceso; portanto, é necessário reconhecer nos nervos todas as causas que podem excitar e manter um foco de incêndio; ora, essa suposição tem a menor probabilidade? além disso, um fogo em brasa, por mais fraca que seja, não agiria nas paredes fracas dos canos nervosos e não as destruiria?" (Quesnay, 1747, p. 107)<sup>121</sup>

Quesnay então afirma que, na verdade, não se pode conhecer a natureza do princípio vital, mas que, para que tal princípio faça nascer o movimento, são necessárias apenas "causas determinantes". É o princípio vital, assim, que ocasiona todos os movimentos não só das partes do corpo (aí inclusos os humores), mas de tudo o que existe. Isso porque, como explica em seu primeiro tomo, o éter, como também pode ser chamado essa matéria sutil e imperceptível, porém densa e ativa, que é definida como sendo, por analogia química, uma espécie de fogo, é a qualidade ativa da matéria e está na composição de todos os outros elementos.

Substância comum a toda a matéria e causa de todo movimento, o éter seria a composição fundamental do princípio vital que circularia de forma fluida nos nervos, dando causa aos chamados espíritos animais, que seriam, eles próprios, a manifestação tanto dessa fluidez pura quanto dessa hiperatividade e hipersutilidade desse elemento

---

<sup>121</sup> Do original: "*On ne peut donc expliquer les effets du principe Vital, que par le secours d'un fluide très-délié, & très-agité ; mais quel est ce ce imperceptible , si subtil, & si actif qui se trouve dans les Nerfs ? Il est très-difficile de déterminer sa nature, les uns ont prétendu que c'étoit un acide fort volatil ; mais cet acide seroit un violent corrosif; les autres que c'étoit de l'Air ; mais l'Air étroitement enfermé reste immobile; il y en a qui ont pensé que ce n'étoit qu'un feu ou une flamme fort subtile , mais cette flamme suppose un feu d'embrasement; il faut donc reconnoître dans les Nerfs toutes les causes qui peuvent exciter & entretenir un foyer d'embrasement; or cette supposition a t'elle la moindre vraisemblance ? d'ailleurs un feu d'embrasement, quelque foible qu'il fût , n'agiroit-il pas sur les foibles parois des tuyaux nerveux, & ne les détruiroit-il pas ?"*

subjascente à existência de todas as demais substâncias. É como se, então, o princípio vital fosse composto predominantemente pela parte ativa daquilo que está na composição de toda a matéria, sendo ele próprio imperceptível por ser, portanto, composto por esse éter, elemento essencial que ocasiona toda a capacidade de interação material das partículas da natureza (logo, do corpo, sobretudo em relação à nutrição, ou seja, o impulso para a distribuição dos nutrientes das partes líquidas para as partes sólidas, mas, mais ainda, em relação à transmissão nervosa, que teria como forma a fluidez pura desse elemento).

Sendo uma só a substância que circula nos nervos, o médico conclui que as diferentes formas com que cada parte do corpo reage aos diferentes estímulos se deve às características de cada nervo, isto é, sua estrutura, sua flexibilidade ou sua rigidez e assim por diante. Como consequência, se abre para Quesnay o problema do papel dessa substância sobre a consciência, ou seja, sua relação com a alma, ou melhor, com as diferentes almas que dariam causa aos tipos de faculdades<sup>122</sup>.

Para avançar com essas questões, o médico começa definindo, então, as faculdades como sendo o poder de cada parte de cumprir sua função. O estômago, por exemplo, realiza a digestão e sua capacidade de realizar esta operação é dada por um tipo específico de faculdade, ou, em sentido análogo, por um tipo de alma que faz com que as funções dos órgãos sejam cumpridas. Nesse caso, trata-se da alma denominada de vegetativa, a qual é, pois, inteligente e é dessa inteligência (involuntária) que resulta o bom cumprimento das funções dos órgãos do corpo. Além da alma vegetativa, a alma sensitiva é comum a todos os animais e nela são operadas as funções relativas às sensações, sendo que os homens possuem uma terceira alma, capaz de raciocinar, ou, o que é a mesma coisa, a faculdade de arrazoar. O animal em geral, portanto, em seu quadro teórico, é um ser sensitivo (óbviamente dotado de alma vegetativa e sensitiva, mas não é razoável, não possuindo alma razoável).

Em diálogo tensionado explicitamente com os filósofos de tradição cartesiana, Quesnay vai questionar, por exemplo, a junção da alma sensitiva e da alma razoável como sendo uma coisa só e restritas exclusivamente aos homens. Questionar-se-á também a visão de que tudo é maquinal, sobretudo as operações que parecem ser sensitivas e, mais ainda, as operações razoáveis. Para o médico, os órgãos são a causa instrumental das operações da economia animal, são puramente maquinais, mas tais causas não encerram

---

<sup>122</sup> Poderíamos pensar, então, no éter, em Quesnay, como sendo um operador do ocasionalismo no sentido malebranchiano.

a totalidade das operações fisiológicas. Ainda assim, a consideração da “maquinalidade” de seu funcionamento vai ser questionada e, de certa forma, depurada e refinada por Quesnay.

O estômago e as vísceras, por exemplo, contêm um tipo de sensibilidade e de movimentos próprios que são realizados uma vez tendo sido excitados pelo alimento. Tal capacidade é considerada vegetativa, uma vez que sua motricidade é realizada de forma independente da alma sensitiva e é desconhecida, a princípio, pela alma razoável. Como um relógio, tratar-se-ia de um puro mecanismo realizado por um corpo que, na verdade, desconhece as horas. Porém, paradoxo a ser explorado por Quesnay, essa analogia exige o cuidado de não a considerar cegamente em relação a seu movimento mecânico e puramente material, mas, sim, em relação a um desenho anterior à sua existência (e, para alguns filósofos, Quesnay faz questão de lembrar, anterior também ao próprio mundo). Em esquema projetual, portanto, que definiria suas funções para o resultado do concurso de seus mecanismos. Não se trata, pois, meramente de leis cegas associadas a mecanismos, mas de uma admirável e inteligente construção do autor da natureza, para o qual o mecanismo puro seria, na verdade, algo grosseiro e muito aquém de sua capacidade.

Assim é que, para Quesnay, a alma vegetativa é muito mais inteligente do que a alma razoável (além, também, é claro, do que a alma sensitiva). As almas sensitiva e razoável animam o corpo, mas não o vivificam, algo que só pode acontecer pelas operações da alma vegetativa. O fato de serem suportadas, no fim e ao cabo, pela mesma substância primordial (o éter), não estabelece, contudo, uma continuidade entre toda a matéria, nem tampouco faz com que a matéria em si mesma contenha a inteligência. Quesnay vai, a partir disso, indagar sobre uma sorte de questionamentos e possíveis confusões que aconteceriam justamente porque à alma razoável só é dado conhecer pelas sensações, as quais recebe da alma sensitiva, fazendo com que, uma vez os sentidos só conhecendo a matéria, os “filósofos antigos” só tenham vindo a conhecer propriedades que não sejam estranhas à matéria.

De tal modo, portanto, consequência dessa crítica quesnaysiana do materialismo-mecanicismo estrito, o ser que pensa e a inteligência mesma, apesar de dependerem da matéria, são também, dela descontínuas (e também, em certo sentido, independentes, uma vez que seu funcionamento seja assegurado a bom termo), apesar de serem, no fim, constituídos da mesma substância. O ser que pensa não é, logo, mero objeto das sensações,

isto é, não é mero receptor mecânico daquilo que a percepção sensorial recebe das causas materiais, apesar de, todavia, depender do bom funcionamento das muitas funções corpóreas que não vê e nem toma conhecimento, pelo menos não de forma imediata. Em analogia com a música, Quesnay vai estabelecer uma comparação com os movimentos mecânicos dos instrumentos, os quais, com a escuta, as pessoas não dependem mais de observar tais instrumentos para tanto e é nesse sentido que o ser sensitivo não pode ser confundido com o corpo que gera suas sensações.

O reconhecimento do éter como sendo a causa primordial de tudo o que se executa na natureza vem acompanhado em Quesnay, assim, por uma crítica às concepções sobre a forma como o papel dessa inteligência age e se distribui ao longo das consequências ocasionais que dela dependem para existir. Não é porque a razão depende, no limite de sua existência física, do éter, que existe uma continuidade entre a matéria e o pensamento, tampouco que a matéria contenha o pensamento ou que sejam a mesma coisa. A alma não seria apenas parte desse fluído inteligente, sutil e imperceptível, ao qual se uniria novamente após a destruição do corpo.

Na verdade, a alma dos animais, por exemplo, deixaria de existir após sua morte. Apesar das substâncias jamais serem destruídas, elas perdem com a morte sua capacidade de coesão. O que determinaria, entretanto, a subsistência da alma após a morte seria a sua imputabilidade, ou seja, sua capacidade de conhecer e de decidir seguir ou não os desígnios e a beleza da ordem superior. Em suma, a imortalidade da alma está implicada por sua liberdade em vida, sendo, portanto, exclusiva aos homens, pois são os únicos dotados da capacidade de conhecer as boas ou más escolhas em torno das leis constituídas pelo “Ser Superior”. Isto é, se o autor da natureza assim criou os homens, livres e dotados de razão, por um princípio de coerência é necessário que sejam recompensados ou punidos após a morte, caso contrário não seriam livres, pois não lhes haveria nenhuma vantagem lógica em obedecer aos desígnios da criação.

Daí advém o que poderia ser considerado um dos ápices da conexão da economia animal de Quesnay com sua economia política. Uma noção das mais importantes e que pode servir, no mínimo, como uma boa hipótese para a compreensão de um elemento dos mais interessantes da fisiocracia, qual seja, a noção de vantagem, predicado maior da ordem social preconizada pela escola fundada pelo médico.

Na verdade, até aqui, por nosso próprio interesse, invertemos um pouco as coisas, pois Quesnay vai discutir a imortalidade da alma não antes, mas, depois de discutir a

noção de liberdade e de vantagem. E, até chegar a esse ponto, encontra-se no ensaio uma exposição extensiva de um outro caractere especial pelo qual sua economia política vai ser conhecida. Isto é, é possível ali encontrar meandros de sua teoria da percepção, da qual resultaria a possibilidade da “evidência”, que, com esse nome, posteriormente é objeto da redação do conhecido e reconhecido verbete para a *Enciclipédia*. É esse, na verdade, o assunto que ocupa a maior parte do terceiro livro, isto é, o detalhamento cuidadoso das principais operações que compõem, primeiro, as faculdades animais, em seguida, as faculdades sensitivas e, por fim, as faculdades da alma razoável, encerrando o livro com um capítulo sobre os temperamentos.

Emprestemos, pois, pretenciosamente de Michel Foucault, no *Nascimento da clínica*<sup>123</sup>, o lugar epistemológico que podemos depreender de seu estudo sobre a passagem da medicina classificatória para a anatomia patológica<sup>124</sup>. Aproximemos, ainda, a imagem do quadro econômico da imagem de um Quesnay médico, justamente inserido historicamente nos meandros do processo cujos pontos de contato Foucault se propõe a investigar do ponto de vista genealógico.

Para onde se encaminharia, nessa dupla aproximação, o estatuto epistemológico do Quadro econômico? Seria descritivo? Analítico? Didático? Experimental? Isto é, seria análogo ao lugar da clínica na descoberta, no ensino, mas, ao mesmo tempo, no diagnóstico e no tratamento?

Daí resultaria, aqui apenas por hipótese, a ideia de que o quadro poderia ser considerado utilmente por nós como uma espécie de clínica-escola quesnaysiana; isto é, oriundo da sequência química-física-fisiologia, as duas primeiras descritivas, a terceira, a união de tudo num sistema dinâmico, porém idealmente estacionário no estado

---

<sup>123</sup> A ideia desta aproximação surgiu nas discussões propostas pela banca de qualificação, à qual mais uma vez agradecemos.

<sup>124</sup> Isto é, o amplo espectro que Foucault constrói para analisar por exemplo a passagem que pode ser representada de um lado por autores como Pinel, de outro por Bichat. Em poucas palavras, a emergência da clínica no domínio hospitalar com cunho eminentemente pedagógico-experimental e que também marca a passagem de uma medicina da observação classificatória para aquela que passa a adotar o que pode ser chamado de método analítico. Foucault vai explorar então a genealogia das possibilidades de deslocamento da classificação do elemento para a classificação das relações, característica marcadamente presente na anátomo-medicina, a qual procura reconstruir de forma reduzida a lógica do que é visível, justamente no sentido das descobertas dos signos primários e suas relações com os signos complexos, sejam do corpo, sejam da doença, isto é, seja em relação ao normal, seja em relação ao patológico. É no cerne desse processo que Foucault busca situar o nascimento da clínica como o domínio da conjugação entre o que é hospitalar e o que pedagógico e científico, isto é, entre o que é o tratamento e o que é o ensino e a descoberta. Híbridização, portanto, que nasce, na prática, de um confronto entre o domínio do hospital e o domínio da universidade, mas que também marca um confronto entre as consequências das possibilidades de liberalização e controle da formação e da prática médicas.

“saudável”. Valendo notar que a epistemologia da evidência de Quesnay parte de um *a priori* grande e, entre aspas, eclético; se quisermos destacar, um sincretismo entre Descartes e Malebranche e daí deriva todo seu modelo de percepção ou, melhor dizendo, de fisiologia da percepção. Todo o *Ensaio físico* de Quesnay parece desembocar nisso, na liberdade humana e como é ela mesmo advinda da forma como a percepção adquire os conhecimentos através dos diversos quadros a ela apresentados pela natureza. Imagens a serem colocadas em perspectiva na consciência, são, no entanto, primeiramente inegáveis aos sentidos que são impressos nos canais físicos da percepção, a partir dos quais se constitui, por fim, a capacidade de reconhecer no real uma racionalidade estrita e providencial.

Clínica, porque permite prescrever meios de alcance da possibilidade de um equilíbrio. Escola, porque é pedagógico por excelência, ao passo que supera a mera descrição, ultrapassando-a como um método científico-analítico.

Isso dito, restaria ainda a tarefa a que se propôs a literatura secundária de discutir qual a substância que circularia no quadro. Muito embora tal preocupação se devesse ao fato da literatura ter colocado problemas à sugestão de que o médico-economista teria extraído de seu modelo de circulação do sangue a invenção da representação visual-analítica de seu modelo econômico. Surgiria daí a possibilidade de considerar tal substância como um éter, uma vez que este permeia todas as coisas. Resposta que, por extrapolação, não responde muito sobre tal modelo, uma vez que, apesar de fisiológico, contém e é animado por tudo o que anima também a natureza, tanto do corpo humano, tanto na dimensão que o diferencia dos animais, quanto destes das demais criações divinas presentes por ocasião da ação primeira da divindade criadora em toda a natureza.

Elemento que está contido e é primordial a tudo, mas que, entretanto, só se concebe por exclusão e por consequência, respondendo, portanto, a tudo. Realidade que só pode ser desmembrada e reconhecida na prática de observação e experimentação (anatômicas no sentido descritivo, fisiológicas no sentido analítico, e clínica no sentido da forma com que possibilita o reconhecimento da doença a ser curada e nas possibilidades pedagógicas-científicas que surgem durante tal processo).

Assim, o *Quadro econômico* seria a própria liberdade como norma, mas uma certa liberdade, a liberdade de escolher pelo mais vantajoso, pois assim se pode escolher o reino dos céus após a morte e projetá-lo sobre a terra em vida. Algo que muitas vezes escapa à fortuna crítica que muitas vezes encontra seu limite na origem fisiológica do direito

natural, o qual desemboca, para aproveitar a análise de Catherine Larrère, notavelmente, numa inversão, ou melhor, num deslocamento, do mínimo dano para o máximo usufruto.

Sobre o aparecimento da ideia de direito natural, no ensaio, lê-se:

"Eu entendo por direitos naturais aqueles que a natureza mesmo nos atribuiu; tal é, por exemplo, o direito que têm todos os homens aos quais a Natureza deu olhos; é óbvio que não podemos retirar seu uso de nenhum homem sem violar a ordem estabelecida pela inteligência Suprema, a menos que ele próprio o faça ou alguma razão conforme a própria ordem o exija. [...] Todos os homens, considerados em relação à ordem natural, são iguais; cada um é obrigado, sob pena de sofrimento, a conservar sua vida e cada um se responsabiliza em relação a si mesmo pelo rigor a esse preceito; um vivo interesse leva, assim, à obediência"(Quesnay, 1747, p. )<sup>125</sup>

Mas vejamos como tinha procedido nosso médico-economista para chegar a esse ponto com a ideia do bom uso, ou melhor, do uso mais vantajoso da liberdade,

"A liberdade do homem não consiste então simplesmente no poder de agir ou de não agir, ela consiste também em poder examinar e apreciar os motivos que devem preferencialmente nos fazer tomar uma decisão. Assim, a liberdade consiste no poder de deliberar para se determinar, com razão, a agir ou a não agir." (Quesnay, 1747, p. 364) <sup>126</sup>

A partir do que prossegue colocando em questão a noção de vantagem,

“um mercador, por exemplo, sempre excitado pelo desejo do ganho, quer empregar uma soma de dinheiro para comprar qualquer mercadoria; dois

---

<sup>125</sup> Do original: *"J'entends par droits naturels, ceux que la Nature même nous a assignés ; tel est par exemple, le droit qu'ont à la lumière tous les hommes à qui la Nature a donné des yeux ; il est manifeste qu'on ne peut en retrancher l'usage à aucuns de ces hommes, sans violer l'ordre établi par l'intelligence Suprême, à moins qu'il ne s'en désiste lui-même librement, ou que quelque raison conforme à l'ordre même ne l'exige. [...]* Tous les hommes, considérés dans l'ordre naturel, sont originaires égaux ; chacun est obligé sous peine de souffrance, de conserver sa vie, & chacun est chargé seul envers soi-même de la rigueur du précepte;"

<sup>126</sup> Do original: *"La liberté de l'homme ne consiste donc pas simplement dans le pouvoir d'agir ou de ne pas agir, elle renferme aussi celui d'examiner, & d'apprécier les motifs qui doivent préférablement nous déterminer. Ainsi la liberté consiste dans le pouvoir de délibérer pour se déterminer avec raison à agir, ou à ne pas agir."*

tipos sendo a ele apresentados, os quais podem lhes ser vantajosos; mas, um deles, num primeiro aspecto, lhe parece mais lucrativo; entretanto, o medo de se enganar o faz examinar o preço de compra de cada uma dessas mercadorias, as tarifas exigidas, o prejuízo que podem sofrer, a imediatidade do débito, o preço pelo qual poderá vendê-la; por meio de cálculos, ele avalia todas essas coisas; e, após comparação, ele se decide por aquela que lhe parece a mais vantajosa. Esse comerciante é, portanto, movido pelo desejo do ganho a fazer valer seu dinheiro; ele é então levado a realizar tal deliberação pelo medo de se enganar; enfim, ele decide pela mercadoria que lhe parece a mais lucrativa e, muitas vezes, tal mercadoria não é aquela que lhe pareceu a mais vantajosa num primeiro momento. O homem que se conduz com razão, logo, não toma decisões imediatamente como os animais, pelo objeto que lhe toca e lhe afeta mais.” (Quesnay, 1747, p. 350)<sup>127</sup>

Daí que

"a vontade suscita a atenção, daí que a alma parece sempre ser sujeitada aos motivos que a afetam, e que aqueles que a afetam mais devem sempre prevalecer sobre aqueles que agem sobre ela de forma mais sutil; mas há que, antes de tomar partido dessa opinião, distinguir, entre esses motivos, aqueles que afetam mais a alma de imediato daqueles que lhe são menos sensíveis, mas que lhe apresentam um interesse mais vantajoso"(Quesnay, 1747, p. 355)<sup>128</sup>

---

<sup>127</sup> Do original: “*Un Marchand, par exemple, toujours excité par le desir du gain, veut employer une somme d'argent à acheter quelque marchandise ; il s'en présente à lui de deux sortes, qui peuvent lui être avantageuses ; mais il y en a une qui, au premier aspect, lui paroît plus profitable ; cependant la crainte de se méprendre, lui fait examiner le prix de l'achat de chacune de ces marchandises, les frais qu'elles exigent, le détrimet qu'elles peuvent souffrir, la promptitude du débit, le prix qu'il pourra la vendre ; il parvient par des calculs à évaluer toutes ces choses ; & après avoir comparé il se détermine pour celle qui lui paroît la plus avantageuse : ce Marchand est donc d'abord poussé par le desir du gain à faire valoir son argent : il est porté ensuite à délibérer par la crainte de se tromper : enfin il est décidé par la marchandise qui lui paroît la plus profitable, & souvent cette marchandise n'est pas celle qui lui sembloit d'abord la plus avantageuse. L'homme qui se conduit avec raison, n'est donc pas déterminé immédiatement comme les bêtes, par l'objet qui le frappe & l'affecte le plus. La liberté est donc dans l'homme une faculté réelle, & effective.*”

<sup>128</sup> Do original: “*& la volonté suscite l'attention, d'où il paroît que l'ame est toujours assujettie aux motifs qui l'affectent, & que ceux quil'affectent le plus doivent toujours l'emporter sur ceux qui agissent plus foiblement sur elle ; mais il faut, avant que se livrer à cette opinion, distinguer entre ces motifs, ceux qui affectent le plus l'ame actuellement, d'avec ceux qui lui sont moins sensibles, mais qui lui présentent un intérêt plus avantageux*”.

Por fim,

"O exercício da liberdade nem sempre é acompanhado do bom uso da liberdade; e o bom uso da liberdade, nem sempre, tampouco, é precedido pelo exercício dessa faculdade. "(Quesnay, 1747, p. 360)<sup>129</sup>

Retornando ao que será o então quadro econômico, poderíamos dizer que, obscuro por excelência, seria complexo tal como o mereceria a análise dos signos que importam para cada objetivo ou relação doença-tratamento no corpo humano, mas é quase que totalmente esclarecido pela primeira impressão que os sentidos captam não no quadro em si, mas nos diversos "quadros explícitos" pela imagem da natureza de um reino agrícola próspero e feliz, de máximo usufruto e liberdade de escolha sobre a recompensa mais vantajosa que se pode recolher da natureza em vida material e, por fim, na vida após morte, privilégio exclusivo da alma humana.

Um mundo a ser alcançado onde nada é contingente, tudo é racional, ocasionalizado e, desde o princípio, potencialmente perfeito. Resta alçar a realidade à finalidade contida na melhor possibilidade que o sol (a origem do éter por excelência) oferece aos campos cultivados para suprir a tudo que satisfaz das necessidades do humano, não em medida diminuta, mas em medida excedente, máxima e renovável, condição infinitamente próspera, porém estável e contínua; entretanto, não se trata da mera satisfação dos sentidos do corpo fisiológico, mas também da forma como o homem encontra também uma situação propriamente mais vantajosa para sua alma imortal, a ser devidamente recompensada tendo seguido os desígnios da ordem divina em vida.

Muito embora Quesnay não tenha ligado explicitamente os pontos, eles estão dispostos a permitir justamente o sentido contrário, não o do *Quadro econômico* até a possibilidade material da alma, mas da natureza dos elementos e no encadeamento físico de suas causas que ocasionam seus efeitos concretos na natureza. Se só o corpo humano percebe da forma como percebe, só ele pode admirar o quadro do espetáculo da perfeição de Deus no mundo, ou melhor, os vários quadros: a charrua puxada por cavalos em campos verdejantes alimentados pelo sol; o *Tableau économique* que decodifica tal

---

<sup>129</sup> Do original: "L'exercice de la liberté, n'est pas toujours suivi du bon usage de la liberté, & le bon usage de la liberté, n'est pas non plus toujours précédé de l'exercice de cette faculté."

imagem em cifra analítica, expositiva, pedagógica-experimental, mas que também pode servir como tratamento da disfunção de um reino degenerado e doente. E, além de tudo, admirar a relação entre meios e fins, por exemplo, da tributação, que deve ser implementada de forma a garantir o melhor funcionamento da totalidade social.

Economicidade como norma da escolha, esse é o lema que podemos extrair de uma das conclusões do *Ensaio físico* de Quesnay. Sua fisiologia é nomeadamente econômica, sua economia é, por reversibilidade, fisiológica.

## CAPÍTULO 4. O CATECISMO DA ECONOMIA POLÍTICA COMO IMPERATIVO DO GOVERNO ECONÔMICO

Se não procuramos exaurir tanto os assuntos tratados nos tópicos anteriores, neste capítulo procuramos trabalhar de forma mais pormenorizada um dos principais problemas que nos interessaram desde o início da pesquisa, qual seja, o problema da instrução como um imperativo do governo econômico.

### 4.1 O governo e a instrução econômicas

A necessidade de instrução sobre as verdades que os fisiocratas acreditavam ter descoberto constam nas *Máximas* de Quesnay<sup>130</sup>. A segunda máxima vai prescrever:

“Que a nação seja instruída nas leis gerais da ordem natural que constituem o governo evidentemente mais perfeito. O estudo da jurisprudência humana não é suficiente para formar os homens de Estado. É necessário que os que se destinam aos empregos da administração se submetam ao estudo da ordem natural mais vantajosa aos homens reunidos em sociedade. É necessário ainda que os conhecimentos práticos e luminosos que a nação adquire pela experiência e pela reflexão se reúnam à ciência geral do governo, para que a autoridade soberana, sempre esclarecida pela evidência, institua as melhores leis e as faça observar com exatidão, para a segurança de todos e para que se alcance a maior prosperidade possível.” (Quesnay, 1767)

---

<sup>130</sup> Recentemente Klotz, Minard e Orain (2017) organizaram um livro dedicado a estudos sobre as reações críticas à fisiocracia. Em um dos capítulos Bernard Delmas comenta sobre alguns autores refratários às ideias educacionais fisiocratas. Especial atenção é dada, de um lado, a Charles-Étienne Pesselier (1712-1763) que escreve em 1762 suas *Lettres sur l'éducation*, considerando largamente a conformação da educação popular às funções profissionais e não mais do que isso, do contrário poder-se-ia oferecer verdadeiro perigo político além de constituírem um potencial “luxo de educação” (cf. Pesselier, 1762). O marquês René D'Angerson, de outro lado, por exemplo, aparece como uma posição em defesa de ideias próximas aos fisiocratas, em suas *Memoires et journal inédit*, publicadas apenas em 1858. Já Beardé de l'Abbaye (em suas *Recherches sur les moyens de supprimer les impôts*, de 1770), também é reacionário aos ideais reformistas dos economistas, considera, pois, que o axioma educacional fisiocrata teria potencial destrutivo e seria capaz de “destronar os reis” e “derrubar impérios”.

No *Despotismo da China*<sup>131</sup>, o brevíssimo item 10 do capítulo 8 enuncia:

"Os homens podem reivindicar o direito natural apenas à luz da razão, que os distingue dos animais. O objeto capital da administração de um governo próspero e duradouro deve ser, portanto, como no império da China, o estudo profundo e o ensino contínuo e geral das leis naturais, que constituem eminentemente a ordem da sociedade.." (Quesnay, [2011]1767, p. 91)<sup>132</sup>

Le Mercier de La Rivière foi ligeiramente menos breve em *A ordem natural e essencial das sociedades políticas*<sup>133</sup>. Trata-se de uma pequena passagem no final da primeira parte.

"Por estar na ordem que todos os homens a conheçam, está na ordem também que eles aprendam todos a conhecê-la; ora, eles não podem consegui-lo senão pela instrução.

[...] são necessários livros doutrinários desse tipo e que estejam nas mãos de todo mundo.

[...] O que digo aqui sobre a necessidade dos livros que chamo de doutrinários, e sobre a liberdade que deve reinar a esse respeito, é algo tirado da natureza da ordem e da evidência que lhe é própria: ou a ordem é perfeitamente e obviamente conhecido, ou não é." (La Rivière, 1767, p. 90)<sup>134</sup>

<sup>131</sup> O assunto também aparece no capítulo 2 (Lois fondamentales de l'empire), item 5 (Instruction. ) que optamos por incluir como tradução nos apêndices.

<sup>132</sup> Do original: "*Les hommes ne peuvent prétendre au droit naturel que par les lumières de la raison, qui les distingue des bêtes. L'objet capital de l'administration d'un gouvernement prospère et durable doit donc être, comme dans l'empire de la Chine, l'étude profonde et l'enseignement continuel et général des lois naturelles, qui constituent éminemment l'ordre de la société.*"

<sup>133</sup> % A Ordem Natural e Essencial das Sociedades Políticas (1767).

<sup>134</sup> Do original: "*Par la raison qu'il est dans l'ordre que tous les hommes connaissent l'ordre, il est dans l'ordre aussi qu'ils apprennent tous à le connaître; or ils ne peuvent y parvenir que par le moyen de l'instruction.*

[...] *'il faut des livres doctrinaux dans ce genre, et qui soient dans les mains de tout le monde.*

[...] *Ce que je dis ici sur la nécessité des livres que j'appelle doctrinaux, et sur la liberté qui doit régner à cet égard, est pris dans la nature même de l'ordre et de l'évidence qui lui est propre : ou l'ordre est parfaitement et évidemment connu, ou il ne l'est pas.*"

Ali, conforme a tradição da escola, a ordem social é tratada como sendo evidente, isto é, como um desdobramento do que a natureza apresenta à razão e que passa a ser naturalmente conhecida tão logo os homens sejam bem e suficientemente esclarecidos. Para o desenvolvimento do argumento, Le Mercier parte da ideia fisiocrata de que a necessidade física da sociedade conduz ao conhecimento do que chama de *justo* e de *injusto absolutos*. É na prosa contida nessa publicação que o argumento recebe, do ponto de vista “jurídico”, um tratamento mais completo e com uma linguagem mais acabada. A ordem social pode ser compreendida, portanto, como um ramo da ordem física e que, argumento também conhecido da escola, a natureza teria dado aos homens desde o princípio uma parcela suficiente de luzes, de modo que a ordem natural e conseqüentemente socialmente mais vantajosa possa ser conhecida não só por alguns, mas por todos, pois ela não seria instruída por homens, mas sim por Deus. Como lemos também no *Ensaio físico* de Quesnay (e também no verbete “Evidência”, da *Enciclopédia*), diferentemente das verdades relevadas pela fé, que são privilégios ou dons de apenas alguns poucos homens, a ordem divina contida na natureza pode ser bem apreendida por todos.

Logo, tal justiça absoluta nada teria de arbitrária, pois a razão natural primitiva de toda a legislação seria a evidência física e é ela que deve se tornar legisladora. “Basta”, diz Le Mercier, “que seja conhecida para que se estabeleça, e basta que se estabeleça para que se perpetue” (La Rivière, 1767, p. 278). É na perfeição, por sua vez, que está a possibilidade de sua evidência, pois é no caráter explícito da natureza que se enxergam os encadeamentos das relações de um todo perfeito, isto é, um todo preciso em relação aos “meios que os encaixam e os subordinam aos outros” (La Rivière, 1767, p. 283).

Portanto, como condição para sua realização, a ordem precisa ser conhecida e, como consequência dessa condição, deve receber a maior publicidade possível, assunto com que se ocupa brevemente o texto. Para tanto, a discussão pública de ideias deve ser liberada de constrangimentos, sendo consequência da necessidade de instrução e também, principalmente, da liberdade de imprensa. Em suas palavras,

“a publicidade que o conhecimento evidente da ordem deve ter nos conduz à necessidade da instrução pública [...]. Pela razão de que faz parte da ordem que todos os homens a conheçam, também faz parte da ordem que todos aprendam a conhecê-la, e eles só podem atingir esse

ponto pela educação. Ninguém ignora o quanto a inteligência do homem carece da ajuda da inteligência de outros homens: enquanto ela está em completo isolamento está sem força e sem vigor, definha como uma planta sem calor e separada dos princípios da vegetação”. (La Rivière, 1767, p. 55)<sup>135</sup>

Mas Le Mercier praticamente para por aí, poderando apenas que:

“Não pretendo, entretanto, que seja necessário que todos os membros de uma sociedade, sem qualquer exceção, tenham um conhecimento igualmente explícito de todas as relações que todos os diferentes ramos da ordem têm entre si. Quero dizer apenas que a ordem só pode ser completa e solidamente estabelecida a menos que nenhuma das instituições sociais necessárias para sua preservação seja negligenciada; que todas essas diferentes instituições só podem ser adotadas de acordo com o conhecimento explícito que se tem de seu encadeamento e de sua necessidade; que esse conhecimento explícito só pode produzir seu efeito na medida em que é suficientemente público, de modo que o conjunto das vontades e das forças que ele reúne formem uma força absolutamente dominante na sociedade.” (La Rivière, 1767, T2, p. 53)<sup>136</sup>

Adicionou em seguida apenas mais um comentário sobre a necessidade de livros doutrinários e sobre a insuficiência da educação verbal, arrematando: “não desenvolverei aqui os detalhes dos estabelecimentos necessários à educação; a mim, basta apontar que

---

<sup>135</sup> Do original : “ La publicité que doit avoir la connoissance évidente de l'ordre, nous conduit à la nécessité de l'instruction publique.[...] Par la raison qu'il est dans l'ordre que tous les hommes connoissent l'ordre, il est dans l'ordre aussi qu'ils apprennent tous à le connoître; or ils ne peuvent y parvenir que par le moyen de l'instruction. Personne n'ignore combien l'intelligence d'un homme a besoin d'être aidée par celles des autres hommes : tant qu'elle reste absolument isolée , elle est sans force, sans vigueur; elle languit comme une plante privée de toute chaleur & séparée des principes de la végétation.”

<sup>136</sup> Do original : "Je ne prétends pas cependant qu'il faille que tous les membres d'une société, sans aucune exception, ayent une connoissance également explicite de tous les rapports que toutes les différentes branches de l'ordre ont entre elles. Je veux dire seulement que l'ordre ne peut complètement et solidement s'établir, qu'autant qu'on ne néglige aucune des institutions sociales qui sont nécessaires à sa conservation; que toutes ces différentes institutions ne peuvent être adoptées que d'après la connoissance explicite qu'on a de leur enchaînement et de leur nécessité; que cette connoissance explicite ne peut produire son effet, qu'autant qu'elle est assez publique, pour que la masse des volontés et des forces qu'elle réunit, forme une force absolument dominante dans la société."

eles fazem parte da forma essencial de uma sociedade e que não devem ser multiplicados em demasia, porque a educação não deve ser excessivamente pública”. No início da segunda parte, numa nota de rodapé o autor complementa dizendo que, a exceção da alta instrução, isto é, das Ciências e das Artes, reservada àqueles que possuem os devidos meios para a elas se dedicarem totalmente, todos os homens devem receber instrução pública (e gratuita).

Mirabeau foi ainda mais direto, por exemplo, quando escreveu as *Cartas sobre a restauração da ordem legal*, publicada nas *Ephémérides* de 1768:

“Aqui, Monsieur, está, grosso modo, o Catecismo da Ordem Natural e a análise da Ordem Social, que só pode ser considerada como um Tratado de aliança entre os Homens, com a finalidade de se ajudarem mutuamente na busca de seus benefícios; que é o cumprimento da Lei da ordem natural. Este esboço talvez seja suficiente para mostrar por que tivemos que pegar um campo tão vasto, para arar um primeiro campo. Você vê agora a adesão dos princípios mais simples com os resultados mais complicados, das verdades mais próximas com os pontos de vista mais amplos.” (Mirabeau, 1768; p. 27)<sup>137</sup>

No mesmo ano, o marquês publicou seu “manual” de instrução econômica. Dividido em quatro tomos (cada um com mais de quatrocentas páginas<sup>138</sup>), que receberam o nome de *Les économiques*. Portanto, o que Mirabeau chama de “catecismo econômico” é, ali, constituído de um manual “sucinto” de “economia política”, escrito em forma de diálogos e, em seguida, resumido em forma de princípios. Cada tomo é dedicado a cada uma das três classes do reino. Conclui-se, portanto, que existem especificidades diferentes a serem bem ensinadas aos membros, respectivamente, das classes agrícola, proprietária e estéril. Entretanto, seus princípios fundamentais são os mesmos.

---

<sup>137</sup> Do original: “Voilà , M. à peu près le Catéchisme de l'Ordre naturel et l'analyse de l'Ordre social, qui ne peut être regardé que comme un Traité d'alliance entre les Hommes, aux fins de s'entr'aider à la recherche de leurs avantages ; ce qui est l'accomplissement de la Loi de l'ordre naturel. Cette ébauche suffira peut être pour vous montrer pourquoi il nous a fallu prendre un champ si vaste, pour labourer un premier champ. Vous voyez maintenant l'adhérence des principes les plus simples avec les résultats les plus compliqués, des vérités les plus rapprochées avec les points de vue les plus étendus.”

<sup>138</sup> À exceção do primeiro, que tinha um pouco menos, o segundo com cerca de quatrocentas páginas e os dois últimos com mais de quinhentas.

"Mas é necessário prescrever um plano de estudo que apresente em ordem as observações que devem dirigir nossa atenção no exame deste grande Tableau. Estas observações serão elas mesmas as lições que os estudantes devem tomar sucessivamente no curso de seus estudos." (Mirabeau, 1769; p. 238-239)<sup>139</sup>

Uma figura publicada como abertura do primeiro capítulo de uma das edições da *Filosofia rural*<sup>140</sup> (reproduzida abaixo) dá uma ideia interessante da capacidade de Quesnay e Mirabeau de apontarem de forma pictórica para uma utopia concreta: vê-se ao centro uma charrua (ainda que puxada por bois e não cavalos, como queria Quesnay desde sempre); um forte sol acima à esquerda (a alimentar os campos pela mesma substância sutil que tanto nutre como anima os corpos vivos); o homem que guia a charrua utiliza uma indumentária tipicamente oriental (um quimono, quem sabe, chinês) e está sendo protegido do sol quase como um rei (ou como um sacerdote); os homens armados à esquerda têm suas barbas divididas e cabelos presos, empunhando suas armas em frente a baús e livros (possivelmente representando reservas de riqueza e de sabedoria); o mais importante, cada um segura um objeto, aparentemente uma caixa não tão pequena, potencialmente em alusão ao imposto a ser pago pela antiga nobreza de espada, mas que agora não está nem no campo de batalha nem no castelo, mas sim olhando diretamente para a produção de riqueza de um reino agrícola bem organizado, próspero e perpétuo. Não há, no entanto, nenhum conflito, tudo é apresentado em perfeita ordem. Nada mais nítido aos olhos!<sup>141</sup>

---

<sup>139</sup> Do original: "*Mais il faut se prescrire un plan d'étude, qui présente avec ordre les observations qui doivent diriger notre attention dans l'examen de ce grand Tableau. Ces observations seront elles-mêmes les leçons que les étudiants doivent prendre successivement dans le cours de leur étude..*"

<sup>140</sup> Cf. Mirabeau, 1763.

<sup>141</sup> Uma figura como essa é bem colecionável tratando-se da fisiocracia. Loic Charles (cf. Charles, 2003), por exemplo, mostra algumas outras figuras para estabelecer uma provável relação entre o *Tableau* e as chamadas máquinas hidráulicas para, então, apresentar a história visual do zigzague dos economistas. Optamos por não numerar as imagens aqui apresentadas ao longo do texto, entretanto apresentamos as mesmas novamente nos anexos junto com algumas outras, nesse caso, todas numeradas e com suas fontes devidamente identificadas. Um conjunto de imagens interessantes também é encontrado em uma publicação do mesmo autor (cf. os apêndices, aonde reproduzimos algumas imagens relacionando a analogia do *Tableau* a alguns mecanismos descritos para os relógios e máquinas hidráulicas expostos em Grollier (1733).



Mas a forma de exposição das *Économiques* muda bastante em relação à *Filosofia rural*, pois Mirabeau vale-se do uso da divisão entre as classes para expor um resumo dos conhecimentos necessários não a todas em geral, mas a cada uma das classes em particular. No terceiro tomo, dedicado aos saberes necessários à classe estéril, o marquês afirma que o conteúdo da instrução para as duas primeiras classes já seria capaz de conter todo o desenvolvimento da economia política. Como usual na prosa do marquês, todo o conteúdo é fortemente ancorado no *Tableau*, sendo ele o grande instrumento visualmente acessível dos fundamentos daquilo que precisa ser conhecido por todos, tanto do ponto de vista geral, quanto particular. Ideia que vai ser reforçada quando diz que

“Como tal, o tableau deve um dia ser colocado em lugares públicos, e todo homem deve ser instruído a ler, escrever e saber aritmética, às custas da sociedade, se sua família não puder prover para isso.” (Mirabeau, 1769, p. 406)<sup>142</sup>

Assim é que o *Tableau* e os princípios da economia política deverão ser ensinados não só às classes produtivas, mas também, até mesmo, para as crianças, como argumenta na mesma terceira parte dedicada a classe estéril:

<sup>142</sup> Do original: “Comme tel le tableau doit être un jour attaché dans les lieux publiques, et tout homme doit être instruit à lire, à écrire et connaître l’arithmétique, aux dépenses de la famille sociale, si la sienne ne peut y subvenir”

“III. A ciência econômica calculada deve, portanto, fazer-se ouvir, não apenas por todas as nações, mas por todas as classes, todos os Estados e, finalmente, todos os homens que constituem as sociedades. [...]

IV. De todos os meios que a ciência econômica emprega para cumprir este importante ponto de vista, o Tableau Économique é o único que em seus dados, em seu progresso e em seus resultados, abarca a totalidade dos interesses da totalidade da sociedade e é a que melhor demonstra a sua união. [...]

VI. É depois que esses primeiros seguidores tiverem concebido uma opinião justa e suficiente sobre a ciência econômica para fazê-la entrar na educação de seus filhos, que o quadro terá seu uso real. Apresentará as massas do edifício social e a imagem sensível e simples das fontes da vida, nesta idade em que a natureza nos dá flexibilidade nos órgãos, para facilitar a admissão de todo conhecimento que nos é necessário. É sob a geração educada desde a infância na ciência da economia que esta ciência e seus resultados serão a base das opiniões nacionais.”<sup>143</sup> (Mirabeau, 1769, p. 337-338)

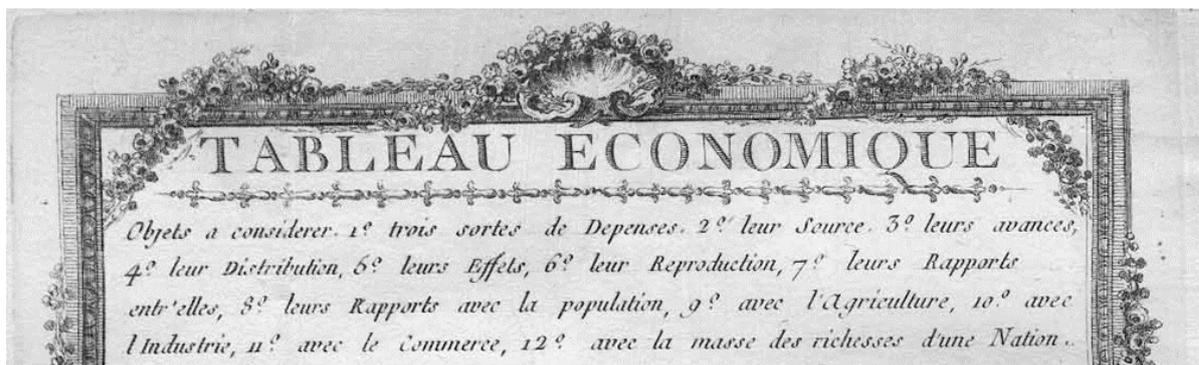
Apresentadas as instruções às três classes, a obra conta, ainda, com um último tomo dedicado à Administração. Mirabeau notadamente, portanto, toma um caminho muito mais simples em relação às dificuldades na compreensão das possíveis decomposições do o *Quadro econômico*. A forma da apresentação do conteúdo dessa instrução, então dividida em três tomos, segue quase à risca a sequência contida no cabeçalho do *Quadro econômico*:

---

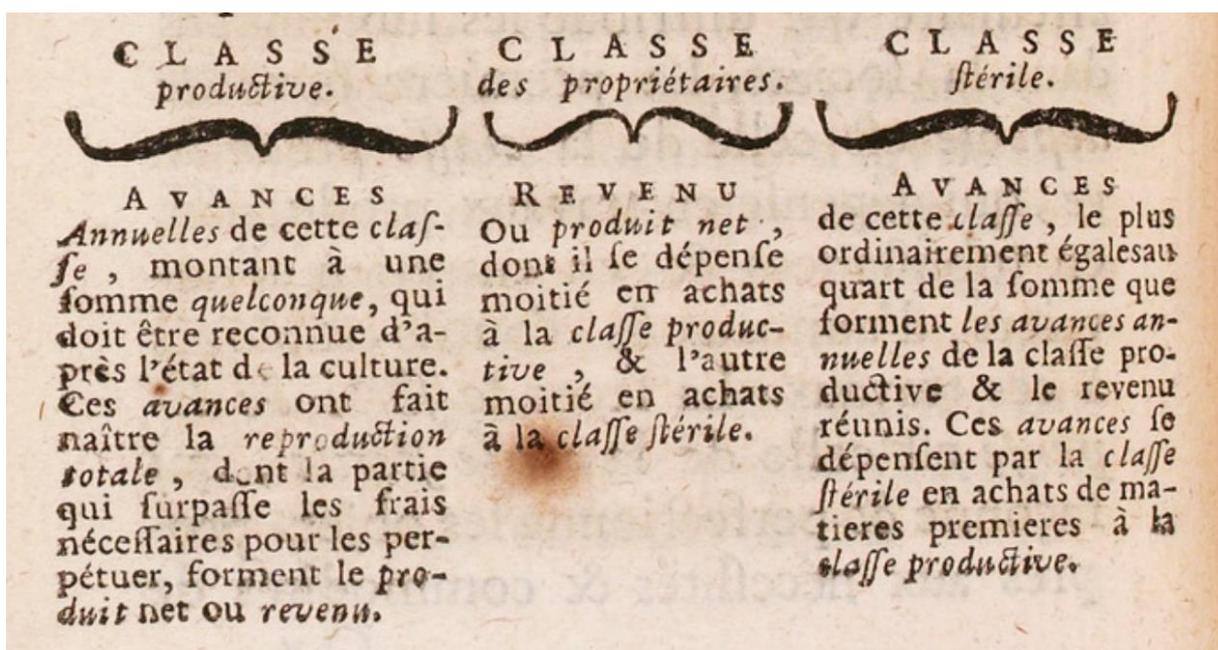
<sup>143</sup> Do original: « III. La science économique calculée doit donc se faire entendre, non-seulement de toutes les Nations, mais de toutes les classes, de tous les états, de tous les hommes enfin qui composent les sociétés. [...]

IV. De tous les moyens que la science économique emploie pour remplir ce point de vue important, le Tableau économique est le seul qui dans ses données, dans sa marche et dans ses résultats, embrasse la totalité des intérêts de la totalité de la société, et c'est celui qui en démontre le mieux l'union. [...]

VI. C'est après que ces premiers adeptes auront conçu une assez juste opinion de la science économique pour la faire entrer dans l'éducation de leurs enfants, que ce tableau aura son véritable usage. Il présentera les masses de l'édifice social, et l'image sensible et simple des sources de la vie, à cet âge où la nature nous donne la flexibilité dans les organes, pour faciliter l'admission de toutes les connaissances qui nous sont nécessaires. C'est sous la génération instruite dès l'enfance de la science économique, que cette science et ses résultats seront la base des opinions nationales.”



Isto é, os objetos a serem considerados e tratados em sequência seguem o seguinte esquema: 1<sup>o</sup> os três tipos de despesas; 2<sup>o</sup> suas fontes; 3<sup>o</sup> seus adiantamentos; 4<sup>o</sup> sua distribuição; 5<sup>o</sup> seus efeitos; 6<sup>o</sup> suas reproduções; 7<sup>o</sup> suas relações; 8<sup>o</sup> suas relações com a população; 9<sup>o</sup> com a agricultura; 10<sup>o</sup> com a indústria; 11<sup>o</sup> com o comércio; 12<sup>o</sup> com a massa de riqueza da população. Percurso expositivo que o marquês já tinha adotado na *Filosofia rural*. Entretanto, não há nenhum “zigzague” e é só o terceiro tomo que o discurso do marquês toma para si uma preocupação mais premente com a “habilitação” do uso do *Quadro econômico*. Mas em nenhum dos tomos o marquês apresenta sequer uma única versão completa do *Tableau*. E a única vez em que esboça alguma explicação a partir de um diagrama visual é para dar ênfase aos adiantamentos das três classes, no seguinte diagrama:



Diferença notável, também, em relação à *Filosofia rural*, que explorava exaustivamente as possibilidades de representação econômica do *Tableau*. Quase dez anos mais tarde, em 1775, Mirabeau reorganiza e comprime o conteúdo das *Econômicas* no terceiro tomo de uma obra que recebeu o título de *Lettres sur la législation ou l'ordre légal, depravé, rétabli et perpétué*. Depravação, reestabelecimento e perpetuidade, tal tríade compõe o conteúdo de que trata, respectivamente, cada tomo. Logo, é associando à ideia de perpetuidade, ou, melhor, de estabilidade da ordem legal que grande ênfase é dada à instrução. É assim que, pode-se dizer, tal como descrita nos primeiros dois tomos, uma vez depravada, para então ser reestabelecida, a ordem só pode ser perpetuada mediante um programa de instrução.

Aí está o texto que pode ser considerado o mais histórico da fisiocracia, o qual aparece, como era de se esperar, em mais de uma versão e em mais de um formato ao longo dos anos. Trata-se das já citadas *Lettres sur la législation ou l'ordre légal, depravé, rétabli et perpétué*. Em relação ao enquadramento da fisiocracia dentro de uma teoria da história, referimo-nos especificamente ao que aparece em seu primeiro tomo, nas chamadas *Cartas sobre a depravação da ordem legal*. Se uma apreciação parcial dos principais escritos de Quesnay e Mirabeau pode dar a impressão de que tudo na fisiocracia é a-histórico, tal percepção se desfaz rapidamente quando levamos em conta o conteúdo de tais cartas<sup>144</sup>.

---

<sup>144</sup> Aqui vale mostrar como esse problema é analisado por Sckornicki (2011), que destaca que tal abordagem histórica possui certa função educativa para a nação e para seus dirigentes. Três estágios históricos emergem aparecendo nas *lettres*, recobrando os estágios conhecidos da corrente historiográfica escocesa: i) Barbárie ou o que também pode ser caracterizado como um estágio marcado pelo nomadismo; ii) Governo feudal ou despotismo regional e anarquia nacional; iii) *Despotisme ministériel* ou sistema de privilégios; iv) Ordem natural restaurada, esta última eterna, mas ainda por acontecer, ou seja o reino agrícola bem constituído, cujo estabelecimento necessitaria de tempo e de esforço intencional e esclarecido. O autor procura mostrar que, sob a base disso que chama de “antropologia do interesse” e dessa “física da história”, os filósofos rurais constroem uma tipologia implícita dos governos, reformulando criticamente o esquema de Montesquieu (*République-Monarchie-Despotisme*), substituindo o critério da paixão pela natureza do interesse. Nesse ponto, também, faz a ressalva de que o chamado “despotismo legal” ainda não teria aparecido com esse termo nessa passagem da literatura fisiocrata (aparecendo posteriormente, de forma um pouco mais tardia, portanto); o despotismo nesse ponto aparece como a decadência da monarquia (o chamado despotismo ministerial) ou o despotismo feudal. Seriam formas instáveis e transitórias. Quesnay e Mirabeau, portanto, tentam determinar as razões desse fato, ou seja, como um vasto território implica na necessidade de um governo monárquico. Daí segue-se uma tipologia dos governos, que faria as devidas correções em Montesquieu: i) República: tendo como princípio econômico a busca pelo lucro (*négoce*); uma sociedade de tipo simples (classe política única); política econômica baseada no sistema de comércio; exemplos históricos: Holanda & Inglaterra; ii) Monarquia (autoridade fixa ou absoluta): tendo como princípio econômico a maximização do bem-estar (agricultura); caracterizado por um sistema de classes (3 classes); política econômica baseada na liberdade absoluta de comércio; comportamento baseado na abundância e no dispêndio moderados, ausência de frugalidade e de poupança, bem como pelo espírito de generosidade; tendo como exemplos, a China, a Roma republicana e a França de Sully. iii) Despotismo (feudal/poliárquico; ministerial, arbitrário): tendo como princípio econômico a predação (guerras, governo

Já a abertura do terceiro tomo, que mais nos interessa aqui, é toda dedicada à necessidade de instrução e calcada, como é de se esperar, na ideia fisiocrata de evidência e de ordem. A certa altura, o marquês afirma,

"Vamos, portanto, considerar, Sr., um povo geralmente educado, da maneira que presumimos possível e necessária, para estabelecer e manter o reino da evidência, a fim de conter e manter os homens juntos, a menos que sejam prejudiciais a outros homens e, conseqüentemente, para si mesmos e para sua própria posteridade. Reconhecemos então que a instrução pública e permanente das leis naturais da ordem social, e da ordem da justiça em essência, é a instituição mais essencial da constituição fundamental das sociedades." » (Mirabeau, 1775, p. 12)<sup>145</sup>

Tal como nas máximas, a instrução aparece como o primeiro dever do soberano na seguinte passagem,

---

feudal, pilhagem) e o luxo de decoração; seu sistema político sendo também complexo (i.é., também com 3 classes); política econômica baseada em privilégios, no sistema de comércio e na regulamentação; comportamento baseado no espírito de conquista, prestígio etc.; exemplos: Idade Média, Richelieu e Luís XIV. Retém-se daí alguns princípios básicos que implicam em tal divisão: i) o de que trabalho agrícola dificulta a participação política (por causa do tempo e da distância); ii) o de que a divisão de classes no reino agrícola requer autoridade única; iii) ao passo que uma classe única com interesses múltiplos, por sua vez, requer uma república. A cidadania republicana se assentaria, pois, sobre a busca errante, individualista e transnacional do lucro (daí que Sckornicki lembra que Quesnay dirá que pequenas repúblicas comerciantes fazem parte da grande república da mercadoria). Em suma, pode-se dizer que o problema dos fisiocratas estaria, para o autor, em propor um novo operador da relação social que não seja a virtude dos antigos nem, tampouco, o espírito de comércio. Ao espírito parcimonioso e, ao mesmo tempo, ambicioso do comerciante, a economia política agrícola opõe uma economia moral alternativa, fundada no usufruto da propriedade disciplinada pela racionalidade do interesse. Daí decorre uma conclusão curiosa. A de que não se trataria de condenar, portanto, as repúblicas comerciantes em si, mas, sim, a aplicação de seus princípios a um reino agrícola, tal como já havia acontecido no início do embate de Quesnay com Mirabeau, nos anos anteriores à *Filosofia rural*. Outra conclusão das mais interessantes, é a de que, além de Montesquieu, o texto também poderia ser lido como uma oposição, na verdade, a Rousseau. O autor não detalha, entretanto, os meandros pelos quais uma tal afirmação poderia ser desenvolvida de forma frutífera, se limitando a apontar alguns caminhos práticos, como passagens de correspondências em que tal afirmação aparece de forma premente. Aqui da nossa parte, vale a pena notar (apenas como sugestão analítica) como é curioso o fato do último capítulo da utopia de Le Mercier é justamente uma refutação à ideia de Liberdade Natural. Quer dizer, o Manual do povo mais feliz da terra terminaria com uma lição plausivelmente anti-rousseauiana.

<sup>145</sup> Do original: « *Envisageons donc, M. un peuple généralement instruit, de la manière que nous avons présumée possible & reconnue nécessaire, pour établir & maintenir le règne de l'évidence, afin de contenir & de maintenir les hommes réunis ensemble, fans qu'ils soient nuisibles à d'autres hommes, & par conséquent à eux-mêmes & à leur propre postérité. Nous reconnaitrons alors, que l'instruction publique & permanente des lois naturelles de l'ordre social, & de l'ordre de la justice par essence, est l'institution la plus essentielle de la constitution fondamentale des sociétés.* »

"A instituição da instrução pública, geral e perpétua é, portanto, o primeiro dever, o dever essencial e sublime do soberano. A instrução é a manifestação detalhada das leis da ordem econômica, da ordem social, da ordem da justiça em sua essência [...]. A educação, que manifesta a ordem em todo o brilho das evidências, inspira o mais vivo sentimento da bondade divina e da benevolência do príncipe, que domina para a execução da justiça e para a prosperidade da sociedade." (Mirabeau, 1775, p. 24)<sup>146</sup>

O parágrafo que encerra o capítulo é também um pouco extenso, mas também vale a pena ser reproduzido por completo:

"Que esta forma de catecismo econômico inspire outros mais capazes de tal trabalho para aperfeiçoá-lo. Que o objetivo dessas instruções se torne o da polícia benevolente, o cuidado da verdadeira política e a atenção principal da autoridade. Que a generalidade dos homens logo seja capaz de dar os elementos dela a seus filhos, de fazer dela a base da educação doméstica. É então que servirão de guias e contrapesos entre si. É então que o mundo não será mais um caos, e as sociedades um labirinto escuro; que o conhecimento e os bons princípios estabelecerão a atividade e a boa moral; que os homens, instruídos nos laços de sua dependência mútua, acalantarão e trançarão esses laços favoráveis com flores, em vez de transformá-los em correntes, desejando escapar deles; que o hábito dos bons ofícios, resultante do conhecimento dos direitos e deveres, assegurará o império da justiça, e favorecerá as doces emoções da ternura e do amor recíproco; que os acalentados laços de benevolência ligarão os homens às suas famílias, as famílias às suas cidades, as cidades às suas províncias, as províncias ao corpo do estado, os estados ao seu continente, e um dia farão de todos os continentes que compõem o nosso

---

<sup>146</sup> Do original: « *L'institution de l'instruction publique, générale & perpétuelle est donc le premier devoir, le devoir essentiel & sublime du souverain. L'instruction est la manifestation détaillée des lois de l'ordre économique, de l'ordre social, de l'ordre de la justice par essence. L'instruction qui manifeste l'ordre dans tout l'éclat de l'évidence, inspire le sentiment le plus vif de la bonté divine & de la bienveillance du prince, qui domine pour l'exécution de la justice, & pour la prospérité de la société.* »

globo o patrimônio de uma mesma família, que lavrará seus campos perpetuamente." (Mirabeau, 1775, p. 75-77)<sup>147</sup>

Nesses termos, encontramos curiosamente a expressão “catecismo econômico” com todas as letras<sup>148</sup>. No mesmo ano de 1775<sup>149</sup>, Le Mercier endereça ao rei da Suécia um texto que leva a Instrução Pública no nome e que já tinha sido publicado na íntegra no décimo tomo das *Éphémérides* de 1772<sup>150</sup>. Sobre a forma da instrução, ali alguma coisa vai ser adicionada. Entretanto, não mais do que afirmar que deve ser composta pelo ensino dos fundamentos básicos e necessários para constituir o Estado de cidadania, tendo suas lições prescritas pelo governo de maneira uniforme e simplificada, contendo, portanto,

---

<sup>147</sup> Do original : « *Puisse cette manière de cathéchisme économique, donner envie à d'autres plus capables d'un tel travail de le perfectionner. Puisse l'objet de ces instructions devenir celui de la police bienfaisante, le soin de la vraie politique & la principale attention de l'autorité. Puisse la généralité des hommes, être bientôt capable d'en donner les élémens à leurs enfans, d'en faire la base de l'éducation domestique. C'est alors qu'ils serviront de guides & de contrepoids les uns aux autres. C'est alors que le monde ne sera plus un chaos, & les sociétés un labyrinthe obscur; que les connoissances & les bons principes établiront l'activité & les bonnes moeurs; que les hommes, instruits des liens de leur dépendance mutuelle, chériront & tresseront de fleurs ces liens favorables, au lieu de les changer en chaînes, en voulant leur échapper; que l'habitude des bons offices, résultante de la connoissance des droits & des devoirs, assurera l'empire de la justice, & favorisera les douces émotions de la tendresse & de l'amour mutuel; que les liens chéris de la bienfaisance attacheront les hommes à leurs familles, les familles à leurs cités, les cités à leurs provinces, les provinces au corps de l'état, les états à leur continent, & feront un jour, de tous les continens qui composent notre globe, le patrimoine d'une seule & même famille, qui labourera ses champs à perpétuité.* »

<sup>148</sup> Se a expressão aparece exatamente como tal em outros materiais veiculados pela escola, não o sabemos, mas a ideia de um catecismo social já não era incomum na época da ilustração francesa, era, pois, só uma questão de tempo até que o grupo liderado por Quesnay, afinal, viesse a adicionar seu predicado econômico. Vale lembrar também que já tínhamos encontrado tal expressão na pena de Weulersse e, ainda mais relevante para nós, na obra de Jean Baptiste Say.

<sup>149</sup> Um ano antes Dupont já tinha se tornado secretário da Comissão de Educação na Polônia (cf., por exemplo, Weulersse (1950), e Albertone (2004)).

<sup>150</sup> É justamente por volta dessa época que o interesse fisiocrata sobre a temática ganha algum estofamento, por exemplo, nas *Éphémérides*. Weulersse, por exemplo, comenta largamente o caráter instrucional da filosofia da escola em seu livro sobre o período dos ministérios de Turgot e Necker. Além das obras já citadas, vale também lembrar de pelo menos duas publicações nas *Éphémérides* alguns anos antes tratam, por exemplo, da educação econômica-moral das mulheres (cf. no Tomo 10 de 1767, contendo um texto nominado como *Lettre de M. a L'auteur des Éphémérides, Contentan le récit d'un trait de Pieté filiale, & des Réflexions sur l'Éducation morale-économique des Personnes du Sexe*, e no Tomo 3 de 1768, contendo o texto que leva como título *Éducation économique des filles*, ambos com autoria atribuída a Mirabeau). Já na França, do ponto de vista prático, Turgot chegou a recomendar largamente ao rei o estabelecimento da instrução laica e popular. De todos os fisiocratas, Dupont foi um dos mais atuantes. Convidado pela Polônia para assumir o posto de secretário do Conselho Supremo de Instrução Nacional e como diretor da Academia polonesa, onde tentou, sem sucesso, reorganizar as escolas; posteriormente, de volta à França, se torna conselheiro do Comitê de Instrução Pública da Convenção, depois membro do Instituto, colabora com a criação da Universidade de Napoleão; mais tarde, ainda, já nos Estados Unidos, é encarregado de elaborar um plano para a educação nacional, que também não logrou ser implementado.

Sabe-se também que a ida de Dupont aos Estados Unidos foi fortemente calcada no seu interesse pela temática. Curioso, por exemplo, observar que Dupont escreve um livro sobre o assunto, com a economia política aparecendo como um objeto de estudo desde a infância (cf. Nemours, 1812)

regras de conduta sob a forma do que chama de um “catecismo civil e político”, devendo ter sua gratuidade assegurada pelo Estado.

Entretanto, mais uma vez a preocupação fisiocrata sobre a instrução das “verdades” naturais do governo econômico vai se revelar como uma atenção muito maior em relação a seu conteúdo do que em relação à sua forma. Esse texto de Le Mercier, enviado sob demanda para o chefe da dinastia sueca, deu um tratamento mais simplificado para algumas questões e foi mais direto em relação a outras. Mas nada de novo foi adicionado em relação à doutrina da ordem já bem desenvolvida por ele em particular e pelos fisiocratas em geral. O que fica claro é que, como esperado – afinal trata-se do jurista da escola –, as preocupações de Le Mercier voltaram-se ainda mais aos princípios econômicos do direito natural e suas consequências institucionais.

O primeiro argumento parte da reafirmação de que, tão logo o homem tenha se tornado inteligente e razoável, se fez necessária sua instrução. Além disso, a publicidade de seu caráter deve estender o conhecimento a toda a espécie e, por isso, o conteúdo de sua instrução deve partir da investigação sobre a verdadeira felicidade, uma vez que está na natureza primitiva do homem desejar ser feliz, sendo esse o objetivo ulterior de toda ação humana. Nesse ponto, retoma a ideia fisiocrata de que a felicidade humana está em usufruir o máximo daquilo que é naturalmente próprio para tanto, ou seja, um “máximo razoável” e habitual. Sob pena de dor, considera Le Mercier, o homem é encarregado de cuidar da sua existência e de sua felicidade e, como bem desenvolvido na fisiologia de Quesnay, a inteligência o torna capaz de decidir, e sua liberdade, por sua vez, permite que faça uma boa ou uma má escolha. Entretanto, algo curioso, o autor pondera que o conhecimento da ordem não é necessariamente estanque e que o conhecimento da felicidade tem que ser dinâmico e, ao mesmo tempo, permitir sua condução intertemporal, pois, apesar do estado de absoluta fruição ser especulativo, quanto mais perto dele, melhor e mais feliz o homem é, sendo fácil, assim, investigar como pode o homem se assegurar de que a sociedade obtenha ao longo do tempo o máximo possível de usufruto.

Para desenvolver esse ponto, nosso fisiocrata introduz uma outra simplificação em relação, por exemplo, à fisiologia do mestre da escola: a de que existem primordialmente dois tipos de paixão, as paixões do amor-próprio e as dos sentidos. A verdadeira felicidade, por sua vez, consiste em um acordo perfeito entre elas. É necessário, assim, conhecer-se e instruir-se sobre a natureza do amor-próprio e as fontes da virtude e do

vício. Tal acordo não seria quimérico, não só seria possível como estaria de acordo com a ordem da natureza, tal qual, portanto, a mais plena e reta razão (não outra, senão a razão do Criador). Agir conforme a perfeita racionalidade seria, ao fim e ao cabo, aceder à única forma absoluta de justiça.

Em outras palavras, tal qual os fundamentos da ordem, os quais são impressionantes (*frappantes*, em francês no texto de Le Mercier) por si mesmos, mais uma vez, decorre a constatação de que para seu estabelecimento (e sua perpetuidade) bastaria o conhecimento e a instrução. Dois são então os principais objetos da instrução sobre os quais o autor vai discorrer. Primeiro, essa ideia de vantagem como um dos princípios normativos da ordem pública, que assegura o maior usufruto que podemos real e razoavelmente desejar. Isto é, a maior soma de tudo que o é produzido, de modo que a maximização do prazer tem como equivalente razoável a maximização das coisas, acrescida, evidentemente, da liberdade de usufruí-las. O segundo objeto são as leis invariáveis desta ordem, primordialmente, o direito de propriedade e seus desdobramentos. Desse modo, os deveres dos homens não seriam mera ficção, em outras palavras, não seriam arbitrários, pois a fonte natural e primitiva da lei é a propriedade. O princípio do direito, portanto, é o princípio da propriedade, pois sem propriedade não haveria lei nem direito.

Isso porque, “pela natureza das coisas”, a fonte da satisfação das necessidades não seria outra senão o trabalho da terra e, assim, todos são como “sócios” em relação ao que a natureza permite produzir. Os frutos da terra, fecundados pelos adiantamentos e pelo trabalho se tornam abundantes e, assim, podem ser trocados. Mas os homens só poderão bem fazer os adiantamentos e se dedicarem ao cultivo – isto é, cambiarem propriedade mobiliária por propriedade imobiliária (ou seja, fundiária) para aumentar sua capacidade de produção agrícola – se souberem que os resultados e os bens advindos de suas ações estarão assegurados. Assim é que o direito de propriedade é considerado como condição da máxima liberdade possível em sociedade, isto é, a liberdade de usufruir o máximo dos resultados de seu próprio esforço, que só acontecem pelo incentivo que a segurança da propriedade lhe dá, estimulando ainda os talentos e exaltando as capacidades. Disso advém que o princípio de igualdade entre os homens se reveste de um princípio segundo o qual é pelo direito de propriedade que a fruição passa a ser proporcional ao acréscimo

de utilidade<sup>151</sup>, é só assim que o homem adquire a maior capacidade possível de usufruir do que lhe é próprio.

É nesse sentido que Le Mercier dá atenção ao potencial conflito de interesses entre o amor-próprio e os sentidos. Como consequência, o governo deve ser aquele que coincide e que permite a melhor combinação desses dois elementos constitutivos das paixões. A melhor condição para tanto é aquela em que o homem depende apenas das coisas e não das pessoas. A dependência das coisas é, pois, física e não moral. A dependência das pessoas, por outro lado, submete os homens às suas vontades individuais arbitrárias, sendo incompatível com o estado ideal e racional de sociedade. Por isso, a dependência recíproca dos homens deve ser restringida ao domínio das coisas, ou melhor, dos produtos da natureza atrelados aos trabalhos das lavouras e das manufaturas. Uma vez sendo a dependência pessoal banida da forma institucional de governo, cada cidadão só dependerá de sua própria vontade.

Surge então no discurso de Le Mercier a ideia da possibilidade de existência do interesse comum, que aparece textualmente como norma para a formulação das leis que lhe são úteis. As boas leis, deste modo, seriam a expressão da vontade comum ao mesmo tempo que são instruídas de forma simples e evidente pelo próprio autor da natureza, sendo, portanto, meros desdobramentos específicos do direito fundamental e natural de propriedade.

O primeiro desses desdobramentos é a necessidade da monarquia hereditária. Seria essa a única forma em que os interesses do monarca estariam de acordo com o interesse comum, já que a unidade do corpo político prescinde de um depositário que seja, pois, único e que não tenha pretensões arbitrárias. Após terem sido convencidos de que têm um único interesse, os homens estarão também convencidos de que só podem formar um verdadeiro corpo político com uma autoridade soberana que não permita contrariedades e que seja, ao mesmo tempo, exclusivamente legisladora. Do outro lado, atuariam os magistrados, os quais devem fazer com que sejam observados os detalhes da execução das leis nas diversas localidades. O soberano, por sua vez, não devendo agir por si mesmo, teria seu poder exclusivamente reservado à enunciação das leis positivas conforme a observação da ordem natural.

---

<sup>151</sup> Le Mercier não desenvolve para além disso a ideia de utilidade.

Tal é a forma como Le Mercier prepara seu principal material de instrução, que resume, portanto, os elementos que já haviam sido muito mais bem detalhados em sua publicação maior, sabidamente a *Ordem essencial*. E esse foi o material submetido à dinastia sueca.

#### **4.2 O exemplo da educação de Gustave da Suécia: o ideal de formação de um rei-filósofo-economista**

Ainda sobre a popularização da fisiocracia na Suécia, sabe-se que o Rei Gustave III<sup>152</sup> teria sido versado nos escritos dos economistas, tendo se correspondido com sua mãe de forma entusiasmada após ter lido Le Mercier em 1767<sup>153</sup>. O Conde de Scheffer (Baron Carl Gustaf Scheffer), tradutor das *Máximas* de Quesnay, tinha sido seu tutor, tornando-se, então, seu conselheiro quando de sua tomada do poder para restabelecer o ideal de uma monarquia ilustrada no país. A literatura aponta, por exemplo, que provavelmente Scheffer teria participado das “terças de Mirabeau” em suas visitas a Paris e certamente se correspondera largamente com o marquês na década de 1770. Sabe-se que em 1772, Gustave deu um golpe de estado no parlamento (regime que durava havia quatro décadas), se autodeclarando déspota esclarecido.

Já o interesse dos fisiocratas pela Suécia aparece mais de uma vez como relacionado às preocupações dos economistas com relação à educação e à instrução. Além do texto de Le Mercier, enviado em 1775, no mesmo ano circulou nas páginas da imprensa fisiocrata a primeira parte de uma análise do processo de formação educacional durante a infância do mesmo Gustave. Mais do que uma análise circunstancial, o manuscrito também pode ser lido como um elogio ao fato daquele país ter com isso se preocupado a tal ponto que instituiu um programa para ser observado na formação dos sucessores da monarquia.

Antes do conde de Scheffer, Gustave teria sido inicialmente educado de perto por um outro notável tutor, também conde, chamado Tessein, que tinha sido primeiro-ministro duas décadas antes do início do reinado de Gustave. É nesse constraste, entre a educação que teria sido recebida dessas duas figuras, que se baseia o texto (possivelmente

---

<sup>152</sup> Viveu entre os anos 1746 e 1792. Optamos pela pronúncia do nome em francês, como aparece no texto que ora mais nos interessa. Governou o país a partir de 1772, quando, por um golpe de estado, restabeleceu a monarquia e colocou fim ao regime parlamentarista que havia sido instituído em 1720. Governou até sua morte, quando foi assassinado.

<sup>153</sup> Cf., Magnusson (1995)

inacabado)<sup>154</sup> publicado em duas partes nas *Éphémérides* de 1775 e 1776<sup>155</sup>, respectivamente. Apesar da autoria não ser de alguém tão notável dentro do círculo fisiocrata<sup>156</sup>, o elogio de Badeau na abertura mostra certa deferência às suas contribuições, ressaltando seus anos de experiência nos “países do norte”, que possibilitaram recolher material precioso para, em suas palavras, a história verdadeiramente econômica dessas nações

O autor prestou-se a analisar a correspondência do então rei com seus dois tutores, portanto, Tessein e Scheffer, quando da época de sua instrução. Faz questão de ressaltar, por isso, logo na abertura, trata-se de comentar sobre “Gustave criança” ou “a criança de Gustave”, e não necessariamente de Gustave III, então o rei, cujo julgamento, reforça, apenas a posteridade poderia realizar. Em suas palavras, “jamais um príncipe se encontrou em circunstâncias tão favoráveis a receber uma educação viril, sensível, compassiva e viogora” (*Éph.*, 1775, T3, p. 127). Sua mãe mesmo teria se encarregado desde seu nascimento a lhe ensinar a desprezar as pequenas coisas e amar as grandes, ou seja, vale citar literalmente, “aquelas que são verdadeiramente úteis aos povos” (*Éph.*, 1775, T3, p. 128), continuando, no mesmo parágrafo,

“Jamais seu coração jovem foi flertado com essas cenas escandalosas, que o luxo, a volúpia ou a licenciosidade muitas vezes oferecem em outros lugares a seus iguais; sua alma nunca foi degradada por essas festas ridiculamente pomposas, presididas pela vaidade ou pelo tédio, e que muitas vezes fazem os infelizes fazendeiros que as pagam derramar lágrimas.” (*Éph.*, 1775, T3, p. 128)<sup>157</sup>

O autor buscou então, num primeiro momento, mostrar como o primeiro tutor de Gustave, o conde de Tessein, lhe depositava desde cedo, então, as esperanças de reforma

<sup>154</sup> O texto termina fazendo referência a uma continuação a ser publicada em outros volumes.

<sup>155</sup> *Analyse de la Correspondance entre son Altesse Royale le Prince Gustave (aujourd’hui Roi) de Suède, & Messieurs les Sénateurs Comtes de Tessein & de Scheffer (Nouvelles Ephémérides Économiques, 1775 – Tomo 4; Continuação em 1776 - Tomo 2; Cf. p. 238 e 265 em Herencia, autoria do prefácio e notas atribuída a Badeau e texto a Saint-Maurice de Saint-Leu). A continuação de 1776 adota o seguinte subtítulo : « ou Memóires pour servir à l’instruction des Enfants des Rois ».*

<sup>156</sup> Trata-se de Saint-Maurice de Saint-Leu, responsável por traduções de textos do sueco para o francês.

<sup>157</sup> Do original: “*jamais son jeune coeur ne fut flerti par ces scènes scandaleuses, que le luxe, la molesse ou la licence n’offrent ailleurs que trop souvent à ses pareils ; jamais son ame ne fut dégradée par ces fêtes ridiculement pompeuses, que la solle vanité donne, ou l’ennui préside, et qui souvent font verser tant de larmes aux malheureux cultivateurs qui les paient.* »

daquela nação. Nesse ponto, se permite uma única afirmação sobre a figura do rei, afirmando que o fardo de tal tarefa teria sido consolado caso Tessein tivesse vivido para ver o reinado de seu pupilo. Para tanto, depositando desde cedo no jovem príncipe as esperanças da nação, Tessein teria adotado o método simples e certo do estabelecimento de uma correspondência escrita com o futuro rei.

A partir disso, aponta para a primeira constatação, a de que o resultado de tal empreendimento já seria notável mesmo aos dez anos, quando o jovem príncipe já mostrava, vale citar, “comportamento simples e verdadeiro, uma benevolência esclarecida, um ardor incrível pelos estudos e, o que deveria ser ainda mais surpreendente, o sentimento e o julgamento formados” (Éph., 1775, T3, p. 132). Capacidades que o autor busca exemplificar ao reproduzir o seguinte trecho da correspondência:

“Os belos exemplos que você teve o prazer de mostrar, minha querida Tess, inspiram-me grande emulação e me estimulam a imitá-los. Lembrome muito bem de tê-los lido com muitos outros na pequena biblioteca que a Rainha me deu no Natal.

Você notou corretamente, minha querida Tess, que o mérito deve ser recompensado. É justo que, aquele que se faz digno da recompensa, usufrua ; eh! que satisfação mais doce do que fazer o bem aos outros.

Os deveres de um governador para com seu aluno, sobre os quais meu caro Teff escreveu tão bem, deram corpo às minhas reflexões sobre as obrigações recíprocas que um aluno deve a seu governador: consistem, parece-me, em amá-lo, em reconhecer suas bondades e obedecê-lo. Asseguro-lhe, minha querida Tess, que meu único objetivo será sempre não negligenciar nenhum desses deveres.” (Éph., 1775, T3, p. 133)<sup>158</sup>

---

<sup>158</sup> Do original : “*Les beaux exemples qu’il vous a plu de malléguer, mon cher Tess, m’inspirent une grande émulation et m’excitent à les imiter. Je me souviens très bien de les avoir lus avec beaucoup d’autres dans la petite biblioteque dont la Reine m’a fait présent à Noel.*

*Vous avez remarqué avec grande raison, mon cher Tess, qu’il faut récompenser le mérite. Il est juste que celui qui se rend digne de la récompense en juisse ; eh ! quelle plus douce satisfaction que de faire du bien aux autres. Les devoirs d’un gouverneur envers son élève, sur lesquels mon cher Teff a si bien écrit, ont donné matieres à mes réflexions sur les obligations réciproques qu’un élève doit à son gouverneur : elles consistent ce me semble a l’aimer, à reconnoitre ses bontés et à lui obéir. Je vous assure, mon cher Tess, que mon unique objet sera toujours de ne rien négliger de ces devoirs.”*

Após a morte de Tessein, então, cuja educação dada a Gustave, para o autor, já teria contribuído com a sorte não só da Suécia, mas de toda a Europa, a instrução do príncipe teria sido assumida pelo conde Scheffer. É justamente nesse ponto que o autor passa a problematizar a passagem de um para outro e suas limitações. O primeiro, pois, teria apenas, em seus termos, “formado um amante esclarecido das belas artes, um soberano magnífico, um herói”, já o outro, “formara verdadeiramente um protetor benevolente das artes produtivas, um grande homem, um verdadeiro rei”. Tessein, teria, pois, segundo o autor, ideias um pouco equivocadas sobre a verdadeira glória, seus preceitos morais seriam, para o fisiocrata, “lugares-comum”, a origem de seus erros seria, por sua vez, a mesma da maioria dos filósofos, isto é, a ocultação da base física da ordem social. A própria paixão de Tessein pelas artes seria algo nobre, porém perigoso, sobretudo em um reino empobrecido como o da Suécia. O cuidado com o que o autor propõe sua crítica pode ser observado quando diz o seguinte:

"Mais uma vez repito que seria o cúmulo da injustiça fazer disso um crime para o Conde de Testein: pois ninguém teve mais zelo, mais conhecimento, mais talentos, mais virtudes sociais e ainda mais genialidade; mas zelo, conhecimento, talentos, virtudes, mesmo gênio, nunca podem compensar em um Mestre dos Reis de verdadeira iluminação, do qual o Conde de Scheffer, por uma felicidade tão rara para um homem no cargo, havia sido iluminado pelo primeiro raios, que começavam a brilhar por toda a França, onde agora irradiavam uma luz tão vívida." (Éph., 1775, T3, p. 161-162)

Segundo o autor, o “bravo Tessein”, era amante da caça, mas não reconhecia, por exemplo, que o declínio dos animais disponíveis para tanto poderia representar o bom avanço das culturas. Se fosse apenas por ele, ao fim e ao cabo, a Suécia não teria mais do que um amante magnífico das artes e um rei herói de guerra. Imagens como a de um rei-sol, por exemplo, poderiam, portanto, ser desastrosas para um príncipe como Gustave, pois poderiam facilmente fazê-lo descambar para um reinado excessivamente imperioso, e isto principalmente por se tratar de uma criança, princípio que é bem esboçado na primeira parte, quando diz:

"Cito essas duas anedotas apenas para confirmar uma verdade repetida mil e mil vezes, que é da maior importância não dizer nada, não fazer nada na frente das crianças além do que você quer que elas lembrem ou levem por toda a vida. A alma sendo então como uma terra virgem e fértil, que traz de volta abundantemente tudo o que é semeado lá, sejam plantas solutas, sejam venenos perigosos. Isso diz respeito ainda mais particularmente aos filhos dos Reis, pois eles têm apenas um momento para instrução, se eles recebem idéias falsas, eles estão perdidos, porque a experiência ou o conselho dos sábios raramente os ajuda. Mas voltemos ao conde de Tessein." (Éph., 1775, T3, p. 156-157)<sup>159</sup>

Dessa forma, se estabelecem as principais críticas em relação ao caráter da primeira educação que teria recebido o príncipe, pois, em suas palavras, "le zèle, les connaissances, les talents, les vertus, le génie même, ne peuvent jamais suppléer dans un instituteur des Rois aux véritables lumières" (Éph., 1775, T3, p. 161). Já a segunda parte, de 1776, inicia novamente com o cuidado de mais um elogio rasgado a Tessein, destacando a agitação que se seguira ao fim de seu ministério, quando, em suas palavras, "homens inquietos e vendidos ao estrangeiro, para consumarem seus crimes, fizeram a nação desconfiar de Adolphe Frédéric". Para o autor, o estado em que se encontrava a Suécia deixara verdadeira lição aos príncipes ambiciosos que pendem ao estabelecimento do despotismo do tipo "fiscal ou militar", ambos destrutivos e insensatos, deixando, no caso dos suecos, o povo ainda mais escravizado, embora sob o fantasma da liberdade, como teria acontecido nos reinados de Carlos XI e XII<sup>160</sup>. Tal era, para o autor, o estado daquele país durante a "fome de 1755", depois da qual se seguiram as deliberações do chamado Comitê Secreto<sup>161</sup> em torno, sobretudo, da educação dos príncipes.

---

<sup>159</sup> Do original: " Je ne cite ces deux anecdotes que pour confirmer une vérité répétée mille & mille fois qu'il est de la plus grande importance de ne rien dire de ne rien faire devant les enfants que ce qu'on veut qu'ils retiennent ou qu'ils fassent toute leur vie leur ame étant alors comme une terre vierge & féconde qui rapporte abondamment tout ce qu'on y sème soit des plantes solutaires soit des poisons dangereux Ceci regarde plus particulièrement encore les enfants des Rois ils n'ont qu'un instant pour l'instruction Sicut infant es mal employé si on leur donne des idées faufres ils sont perdus car l'expérience ou les conieils des hommes sages viennent rarement à leur fecours Mais revenons au Comte de Tessein "

<sup>160</sup> Como se sabe, reinados bastante limitados em relação ao campo de ação do soberano, regime, portanto, fortemente parlamentarista.

<sup>161</sup>

Na primeira parte, já podíamos observar como tal análise estabelecia uma relação entre a monarquia e sua respectiva capacidade de implementar um programa de instrução:

"Mas no melhor governo possível, isto é, em uma Monarquia, simples e sabiamente organizada, onde a instrução e as leis eternas da ordem tudo poderiam fazer, não poderia ter lugar tais instituições que venham a se chocar com a autoridade paternal, uma das primeiras leis da natureza. De fato, quem pode, quem deve melhor do que um pai esclarecido, do que um Rei sábio, cuidar da educação de seus filhos, e apenas confiar seus formidáveis cuidados aos Cidadãos mais dignos? " (Éph., 1775, T3, p. 161-162)<sup>162</sup>

Entretanto, ao começar a analisar as passagens de tais deliberações, o texto assume inflexão no sentido também de uma crítica a certas limitações, as quais bem servem para identificar melhor esse já citado contraste entre a educação que o príncipe teria recebido de seu primeiro e de seu segundo preceptores. Isto é, a passagem de "ideias finas sobre a verdadeira moral e os deveres do soberano", termos que aparecem no próprio texto, mas limitadas em relação à verdadeira soberania, para um conjunto de noções mais aprofundadas sobre o verdadeiro interesse do soberano e da nação, das quais a Suécia teria tido a sorte de serem transmitidas ao jovem príncipe por alguém muito bem versado na teoria fisiocrata, isto é, como sabemos, o conde de Scheffer<sup>163</sup>. Ou seja, justamente a moderação, ou se quisermos, o esclarecimento, que a vivacidade e a imaginação de um rei-herói deveria receber pelas luzes da boa razão, quem sabe (o texto não faz referência direta), àquela que poderia ser chamada de razão econômica.

Se o texto seria mesmo continuado ou não, e se ali apareceriam mais bem delineados, afinal, quais foram os princípios e os detalhes dos estratagemas adotados por

---

<sup>162</sup> Do original: « *Mais dans le meilleur Gouvernement possible, c'est à dire, dans une Monarchie, simplement & fagement organisée, où l'instruction & les loix éternelles de l'ordre pourroient tout, de pareilles institutions qui choquent autorité paternelle, une des premieres loix de la nature, ne pourroit avoir lieu. En effet, qui peut, qui doit mieux qu'un pere éclairé, qu'un Roi sage, veiller sur l'instruction de ses enfants, & n'en confier le redoutable soin qu'aux Citoyens les plus dignes ? Ce n'est pas que dans une Monarchie telle qu'on la suppose, les Etats Provinciaux, qui ne sont autre chose que des assemblées de plusieurs familles, se réunissant pour délibérer sur leurs intérêts particuliers, ou sur les befoins de la grande famille, qui les comprend toutes, ne puissent, ne doivent même indiquer au pere commun les plus grands hommes de la Nation.* » (p. 161-162)

<sup>163</sup> Citar textos traduzidos por Scheffer.

Scheffer para “corrigir” o destino do coração e da razão do jovem príncipe, aparentemente não teríamos como saber. O texto, pelo menos, entretanto, nessas duas primeiras partes, avança pelo contraste, primeiro em relação aos caracteres nobres, porém depraváveis, do perfil de reino e de realeza visados por Tessein; segundo, em relação às limitações dos ditames contidos nas deliberações do comitê secreto que visavam a reforma do regime político sueco e que se preocuparam abertamente com a educação dos sucessores reais.

Apesar disso, o texto finaliza com a referência direta a um “plano” e, a partir do que expõe essa iniciativa de análise publicada no principal órgão de difusão das ideias dos economistas – ainda que por um autor não tão notável no circuito francês, mas que aparentemente conheceria suficientemente a condição sueca – poderíamos pensar o que estaria contido num tal programa, ainda que inacabado, de formação de um rei-filósofo-economista. Primeiro, era fundamental estimular sua precocidade. Não são poucos os elogios à sumidade intelectual e à maturidade afetiva mostrada pelo jovem príncipe. Segundo, sua paixão pelas belas artes e seu, por assim dizer, apreço estético, bem como seu amor pela glória e pela conquista (sem falar no luxo), deveriam ser muitíssimos bem temperados pela boa instrução nas artes úteis (ou produtivas) e nos princípios da boa monarquia, ambos em sentido econômico, ainda que tal sentido para os fisiocratas fosse bastante particular e, por assim dizer, idiossincráticos. Mas, acima de tudo, o preceptor de um bom príncipe, de um futuro rei-filósofo-economista, onde quer que fosse, ainda que por inferência nossa e não do texto, deveria ser um fisiocrata. Não um fisiocrata qualquer, isso podemos também inferir, mas alguém capaz de enxergar a necessidade de educar o futuro monarca nas capacidades necessárias para restaurar a ordem legal e perpetuá-la, daí a utilidade do exemplo sueco dentro do empreendimento teórico-político fisiocrata. E Gustave III – antes de ser um possível perpetuador da ordem natural, pois isso os próprios fisiocratas não tinham como saber e o autor procura abertamente evitar julgá-lo – representava o restaurador de um regime político que havia sido depravado, para utilizar um termo bastante caro dentro do corpo teórico dos economistas. Vejamos um pouco mais o porquê.

### 4.3 A organização da educação nacional

A organização da instrução pública propriamente dita ocupou pouco os fisiocratas após o auge do grupo liderado por Quesnay e Mirabeau, entretanto já tinha sido tratada de forma mais ou menos detalhada um pouco antes. Do ponto de vista prático, a educação vai preocupar ainda mais os fisiocratas na época do ocaso da escola. Entretanto, antes mesmo do ápice do sucesso dos economistas, no primeiro ano em que as *Éphémérides* se tornaram o grande órgão de imprensa da seita, isto é, o ano de 1765, uma sequência de seis artigos de autoria de Badeau é publicada com o título *De L'éducation nationale*. Ali sim, a temática da educação é abordada de forma orientada sobre um esquema geral de organização para o sistema francês de educação pública.

O abade parte da enunciação do princípio segundo o qual não é necessário provar que a educação nacional é um “objeto dos mais dignos” e que a educação nacional até aquele momento era mais perniciosa do que proveitosa. Daí a necessidade de se pensar um sistema completo de educação, objeto que o fisiocrata descreve a partir de seis questões: i) Quais cidadãos devem receber lições públicas (de educação patriótica) nas escolas nacionais? ii) Qual seria o objeto de tais lições? iii) Em quais lugares ela deve ser estabelecida? iv) Em quais tempos? v) Por quais mestres? vi) Qual a forma das lições? Respondendo a tais questões poder-se-ia fixar as regras para quatro tipos de estabelecimentos que encerrariam toda a prática educacional nacional; primeiro, para o estabelecimento de um *Bureau* Geral de Instrução Nacional; em segundo, para as Universidades e Academias; terceiro, para os colégios; e, quarto, para as pequenas escolas.

Para Badeau, a primeira questão apresentaria dupla dificuldade. A primeira seria pensar se os cidadãos de ordens sociais inferiores deveriam frequentar as escolas, e, segundo, se os cidadãos de ordens superiores deveriam frequentar as mesmas escolas. Para responder a essas questões, propõe distinguir cinco ordens sociais, correspondentes. Primeiro, ao príncipe; segundo, às crianças das famílias mais eminentes (alta nobreza e alta magistratura); terceiro, à jovem burguesia; quarto, aos comerciantes e mestres de ofício; e, quinto, aos camponeses.

Para o primeiro grupo, o príncipe e seu entorno, o abade frisa que devem ser educados em conjunto e da maneira mais cuidadosa possível. Já o restante da alta nobreza demandaria o estabelecimento de um outro colégio especial. Tendo já dividido a nação, então, nessas cinco classes (ou ordens sociais diferentes) seria, pois, necessário

estabelecer o tipo de escola correspondente a cada uma, seguindo a ideia fundamental de que todos os filhos do povo francês devem receber formação (pública). Assim, um único colégio seria suficiente para a educação do príncipe e da alta nobreza, pois a “educação dos grandes” teria diversos aspectos particulares por ser a mais perigosa. A educação doméstica do príncipe, por exemplo, seria tanto benéfica quanto perigosa.

Levando tudo isso em consideração, uma única escola pública sob os olhos da corte é que possibilitaria escolher os melhores mestres e os melhores recursos para além das capacidades dos outros tipos de colégio e, também, para além das capacidades domésticas. Para a nobreza e a alta magistratura, por sua vez, seria necessário um outro tipo especial de instituição, composto de um primeiro ciclo, comum a todos os membros, e um segundo, subdividido conforme três funções principais a serem exercidas futuramente pelos alunos: Guerra (formação militar); Robe (formação curial); Igreja (formação religiosa). Denominado, assim, de “Colégio dos Nobres”. Já a educação burguesa exigiria “Colégios Diocesanos” em cada cidade. Seguindo esse esquema, a quarta classe, de comerciantes e mestres de ofício, seria educada nas escolas das vilas, submetidas ao Colégio Diocesano concomitante, além de “Pequenas Escolas” em cada paróquia camponesa dedicada à educação dos trabalhadores dos campos.

A partir disso, Badeau frisa que a necessidade de tais escolas camponesas recebeu, por vezes, diversas objeções. Mas que os habitantes dos campos seriam todos tão cidadãos como todos os outros. Ilustrando seu argumento, afirma que o camponês teria sido tratado como servo desde muito tempo e que, mesmo a escravidão tendo sido abolida.

A ignorância fora, pois, conveniente à dominação, mas a escrita e a leitura deveriam ser, prossegue, condições da existência e usufruto da condição civil. Tal como o dinheiro, que prescinde da capacidade de conta de seu portador para seja efetivo, o estado de cidadania prescinde da leitura e da escrita. Frisando mais uma vez tal sorte de questionamento, que se basearia na ideia de que, se todos fossem letrados, não sobrariam mãos para a charrua, Badeau afirma que um camponês alfabetizado só sairia do campo se seus semelhantes fossem analfabetos (o orgulho, nesse caso, o tiraria do labor). Ou seja, fisiocratizando o argumento, a certa altura, escreve:

“Concorda-se hoje que a França é apenas uma família da qual o Monarca é o pai, que o Estado é uma Sociedade, que a Lei primitiva e fundamental é o maior bem comum de todos, que a massa geral de vantagens deve ser

distribuída com a maior equidade possível, que o verdadeiro e único objetivo da administração é garantir a cada indivíduo sua liberdade, sua propriedade, seu bem-estar, com a condição de que ele contribua de sua parte tanto quanto for necessário para a manutenção dessa harmonia geral que é a segurança de todos." (Éph. 1766-T3, p. 25)<sup>164</sup>

É assim que, sem exceções, acredita provar que todos os cidadãos devem receber educação pública. Caberia, então, tratar da educação das mulheres. Mas a il est évident qu'il pesar de tal preocupação ser antiga, a educação das mulheres, até aquele momento, entretanto, só teria recebido alguma atenção do ponto de vista doméstico. Isto é, aquela conveniente apenas às mulheres da alta e média nobrezas (das duas primeiras classes, portanto). Mas, escreve, "Dans la Monarchie Française toutes les Filles de la Nation devraient recevoir une institution commune & publique sans aucune exception depuis la pourpre jusqu'à la houlette" (Éph. 1766-T4, p.). Há que se combater, portanto, a educação privada das mulheres do mesmo modo. Com isso, continua mais à frente, « Il faut poser pour maxime fondamentale que les Filles de la Nation font destinées à devenir chacune dans leur condition Citoyennes Épouses & Mères Ces trois idées doivent servir de boussole aux Spéculateurs qui voudront s'occuper du système d'études & d'exercices qui leur convient » (Éph. 1766-T4, p. 58). Do mesmo modo, portanto, a educação das mulheres deveria ser dividida por classes. A primeira classe devendo receber educação especial nos mais célebres mosteiros de meninas. De tal modo, cada cidade deveria ter um colégio para as senhoritas, e assim por diante, concomitantemente.

Já para pensar numa forma de definir o conteúdo a ser ensinado nas escolas, parte da ideia de que saber ler, escrever e contar é direito e dever de todo cidadão. Idem para os princípios da moral e da religião, logo, deveriam ser ensinados a todas as classes desde os primeiros ciclos. Entretanto, não de forma conjunta, pois o orgulho (oriundo do convívio de classes mais altas com as mais baixas) poderia impedir o desenvolvimento, por exemplo, da noção de corpo social. O convívio, portanto, deveria ser reservado "aos iguais", além disso, a maneira de escrever, por exemplo, não é a mesma entre as classes. A

---

<sup>164</sup> Do original : "On convient aujourd'hui que la France n'est qu'une seule famille dont le Monarque est le père que l'Etat est une Société que la Loi primitive & fondamentale est le plus grand bien commun de tous que la masse générale des avantages doit se répartir avec la plus grande équité possible que le vrai & le seul objet de l'administration est d'assurer à chaque particulier sa liberté sa propriété son bien être à condition par lui de contribuer de sa part autant qu'il le doit au maintien de cette harmonie générale qui fait la sûreté de tous. »

educação deveria visar tirar o melhor partido possível das disposições naturais de cada classe.

Então o autor vai questionar quais seriam os deveres dos grandes da nação. Tal será o ponto de partida para resolver o problema do conteúdo da educação. O raciocínio é simples, mas vale a pena citá-lo na íntegra:

“Consideremos cuidadosamente as relações que os ligam a todo o resto da monarquia. Como cidadãos de primeira categoria, eles são proprietários de vastos domínios, de senhorios titulados, que colocam sob seu domínio feudal, a Nobreza de segunda ordem, a Burguesia, os Artesãos e os Cultivadores: eles são destinados a formar a Corte do Príncipe, a comandar as suas Tropas, a negociar pelos seus interesses nas Cortes estrangeiras, a governar sob suas Leis as Cidades e as Províncias: eles são, depois do Monarca, os primeiros a dar o tom e o exemplo num Povo que se conduz muito mais por imitação do que por princípios”<sup>165</sup>(*Éph.* 1766-T4, p. 161-162)

Continuando mais à frente

“[...] devem ser acostumados desde a infância a suportar impunemente o frio, o calor, a chuva, o vento, e todas as intempéries das estações; a fome, a sede, a vigília, a interrupção do sono. Destinados a passar parte de suas vidas em acampamentos e exércitos, em viagens, em turnês, em negócios e solitudes, mesmo em prazeres tumultuosos, como a caça, as grandes e longas festanças, os bailes e as outras festas da corte, eles precisam ser moldados por um longo hábito nessas alternâncias.” (*Éph.* 1766-T5, p. 163)

166

---

<sup>165</sup> Do original : “*Considérons attentivement les relations qui les lient avec tout le reste de la Monarchie. Comme Citoyens du premier rang, ils font propriétaires de vastes domaines, de Seigneuries titrées, qui mettent sous leur domination féodale, la Noblesse du second ordre, la Bourgeoisie, les Artisans & les Cultivateurs : ils font destinés à former la Cour du Prince, à commander ses Troupes, à négocier pour ses intérêts dans les Cours étrangères, à régir sous ses Loix les Villes & les Provinces : ils font après le Monarque, les premiers à donner le ton & l'exemple dans un Peuple qui se conduit bien plus par imitation que par principes* »

<sup>166</sup> Do original: “*il faudrait les accoutumer dès l'enfance à supporter impunément le froid, le chaud, la pluie, le vent, & toutes intempéries des saisons ; la faim, la soif, la veille, l'interruption du sommeil. Destinés à passer une partie de leur vie dans les camps & les armées, dans les voyages, dans les tournées, dans les affaires & les*

Portanto, a educação da alta nobreza deve prepará-la para um temperamento forte e robusto. A necessidade de enfrentar a adversidade leva a necessidade de uma educação que prepare o temperamento para o desregramento. Para suportar o frio e a exaustão das viagens, os horários desregrados das festas etc., sem falar no vigor exigido pelas tarefas militares. Tal modelo é que deve reger a educação de todas as crianças de tal nível social. Já a regularidade, pelo contrário, é o carro-chefe da educação comum. Para a vida burguesa, é bem preparada a criança quando é educada na uniformidade. Dormindo-se cedo e acordando mais cedo ainda. Seus prazeres também serão, assim, regulares e seu corpo preferirá o sedentarismo

No caso do camponês, por sua vez, temperamento robusto é também, de tal modo, importante, pois,

“você quer que um homem de vinte anos pegue uma pá para arar desde as quatro da manhã até a noite, ao sol e à chuva, enquanto ele foi criado até agora em um quarto para fazer apenas trabalhos leves e a ter apenas prazeres sedentários; Você quer que ele se acomode com grandes pães pretos como alimento e água para bebida, enquanto tem sido alimentado até agora com ensopados delicados, e de fácil digestão, com um pouco de um bom vinho, recebendo, ainda, remédios em suas menores incomodidades? Seria, obviamente, a mais completa das extravagâncias.”  
(Éph. 1766-T5, p. 169)<sup>167</sup>

Um segundo ponto de partida é tomado ao considerar também quais as qualidades do espírito seriam necessárias aos grandes da nação. Assim, considera o abade que todos os espíritos nasceriam com qualidades boas e ruins, as quais podem ser aperfeiçoadas durante seu desenvolvimento. Assim, seria possível formar-se um modelo geral da perfeição. Mas a educação ordiária da nobreza seria, ao contrário, marcada sempre pelo

---

*sollicitudes, même dans des plaisirs tumultueux, tels que la chasse, les grands & longs festins, les bals & les autres fêtes des Cour, ils ont besoin d'être façonnés par une longue habitude à ces alternatives.*

<sup>167</sup> Do original : “*Quoi, vous voulez qu'un homme à vingt ans prenne une bêche pour labourer depuis quatre heures du matin jusqu'au soir, au soleil & à la pluie, pendant qu'il a été élevé jusqu'ici dans une chambre à ne faire que des travaux légers, & à ne prendre même que des plaisirs sédentaires ; vous voulez qu'il s'accommode de gros pain noir pour toute nourriture, & d'eau pour breuvage, pendant qu'il a été jusqu'ici alimenté à de bons potages, des ragoûts délicats, & de facile digestion, avec un peu de très bon vin, & par ci par là des remèdes en ses moindres inconvénients? ce serait évidemment la plus complète des extravagances.* »

excesso de erudição, formato que seria excelente, mas não para formar a elite nobiliária e sim para excelentes gramáticos ou religiosos.

Examinando, então, qual seria a espécie de educação a ser oferecida desde a infância, o abade escreve:

"Para reduzir a uma única palavra toda a ciência dos Grandes da Nação, podemos chamá-la de Economia Política e Moral. Seu nascimento os destina a empregos que os tornam essenciais o olho, a mão e a voz da autoridade soberana para a administração do Estado. Como poderiam desempenhar essas importantes funções, sem ter penetrado nos princípios do direito natural e do direito das nações, sem terem estudado a constituição interna da Monarquia, suas origens e suas variações; sem conhecerem suas relações exteriores e sua influência feliz ou desastrosa na tranquilidade pública? A ignorância das verdades econômicas é o opórbrio dos cidadãos de primeira categoria. As dignidades com as quais eles são revestidos, as honras, o crédito, a autoridade que estão ligados ao seu nascimento os tornam ainda mais criminosos, pois são mais elevados e mais consideráveis. Que terrível injustiça querer presidir, como primeiro dos árbitros, à distribuição dos movimentos de uma máquina complicada, cujas partes são desconhecidas! Que erros enormes se pode cometer! Que males das quais são a causa! Que vergonha diante de todo o Universo!" <sup>168</sup>( Éph. 1766-T5, p. 188-189)

Portanto, vale repetir em nossos próprios termos, os princípios do direito natural e do direito das nações deve ser ensinado a partir dos princípios da constituição interior da monarquia (isto é, os princípios de suas origens e de suas variações) e a ignorância das

---

<sup>168</sup> Do original: « Afin de réduire en un seul mot toute la science des Grands de la Nation, nous pouvons l'appeler Economie politique & morale. Leur naissance les destine à des Emplois qui les rendent essentiellement l'œil, la main & la voix de l'autorité Souveraine pour l'administration de l'Etat. Comment pourraient-ils s'acquitter de ces fonctions importantes, fans s'être pénétrés dans les principes du droit Naturel & du droit des Nations, fans avoir étudié la constitution intérieure de la Monarchie, ses origines & ses variations ; fans avoir connu ses relations extérieures & leur influence heureuse ou funeste fur la tranquillité publique ? L'ignorance des vérités économiques est l'opprobre des Citoyens du premier rang. Les Dignités dont ils font revêtus, les honneurs, le crédit, l'autorité qui font attachés à leur naissance, les rendent alors d'autant plus criminels, qu'ils font plus élevés & plus considérables. Quelle affreuse injustice de vouloir présider, comme premiers arbitres, à la distribution des mouvements d'une machine compliquée, dont tous les ressorts font inconnus ! Que de fautes énormes on peut commettre ! que de maux dont on est la cause ! que de honte à la face de tout l'Univers ! »

verdades econômicas representaria a ruína dos cidadãos do primeiro nível. Em seguida, finalmente encontramos o que mais estávamos procurando, quando afirma:

“A economia deve, portanto, ser considerada como o objeto principal da educação dos Grandes; já que é, propriamente falando, a ciência de seu estado. Ela é vasta e sublime: como todos os outros, tem seus primeiros elementos, seus desenvolvimentos sucessivos e sua perfeição. ” (Éph. 1766-T5, p. 192)

A partir disso, Badeau trata dos conhecimentos que seriam preparatórios para a ciência econômica, pois, a ciência econômica seria, para os grandes, a verdadeira ciência de Estado, daí que as Letras e Belas Artes não seriam necessariamente frívolas (não seriam mera diversão), teriam caráter útil, pois influenciariam o espírito nacional e os costumes, logo, a prosperidade pública. Por isso, devem ser cultivadas desde cedo. Tratar-se-iam de conhecimentos necessários à política esclarecida, mas, desde cedo também, não poderiam ser tratadas como finalidade e seu cultivo não poderia tornar-se uma profissão.

“As crianças da primeira classe devem ser instruídas com o maior cuidado e perseverança possível, em todos os detalhes da História Natural, da verdadeira Física, da teoria, das Artes úteis e, sobretudo e da Agricultura, a primeira de todas, o pai e criador de todas as outras. Não é apenas como Cidadãos, como Proprietários de grandes e vastas propriedades, que eles farão uso muito vantajoso dessas luzes; mas sim como chefes da Administração e como primeiros autores do bom exemplo.” (Éph. 1766-T5, p. 200)<sup>169</sup>

O que chama de metafísica da gramática, por sua vez, poderia até mesmo contribuir para solidificar tais conhecimentos, mas seria algo a ser estudado possivelmente apenas na maturidade.

---

<sup>169</sup> Do original : « *Les enfants de la première classe doivent être instruits avec le plus de soins & de persévérance qu'il fera possible, de tous les détails de l'Histoire Naturelle, de la vraie Physique, de la théorie des Arts utiles, & surtout de l'Agriculture, le premier de tous, le père & le nourricier de tous les autres. Ce n'est pas feulement comme Citoyen, comme Propriétaire de grands & vastes Domaines, qu'ils feront de ces lumières un usage très avantageux ; c'est encore comme chefs de l'Administration, & comme premiers auteurs du bon exemple* »

Retomando o problema das qualidades, considera o abade que a justiça, a honestidade, a grandeza da alma, a franqueza, o patriotismo e a caridade são as virtudes principais que têm a mais alta importância em uma monarquia, principalmente aos homens da primeira classe social. A única forma para tanto é substituir a moral arbitrária (variável, portanto) pelas regras únicas e invariáveis traçadas pela natureza. Com o que afirma

“A ciência econômica as desenvolve e as confirma: ela grava nos espíritos esses princípios luminosos e fecundos que formam o germe de todas as virtudes sociais. A ignorância de grandes verdades é a fonte de vícios e de crimes; o interesse pessoal e os falsos deveres não enganam as almas elevadas ao sublime conhecimento da natureza simples.

Nova prova de que a Ciência Econômica é propriamente a do homem social, seja qual for a categoria, seja qual for o estado em que o céu tenha feito nascer, mas especialmente ainda mais a dos Grandes da Nação, que são encarregados do dever de operar a felicidade dos Cidadãos que lhe são submetidos: como resultado, é necessário, portanto, iluminar com mais cuidado o seu espírito; mas também é necessário vigiar com mais precisão, desde o primeiro momento, suas paixões nascentes, suas inclinações e suas tendências. O hábito é um grande mestre, e o das ações virtuosas é sem dúvida o mais belo, o mais doce e o mais feliz de se obter.”  
(Éph. 1766-T5, p. 205-206)<sup>170</sup>

Vemos, portanto, o abade contornando alguns problemas e retornando ao problema da primeira instrução do príncipe e sua corte, mas não só isso, como vimos, mesmo os camponeses devem ser versados em uma educação capaz de elevá-los à qualidade de

---

<sup>170</sup>Do original : *"La Science économique les développe & les confirme : elle grave dans les esprits ces principes lumineux & féconds qui font le germe de toutes vertus sociales. L'ignorance des grandes vérités est la source des vices & des crimes ; l'intérêt personnel & les faux devoirs n'abusent point des âmes élevées jusqu'aux sublimes connaissances de la simple nature.*

*Nouvelle preuve que la Science économique est, à proprement parler, celle de l'homme social, en quelque rang, en quelque état que le ciel l'ait fait naître, mais plus spécialement celle des Grands de la Nation, qui font chargés par devoir d'opérer le bonheur des Citoyens qui leur font soumis : il faut donc éclairer avec plus de soin leur esprit, c'est le résultat du problème précédent ; mais il faut veiller aussi dès le premier moment avec plus d'exactitude sur leurs passions naissantes, sur leurs inclinations, & sur leurs penchants. L'habitude est un grand maître, & celle des actions vertueuses est sans doute la plus belle, la plus douce & la plus heureuse à contracter"*

cidadãos capazes de compreender as leis (da natureza, afinal, trata-se de um texto fisiocrata) e terem capacidade de se comportar perante sua aplicação mediante a capacidade primordial da leitura, da escrita e de aritimética<sup>171</sup>.

#### 4.4 O governo econômico como utopia quase concreta

Em tempos mais ou menos recentes, os editores das obras dos fisiocratas, em especial um deles, dedicado à análise da obra de Le Mercier de La Rivière, organizou a publicação de um livro que vinha sendo bastante relegado na literatura primária dos economistas. Le Mercier, lembra o editor<sup>172</sup>, já estava velho, saúde mais ou menos frágil, com finanças precárias, sem expectativa de ser nomeado para algum cargo importante, quando, em 1792, certamente assombrado pelo imperativo de sobreviver à revolução, deu a público sua última contribuição importante para a literatura fisiocrata. Trata-se de uma utopia, aos moldes de Thomas More<sup>173</sup>. Caracterização também importante faz o editor sobre a forma como Le Mercier se projeta pessoalmente sobre um dos principais personagens, um filósofo, conselheiro do rei em sua maturidade, e preceptor em sua juventude. Em suma, um educador fisiocrata, aos moldes, por exemplo, do monarca sueco, cujo preceptor e futuro conselheiro havia sido enaltecido na *Éphémérides*, como vimos anteriormente.

É que o livro conta a história de um rei reformador chamado Justamat, que fora educado por um filósofo chamado Veriloq. E tal rei teria reformado o regime político-econômico do país. Mas não fora qualquer reforma, mas uma bem específica e, tópico quente para nós, fora realizada por meio da publicação de um “manual de instruções” que convencera toda a população das necessidades de se alterarem os fundamentos do reino e seus dispositivos econômico-políticos.

Após uma digressão sobre a forma como seus habitantes lidam com a ideia de Deus, parte nosso autor para a descrição de como entendem seus deveres e obrigações, sendo a

---

<sup>171</sup> A sequência de artigos termina com a sugestão de que o restante seria apresentado posteriormente (“*La suite à d’autres Ordinaires*”), mas não encontramos tal prosseguimento publicado no periódico fisiocrata.

<sup>172</sup> Cf. Edição original em La Rivière (1792) ou a obra moderna editada por Bernard Herencia em La Rivière ([2014]1771; 1792). Vide, também, a tradução de um trecho que nos interessou particularmente nos Apêndices.

<sup>173</sup> O editor, Bernard Herencia, lembra que a divisão da obra é bem parecida com a Utopia de More, dividida em duas partes, mas de forma invertida, portanto, primeiro uma ficção utópica, depois um ensaio filosófico.

reciprocidade, por assim dizer, a “lei fundamental e imutável da moral”<sup>174</sup>. Ainda sobre os direitos e deveres, como é de se esperar, o primeiro deles é o direito de propriedade. É assim, com essas premissas, que os *féliciens* constroem seu “tratado” dos deveres e direitos de seus cidadãos, terminando por demonstrar, diz Le Mercier, que a constituição de seu país é aquela que leva a maior liberdade (e felicidade) possível. Em suma, que os direitos e deveres são impostos pela natureza das coisas, logo, viver sob sua lógica é viver sob o império da razão.

“O primeiro estudo do homem é o homem”, seguido da primeira frase do texto que diz: “As relações que eu dou ao público fazem vislumbrar um grande corpo político, em que a constituição e a organização asseguram a felicidade de todos seus membros ao assegurar sua liberdade”. A liberdade é posta, portanto, como meio para a felicidade, para, daí em diante descrever as nuances próprias das formulações desse já velho e grande teórico fisiocrata. Primeiro, assim apresenta-se, o sistema filosófico acerca da “Natureza do homem” (e de tudo o que existe), as quais presidem as reflexões político-filosóficas e a forma de governo dos *féliciens*, cidadãos hipotéticos de uma terra imaginária chamada *Félicie*. Ali, nosso fisiocrata se aproxima bastante de Quesnay, ao tratar, em primeiro lugar, da imortalidade da alma humana, assim como o grande professor da escola já tinha feito em seu *Ensaio físico*. O homem teria, pois, um corpo perecível. O outro corpo do homem, a própria razão demonstra que não se desfaz com o primeiro<sup>175</sup>.

Os felicianos também teriam outros dois sistemas: o primeiro, portanto, sobre a natureza do homem e o segundo sobre suas paixões. Ali encerram-se as discussões do autor que apresentam as ideias bastante nuançadas, vale dizer, pelas quais os habitantes dessa terra, onde a felicidade plena é realizada, lidam, por exemplo, com a relação entre as sensações e as ideias, entre os apetites e os prazeres, entre o mérito e o demérito, entre a materialidade e a imaterialidade. Enfim, argumentos com decalques claramente fisiocratas, apesar de certa originalidade também bastante presente.

A ideia quesnaysiana de liberdade e de vantagem como norma da escolha aparece nos seguintes termos nesse manual de instruções:

---

<sup>174</sup> A ideia, na verdade, não aparece utilizando o termo reciprocidade. Le Mercier apresenta, entre outros argumentos, o exemplo de que os homens devem sempre salvar a vida uns dos outros, sempre que possível, e caso arrisquem suas vidas para isso, devem ser condecorados.

<sup>175</sup> Interessante lembrar que um texto também da velhice de Dupont também mostra interesse sobre a imortalidade da alma, e, nesse caso particular, também da possibilidade de sua reencarnação.

“Nós não podemos razoavelmente levantar dúvidas nem sobre a existência de Deus nem da justiça; nem podemos, tampouco, colocar em dúvida a existência de nossa alma, nem, ainda, sobre o destino de nossa vida futura, na qual tal justiça formidável, à qual não podemos enganar, nos reserva ou recompensas ou penas, conforme em nossa passagem sobre a terra tenhamos feito um bom ou um mal uso de nossa liberdade natural; compreendo essa liberdade interior de decidir pelo mal ou pelo bem, e que pertence aos seres inteligentes.” (La Rivière, 1792, p. 377)<sup>176</sup>

O homem também vai ser tomado no sentido de sua distinção dos animais e daí Le Mercier deriva seu caráter social a partir da ideia de que a caridade seria uma das primeiras leis morais da natureza humana, pois a caridade recíproca é necessária à espécie, e se os homens se limitassem à lei do não prejuízo, abstendo-se da lei de se “entre-servir”, não haveria interesse que aproximaria os homens e a terra terminaria por ser apenas uma vasta floresta. A lei natural, escreve, que o Criador destinou os homens a conhecer, é, portanto, uma “lei fraternal” e é um sentimento íntimo e inato aos homens.

Percurso já conhecido, daí até a propriedade privada como primeira lei social natural e mais vantajosa para o homem reunido em sociedade serão só mais alguns passos. Uma vez que liberdade e direito de usufruir são tomados como inseparáveis, deriva-se a noção de direitos e deveres, e o direito de propriedade associado ao dever de respeitá-la como primeira lei fundamental do estado social, pois os homens estariam reunidos com único interesse comum. Isto é, escreve Le Mercier,

“uma sociedade política é uma multidão mais ou menos numerosa de homens, desejando aumentar a felicidade pela ajuda mútua, reunindo-se e associando-se uns aos outros por convenções servindo ao regramento

---

<sup>176</sup> Do original: Nous ne pouvons raisonablement élever des doutes ni sur l'existence de DIEU , ni sur sa JUSTICE ; nous ne pouvons , non plus , en concevoir aucun ni sur l'existence de nos AMES , ni sur leur destination à UNE VIE FUTURE , dans laquelle cette Justice redoutable cette Justice que nous ne pouvons tromper, nous réserve des récompenses ou des peines , selon que , dans notre passage sur la terre , nous aurons fait un bon ou un mauvais usage de notre Liberté naturele ; j'entends cette Liberté intérieure de nous déterminer au mal comme au bien , et qui tient à l'essence des Etres Intelligens.

dos direitos que eles gozarão e dos deveres que deverão cumprir.” (La Rivière, 1792, p. 390) <sup>177</sup>

Daí dá detalhes de como tais determinações se dispõem na *Félicie* e vai contando um pouco da história desse reino que, após diversos regimes políticos erráticos, se torna finalmente feliz e próspero. Assunto que é também organizado na forma pedagógica de como a ideia de estágios históricos atrelados a uma tipologia dos regimes políticos é representada nesse país imaginário por quadros expostos na sede de seu governo.

Sobre a questão da educação propriamente dita, Le Mercier diz, de saída, a *Félicie* é coberta de escolas públicas e gratuitas, sem exceção. Em todas elas, em cima de sua porta principal, vê-se a imagem de um químico (ou alquimista, se quisermos), que representa, como emblema, a ciência, indicando, em suas palavras, “a necessidade que temos dele para nos perfeccionar; mostra que ela tem a propriedade de produzir em nós a sabedoria, apurar as paixões, extrair tudo o que convém à nossa felicidade”<sup>178</sup>, pois o ensino das regras positivas da moral sem a demonstração de seus princípios é, escreve, “inócua”, continuando com a afirmação de que “os seres inteligentes são destinados a conhecer a razão das coisas e a extrair desse conhecimento os motivos de suas escolhas”<sup>179</sup>. Somente a partir disso, as opiniões dos homens podem se homogeneizar no sentido da verdade.

“Se os Feliciens são constantemente virtuosos, é porque as opiniões geralmente estabelecidas entre eles os levam a sê-lo e mostram-lhes claramente por que o devem ser; é também que essas opiniões são tão invariáveis, que se encontram consolidadas, mantendo-se pela reação das próprias leis que foram ditadas; pelas influências de um governo organizado para se tornar, por sua vez, o professor comum de seus sujeitos.” (La Rivière, 1792 p. 250)<sup>180</sup>

---

<sup>177</sup> Do original: “*Une société politique est une multitude plus ou moins nombreuse d’hommes qui, désirant d’augmenter leur bonheur par des secours mutuels, se réunissent et s’associent les uns aux autres par des conventions servant à régler les Droits dont ils jouiront et les DEVOIRS qu’ils auront à remplir*”

<sup>178</sup> La Rivière, 1792, p. 249.

<sup>179</sup> La Rivière, 1792, p. 249.

<sup>180</sup> Do original: “*Si les Feliciens sont constamment vertueux, c’est que les opinions généralement établies parmi eux les portent tous à l’être, leur font connoître évidemment pourquoi ils doivent l’être ; c’est encore que ces opinions sont d’autant plus invariables, qu’elles se trouvent consolidées, entretenues par la réaction des loix mêmes qu’elles ont dictées, ; par les influences d’un gouvernement organisé pour devenir, à son tour, l’instituteur commun de ses sujets : tant il est vrai qu’au moral comme au phisique, tout s’opere par une chaîne*

Assim, é que pretendem os *féliciens* que as determinações do Estado “governante” coincidam com as vontades do Estado “governado”, pois o governo organizado com essa premissa se torna instituidor comum de seus sujeitos. Por isso, outros monumentos devem apontar nessa direção e estarem presentes numa grande sala redonda. Tratam-se de cópias de “*tableaux*” que estão presentes também na sede da Assembleia Nacional.

“Eu anunciei, no meu décimo sétimo capítulo, que o esplêndido lugar destinado, na Felícia, à Assembleia Nacional e à Corte Felicianiana é enriquecido por quadros magníficos, ali combinados para servir à instrução da nação: a beleza única dessas preciosas obras só poderá se perder infinitamente na descrição que vou lhes dar, se eu não encontrar nos meus leitores o entusiasmo social de uma Alma Felicianiana. (La Rivière, 1792, p. 263) <sup>181</sup>

A primeira delas seria a representação da justiça e, sobretudo, da razão que

“Um outro traço decora a porta desse vestíbulo, a da própria rotunda. A razão, que os felicianos representam sempre com uma tocha acesa posicionada perto dela, ou em suas mãos, possui um braço para baixo e outro para cima: com essa atitude, ela usa o dedo indicador da mão do primeiro para apontar para a terra, e o da outra mão para mostrar o céu; por essa dupla indicação, ela nos adverte que, para instituir boas leis, é necessário consultar ambos; meditar sobre as relações do homem físico com a ordem física, e sobre a relação que temos com a Divindade, como seres inteligentes: essa ideia corresponde à filosofia felicianiana que reconhece as leis morais, tão naturais a nós quanto as leis físicas.” (La Rivière, 1792, p. 264) <sup>182</sup>

---

*de contre-coups qu'on ne peut trop méditer ; les causes se perpétuent par leurs effets, qui deviennent causes à leur tour. »*

<sup>181</sup> Do original: “J’AI annoncé dans mon dix-septieme chapitre que le superbe lieu destiné en Félicie à l’Assemblée Nationale et à la Cour Félicienne est enrichi de magnifiques tableaux, tous composés pour servir à l’instruction de la Nation : la beauté unique de ces précieux ouvrages ne pourra que perdre infiniment dans la description que je vais en donner, si je ne trouve dans mes lecteurs, l’enthousiasme social d’une Ame Félicienne.”

<sup>182</sup> Do original: “Un autre relief décore la porte intérieure de ce vestibule, celle de la rotonde même. La Raison, que les Féliciens représentent toujours avec un flambeau allumé placé près d’elle ou dans ses mains,

As demais seriam, por assim dizer, infelizes e assustadoras, representando o Despotismo Arbitrário, o Governo Oligárquico, o Governo Aristocrático e a Democracia. Segundo Le Mercier, é nesta última pintura, representando um país com governo democrático, que o artista teria se superado, tal que:

“Todas essas diferentes cenas são singularmente diversificadas nesta pintura; mas há uma em que o artista se superou. Ao ruído dos combatentes, vários outros cegos vestidos de magistrados correm sucessivamente, acompanhados por dependentes e muitos curiosos, os quais tomam partidos ao acaso: a pretexto de trazer a paz, estes recém-chegados atacam, a torto e a direito, tudo o que está a seu alcance; dão-lhes golpes e mais golpes; homens, mulheres, cachorros, todos se metem na briga; agora geral, o campo de batalha é coberto por uma multidão de estropiados, entre os quais reconhecemos os próprios juízes pobres e as pessoas de sua escolta.

O gado e os rebanhos sem pastores são encontrados devastando as vinhas e o trigo; também vemos muitas carruagens capotadas e quebradas nas deterioradas estradas principais; ainda vemos lobos e raposas chegando até os pátios inferiores para devorar tudo o que lhes convém; finalmente, como as leis escritas seriam em muito inúteis para tais homens, o artista imaginou colocar uma tropa desses cegos bebendo ao redor de um grande fogo, no qual eles jogaram todos os compêndios das leis, pelas quais eles foram anteriormente governados. Enquanto eles assim se embebedam, o fogo desse incêndio é espalhado por suas roupas sem que eles se deem conta, e as chamas, subindo no ar conforme o vento, incendeiam as suas casas: tais traços me pareceram de um grande sentido e muito próprios à meditação.” (La Rivière, 1792, p. 268)<sup>183</sup>

---

a l'un de ses bras abaissé et l'autre élevé : dans cette attitude elle se sert du doigt index de la main du premier pour montrer la terre, et de l'index de la main du second pour montrer le ciel ; par cette double indication elle nous avertit que pour instituer de bonnes loix, il faut consulter l'un et l'autre ; méditer les rapports de l'homme phisique avec l'ordre phisique, et ceux que nous avons avec la Divinité comme Êtres Intelligens : cette idée correspond à la Philosophie Félicienne qui reconnoît des loix morales aussi natureles pour nous que les loix physiques.”

<sup>183</sup> Do original: “ Toutes ces différentes scenes sont singulierement diversifiées dans ce tableau ; mais il en est une dans laquelle l'artiste s'est surpassé. Au bruit des combatans accourent successivement nombre d'autres

Sobre a liberdade de imprensa, assunto que o autor já tinha tratado em seu texto sobre a instrução pública, Le Mercier foi muito mais restritivo para o caso desse “país imaginário”.

Para além do político, então, restaria a pergunta: o que teria de tão econômico na *Felicie*? Bem, se depender da visão política fisiocrática de Le Mercier, então teria tudo! Mas, especificamente, claro, o imposto único, a divisão do produto social, o papel fundamental da indústria (apesar de improdutiva), o fundamento da riqueza (lógico, a agricultura), a receita pública, que constam todos num capítulo específico no manual. Mas também não deixaria de ter um fundamento econômico toda a história dos regimes políticos que teriam os *feliciens* percorrido de forma acidental, isto é, todas as outras formas degeneradas de monarquia e mesmo de democracia, chegando finalmente num programa de reforma operada por tal manual, ocasião também acidental, pois mesmo Justamat não teria sido educado para ser um rei como o pai.

E o que não teria de tão fisiocrático assim? Certamente, como já dito, a liberdade de imprensa, que limitaria e muito a tão falada liberdade de discussão preconizada pelo grupo de Quesnay. Do ponto de vista econômico, entretanto, também aparecem diferenças notáveis, vejamos um pouco do que o autor expõe na parte do manual dedicada especificamente à economia política.

A administração econômica é colocada como a manutenção do emprego e da renda nacionais, sendo uma das bases do poder do império da felicidade pública. Portanto, riqueza é riqueza nacional, ou seja, aquela que pertence exclusivamente à nação e sobre a qual ela pode se fundar, constituir sua base. Consiste, portanto, no já um tanto velho “*revenu*” territorial: o produto anual da terra que retoma (repõe) todos os anos os adiantamentos. A indústria, por sua vez – objeto, segundo o autor, de inúmeros sistemas

---

*aveugles en costume de Magistrats, accompagnés de satellites, et de beaucoup de curieux qui prennent parti au hasard : sous prétexte de mettre la paix, ces nouveaux arrivés frappent à tort et à travers sur tout ce qui se trouve à leur rencontre ; on leur rend coups pour coups ; hommes, femmes, chiens, tout se mêle de la rixe ; devenue générale, le champ de bataille est couvert d'une multitude d'estropiés, parmi lesquels on reconnoît les pauvres Juges eux-mêmes et les gens de leur escorte.*

*Les bestiaux et les troupeaux étant sans gardiens, on les apperçoit dans les campagnes ravager les vignes et les blés ; on apperçoit aussi beaucoup de voitures renversées et brisées dans de grands chemins en mauvais état ; on voit encore des loups et des renards venant jusques dans les basse-cours, dévorer tout ce qui leur convient ; enfin, comme des loix écrites seroient fort inutiles à de tels hommes, l'artiste a imaginé de placer une troupe de ces aveugles buvant autour d'un grand feu dans lequel ils ont jeté tous les recueils des loix par lesquelles ils avoient été précédemment gouvernés : tandis qu'ils s'enivrent ainsi, le feu de cet incendie se communique à leurs habits sans qu'ils s'en apperçoivent, et les flammes, s'élevant en l'air, vont, au gré des vents, embraser leurs maisons : ces derniers traits m'ont paru d'un grand sens et bien faits pour être médités."*

erráticos que teriam especulados sobre seus efeitos –, seria, como era de se esperar, diferente, pois apenas restitui os adiantamentos, não gerando um excedente. A produção agrícola, portanto, é riqueza nova que se propaga todos os anos, pois é nela em que se nasce produto novo, restituindo os adiantamentos mais um excedente disponível. A indústria não apenas aperfeiçoa as matérias a partir da riqueza já criada e, assim, o produtor industrial só enriquece a si mesmo. Apesar de poder ser chamada de “improdutiva”, entretanto, influencia em muito a riqueza nacional, devendo-se, portanto, estimular a indústria, assim como deve ser feito com a agricultura, pois um influenciaria a outra.

Até aqui nada de novo. Todavia, a subsistência nacional dependendo dos grãos, seu preço habitual regulando os demais preços, sendo a oscilação de preço o grande inconveniente produtivo, Le Mercier inflexiona a partir daí, considerando que a tendência ao monopólio advém das especulações de particulares e da concorrência. A liberdade, portanto, não pode ser indefinida: para que tal utopia logre sucesso o preço do grão deve ser fixo.

Daí que toda uma política específica de grãos é descrita anteriormente no primeiro livro, sendo que o que chama propriamente de um “sistema sobre o comércio” é também retratado junto às imagens dos quadros que ornaram a assembleia nacional. São duas peças de mármore representando o “gênio do comércio” e suas “asas”.

Na utopia de Le Mercier, os habitantes da *Félicie* e seus governantes se convenceram de que tanto a ausência de liberdade quanto a liberdade absoluta são ruins, de modo que os preços dos grãos devem ser fixos por um determinado número de anos. Assim, a assembleia foi encarregada de estabelecer o preço dos grãos por um período de 30 anos. Entre outras medidas, tais como a divisão das terras segundo suas qualidades; o levantamento do consumo atual de subsistência; um provisionamento anual segundo tal consumo; sua centralização em um armazém em cada cidade que vende os produtos de subsistência; e a necessidade de autorização expressa para o comércio de farinha e sua exportação.

Sobre o comércio, o texto procura mostrar como ele se torna útil permitindo que os produtos alcancem seus consumidores de forma habitual, uma vez que a cultura fornece as matérias que entram em circulação, claro, desde que os preços sejam convenientes. Daí o autor retoma as ideias de concorrência e de equilíbrio, as quais, portanto, dependem da conveniência recíproca entre vendedor e consumidor. A

necessidade da liberdade interna seria, portanto, absoluta e inegável, mas no caso do comércio exterior é diferente. A nação externa teria sempre todo interesse em comprar ao mínimo preço e, do lado contrário, a vender ao máximo preço, desbalanceando potencialmente a relação dos termos de tais trocas. Já no caso do comércio interior, é a livre concorrência que pode assegurar o melhor equilíbrio.

A última parte do manual presta alguma atenção ao que se dá o nome de *revenu publique*. Para o autor, é na formação do *revenu publique* que se encontra a instituição social mais potencialmente prejudicial e desastrosa. A despesa nacional pode, pois, ser ordinária (fixa) ou extraordinária. Assim, a forma do recebimento do *revenu publique* deve ser o menos custoso possível e a contribuição não deve nunca prejudicar o movimento necessário ao comércio. O *revenu publique* deve ser subordinado (proporcionalmente) ao produto líquido, logo, o regime mais conveniente é sempre o que aumente mais a produção territorial. Por isso, a contribuição dos cultivadores deve ser fixada pelo máximo período de tempo possível. Daí, tem-se dois tipos de imposto, como já bem conhecido: sobre o consumo e sobre as pessoas.

"Ao tratar desses dois tipos de impostos, vocês se dedicarão principalmente a meditar sobre as repercussões dos impostos sobre o consumo, vocês considerarão que cada consumidor, tendo apenas uma certa medida de meios para comprar, quando os impostos lhe retiram uma parte tanto, sobra ainda menos para as suas compras, sendo assim forçado a fazê-las a um preço mais baixo. Se ele começar a se negar, a superabundância da mercadoria não vendida logo o forçará a baixar seu preço ao nível das faculdades de seus consumidores."<sup>184</sup> (La Rivière, 1792, p. 423)

O imposto, igualmente, não deve recair sobre a classe industrial, portanto,

---

<sup>184</sup> Do original : "En vous occupant de ces deux natures d'impôts, vous vous appliquerez principalement à méditer leurs contre-coups dans les droits sur les consommations, vous considérerez que chaque consommateur n'ayant qu'une certaine mesure de moyens pour acheter, lorsque des droits lui en enlèvent une portion, il lui en reste d'autant moins pour ses achats qu'il est ainsi contraint de les faire à un moindre prix, ce qui met le vendeur dans la nécessité de vendre moins cher s'il commençoit par s'y refuser, la surabondance de sa marchandise invendue le forceroit bientôt de baisser son prix au niveau des facultés de ses consommateurs."

"Bem, meus filhos, a partir desses princípios que acabei de desenvolver e de minhas observações sobre as duas naturezas dos impostos diametralmente opostas, o que devemos concluir agora? que uma contribuição invariável estabelecida sobre as terras e proporcional às suas qualidades intrínsecas, é a única forma, em conformidade com esses mesmos princípios, estabelecer de uma Receita Pública."<sup>185</sup> (La Rivière, 1792, p. 426)

Já na última seção do manual, Le Mercier dedica-se a combater o que chama de sistema de liberdade natural em uma oposição que poderíamos identificar como tipicamente anti-rousseauiana. Dupont já teria até mesmo, como citamos no início do trabalho, colocado a fisiocracia em termos dessa oposição. Nada mais sugestivo, entretanto, do que faz o próprio Le Mercier, quando encerra sua obra utópica, isto é, o manual que lhe tornara normativamente possível, com um capítulo que recebe o subtítulo “falsidade e perigo desse sistema”, que podemos resumir com o que Le Mercier identifica como uma confusão entre poder e liberdade na seguinte passagem:

É nesse sentido que a obra reitera a rejeição fisiocrática de oposição entre estado de natureza e estado social, crítica que vai ser continuada na apreciação da ideia de instrução pública e da forma como um outro autor de nosso interesse parte. Trata-se do também francês Achille-Nicolas Isnard (1748-1803), que toma tal crítica como ponto de partida para propor um tipo de representação do equilíbrio de mercado totalmente inovador para a época.

---

<sup>185</sup> Do original : "Eh bien ! mes enfans, de ces principes que je viens de développer et de mes observations sur les deux natures d'Impôts qui leur sont diamétralement opposés, que conclurons nous présentement,? qu'une contribution invariable établie sur les terres et proportiqnée à leurs qualités intriseques, est l'unique manière de conformer à ces mêmes principes, l'établissement d'un revenu Public. Mais ce qui rendroit bien précieux ce mode de contre butipn, et cela pourroit vous échaper, c'est qu'une fois qu'il seroit établi, il en résulteroit que personne ne payeroit d'impôts : dans le Commerce, la valeur des biens-fonds notant plujs calculée que sous la déduction du capital de cette rcdevance fonciere dont il seroient grévés en faveur du trésor public, chaque nouvel acquéreur ne les payeroit qu'en raison du revenu particulier qu'il seroit sûr d'en retirer, contribution déduite : ah ! mes amis, plus d'impôt sur qui que ce soit ! plus d'impôts ! quel autre moyen pourriez vous imaginer pour mieux caractériser des hommes véritablement libres ?"

#### 4.5 Um prelúdio da matematização da representação econômica

Os termos sobre os quais Isnard apresenta seu sistema o aproximam bastante dos fisiocratas e, principalmente, de Turgot. Curiosamente, o autor começa seu *Tratado sobre a riqueza* justamente com a ideia da importância da instrução pública, assunto que não foi tão bem desenvolvido, mas que foi retomado em um outro livro dedicado somente a isso.

Já no discurso preliminar do tratado, Isnard escreve:

“Nós ousamos predizer que a educação um dia deve reparar os males da raça humana. Que os mortais apressem o cumprimento desta profecia inspirada pelo entusiasmo da humanidade! O fanatismo, o erro e o preconceito reinaram por muito tempo na terra; que o reinado da educação e os princípios da filosofia, da moral e dos direitos dos soberanos e dos cidadãos, tragam de volta a calma, a paz, a felicidade aos corações dos homens e dos lares.” (Isnard, 1781, p. V)<sup>186</sup>

Em seguida, afirma que os mortais podem acelerar o cumprimento de tal profecia e que o fanatismo, o erro e os prejuízos reinaram desde muito tempo sobre a terra, mas o reino da instrução e dos princípios de filosofia podem reger a tudo (os direitos do soberano e dos cidadãos, para levar à calma e à paz).

“Acontece”, em suas palavras “que nós não estamos ainda na via dos conhecimentos úteis, que não alcançamos ainda a ciência do homem e do que lhe convém” (Isnard, 1781, p. VI), mas devemos preferir, continua mais à frente, “o golpe de vista justo do observador que apresenta de uma maneira simples, mas evidente, um pequeno número de ideias úteis, e que todos podem ver diante de si” (p. VII) ao invés dos olhos do metafísico, “que tudo quer aprofundar” (p. VII). Será assim que “o conhecimento evidente dos princípios da constituição das sociedades fará com que o século da paixão filosófica seja sucedido pelo século da filosofia”.

Em tom nitidamente turgotiano (ou, mesmo, newtoniano) afirma que

---

<sup>186</sup> Do original : “*Nous osons prédire que l’instruction doit réparer un jour les maux du genre humain. Puissent les mortels accélérer l’accomplissement de cette prophétie que l’enthousiasme de l’humanité nous inspire ! Le fanatisme, l’erreur et les préjugés ont régné longtemps sur la terre ; puissent le regne de l’instruction et les principes de philosophie, de morale et les droits de souverains et des citoyens, et ramener le calme, la paix, le bonheur dans le cœur des hommes et dans les foyers.* »

“Conhecer a natureza, perceber suas qualidades, observar suas qualidades, suas ações e suas forças, calcular ou mensurar suas quantidades e suas grandezas, bem como as quantidades de forças, de movimento e de ação, para descobrir suas relações. Tal é a marcha do filósofo. É com ele que chegaremos à ciência.” (Isnard, 1781, p. VII)<sup>187</sup>

O conhecimento da natureza do homem, portanto, é colocado como princípio dos princípios, pois “a instrução natural, clara e geral, é a proteção da liberdade dos povos. São os princípios da ordem e da razão que conduzem felizmente cada indivíduo para o bem geral e o sustento da sociedade.” (p. VIII). A paixão sendo o móbil eterno das ações dos homens, é a sabedoria, no entanto, que as deve conduzir às paixões, pois no caso contrário as sociedades perecem. As paixões produzindo de tudo (toda sorte de antagonismos) não podem ser princípio de governo, mas sim as leis naturais, em suas palavras, “é a esta instrução geral que cada cabeça pensante deve cooperar”.

A partir daí Isnard apresenta sua própria apreciação do jusnaturalismo. Começa apresentando o argumento (“contra-rousseauiano”, como já consagrado pelos fisiocratas desde o debate que deu origem à conversão de Mirabeau por Quesnay) de que o contrato social é posterior aos primeiros tipos de associação humana, pois as faculdades físicas e morais fazem com que o homem seja social desde sua criação; o instinto faz com que vivam muito tempo de forma gregária antes de adquirirem a capacidade de redigir as leis. O animal sozinho, por seu turno, sempre procura o que lhe é mais vantajoso, mas tem direito a tudo, o que é também verdadeiro para o homem natural não-social. Mas o estado social que convém ao homem não pode ser um estado de guerra, uma vez que é social, em sentido análogo a Locke, portanto, pode ser destrutivo ou conservativo. Os direitos que são necessários ao seu estabelecimento de forma não destrutiva implicam em uma certa equidade advinda do direito natural do mais forte, mas dentro dos limites estabelecidos da propriedade, de modo que “a força” continua sendo, no limite, “a balança dos direitos dos co-associados”. São esses os termos que Isnard apresenta para defender a ideia de que não existe nenhum sistema social conveniente aos homens que não seja fundado

---

<sup>187</sup> Do original: « Connoître la nature, appercevoir les chofes & leur coordination, obfsrver leurs qualités, leurs actions, leurs forces, calculer ou mesurer quantités ou leurs grandeurs & les quantités de forces, de mouvement & d'action pour decouvrir leurs rapports, voilà la marche du philosophe ; c'est avec elle que l'on arrivera à la science ».

sobre a propriedade. O homem, de tal modo, só trabalha para si e só faz isso sob a garantia de sua propriedade.

O princípio, portanto, da legitimidade da monarquia é, como nos fisiocratas, a propriedade – no argumento de Isnard, a coroação do rei pelo povo não lhe dá direito de atentar contra a propriedade, pelo contrário, o rei existe para ela, pois “as leis contrárias aos direitos de propriedade são contrárias ao crescimento das riquezas, à felicidade da população e à prosperidade dos Estados.” (Isnard, 1781, p. 12). O sentido contrário, assim, só pode ser o da decadência e do despotismo.

Isto posto, o autor começa a expor sua teoria da riqueza pela ideia de que o homem usa as coisas, mas as causas vegetativas (isto é, a natureza, as plantas e os animais) só produzem coisas úteis em estado bruto – os animais, por exemplo, são instrumentos passivos quando colocados em uso na produção (são análogos aos demais produtos brutos da natureza). Daí que, em suas palavras, “à ação do fogo, da água, do ar, da terra e a faculdade vegetativa da natureza pode-se adicionar a ação de uma charrua colocada em movimento pelos animais” (Isnard, 1781, p. 14).

Termos conhecido bastante pela leitura das obras dos fisiocratas, mas que também contém ideias de riqueza bem próximas às de Boisguilbert, pois Isnard vai se fiar na ideia de que as coisas sendo úteis, são heterogêneas e só são chamadas de riqueza no âmbito da comparação de seus usos. Logo, a riqueza só pode ser definida como tal em sociedade uma vez que deixam de o ser quando a comparação é nula. Pode-se dizer que a condição de suficiência de sua existência é dar acesso recíproco ao que é produzido de forma diferenciada entre os homens.

Mas é a homogeneidade que permite comparar as coisas de forma contínua e é por isso que a comparação acontece no mercado em relação à moeda. Sem moeda a troca é possível, porém muito mais difícil. Daí que Isnard precisa, antes de propor seu sistema, resolver a relação das coisas com a moeda que é, por sua vez, estabelecida como equivalente geral da relação entre os bens. Com o que se permite comparar a riqueza não apenas por uma mera quantidade convencional de numerário (uma unidade de conta), mas a partir de seu próprio valor, a relação de todas as mercadorias entre si. É nesse ínterim que uma mercadoria mais conveniente é tomada como referência, logo, por moeda.

Nesse ponto, o autor destaca também uma ideia que, apesar de bem conhecida, poderia complicar um pouco as coisas: levando em conta a velocidade de circulação da

mercadoria estabelecida como equivalente geral, uma vez que o comércio se executa pela sua circulação, sua velocidade é suplementar à sua quantidade. O crédito e a confiança dão também aos papéis um valor muito útil à produção e à circulação, pois substituem e tornam possível facilitar ainda mais a circulação da moeda. Além disso, claro, tornam também possível ao poupador emprestar ao produtor sendo os juros como que uma “retribuição da natureza” que o produtor reparte com o capitalista. Daí que a usura é um abuso (da natureza) por parte do capitalista.

Por sua vez, são as quantidades que determinam a relação (de troca), ou seja, os valores de suas medidas. Consequência dessa ideia de valor como relação, o dinheiro por sua vez não poderia ser mesmo mera convenção, mas sim, na verdade, uma mercadoria análoga a todas outras, possuindo um custo associado à riqueza necessária para sua produção.

“Quando concebemos coisas úteis para compará-las, chamamos de riquezas, assim como quando concebemos coisas em geral para compará-las, chamamos de grandezas. Muitas vezes tomamos no discurso as palavras riqueza e grandeza para expressar coisas úteis ou coisas em geral; porém essas palavras não podem ser a expressão absoluta das coisas reais, elas expressam apenas as coisas que são comparadas, as coisas úteis deixam de ser riqueza quando suas relações se tornam nulas.” (Isnard, 1781, p. 16)<sup>188</sup>

Mas, nesse sistema, valor é também utilidade e vice-versa. Em Isnard, portanto, esses são todos conceitos que guardam relações diretas e estritas de equivalência, sendo um a expressão mercadológica do outro, o que pode ser mostrado pelas questões que ele se propõe a responder nos seguintes termos:

---

<sup>188</sup> Do original: “Lorsque l’on conçoit les choses utiles pour les comparer, on les nomme richesses, de même que lorsque l’on conçoit les choses en général pour les comparer, on les nomme grandeurs. On prend souvent dans le discours les mots de richesses et de grandeurs pour exprimer les choses utiles ou les choses en général ; cependant ces mots ne peuvent être l’expression absolue des choses réelles, ils ne font que l’expression des choses comparées, les choses utiles cessent d’être richesses lorsque leur rapport devient nul. »

"Como as coisas adquirem valor na troca? Como esse valor depende da quantidade de coisas e da necessidade que temos delas? Como as quantidades dependem da necessidade e dos valores? Como as próprias necessidades são subordinadas as quantidades e aos valores? Isso é o que deve ser descoberto a seguir." (Isnard, 1781, p. 17)<sup>189</sup>

A solução para isso seria considerar também que o próprio valor da mercadoria tomada como dinheiro varia em função da quantidade necessária para suas transações e que, ao mesmo tempo, não há necessidade de considerar a existência de seu valor intrínseco, contrariamente, por exemplo, a Cantillon. Parece que é isso que Isnard faz, mas também, para seus objetivos, podemos pensar que não seria incompatível considerar que é em torno de seu valor intrínseco que o preço varia – concordando nesse caso com a ideia de valor em Cantillon. Uma vez que todas as mercadorias comercializadas vão entrar no sistema pelos seus preços relativos, sobrariam como fundamento da riqueza o trabalho de um lado e a natureza de outro. Mas Isnard considera ainda que os valores dos trabalhos seguirão sempre as mesmas leis que as das demais mercadorias, uma vez que as “qualidades úteis que são produzidas pelos trabalhos dos homens são trocadas contra as coisas ou as qualidades úteis produzidas pela natureza ou para qualquer outro mecanismo que seja” ( Isnard, 1781, p. 19).

Mesmo assim, muitos problemas adicionais se colocariam. Pois o valor mesmo é considerado como uma grandeza social subjetiva, isto é, uma abstração oriunda da comparação entre a satisfação das necessidades proporcionadas pelas mercadorias, que só têm expressão e conteúdo do ponto de vista individual pelo que se está disposto a abrir mão para obter algo (a quantidade de outra mercadoria que o comprador oferece, portanto). Do ponto de vista global, por sua vez, seu preço no mercado é formado pela comparação de sua soma total em relação às somas totais produzidas das outras mercadorias que por ela são oferecidas em troca. Mas não necessariamente em relação à quantidade de trabalho e, sim, em relação a tudo, flutuando livremente em função dessas quantidades.

Daí que, em suas palavras,

---

<sup>189</sup> Do original: « *Comment les choses acquièrent-elles une valeur dans les échanges ? Comment cette valeur dépend-elle de la quantité des choses et du besoin qu'on en a ? Comment les quantités dépendent-elles du besoin et des valeurs ? Comment les besoins sont-ils subordonnés eux-mêmes aux quantités et aux valeurs ? C'est ce qu'il faut découvrir successivement.* »

“o valor de cada medida será, portanto, inversamente proporcional à quantidade que se expõe na troca.

Se, em vez de duas mercadorias, três ou mais forem admitidas no comércio, o mesmo acontecerá com o valor geral das mercadorias. Cada medida particular será igual à soma das ofertas feitas pelos proprietários das demais mercadorias dividida pela quantidade das medidas, ou, o que dá no mesmo, os valores das mercadorias serão diretamente proporcionais a soma das ofertas e em proporção inversa a quantidade de medidas. Mas as ofertas sendo compostas de várias mercadorias específicas, para encontrar a proporção de mercadorias tomadas duas a duas, seria necessário formar tantas equações quantos fossem as mercadorias; o primeiro membro dessas equações conterà a quantidade de bens, o segundo a soma das ofertas.” (Isnard, 1781, p. 18-19)<sup>190</sup>

Concomitantemente, surge a partir daí a ideia de uma maximização da quantidade produzida de cada mercadoria, ilustrada quando diz

“embora cada produtor pareça dar o mínimo possível para receber o máximo possível, as quantidades de produções crescem porque os produtores temem que cada concorrente apenas obtenha uma quantidade maior do que eles oferecendo mais.” (Isnard, 1781, p. 19)<sup>191</sup>

A partir do que continua mais à frente:

---

<sup>190</sup> Do original: “la valeur de chaque mesure sera donc en raison inverse de la quantité qui en est exposé en échange.

Si au lieu de deux marchandises on en suppose dans le commerce trois, ou un plus grand nombre, il sera de même pour la valeur générale des marchandises. Chaque mesure particuliere sera égale à la somme des offres faites par les propriétaires des autres marchandises divisée par la quantité des mesures, ou, ce qui est la même chose, les valeurs des marchandises seront en raison directe de la somme des offres et en raison inverse de la quantité des mesures. Mais les offres étant composées de plusieurs marchandises particulieres ; pour trouver le rapport des marchandises prises deux a deux, il faudroit former autant d'équations qu'il y a de marchandises ; le premier membre de ces équations contiendront la quantité de marchandises, le seconde la somme des offres»

<sup>191</sup> Do original: “quoique chaque producteur semble porte à donner le moins qu'il soit possible, pour recevoir le plus qu'il soit possible, les quantité de productions croissent, parce que les producteurs craignent que chaque concurrent n'obtienne une plus grande quantité de ce qu'ils desirent qu'eux en offrant davantage”

"As ofertas dos proprietários de uma mesma mercadoria variam umas relativamente em relação as outras pelo interesse que têm em aumentá-las para obter preferência, se quiserem adquirir mais, ou em diminuí-las se se contentarem com pouco. Essas ofertas ainda crescem ou diminuem umas em relação às outras conforme são desejadas ou desprezadas pelos demais proprietários." (Isnard, 1781, p. 20)<sup>192</sup>

Com relação ao sistema isnardiano propriamente dito, o exemplo que introduz o problema parte do seguinte: se a quantidade de uma primeira coisa é trocada pela metade da quantidade de uma segunda, e a segunda, por sua vez, é trocada por uma fração de três quintos de uma terceira, conseguimos, por comparação entre essas proporções dadas, estabelecer a comparação entre a primeira e a terceira (por um princípio de comutatividade; no caso, o resultado é que a quantidade da primeira coisa corresponde a três décimos da quantidade da terceira).

Essas frações são, portanto, seus preços relativos. Se a unidade da terceira, portanto, for estabelecida como moeda, o preço da primeira e o da segunda serão, respectivamente, os três décimos e os três quintos dessa terceira que serve, portanto, como "unidade de conta"<sup>193</sup>. Se a unidade da primeira, for estabelecida como moeda, a segunda terá o preço de meio e a segunda de dez terços. Sua expressão algébrica é, portanto, imediata, basta atribuir a cada mercadoria uma letra maiúscula na notação de Isnard e os preços por letras minúsculas. Teremos M, M' e M'', como sendo a primeira, a segunda e a terceira mercadoria, bem como a, b e c como suas proporções (as proporções como que são trocadas). Desse modo, a expressão entre suas relações se torna generalizável para tantas mercadorias quanto desejável. Basta escolher uma delas como referência (isto é, utilizá-la como moeda).

Sua expressão também se torna possível em uma "tabela" com tantas linhas e colunas quantas forem as diferentes mercadorias (nesse exemplo, três) as quais conterão a proporção cruzada entre todas elas (a diagonal sempre seria unitária, isto é, a mercadoria em relação a ela mesma; ao passo que o lado acima da diagonal seria um

---

<sup>192</sup> Do original: "*Les offres des propriétaires d'une même marchandise varient les unes relativement aux autres par l'intérêt qu'ils ont de les accroître pour obtenir la préférence, s'ils desirent acquérir davantage, ou de les diminuer s'ils sont satisfaits de peu. Ces offres croissent encore ou diminuent les unes relativement aux autres, suivant la manière dont elles sont désirées ou délaissées par les autres propriétaires*"

<sup>193</sup> Vale remarcar: o termo "unidade de conta" não aparece em Isnard.

espelho em relação ao debaixo). Basta, portanto, transformar uma delas em unidade e, por regra de três, modificar todas as outras.

Tem-se aí o preço de todas elas em função de apenas uma. Logo, o que era potencialmente uma enorme tabela, agora simplifica-se em apenas duas séries de informação (i.é., duas colunas), a primeira especificando as demais mercadorias, a segunda as proporções delas em relação à unidade da mercadoria escolhida como referência. Da enorme tabela da relação entre todas as mercadorias, aí está a simplificação da adoção de uma delas como referência. Aí se explica matematicamente a dificuldade do comércio sem preço relativo generalizado (sem moeda e sem expressão comum). Da passagem de infinitas séries quantas se queira (i.é., de tantas mercadorias quantas existirem para troca), tem-se, apenas, agora, duas séries de informação. Mais do que isso, as utilidades cruzadas e o valor também estarão todos aí expressos.

Esse sistema só pode servir como representação em uma unidade definida de tempo; Isnard não o menciona, mas sempre que trata de algum detalhe, o intervalo aparece em termos anuais.

A partir daí Isnard introduz uma noção próxima à de capital (fundos ou bens fundiários, em seus termos) e resolve o problema da diferença entre a natureza desse tipo de variável. Isto é, o problema da diferença entre as riquezas de consumo que são o que podemos chamar de “fluxo” anual e a riqueza fundiária que teria um valor intertemporal, (que podemos chamar de “estoque”). Isto é, tem um valor de venda que pode ser decomposto em um valor anual equivalente a uma espécie de juros da riqueza imobiliária, isto é, seu equivalente em termos análogos a um aluguel (ou, em seus termos, juros da riqueza). Em suas palavras, “a quantidade de riqueza necessária à renovação das riquezas fundiárias é igual ao valor das riquezas fundiárias divididas pelo tempo de sua duração”. (Isnard, 1781, p. 32)

O “*revenu* geral”, por sua vez é a riqueza total disponível para consumo, sendo a quantidade total de mercadorias análoga à demanda, pois a massa de riqueza sempre é consumida ou reaplicada na produção. Assim, seu aumento, tudo o mais constante, diminui seu preço.

A quantidade total de mercadoria é o que chamamos usualmente de oferta, mas nos termos de Isnard, *offres* são as quantidades compradas pelos consumidores. Podemos dizer, portanto, que *offres*, na realidade, define o que chamamos usualmente por demanda.

Quando uma indústria é capaz de reduzir os custos de produção, isso faz crescer a massa de riqueza total em termos análogos à ideia posterior de inovação. Mas, no modelo de Isnard, tudo é endógeno. A condição de equilíbrio sempre acontece pelos preços, ou seja, em relação às quantidades relativas entre o que é usado na produção e o que é produzido. Uma diminuição nos custos de uma mercadoria faz, assim, com que seu preço abaixe, o que, mantido o mesmo equilíbrio em função da demanda, é transbordado para um aumento no preço relativo das outras mercadorias.

Bem, até esse ponto, Isnard não apresenta mais do que a ideia de preço relativo e a possibilidade, ou melhor, a necessidade, de uma moeda. A partir disso, estabelecida tal possibilidade de uma unidade de comparação interna, nosso economista agora pode estabelecer uma equação para cada quantidade produzida de mercadoria, que será função das demais mercadorias utilizadas em sua produção, também em quantidades, mas que podem ser bem transformados em preços ao expressar todas essas quantidades em coeficientes da relação de comparação com a mercadoria estabelecida como moeda. Esse sistema de equações agora expressa a produção das mercadorias umas em relação às outras em função de seus preços totais (isto é, pelo preço unitário multiplicado pela quantidade).

E o mais importante, possui solução, quer dizer, contém todas as informações para que todas as proporções sejam transformadas, caso se queira, em uma unidade de referência que considere todas as relações de equilíbrio com as demais. Tem-se aí, finalmente, um primeiro esboço do sistema produtivo totalmente representado algebricamente. E vale a pena ressaltar: toda a produção de riqueza agora é plenamente adequável a qualquer relação interna entre quantidades.

O caminho para Walras está a apenas mais alguns passos. E daí também para a manipulação algébrico-vetorial de Leontief. Sua “inversa”, a matriz “inversa de Leontief”, nada mais será do que os coeficientes das equações de Isnard expressos e manipulados pela álgebra linear. Leontief, portanto, encontra a possibilidade de expressar os coeficientes intersetoriais de Isnard de forma inversa, isto é, como o conjunto da solução linear de todo sistema em função não das relações inter-setoriais, mas da demanda final (o que em Isnard seria a produção total de cada mercadoria). Ou seja, tais coeficientes, tomados em bloco, uma vez multiplicados por qualquer conjunto de quantidades de consumo final, permitirão calcular todas as suas irradiações pelos “vasos comunicantes da economia” – para utilizar uma expressão já arcaica para a época de Leontief, mas que

muito ecoou na época dos fisiocratas. Permitirá também, o mais importante, saber qual é seu efeito em relação ao produto total para uma dada divisão inter-setorial de consumo intermediário – nada mais fisiocrata!

Surge na história um modelo global de representação da economia, não apenas “totalizado”, mas que também aponta para a possibilidade de ser “perfeitamente” observável e “matematicamente” previsível (quem sabe evidente e geométrico, como queria Quesnay, apesar de mais algébrico e, portanto, menos visual), caminho que será seguido, portanto, por Walras para finalmente chegar ao século 20 com Leontief. Surge daí não só a possibilidade de isolamento de um objeto bem mais restritivo, algo que já estava plenamente em voga a partir da “revolução marginalista”, mas também de observá-lo plenamente e, sobretudo, tornar previsíveis os efeitos de qualquer intervenção ou choque.

Na prática, de tal modo, tal representação pressupõe a utilização das contabilidades nacionais, dos índices de preços, dos levantamentos demográficos e daí por diante. Na teoria, como simplificado já desde Isnard, pressupõe-se que valor é quantidade relativa (preço, portanto; e também expressão da utilidade relativa, isto é, na prática, oferta e demanda). Por consequência, relação é preço e pode ser coletado como informação positiva. Preços e quantidades – como variáveis e unidades empíricas de informação – serão mais do que suficientes para fundamentar uma “ciência” isolada em seus princípios e suficiente em suas consequências. Bastará, para isso, circunscrever rigorosamente seu objeto. Ele corresponderá ao que ela poderá conhecer e prescrever. Se isso acontecer, sua tarefa instrucional – isto é, o já antigo catecismo da economia política – estará feito. Caso não aconteça, deve ser feito com que aconteça. Mas isso já não será mais um problema específico dos economistas. Será tarefa de quem quiser se ocupar da política.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não sendo possível fazer aqui, claro, todas as mediações necessárias, a fisiocracia revela muitas nuances que podem ser consideradas reveladoras das vocações e dos dilemas que estariam implicados na história da ciência, do pensamento e do governo econômicos.

Monopolizadora que é da teoria social, sem o forte vinco “instrucional” de seu corpo de ideias, a teoria dos fisiocratas não teria tido chance de sucesso no empreendimento de estabelecer como norma um conjunto teórico que, até aquele momento, tinha ainda possibilidades incipientes, muito embora fossem também efervescentes. Estratégicas em alguma medida, portanto, foram as muitas escolhas que os primeiros economistas fizeram.

Houve quem tenha admitido como hipótese interpretativa que as circunstâncias é que teriam sido as grandes responsáveis pelo surgimento da economia tal como aconteceu na França. Por isso mesmo, devido às “circunstâncias” históricas, a fisiocracia não teria como fazer escolhas despropositadas também no sentido da consistência, profundidade e coesão interna de seu edifício teórico. A época das Luzes era capaz disso. Epistemólogos que eram os iluministas, por conseguinte, não deixavam de prestar contas no sentido na “explicação das explicações”.

Entrementes, a partir disso, não poderíamos considerar o forte elo entre economia e instrução como meramente casual ou circunstancial, isto é, nem somente circunstancial (tampouco somente estratégico), nem uma necessidade exclusivamente oriunda da necessidade de adoção de um conjunto teórico tomado *a priori*. Numa sociedade que começava a se esboçar como “de mercado”, uma coisa, na verdade, precisaria da outra, economia e instrução, assim, seriam colocadas como lados de uma mesma possibilidade. Os fisiocratas foram, nesse aspecto, bem-sucedidos em encontrar no lado mais profundo da teoria a forma de implementação de um verdadeiro governo econômico no lado prático. Tal forma não poderia ser outra senão aquela possibilitada em primeiro lugar pela persuasão social. E isso no nível mais abrangente possível, logo, pela base da educação propriamente dita, tanto a popular quanto a de elite. Claro, antes do catecismo da economia política viria a descoberta da própria economia política, mas logo em seguida viria sua necessidade primeira e a mais premente: encontrar as condições que lhe permitiriam transformar a realidade. Algo que não seria realizável sem que todo o corpo

social fosse convertido, portanto, significando adicionalmente a única possibilidade da passagem para um modo de governo a partir do qual deveria ser conformada a base da educação nacional. Deveriam ser economicizadas desde as paixões mais singelas do camponês até as mais ambiciosas ou frugais do rei.

Alguém bem-humorado poderia até mesmo dizer que os fisiocratas só não foram mais panfletários na França do que tipos como Bastiat. Ridicularização é sempre uma forma eficaz de detração. Caricaturas à parte, independentemente, vulgares mesmo os fisiocratas não eram. Se não precisaram (ou não conseguiram) lançar mão de uma teoria monetária um pouco mais elaborada, é porque seus objetivos eram muito mais ambiciosos. Por isso mesmo não saíam por aí pretendendo o envio do quadro econômico pelo correio ou a colocação nas paredes das salas de aula sem que tudo isso estivesse muito bem embutido em um conjunto teórico normativo total.

O século 20 fora heroico na capacidade de deixar que uma ciência tão performadora pudesse se estabelecer sem grandes necessidades de mediação epistemológica. Na época setessentista, entretanto, por óbvio, economia e política não poderiam ser apartadas com tanta facilidade, uma vez que não se apartavam nem, no mais dos exemplos, de uma teoria completa da percepção.

Mas pouco disso importou à forma da representação da economia consagrada no nosso próprio século, pelo menos não à economia como ciência e como governo político convencional de mercado. Claro, o não-convencional sempre pode ser a exceção. Mas o convencional, como regra, foi o que nos interessou desde o início deste trabalho e é nele que não encontramos mais os pressupostos que lhe seriam fundamentais.

Essa intrincada relação entre catecismo da economia política e governo político do econômico se tornara quase impossível de ser destrinchada sem a investigação histórica de seu sentido e também isso não fora despropositado no curso do tempo e do estabelecimento da forma social contemporânea. Evitemos aqui utilizar a palavra (neo)liberalismo, mas não neguemos que, sendo bem-sucedida em se apartar da “ciência” política e da “ciência” da história, a “ciência” econômica foi capaz de se estabelecer como um lema normativo contemporâneo autônomo e eficaz, porém apagado em relação à sua incapacidade epistemológica. Mas seu objeto sendo um tanto opaco, é, pois, suficientemente manuseável tanto na teoria quanto na experiência prática de governo, seja ela autônoma ou intencional, daí sua eficácia normativa.

Longe de ser a nossa intenção advogar por alguma reforma em qualquer desses campos do saber, a autonomização da ciência econômica foi um passo importante para relegar o problema dos fundamentos dos problemas teóricos da educação do ponto de vista estrito para fora de seu escopo prático-teórico. O problema econômico da educação não seria mais, assim, um problema de base epistêmica, seria apenas a aplicação da forma de resolver problemas econômicos ao “problema econômico da educação”.

A educação como um problema contemporâneo pouco tem a ver, assim, com o que ela representava para os primeiros economistas. Aliás, vale lembrar, que seu catecismo não era encerrado como o problema da instrução formal e tinha como subjacência, por exemplo, a cultura, *vis-a-vis* a importância que deram os fisiocratas às festas populares e aos monumentos públicos.

O que teria acontecido de lá para cá? Aconteceu de tudo, obviamente! O que procuramos demonstrar é que não seria o caso de tentar entender a sociedade de mercado e as ciências a ela subjacentes sem compreender, primeiro, o tipo de problema que está colocado. Trata-se do problema de uma longa história de afirmação social, sobre a qual pretendemos estabelecer nossa hipótese de compreensão. Procuramos, de tal modo, colocar a fisiocracia em perspectiva, aprofundando alguns tópicos que acreditávamos merecer atenção especial. No processo de pesquisa, como era de se esperar, a descoberta de como nossas hipóteses iniciais poderiam ser mais ou menos confirmadas foram sendo construídas.

Foi no abandono da centralidade do *Quadro econômico* que vimos, por exemplo, a prosa pedagógica de Mirabeau se tornar ainda mais redundante. É que na superação do quadro econômico a fisiocracia se tornou ainda mais repetitiva pela reafirmação contínua e insistente de uma única possibilidade, a possibilidade do governo mais vantajoso, o verdadeiro governo econômico como corolário e como lema do governo da abundância e do maior usufruto possível que o homem estaria destinado socialmente (e divinamente) a gozar, independentemente de seu modelo de representação.

Assim, para que o ser humano possa se tornar finalmente o “homem econômico” *lato e stricto sensu*, por assim dizer, primeiro ele precisou concordar em estabelecer uma forma de governo que fosse “racionalmente” aquela que permitisse a fruição da liberdade de apontar sempre para um suposto máximo social. Podemos daí depreender, por conseguinte, que foi a partir disso que essa premissa pôde ser então apagada. A partir do estabelecimento desse conjunto, a força das paixões estando bem disciplinadas, o destino

do homem seria não outro, mas a felicidade plena, isto é, as melhores e possíveis condições social e individual. É, para isso, portanto, que o homem deve aprender a escolher de maneira otimizada. E deve se convencer disso, ainda que a experiência seja capaz de atingir tal ponto por acidente, ela também deve normativamente acontecer da forma como acontece pela racionalidade e pela racionalização da materialidade do real. Daí o papel do filósofo, daí o papel do educador, daí o papel da instrução e da ciência moral, a serem todos encerrados dentro do que os fisiocratas chamaram de economia política.

A partir de tais constatações pretendemos propor uma forma de compreensão do processo histórico que poderia ser melhor acompanhado a partir da conformação teórica desse grupo de educadores-economistas que nos interessaram. O próprio *Tableau* é um processo, haja vista que é também construído e aplicado na experiência para posteriormente de certa forma ser abandonado. Notório também, por exemplo, é o que acontece na utopia de Le Mercier: a liberdade de imprensa é muito mais restrita em seu país utópico e o *Tableau* sequer aparece, é substituído por uma série de outros quadros propriamente pictóricos, não há ziguezague, mas sim imagens.

No horizonte máximo de Le Mercier, em relação à oposição possivelmente velada a Rousseau (ou, pelo menos, ao rousseaunianismo em sentido amplo), quando um historiador coloca em tela a documentação que aponta para a contraposição às ideias que teriam alcançado um de seus pontos culminantes com a obra do genebrino, a impressão que pode restar é a de que tal nuance seria mais um detalhe dentre tantos outros. Algo que não escaparia, entretanto, por exemplo, de um historiador da filosofia, o qual não poderia deixar de colocar logo de cara um sinal de atenção analítica. Se tal relação pode parecer um tanto episódica no tempo, o historiador das ideias, seja da filosofia ou não, com a devida atenção, não demorará a observar que tal “eventualidade” nada tem de desimportante. Rousseau é, de fundo, o horizonte crítico da fisiocracia, pois formulações encontradas em suas obras são a ameaça última à fisiocracia e também a primeira. E o mesmo é válido, conforme observamos, como a base educacional que antecede a apresentação do sistema de representação de Isnard. Ameaça última, portanto, pois permite vislumbrar, é claro, a possibilidade do regime democrático. A primeira porque é daí que surge uma ideia absolutamente contrária de sociabilidade e de progressividade do estado natural ao social, o que não permitiria, por assim dizer, que o homem social ideal fosse visto como o próprio decalque histórico do homem natural, excelente por

natureza, sociável por natureza, comercial por natureza e, quem sabe, implicando em uma certa dose de anacronismo, capitalista por natureza.

Talvez esteja aí a explicação de porque o historiador das ideias não deixou, em geral, mas também de certa forma, sabida ou não sabidamente, de encontrar nos primeiros economistas algo a partir do qual se indagar sobre quem seriam seus sucessores, tarefa que pode implicar tanto em ingenuidades quanto também em anacronismos e em determinadas generalizações, mas, além de tudo, implica de fundo na tarefa de se colocar a questão que surge da interrogação de “que ciência seria essa?” e “o que teria substituído a economicidade de Deus e o destino divino dos homens?”. Como prolongamento, o crítico perguntaria, então, “a quem tal processo serve?”; o epistemólogo “o que permite estruturar tal processo conceitualmente?”; o genealogista “de onde e para onde caminha?”; o ideólogo, na falta de uma melhor expressão, “como tal forma de representação explica positivamente o que realmente importa?”. Daí por diante, teríamos também o sociólogo questionando sobre a relação da propagação formalista de seu conjunto normativo nas frações sociais e o seu papel nas constituições das formas de poder e de governo. O interessado em filosofia do direito, por sua vez, poderia indagar sobre a analogia da questão última da existência do “fato jurídico” com a ideia de um suposto “fato econômico”. Teríamos também o historiador da matemática e o próprio economista. O jogo depreensivo fica claro, assim, juntamente com as disputas oriundas dessa que gostaríamos de concluir chamando, sem nenhuma pretensão de originalidade, de “história dos pressupostos”. Urgente, apesar de sua aparente falta de imediaticidade, a qual, diga-se, é muito conveniente aos meios de propagação vulgar do conhecimento científico e da “informação econômica” e suas supostas “verdades”, sejam elas pré ou pós estabelecidas.

Aqui vale então uma última nota a partir da qual pudemos estabelecer uma de nossas pretensas conclusões e que poderia prestar algum auxílio na análise dos problemas colocados por tais questões: os primeiros economistas precisaram lançar mão não apenas de uma “fisiologia” econômica da sociedade da época, mas de um tipo peculiar de economia política já nascente e bastante sugestiva de seu futuro, isto é, a economia do convencimento!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFANNASIEV, V. S. Tableau Économique de François Quesnay. In: VIGODSKY, S. L.; AFANASSIEV, F. S. & GROMEKA, V. I. **História das doutrinas econômicas**. Rio de Janeiro, 1967.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Historiografia: teoria e prática**. São Paulo: Alameda, 2014.
- BADEAU, Nicolas. Avertissement de L'Auteur. In: **Ephéméride du Citoyen, ou Bibliothèque Raisonnée des sciences morales et politiques**. Paris: Lacombe, 1767.
- BOISGUILLEBERT, Pierre le Pesant. Dissertation, sur la nature des richesses, de l'argent et des tributs, où l'on découvre la fausse idée qui règne dans le monde à l'égard de ces trois articles. In: DAIRE, Eugène. **Economistes-Financiers du XVIIIe siècle: précédés de notices historiques sur chaque auteur, et accompagnés de commentaires et de notes explicatives** par M. Eugène Daire. Paris: Guillaumin, 1843.
- BENVENISTE, Émile. Civilisation: contribution à l'histoire du mot. In: Benveniste, E. **Problèmes de linguistique générale**, Tome I, Tel. Paris: Gallimar, 1966.
- BÉRAUD, Alain; FACCARELLO, Gilbert. **Nouvelle histoire de la pensée économique**. La Découverte, 1992.
- CARTELIER, Jean. L'Économie Politique de François Quesnay ou l'utopie d'un royaume agricole. In: Quesnay, F. **Physiocratie**, Paris: Garnier-Flammarion, 1991.
- CARVALHO, Thérénce. **La physiocratie dans l'Europe des lumières: Circulation et réception d'un modèle de réforme de l'ordre juridique et social**. Paris: Mare Martin, 2021.
- CANTILLON, Richard. [1755]. **Ensaio sobre a natureza do comércio em geral**. Curitiba: Segesta, 2002.
- CHARLES, Loïc. The visual history of the Tableau Économique. **The European Journal of the History of Economic Thought**, v. 10, n. 4, p. 527-550, 2003.
- CHARLES, Loïc. The Tableau Économique as rational recreation. **History of Political Economy**, v. 36, n. 3, p. 445-474, 2004.
- COYER, Gabriel-François. abbé. **La noblesse commerçante**. Londres/Paris : Duchesne, 1756.
- CONDILLAC, Étienne Bonnot de. [1746] **Ensaio sobre a origem dos conhecimentos humanos: Arte de escrever**. São Paulo: Unesp, 2018.
- DIDEROT, Denis ; D'ALAMBERT, Jean le Rond [eds]. [2022a] **Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, etc., (1751-1770)** Encyclopédie Project (Autumn 2022 Edition), Robert Morrissey and Glenn Roe (eds). University of Chicago: ARTFL, 2022. Disponível em: <<http://encyclopedie.uchicago.edu/>>

DIDEROT, Denis ; D'ALAMBERT, Jean le Rond [eds]. [2022b] **Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, etc., (1751-1770)** L'ENCCRE, édition numérique collaborative et critique de L'Encyclopédie. Disponible em: <<http://enccre.academie-sciences.fr/encyclopedie/>>

DAIRE, Eugène (Ed.). **Physiocrates: Quesnay, Dupont de Nemours, Mercier de la Rivière, l'abbé Baudeau, Le Trosne.** Guillaumin, 1846.

DELEULE, Didier. [1980]. Hume, os fisiocratas e o nascimento do liberalismo econômico. **Discurso**, 47(2), 41-58, 2017.

DELMAS, Bernard ; DEMALS, Thierry; STEINER, Philippe (Ed.). **La diffusion internationale de la physiocratie (XVIIIe-XIXe):** actes du Colloque international de Saint-Cloud. Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 1995.

DEYON, Pierre. **O mercantilismo.** Perspectiva, 2015.

DOCKES, Pierre. **L'espace dans la pensée économique,** Paris: Flammarion, 1969

EPHEMÉRIDES du citoyen, ou Bibliothèque raisonnée des Sciences morales et politiques, T3. Paris : NA Delalain, 1775

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte.** Zahar, 2001.

ESTIENNE, Charles. **L'Agriculture et maison rustique.** [S.l]: Benoist Bachelu, 1572.

FACCARELLO, Gilbert; KURZ, Heinz D. (Ed.). **Handbook on the History of Economic Analysis Volume II: Schools of Thought in Economics.** Edward Elgar Publishing, 2016.

FESSARD, Pascal. L'Ami des hommes ou la conversion du Marquis de Mirabeau. Communication. **XI e Université d'été en histoire, philosophie et pensée économiques,** Paris, v. 4, 2008.

FEBVRE, Lucien. Civilização : evolution d'un mot et d'un groupe d'idées. In: Febvre, L. **Pour une Histoire à part entire.** Paris: EHESS, 1962.

FORBONNAIS, François Véron. Comércio. In: Diderot, D.; Dalambert, J. **Enciclopédia, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios.** Volume 4: Política. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

DE FORBONNAIS, François Véron. **Principes et observations oeconomiques: est mobus in rebus, [etc...].** Amsterdam: Rey, 1767.

FOUCAULT, Michel. **Sécurité, Territoire. Population.** Paris: Gallimard Seuil, 2004.

GALIANI, Ferdinando. **Da moeda.** São Paulo: Musa Editora; Curitiba: Segesta, 2000.

GALIANI, Ferdinando. [1770]. **Diálogos sobre o comércio de cereais**. Curitiba: Segesta, 2003.

GALIANI, Ferdinando. **Lettres de l'Abbé Galiani à Madame d'Épinay**: Voltaire, Diderot, Grimm, le baron d'Holbach, Morellet, Suard, d'Alembert, Marmontel, la vicomtesse de Belsunce, etc.: publiées d'après les Éditions originales, augmentées des variantes, de nombreuses notes et d'un index, avec notice biographique. Paris: Charpentier, 1881.

GRANDAMY, René. La physiocratie, théorie générale du développement économique. Paris: Mouton, 1973.

GROLLIER, Gaspard de Servière. **Recueil d'ouvrages curieux de mathématique et de mécanique, ou description du cabinet de monsieur de Grollier de Serviere avec des figures en taille-douce**. Lyon: David Forey, 1733

GUSTAVE, Schelle. **Dupont de Nemours et la physiocratie**. [S.l.]: [S.e.], 1888.

HALLER, Albrecht von. [1748] Analyse Critique tirée des «GÖTTINGER GELEHRTE ANZEIGEN» In: ONCKEN, Auguste. **Oeuvres économiques et philosophiques de F. Quesnay**: fondateur du système physiocratique. . [S.l.]: Jules Peelman, 1888.

HIGGS, Henry. **The Physiocrats: Six Lectures on the French Économistes of the 18th Century**. [S.l.]: Macmillan and Company, 1897.

HUME, David. **Ensaio políticos**. São Paulo: Martins Fontes. 2003

ISNARD, Achille Nicolas. **Traité des richesses**. François Grasset & Comp., 1781.

KUNTZ, Rolf N. **Capitalismo e natureza**: ensaio sobre os fundadores da economia política. Brasília: Brasiliense, 1982.

KLOTZ, Gérard; MINARD, Philippe ; ORAIN, Arnault (Eds.). **Les voies de la richesse? la physiocratie en question (1760-1850)**. Presses universitaires de Rennes, 2022.

ONCKEN, August. **Oeuvres économiques et philosophiques de F. Quesnay**. [S.l.]: Jules Pelman, 1888.

LA ROCHEFOUCAULD, François de. **Collected maxims and other reflections**. BLACKMORE, E. H.; BLACKMORE, A. M; GIGUÈRE, F. (organização e tradução). Oxford: Oxford UP, 2007.

LA RIVIÈRE, Pierre le Mercier de [2014] **Pennsylvaniens et Feliciens**: œuvres utopiques (1771 et 1792). Slatkine Érudition, 2014

\_\_\_\_\_. **L'ordre naturel et essentiel des sociétés politiques**. Jean Nourse, 1767.

\_\_\_\_\_. **L'heureuse nation: ou, Gouvernement des Féliciens**. Buisson et Bruysset, 1792.

LARRÈRE, Catherine. **L'invention de l'économie au XVIIIe siècle: du droit naturel à la physiocratie**. FeniXX, 1992.

LATOUCHE, Serge. **L'invention de l'économie**. Paris: Albin Michel Economie, 2005.

LEGRAND, Muriel Dal-Pont; FACCARELLO, Gilberto; ORAIN, Arnault. **Antiphysiocentric Perspectives in eighteenth-century**. France. 2015.

LONGHITANO, Gino. La Monarchie française entre société d'ordres et marché: Mirabeau, Quesnay et le Traité de la monarchie (1757-1759). In: Mirabeau, Victor Riqueti; Quesnay, François. [1757-1759]. **Traité de la monarchie**. Ed.: Gino Longhitano. Paris: Harmattan, 1999.

CHARLES, Loïc. L'économie politique française et le politique dans la seconde moitié du XVIIIe siècle. In: Nemo, P; Petitot, J. **Histoire du Liberalisme en Europe**, Paris: PUF, 2002.

MAGNUSSON, Lars. Physiocracy in Sweden in: Bertrand Delmas, Thierry Demals, Philippe Steiner édés, In : **La diffusion internationale de la physiocratie (XVIIIe-XIXe siècle)**, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1995, 482

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **Theorien Über Den Mehrwert (Vierter Band Des "Kapitals") Erster Teil**. MEW, 26.1 [S.l.]: Dietz Verlag Berlin, 1974

MARKOVITS, Francine. **L'ordre des échanges: philosophie de l'économie et économie du discours au XVIIIe siècle en France**. FeniXX, 1986.

MEEK, Ronald L. **Economics of physiocracy**. Routledge, 1964.

MINERBI, Marco; SCHOYSMAN, Anne. L'économie politique des Anciens et celle des Modernes dans l'Encyclopédie. **Recherches sur Diderot et sur l'Encyclopédie**, n°12, pp. 25-39, 1992.

MIRABEAU, Victor Riqueti; QUESNAY, François. [1757-1759]. **Traité de la monarchie**. Ed.: Gino Longhitano. Paris: Harmattan, 1999.

\_\_\_\_\_. **L'ami des hommes, ou Traité de la population**. Volume 1. Parties 1-3. Paris: Avion, 1756.

\_\_\_\_\_. **Philosophie rurale, ou économie générale et politique de l'agriculture réduite à l'ordre immuable des loix physiques et rurales, qui assurent la prospérité des empires**. Amsterdam: Libraires associés, 1763.

\_\_\_\_\_. **Éléments de la philosophie rurale**. La Haye: Libraires associés, 1767.

\_\_\_\_\_. **Lettres sur la législation ou l'ordre légal, dépravé, rétabli et perpétué**. Berne: Société typographique, 1775.

\_\_\_\_\_. Éloge funèbre de M. François Quesnay [1774] In: ONCKEN, Auguste. **Oeuvres économiques et philosophiques de F. Quesnay**: fondateur du système physiocratique. Jules Peelman, 1888.

\_\_\_\_\_. [1760] O quadro econômico e suas explicações. In: QUESNAY, François; Mirabeau, Victor Riqueti; et. al. **Fisiocracia: textos selecionados**, Organização: Leonardo P. Muller. Tradução: Leonardo P. Muller e Thiago Vargas. São Paulo: Ed. Unesp, 2020.

\_\_\_\_\_. [1763] Teoria do imposto. In: QUESNAY, François; Mirabeau, Victor Riqueti; et. al. **Fisiocracia: textos selecionados**, Organização: Leonardo P. Muller. Tradução: Leonardo P. Muller e Thiago Vargas. São Paulo: Ed. Unesp, 2020.

\_\_\_\_\_. [1767-1774]. **Trois lettres inédites de l'ami des hommes**. Ed.: Jean Audouard. Paris: Picard, 1912

MONTCHRESTIEN, Antoine de. [1615]. **Traicté de l'oeconomie politique**. Paris: Plon, 1889.

MORELLET, André. **Réfutation de l'ouvrage qui a pour titre Dialogues sur le commerce des bleds**. Londres: [S.e.], 1770.

MÜLLER, Leonardo Paes. Comércio e sociabilidade: a economia política nas décadas de 1750 e 1760. **Analytica**, vol 22 n<sup>o</sup> 2, p. 50-83, 2018

NEMOURS, Pierre Samuel Dupont de. **Sur l'éducation nationale dans les États-Unis d'Amérique**. Le Normant, imprimeur-libraire, 1812.

NEMO, Philippe; PETITOT, Jean. **Histoire du Liberalisme en Europe**. Paris: PUF, 2002.

OLIVEIRA, Isabel de A. R. de. Sociabilidade e direito no liberalismo nascente. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, (50), 159-183, 2000.

ONCKEN, Auguste. **Oeuvres économiques et philosophiques de F. Quesnay**: fondateur du système physiocratique. Jules Peelman, 1888.

PESSÉLIER, Charles-Étienne. **Lettres sur l'éducation**. Paris: Bauché, 1762.

PIGUET, Marie-France. Œconomie/Économie (politique) dans le texte informatisé de l'Encyclopédie. **Recherches sur Diderot et sur l'Encyclopédie**, p. 31-32, Avril, 2002.

QUESNAY, François. **Essai physique sur l'oeconomie animale**. Paris: Cavelier, 1747.

\_\_\_\_\_. Análise do Quadro Econômico, (1760). In: Coleção os Economista. **Petty/Hume/Quesnay**. São Paulo: Nova Cultura, 1983.

\_\_\_\_\_. **Effets du luxe considere's dans l'ordre de de'penses represente' ici dans la tableau ou l'on suppose une recolte de 5 milliards qui se depense dans l'anne'e courante**. A. N., M 784, n8 71 – 7, 1765 (data provável).

\_\_\_\_\_. Analyse de la formule arithmétique du Tableau économique de la distribution annuelle d'une nation agricole. **Journal de l'Agriculture, du Commerce et des Finances**, 5(3): 11 – 41, 1766.

\_\_\_\_\_. [1767] **Despotisme de la Chine**. Pierre Palpant, 2011.

\_\_\_\_\_. **Physiocratie, ou constitution naturelle du gouvernement: le plus avantageux au genre humain**. Recueil publié par Dupont, des Sociétés royales d'agriculture de Soissons & d'Orléans, & correspondant de la Société d'émulation de Londres, 1768.

\_\_\_\_\_. [1967]. Lettre de M. Alpha, maître ès arts, à l'auteur des Éphémérides sur le langage de la science économique. In: **Oeuvres Économiques Complètes**. Paris: INED, 2005.

\_\_\_\_\_. **Recherches philosophiques sur l'évidence des vérités géométriques**: avec un projet de nouveaux éléments de géométrie. Amsterdam/Paris: [S.e.], 1773.

\_\_\_\_\_. **Oeuvres économiques complètes et autres textes**. 2 vols. Ed. C. Théré, L. Charles e J.-C. Perrot. Paris: INED, 1950.

\_\_\_\_\_. **Oeuvres économiques complètes et autres textes**. 2 vols. Ed. C. Théré, L. Charles e J.-C. Perrot. Paris: INED, 2005.

\_\_\_\_\_. **Economia**. Org.: Rolf Kuntz, Coletânea, Col. Grandes Cientistas Sociais, vol. 44. São Paulo: Ática, 1984

\_\_\_\_\_; MIRABEAU, Victor Riqueti; et. al. **Fisiocracia: textos selecionados**, Organização: Leonardo P. Muller. Tradução: Leonardo P. Muller e Thiago Vargas. São Paulo: Ed. Unesp, 2020.

Universidade de São Paulo. **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP**: parte I (ABNT). 4. ed. São Paulo: AGUIA, 2020

REINERT, Sophus; KAPLAN, Steven (Ed.). **The Economic Turn: Recasting Political Economy in Enlightenment Europe**. Anthem Press, 2019.

RONCAGLIA, Alessandro. **The wealth of ideas: a history of economic thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. [1754] **Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2017.

SALVAT, Christophe. Les articles 'Économie' et leurs désignants. **Recherches sur Diderot et sur l'Encyclopédie**, 40-41, 2006.

SAMUELS, Warren J.; BIDDLE, Jeff and DAVIS, John Bryan. **A companion to the history of economic thought**. Malden: Blackwell, 2003.

SAY, Jean-Baptiste. **Olbie, ou Essai sur les moyens de réformer les moeurs d'une nation**. Paris: Deterville, 1799.

\_\_\_\_\_. **Traité d'économie politique**. 6. ed. Osnabrück: Zeller, 1841.

\_\_\_\_\_. **De l'Angleterre et des Anglais**. Paris: Bertrand, 1815.

\_\_\_\_\_. **Catéchisme d'économie politique**. 6. ed., Paris: Guillaumin, 1881.

SCREPANTI, Ernesto; ZAMAGNI, Stefano. **An outline of the history of economic thought**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

SCHELLE, Gustave. **Le docteur Quesnay: chirurgien, médecin de Madame de Pompadour et de Louis XV**. Paris: Alcan, 1907.

SCKORNICKI, Arnault. **L'Économiste, la cour et la patrie: L'économie politique dans la France des Lumières**. Paris: CNRS, 2011.

STAROBINSKI, Jean. **Le remède dans le mal: critique et légitimation de l'artifice à l'âge des Lumières**. Paris: Gallimard, 1989.

STEINER, Philippe. **La science nouvelle de l'économie politique**. Paris: PUF, 1998.

STEINER, Philippe. Préface. In: Herencia, Bernard. **Les Éphémérides du citoyen et les Nouvelles Éphémérides économiques 1765-1788. Documents et tables completes**. Paris: Ferney-Voltaire, 2014.

THORNTON, Mark. Cantillon, Hume, and the rise of antimerchantism. **History of Political Economy**, v. 39, n. 3, p. 453-480, 2007.

THÉRÉ, Christine. Economic Publishing Authors, 1566-1789. In: THÉRÉ, Christine; FACCARELLE, Gilberto. (orgs.) **Studies in the History of French Political Economy: From Bodin to Walras**. Londres: Routledge, 1998.

TURGOT, Anne Robert Jacques. Elogio a Vincent de Gournay. In: Machado, P. A. (org. e trad.) **Economistas Políticos**. Curitiba: Segesta, 2001

\_\_\_\_\_. Foire. **Œuvres de Turgot et documents le concernant, avec biographie et notes**, Paris, 1913.

\_\_\_\_\_. **Oeuvres de Turgot e documents le concernant**. Tome I. Paris: Alcan, 1913.

VAGGI, Gianni. **The Economics of François Quesnay**. Durham: Duke University Press, 1987.

WEULERSSE, Georges. **Le mouvement physiocratique en France de 1756 à 1770**. Paris: Alcan, 1910a.

\_\_\_\_\_. **Les manuscrits économiques de François Quesnay et du marquis de Mirabeau aux Archives nationales** (M. 778 à M. 785): Inventaire, extraits et notes. Paris: Paul Geuthner, 1910b.

\_\_\_\_\_. **Les Physiocrates**. Paris: Doin, 1931.

\_\_\_\_\_. **La physiocratie sous les ministères de Turgot et de Necker (1774-1781)**. Paris: PUF, 1950.

\_\_\_\_\_. **La Physiocratie à la fin du règne de Louis XV, 1770-1774**. Paris: PUF, 1959.

\_\_\_\_\_. **La physiocratie à l'aube de la Révolution, 1781-1792**. Paris: Editions EHESS, 1985.

VARGAS, Thiago. **A filosofia da fisiocracia: Metafísica, política, economia**. Brasil: Discurso Editorial, 2021.

VERGONJEANNE, Hélène. **Un laboureur à Versailles: François Quesnay, médecin de Madame de Pompadour, Encyclopédiste et économiste à la cour de Louis XV**. Paris: Editions L'Harmattan, 2008.

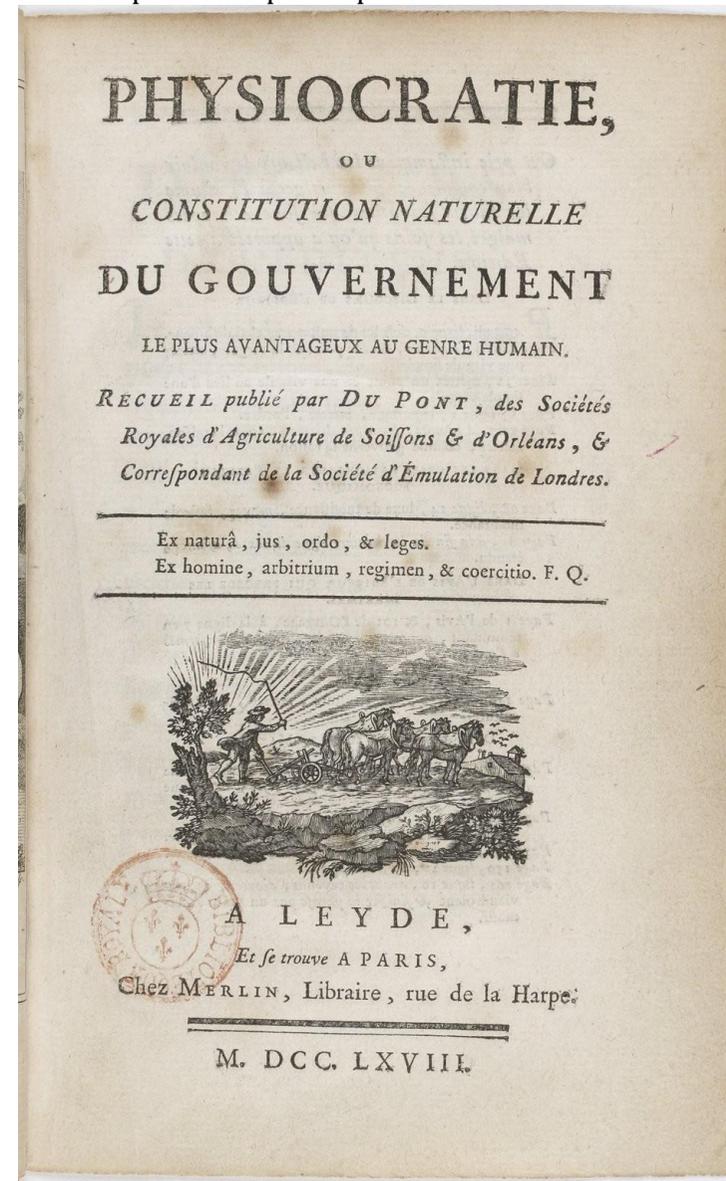
## **ANEXOS**

TABLE PARTICULIERE  
du Troisième Volume.

Les hu- meurs. 1. 90	Chyleu- ses. 3	Le Chy- lc. 3	Sa partie buty- reuse. 24	
		Le Lait. 22	Sa partie caseu- se. 25	
			Le Serum. 25	
	Hu- meurs nourri- ciers. 26	Le Sang	Rouge. 39	
			Lymphide ou la Lymphé. 75	
			La bile. 45	
			La mélancolie. 55	
	Recre- menteu- ses. 84	Le Sang	La pituite. 72	
			Suc nourricier. 80	
			Laitieuses. 84	
Prolifiques. 84				
Excre- menteu- ses. 87	Le Sang	Diffolvantes. 84		
		Lubrifiantes. 85		
Les par- ties. 90. 93	Les cf- prits. 104	Similaires. 100		
		Diffimilaires. 101		
		Organiques. 102		
		Non-organiques. 102		
Facul- tés Vé- gétati- ves. 120	Facul- tés Ani- males. 160	Generatrices. 140		
		Concoctrices. 429		
		Nutritives. 97		
		Expultrices. 437		
Les fa- cultés. 116	Facul- tés Ani- males. 160	Du corps sur l'ame. 167		
		De l'ame sur le corps. 177		
Oeco- nomie Anima- le.	Les fa- cultés. 116	Les sensations. 199		
		Les perceptions. 202		
		Le discernement. 222		
		La connoissance. 227		
		La mémoire. 231		
		L'imagination. 223		
		La pénétration. 236		
La science. 237				

Les ac- tions. 400	Les in- clina- tions. 239	Les passions. 240	
		L'instinct. 244	
		Le Sensorium Commune. 248	
		La conception. 259	
		Le bon sens. 266	
		La prévention. 268	
		Le sommeil. 270	
Facul- cultés intelle- ctuelle. 278	Les percep- tions intelle- ctuelles. 209	Les idées. 280	
		La pensée. 285	
		la volonté active. 301	
		la faculté imaginative. 230	
		la certitude de nos connois- sances. 191	
		la source de nos erreurs. 382	
		la raison. 312	
		L'attention. 315	
		La mémoire intellectuelle. 322	
		La réflexion. 326	
		La conception intellectuelle. 336	
		La contemplation. 337	
		Le jugement. 342	
		L'argumentation. 346	
La liberté. 349			
L'immortalité de l'ame. 373			
Facul- tés Mix- tes. 388	Le goût. 388	Le génie. 392	
		L'industrie. 96	
Les tem- péra- mens. 440	Les mouve- mens organi- ques. 402	Action du corps sur l'ame & de l'ame sur le corps. 410	
		La circulation du Sang. 418	
		Les Coctions des humeurs. 429	
		Les secretions. 436	
		La nutrition. 97	
Les tem- péra- mens. 440	Le Sanguin. 451	Le Biliéux. 455	
		Le Mélancolique. 460	
		Le Pituiteux. 468	

Título: Capa e contracapa da coletânea publicada por Dupont.



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Fonte: Reproduzido a partir de Quesnay, 1768

Figura 1 - Ilustração contida na abertura do primeiro capítulo da edição de 1763 da Filosofia Rural, de Mirabeau.



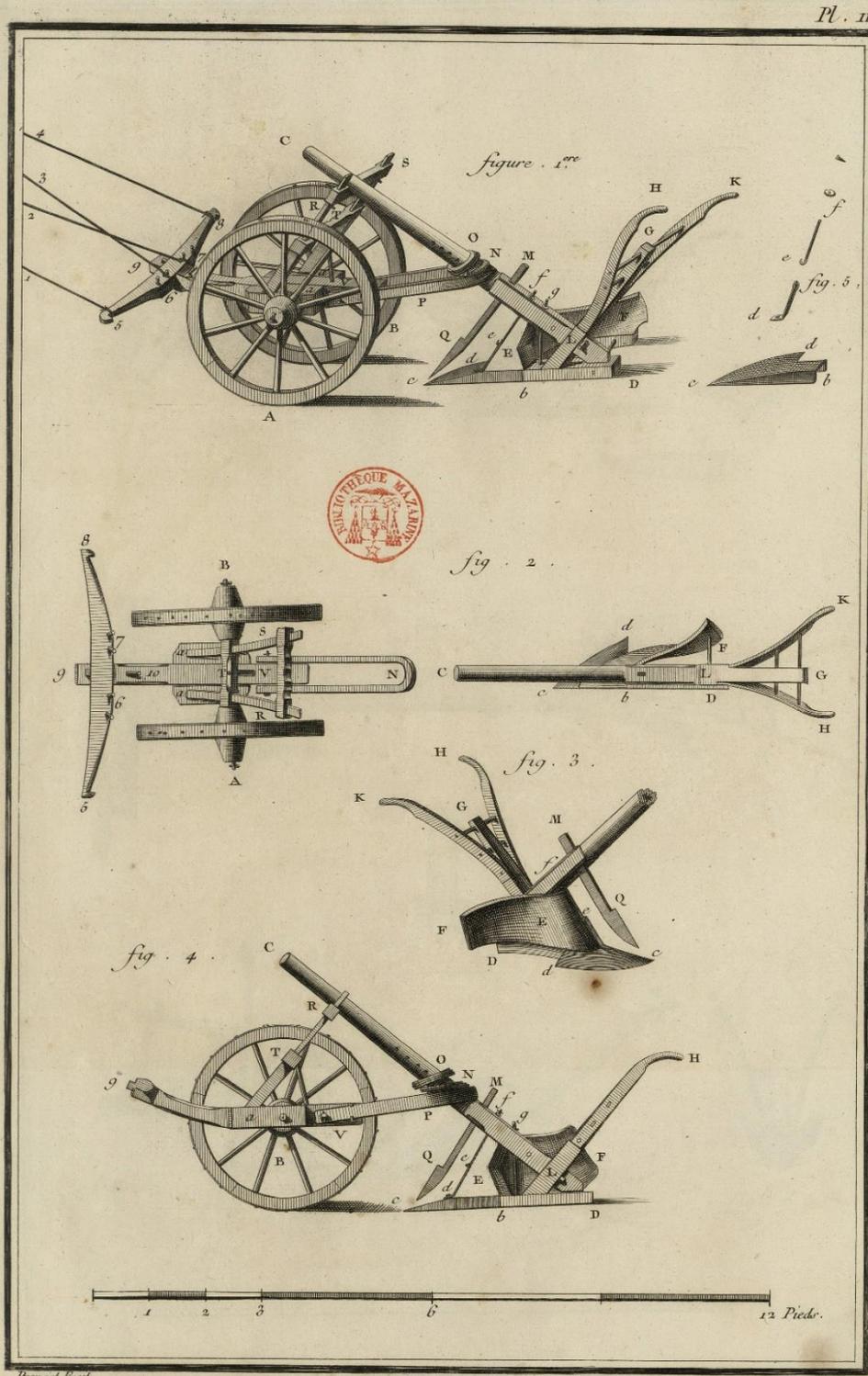
Fonte: Reproduzido a partir de Mirabeau, 1763.

Figura 2 – Ilustração do verbete X da Enciclopédia.

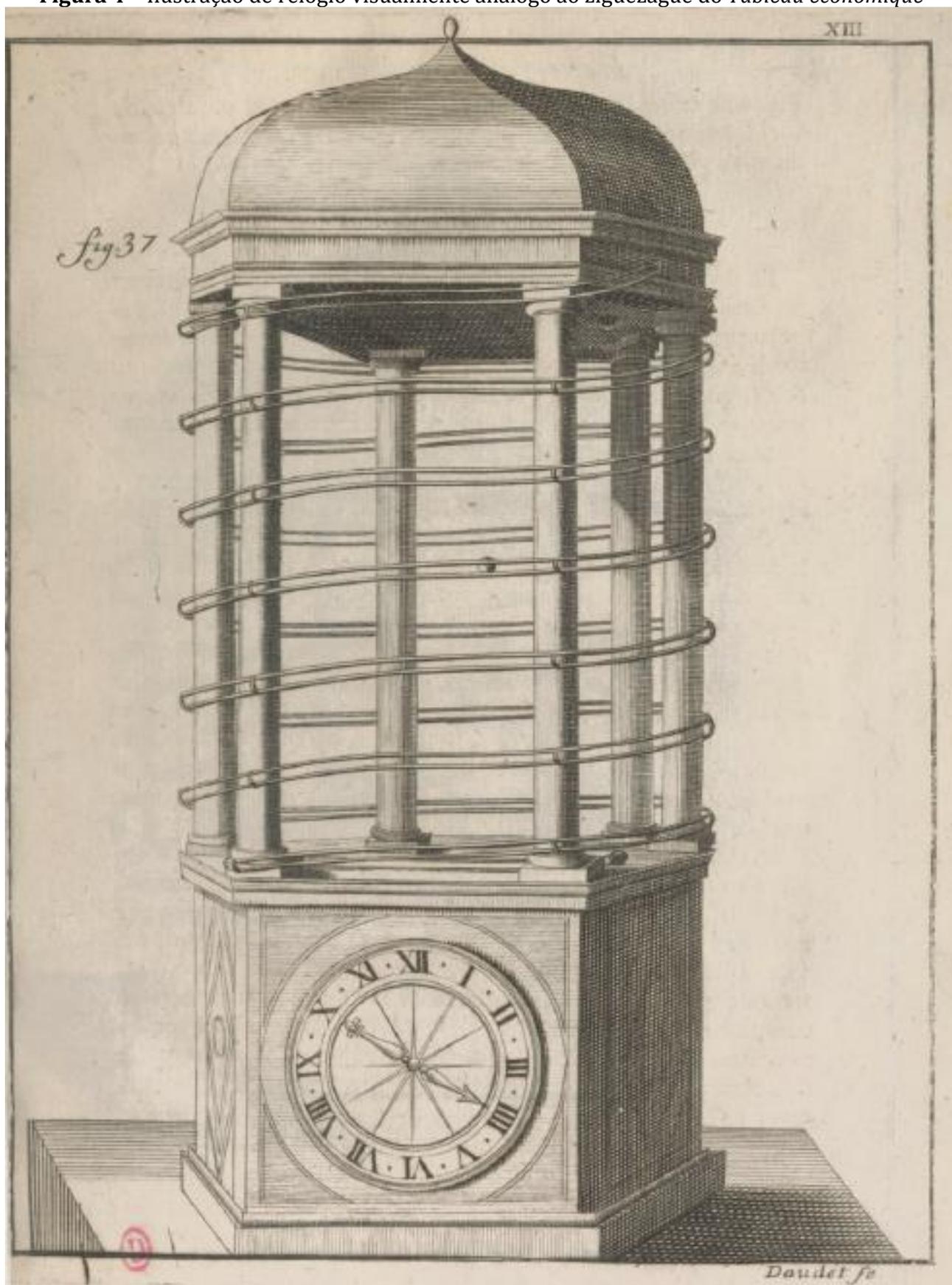


Fonte: Reproduzido a partir da *Encyclopédie* (cf. Diderot e D'Alambert [2022b]1751-1770)

Figura 3 – Ilustração do verbete X da *Encyclopédie*.

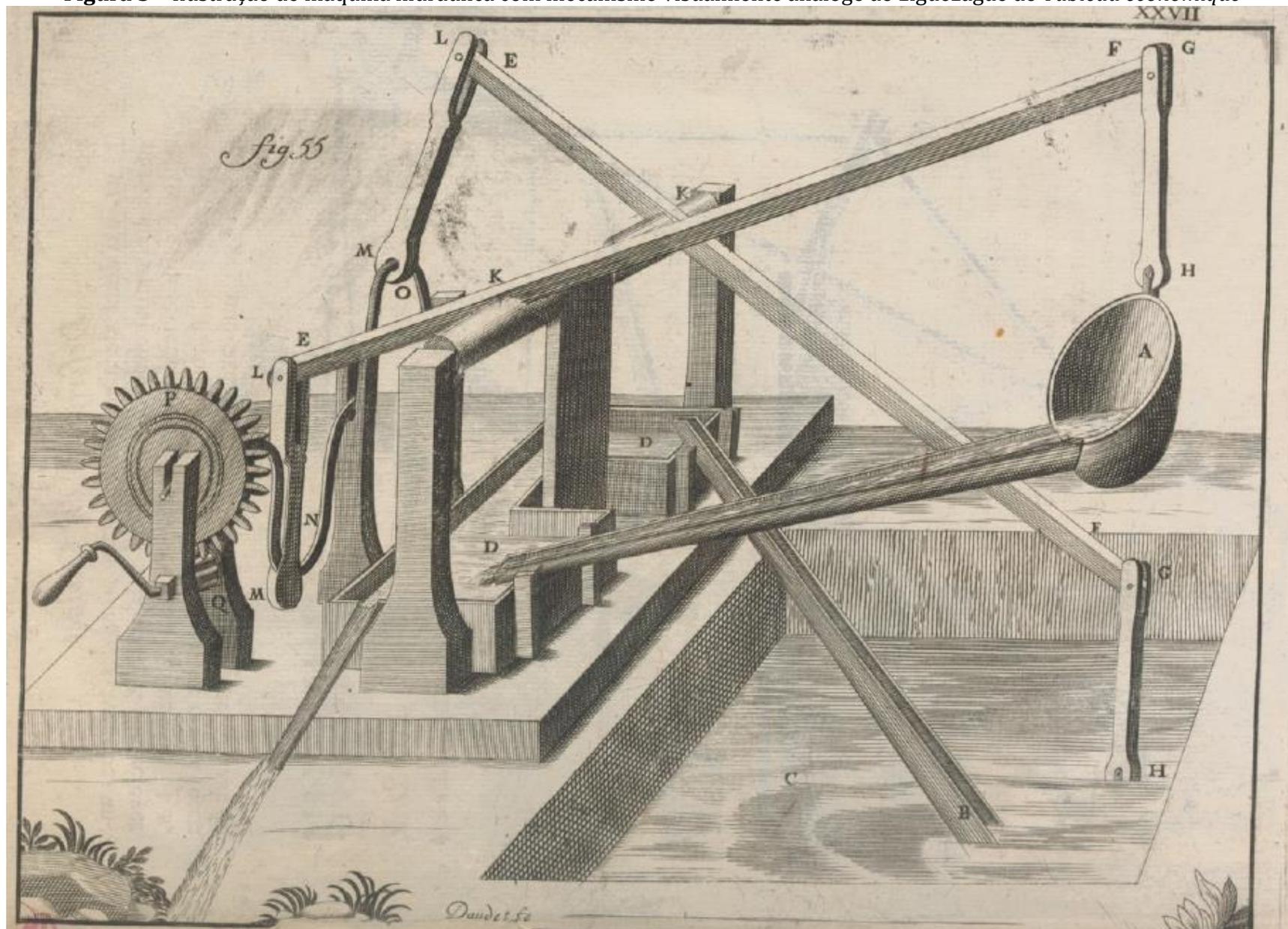


**Figura 4** – Ilustração de relógio visualmente análogo ao ziguezague do *Tableau économique*



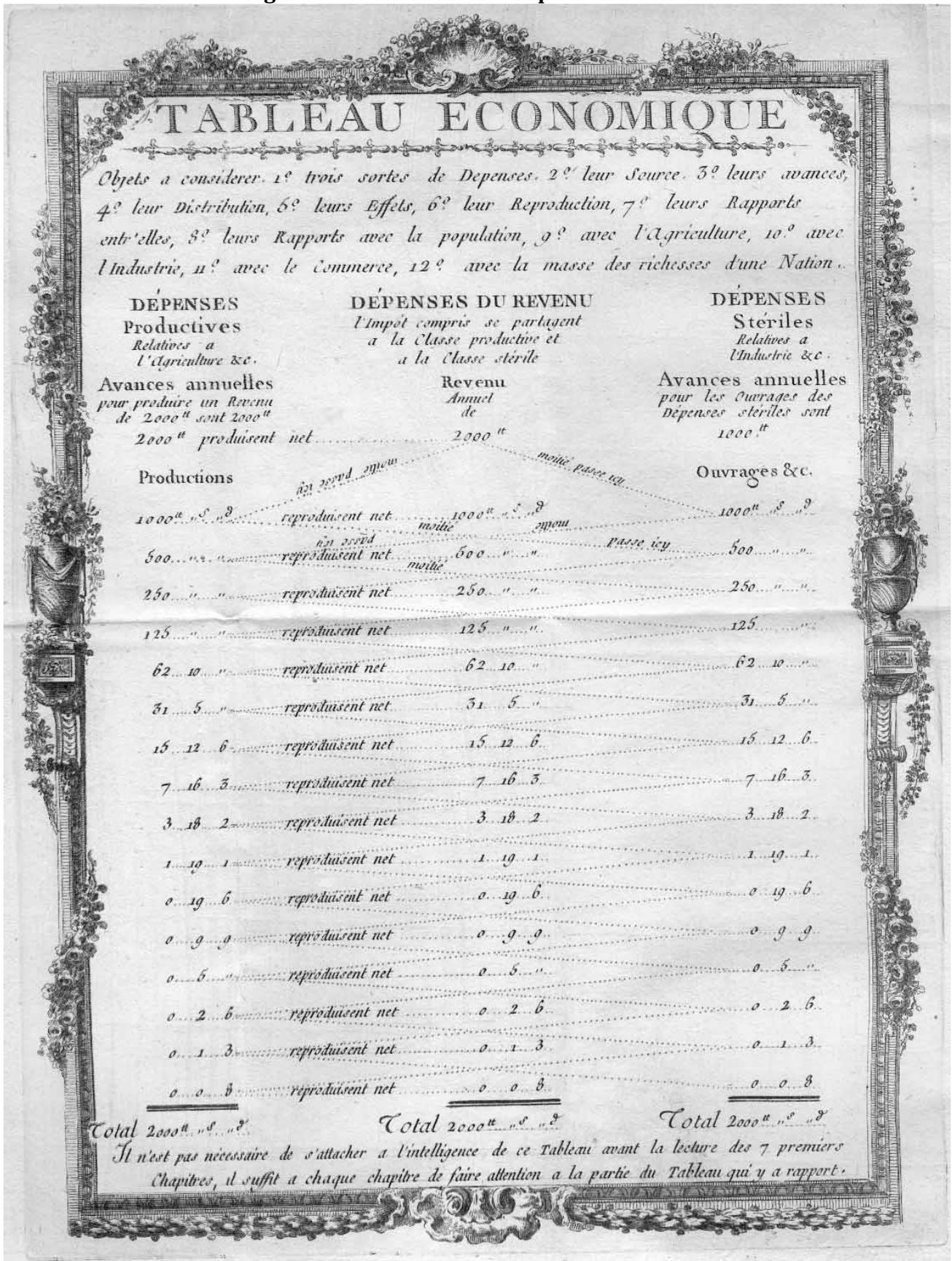
**Fonte:** Reproduzido a partir de Grollier (1733)

Figura 5 - Ilustração de máquina hidráulica com mecanismo visualmente análogo ao ziguezague do *Tableau économique*



Fonte: Reproduzido de Grollier (1733)

Figura 6 – O Tableau em sua primeira versão.



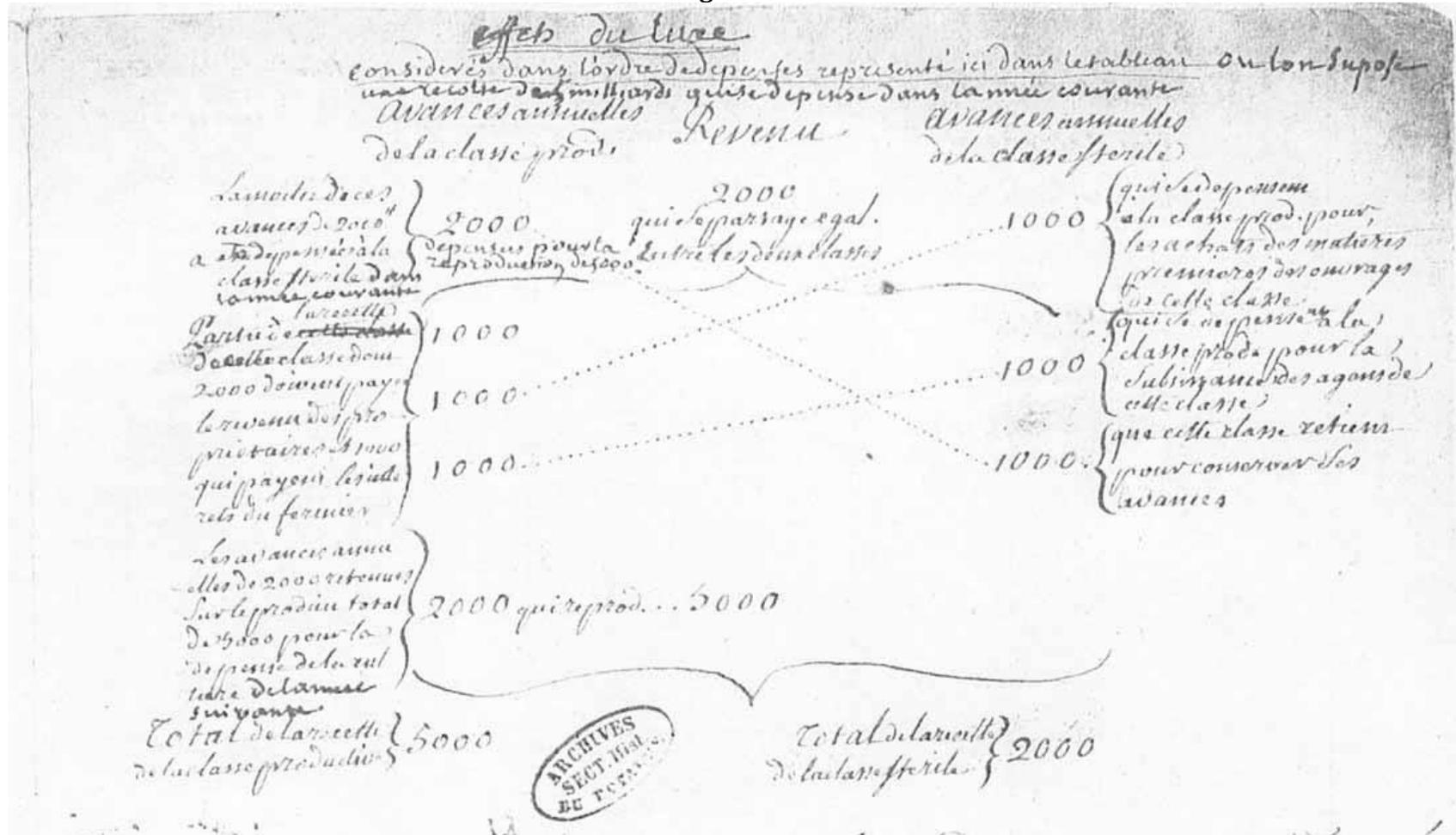
Fonte: Reproduzido a partir de Mirabeau, 1767.

Figura 7 - Exemplo da forma das versões do Tableau contidas na Filosofia Rural

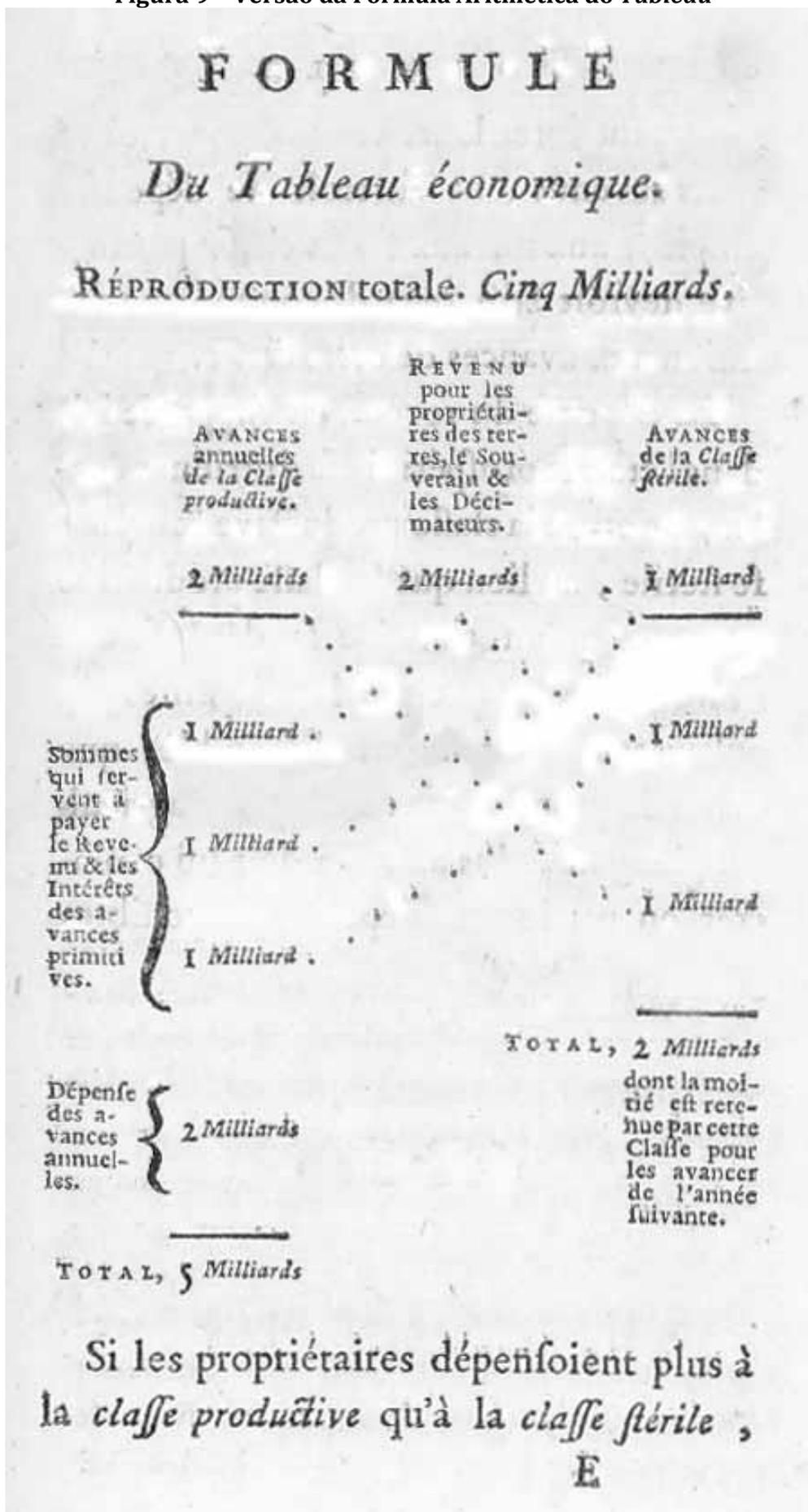


Fonte: Reproduzido a partir de Mirabeau (1763).

Figura 8 -

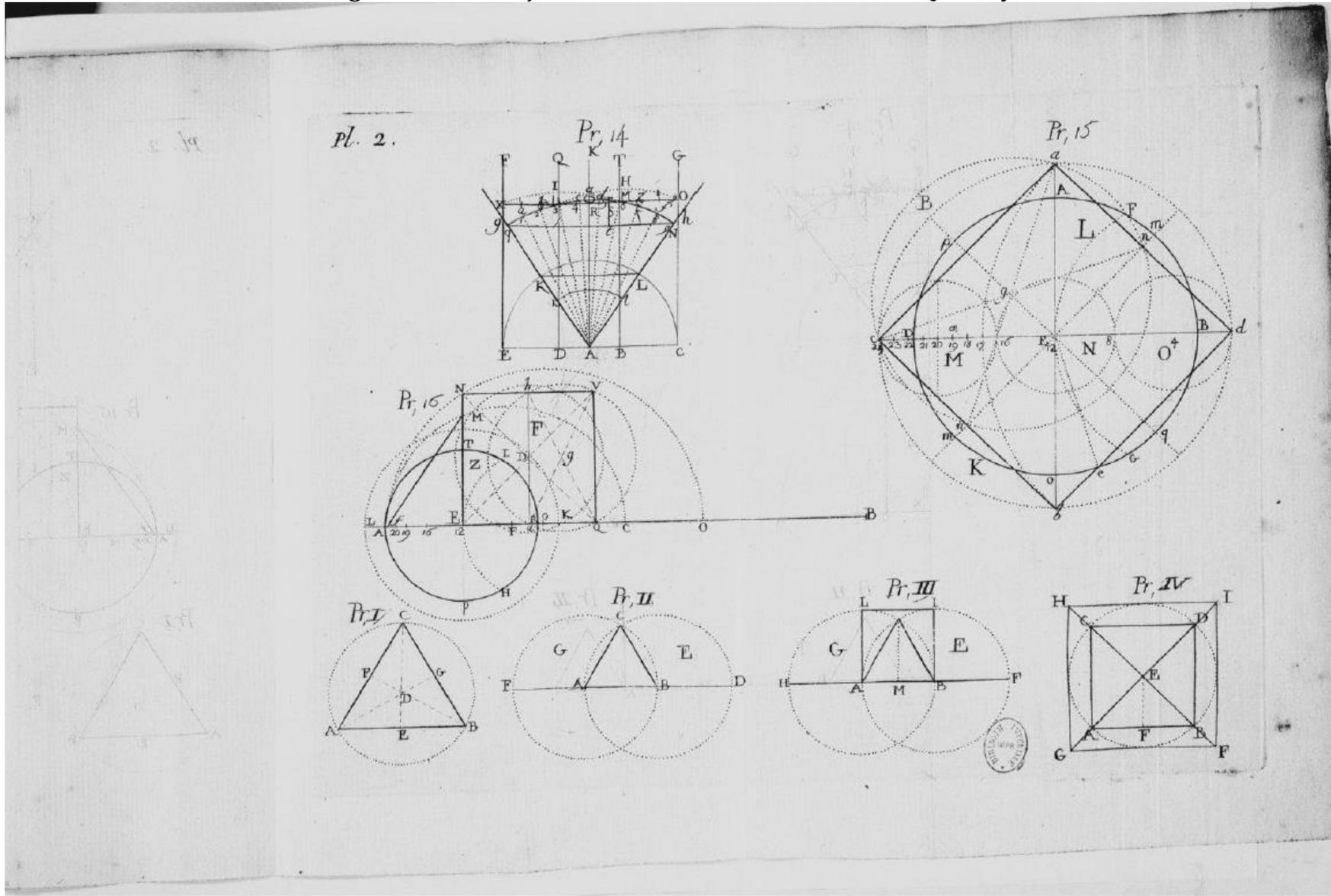


Fonte: Reproduzido a partir de Quesnay (1765).

Figura 9 – Versão da Fórmula Aritmética do *Tableau*

Fonte: Reproduzido a partir de Quesnay, 1766.

Figura 10 - Ilustração contida no livro de Geometria de Quesnay



Fonte: Reproduzido a partir de Quesnay, 1773.

Título: Ilustração contida na obra utópica de Le Mercier



Fonte: Reproduzido a partir de La Rivière, 1792.

## **APÊNDICES**

**Tradução do Artigo “Feira” de Turgot publicado na *Éncyclopedie*<sup>194</sup>**

FOIRE, s. f. (Comm. & Politiq.) ce mot qui vient de forum, place publique, a été dans son origine synonyme de celui de marché, & l’est encore à certains égards : l’un & l’autre signifient un concours de marchands & d’acheteurs ; dans des lieux & des temps marqués ; mais le mot de foire paroît présenter l’idée d’un concours plus nombreux, plus solennel, & par conséquent plus rare. Cette différence qui frappe au premier coup-d’œil, paroît être celle qui détermine ordinairement dans l’usage l’application de ces deux mots ; mais elle provient elle-même d’une autre différence plus cachée, & pour ainsi dire plus radicale entre ces deux choses. Nous allons la développer.

Il est évident que les marchands & les acheteurs ne peuvent se rassembler dans certains temps & dans certains lieux, sans un attrait, un intérêt, qui compense ou même qui surpasse les frais du voyage & du transport des denrées ; sans cet attrait, chacun resteroit chez soi : plus il sera considérable, plus les denrées supporteront de longs transports, plus le concours des marchands & des acheteurs sera nombreux & solennel, plus le district dont ce concours est le centre, pourra être étendu. Le cours naturel du commerce suffit pour former ce concours, & pour l’augmenter jusqu’à un certain point. La concurrence des vendeurs

FEIRA, s. f. (Comércio & Política) esta palavra que vem de *forum*, de lugar público, foi na sua origem sinônimo de mercado e ainda o é de algum modo: tanto uma quanto outra significam uma *reunião de mercadores e compradores*, em determinado lugar e tempo definidos. Mas a palavra feira parece apresentar a ideia de uma reunião mais numerosa, mais solene, e, por consequência, mais rara. Essa diferença, notável à primeira vista, parece ser o que normalmente determina o uso dessas duas palavras. Mas ela mesma provém de outra diferença, mais oculta e, por assim dizer, mais radical, entre essas duas coisas, a qual nós pretendemos desenvolver.

É evidente que os mercadores e os compradores não podem se encontrar em dado momento e lugar sem algum atrativo, um interesse que compense, ou mesmo que supere, as despesas da viagem e do transporte de víveres. Sem esses atrativos, cada um permaneceria em casa: quão maior o atrativo, mais os víveres suportarão transportes longos, mais a reunião de mercadores e compradores será numerosa e solene e, por fim, mais extenso poderá ser o distrito que tem como centro tal reunião. O curso natural do comércio é suficiente para formar esse encontro e para aumentá-lo até certo ponto. A concorrência dos vendedores limita o

<sup>194</sup> Cf. Diderot e D’Alambert (2022a e 2022b).

limite le prix des denrées, & le prix des denrées limite à son tour le nombre des vendeurs : en effet, tout commerce devant nourrir celui qui l'entreprend, il faut bien que le nombre des ventes dédommage le marchand de la modicité des profits qu'il fait sur chacune, & que par conséquent le nombre des marchands se proportionne au nombre actuel des consommateurs, en sorte que chaque marchand corresponde à un certain nombre de ceux-ci. Cela posé, je suppose que le prix d'une denrée soit tel que pour en soutenir le commerce, il soit nécessaire d'en vendre pour la consommation de trois cents familles, il est évident que trois villages dans chacun desquels il n'y aura que cent familles, ne pourront soutenir qu'un seul marchand de cette denrée ; ce marchand se trouvera probablement dans celui des trois villages, où le plus grand nombre des acheteurs pourra se rassembler plus commodément, ou à moins de frais ; parce que cette diminution de frais fera préférer le marchand établi dans ce village, à ceux qui seroient tentés de s'établir dans l'un des deux autres : mais plusieurs espèces de denrées seront vraisemblablement dans le même cas, & les marchands de chacune de ces denrées se réuniront dans le même lieu, par la même raison de la diminution des frais, & par ce qu'un homme qui a besoin de deux espèces de denrées, aime mieux ne faire qu'un voyage pour se les procurer, que d'en faire deux ; c'est réellement comme s'il payoit chaque marchandise moins cher. Le lieu devenu plus considérable par cette réunion même des différents commerces, le devient de plus en plus ; parce que tous les

preço dos víveres e o preço das mercadorias limita, por sua vez, o número de vendedores. Com efeito, para que todo comércio nutra aquele que o empreende, é necessário que o número de vendas compense a modicidade do lucro que o mercador obtém em cada uma delas. Por consequência, o número de mercadores é proporcional ao número real de consumidores, de modo que cada mercador corresponde a certo número de consumidores. Isso posto, suponho que, se o preço de um gênero seja tal que, para sustentá-lo no comércio, seja necessário vendê-lo para o consumo de trezentas famílias, é evidente que três vilarejos, nos quais há apenas cem famílias em cada um, não poderão sustentar mais do que um mercador deste gênero. Tal mercador se encontrará, provavelmente, em um dos três vilarejos em que o maior número de compradores poderá se reunir de forma mais conveniente, ou ao menor custo. Pois essa diminuição dos custos fará do mercador estabelecido neste vilarejo o preferido em relação a qualquer um que pudesse vir a se instalar em algum dos outros dois. Mas muitos gêneros de víveres provavelmente estarão na mesma situação e os mercadores de cada um deles se reunirão no mesmo lugar, pela mesma razão de diminuição dos custos e pelo fato de que um homem que tem necessidade de dois gêneros de víveres prefere fazer apenas uma viagem para encontrá-los, do que fazer duas. É realmente como se ele pagasse mais barato por cada mercadoria. O lugar se torna cada vez mais considerável para esta reunião de diferentes comércios, porque todos os artesãos cujos tipos de

artisans que le genre de leur travail ne retient pas à la campagne, tous les hommes à qui leur richesse permet d'être oisifs, s'y rassemblent pour y chercher les commodités de la vie. La concurrence des acheteurs attire les marchands par l'espérance de vendre ; il s'en établit plusieurs pour la même denrée. La concurrence des marchands attire les acheteurs par l'espérance du bon marché ; & toutes deux continuent à s'augmenter mutuellement, jusqu'à ce que le désavantage de la distance compense pour les acheteurs éloignés le bon marché de la denrée produit par la concurrence, & même ce que l'usage & la force de l'habitude ajoutent à l'attrait du bon marché. Ainsi se forment naturellement différents centres de commerce ou marchés, auxquels répondent autant de cantons ou d'arrondissements plus ou moins étendus, suivant la nature des denrées, la facilité plus ou moins grande des communications, & l'état de la population plus ou moins nombreuse. Et telle est, pour le dire en passant, la première & la plus commune origine des bourgades & des villes.

La même raison de commodité qui détermine le concours des marchands & des acheteurs à certains lieux, le détermine aussi à certains jours, lorsque les denrées sont trop viles pour soutenir de longs transports, & que le canton n'est pas assez peuplé pour fournir à un concours suffisant & journalier. Ces jours se fixent par une espèce de convention tacite, & la moindre circonstance suffit pour cela. Le nombre des journées de chemin

trabalho não se retém ao campo, todos os homens cuja riqueza lhes permite serem ociosos, se reúnem ali para procurar as comodidades da vida. A concorrência dos compradores atrai os mercadores pela expectativa de venda; muitos dos que vendem o mesmo produto se estabelecem no mesmo lugar. A concorrência dos mercadores, por sua vez, atrai os compradores pela expectativa de bons preços e, tanto a concorrência, quanto essa expectativa continuam a se aumentar mutuamente, até que a desvantagem da distância compense os compradores que vêm de longe, pelo barateamento do preço ocasionado pela concorrência e pelo que os usos e a força do hábito acrescentam ao atrativo do bom preço. Assim se formam naturalmente diferentes centros de comércio ou de mercados, aos quais correspondem cantões ou cercanias mais ou menos extensas, seguindo a natureza dos víveres, a maior ou menor facilidade das comunicações e o estado mais ou menos numeroso da população. E essa é, para ser breve, a primeira e a origem mais comum dos pequenos burgos e das cidades.

A mesma razão de comodidade que determina o local da reunião dos mercadores e dos compradores determina também os dias em que elas ocorrerão - quando os víveres forem vis demais para suportar longos transportes e que o cantão não seja tão populoso para fornecer uma reunião suficiente e diária. Tais dias são determinados por uma espécie de convenção tácita e a mínima circunstância é suficiente para isso. O

entre les lieux les plus considérables des environs, combiné avec certaines époques qui déterminent le départ des voyageurs, telles que le voisinage de certaines fêtes, certaines échéances d'usage dans les paiements, toutes sortes de solennités périodiques, enfin tout ce qui rassemble à certains jours un certain nombre d'hommes, devient le principe de l'établissement d'un marché à ces mêmes jours ; parce que les marchands ont toujours intérêt de chercher les acheteurs, & réciproquement.

Mais il ne faut qu'une distance assez médiocre pour que cet intérêt & le bon marché produit par la concurrence, soient contrebalancés par les frais de voyage & de transport des denrées. Ce n'est donc point au cours naturel d'un commerce animé par la liberté, qu'il faut attribuer ces grandes foires, où les productions d'une partie de l'Europe se rassemblent à grands frais, & qui semblent être le rendez-vous des nations. L'intérêt qui doit compenser ces frais exorbitants, ne vient point de la nature des choses ; mais il résulte des privilèges & des franchises accordées au commerce en certains lieux & en certains temps, tandis qu'il est accablé partout ailleurs de taxes & de droits. Il n'est pas étonnant que l'état de gêne & de vexation habituelle dans lequel le commerce s'est trouvé longtemps dans toute l'Europe, en ait déterminé le cours avec violence dans les lieux où on lui offroit un peu plus de liberté. C'est ainsi que les princes en accordant des exemptions de droits, ont établi tant

número de dias de viagem entre os lugares mais importantes do entorno, combinado a certas épocas que determinam a partida dos viajantes - como a proximidade de certas festas - certos prazos habituais de pagamento, toda sorte de solenidades periódicas, enfim, tudo o que reúne, em certos dias, certo número de homens, se torna o princípio do estabelecimento de um mercado, porque os mercadores sempre se interessam em buscar os compradores e vice-versa.

Mas não é necessária uma distância tão grande para que esse interesse e o bom preço produzido pela concorrência sejam contrabalanceados pelos custos de viagem e de transporte dos víveres. Não é, portanto, ao curso natural de um comércio, animado pela liberdade, que se deve atribuir as grandes feiras nas quais a produção de uma parte da Europa se reúne a altos custos, parecendo uma reunião de nações. Os ganhos que devem compensar esses custos exorbitantes não têm origem na natureza das coisas; eles resultam dos privilégios e das franquias concedidas ao comércio em certos lugares e momentos, enquanto é sobrecarregado, em outros lugares, por taxas e impostos. Não é de se surpreender que o estado de constrangimento e de vexação habitual no qual o comércio se encontrou na Europa durante muito tempo tenha tido seu curso determinado com violência nos lugares onde se oferecia um pouco mais de liberdade. É assim que os príncipes, concedendo isenções de

de foires dans les différentes parties de l'Europe ; & il est évident que ces foires doivent être d'autant plus considérables, que le commerce dans les temps ordinaires est plus surchargé de droits.

Une foire & un marché sont donc l'un & l'autre un concours de marchands & d'acheteurs, dans des lieux & des temps marqués ; mais dans les marchés, c'est l'intérêt réciproque que les vendeurs & les acheteurs ont de se chercher ; dans les foires, c'est le désir de jouir de certains privilèges qui forme ce concours : d'où il suit qu'il doit être bien plus nombreux & bien plus solennel dans les foires. Quoique le cours naturel du commerce suffise pour établir des marchés, il est arrivé, par une suite de ce malheureux principe, qui dans presque tous les gouvernements a si longtemps infecté l'administration du Commerce, je veux dire la manie de tout conduire, de tout régler, & de ne jamais s'en rapporter aux hommes sur leur propre intérêt ; il est arrivé, dis-je, que pour établir des marchés, on a fait intervenir la police ; qu'on en a borné le nombre, sous prétexte d'empêcher qu'ils ne se nuisent les uns aux autres ; qu'on a défendu de vendre certaines marchandises ailleurs que dans certains lieux désignés, soit pour la commodité des commis chargés de recevoir les droits dont elles sont chargées, soit parce qu'on a voulu les assujettir à des formalités de visite & de marque, & qu'on ne peut pas mettre partout des bureaux. On ne peut trop saisir toutes les occasions

impostos, estabeleceram as feiras em diferentes partes da Europa; e é evidente que essas feiras devem ser mais consideráveis na medida em que o comércio ordinário é mais sobrecarregado de impostos.

Uma feira e um mercado são, então, ambos, um encontro de mercadores e de compradores, em um lugar e tempo determinados. Mas, nos mercados, o que predomina é o interesse recíproco que os vendedores e os compradores têm em se procurar. Nas feiras, é o desejo de usufruir de certos privilégios que constitui essa reunião, pois então ela deve ser bem mais numerosa e bem mais solene. Ainda que o curso natural do comércio seja suficiente para estabelecer mercados, ocorre, como consequência desse princípio infeliz, que, em quase todos os governos há tanto tempo infectados pela administração do comércio – quero dizer, por essa mania de tudo conduzir, de tudo regulamentar e de jamais confiar aos homens seus próprios interesses – ocorre que, para estabelecer mercados, fez-se com que a policia interviesse. Limitou-se o número dos mercados, sob o pretexto de impedir que não prejudicassem uns aos outros, proibiu-se a venda de mercadorias em outros lugares que não os designados, seja pela comodidade dos comissionados encarregados de receber os impostos, seja porque quiseram sujeitá-las a formalidades de inspeção e de marcação, ou porque não se pode colocar escritórios em todos os lugares. Seria necessário, enfim, mais de uma

de combattre ce système fatal à l'industrie, il s'en trouvera plus d'une dans l'Encyclopédie.

Les foires les plus célèbres sont en France celles de Lyon, de Bordeaux, de Guibray, de Beaucaire, &c. En Allemagne, celles de Leipsic, de Francfort, &c. Mon objet n'est point ici d'en faire l'énumération, ni d'exposer en détail les privilèges accordés par différents souverains, soit aux foires en général, soit à quelques foires en particulier ; je me borne à quelques réflexions contre l'illusion assez commune, qui fait citer à quelques personnes la grandeur & l'étendue du commerce de certaines foires, comme une preuve de la grandeur du commerce d'un état.

Sans doute une foire doit enrichir le lieu où elle se tient, & faire la grandeur d'une ville particulière : & lorsque toute l'Europe gémissait dans les entraves multipliées du gouvernement féodal ; lorsque chaque village, pour ainsi dire, formait une souveraineté indépendante ; lorsque les seigneurs renfermés dans leur château, ne voyoient dans le Commerce qu'une occasion d'augmenter leurs revenus, en soumettant à des contributions & à des péages exorbitants, tous ceux que la nécessité forçoit de passer sur leurs terres ; il n'est pas douteux que ceux qui les premiers furent assez éclairés pour sentir qu'en se relâchant un peu de la rigueur de leurs droits, ils seroient plus que dédommagés par l'augmentation du commerce & des consommations, virent bientôt les

enciclopédia para elencar todas as ocasiões de combate a esse sistema fatal para a indústria.

Na França, as feiras maiores e mais célebres são as de Lyon, de Bourdeaux, de Guibray, de Beaucaire etc. Na Alemanha, as de Leipzig, de Frankfurt etc. Meu objetivo não é fazer a enumeração, nem expor em detalhes os privilégios concedidos pelos diferentes soberanos, seja para as feiras em geral, seja para algumas feiras em particular. Eu me limito a algumas reflexões contra a ilusão, tão comum, que leva certas pessoas a citarem a grandeza e a extensão do comércio de certas feiras, como uma prova da grandeza do comércio de um Estado.

Sem dúvida, uma feira deve enriquecer o lugar no qual ela é realizada, engrandecendo uma cidade em particular. E quando toda a Europa sofria pelos muitos entraves do governo feudal, quando cada cidade, por assim dizer, formava uma soberania independente, quando os senhores, trancados em seus castelos, não viam no comércio mais do que uma ocasião para aumentar suas rendas, submetendo a contribuições e pedágios exorbitantes todos aqueles que a necessidade forçasse a passar em suas terras; não há dúvida de que aqueles que foram os primeiros a se esclarecer o suficiente para sentir que, ao afrouxar um pouco o rigor dos impostos, seriam mais do que compensados pelo aumento do comércio e do consumo: eles logo viram seus territórios enriquecidos,

lieux de leur résidence enrichis, agrandis, embellis. Il n'est pas douteux que lorsque les rois & les empereurs eurent assez augmenté leur autorité, pour soustraire aux taxes levées par leurs vassaux les marchandises destinées pour les foires de certaines villes qu'ils vouloient favoriser, ces villes devinrent nécessairement le centre d'un très grand commerce, & virent accroître leur puissance avec leurs richesses : mais depuis que toutes ces petites souverainetés se sont réunies pour ne former qu'un grand état sous un seul prince, si la négligence, la force de l'habitude, la difficulté de réformer les abus lors même qu'on le veut, & la difficulté de le vouloir, ont engagé à laisser subsister & les mêmes gênes & les mêmes droits locaux, & les mêmes privilèges qui avoient été établis lorsque chaque province & chaque ville obéissoient à différents souverains, n'est-il pas singulier que cet effet du hasard ait été non-seulement loué, mais imité comme l'ouvrage d'une sage politique ? n'est-il pas singulier qu'avec de très-bonnes intentions & dans la vûe de rendre le Commerce florissant, on ait encore établi de nouvelles foires, qu'on ait augmenté encore les privilèges & les exemptions de certaines villes, qu'on ait même empêché certaines branches de Commerce de s'établir dans des provinces pauvres, dans la crainte de nuire à quelques autres villes, enrichies depuis longtemps par ces mêmes branches de Commerce ? Eh qu'importe que ce soit Pierre ou Jacques, le Maine ou la Bretagne, qui fabriquent telle ou telle marchandise, pourvû que l'état s'enrichisse, & que des François vivent ?

engrandecidos e embelezados. Não é duvidoso que, quando os reis e os imperadores aumentaram sua autoridade - a fim de retirar das taxas pagas pelos vassalos as mercadorias destinadas às feiras de certas cidades que eles gostariam de favorecer -, essas cidades se tornaram necessariamente o centro de um enorme comércio e viram crescer seu poder com sua riqueza. Mas, desde que todas as soberanias menores se reuniram para formar um grande Estado sob um só príncipe, se a negligência, a força do hábito, a dificuldade de corrigir os abusos - e a própria dificuldade de querer corrigi-los - fizeram com que se permitisse as mesmas restrições, os mesmos impostos locais e os mesmos privilégios que tinham sido estabelecidos quando cada província e cada cidade obedeciam a diferentes soberanos, não é de se estranhar que essa consequência do acaso tenha sido, além de louvada, imitada como se fosse obra de um sábio político? Não é estranho que, com tantas boas intenções e visando o florescimento do comércio, novas feiras se estabelecessem, que os privilégios e as isenções de certas cidades aumentassem novamente e que fosse impedido a certos ramos do comércio de se estabelecer em algumas províncias pobres, por temor de prejudicar outras cidades, enriquecidas há muito tempo por esses mesmos ramos do comércio? E o que importa ser Pierre ou Jacques, ser Maine ou Bretanha, que fabriquem esta ou aquela mercadoria, desde que o Estado enriqueça e que os franceses vivam? Se o trabalhador recebe o preço de seu trabalho, de que importa se um tecido é vendido em

qu'importe qu'une étoffe soit vendue à Beaucaire ou dans le lieu de sa fabrication, pourvu que l'ouvrier reçoive le prix de son travail ? Une masse énorme de commerce rassemblée dans un lieu & amoncelée sous un seul coup-d'œil, frappera d'une manière plus sensible les yeux des politiques superficiels. Les eaux rassemblées artificiellement dans des bassins & des canaux, amusent les voyageurs par l'étalage d'un luxe frivole : mais les eaux que les pluies répandent uniformément sur la surface des campagnes, que la seule pente des terrains dirige, & distribue dans tous les vallons pour y former des fontaines, portent partout la richesse & la fécondité. Qu'importe qu'il se fasse un grand commerce dans une certaine ville & dans un certain moment, si ce commerce momentanément n'est grand que par les causes mêmes qui gênent le Commerce, & qui tendent à le diminuer dans tout autre temps & dans toute l'étendue de l'état ? *Faut-il*, dit le magistrat citoyen auquel nous devons la traduction de *Child*, & auquel la France devra peut-être un jour la destruction des obstacles que l'on a mis aux progrès du Commerce en voulant le favoriser ; *faut-il jeûner toute l'année pour faire bonne chère à certains jours ? En Hollande il n'y a point de foire ; mais toute l'étendue de l'état & toute l'année ne forment, pour ainsi dire, qu'une foire continuelle, parce que le commerce y est toujours & partout également florissant.*

On dit : « L'état ne peut se passer de revenus ; il est indispensable, pour subvenir à ses besoins, de charger les marchandises de différentes taxes :

Beaucaire ou no lugar de sua fabricação? Uma massa enorme de comércio reunida em um único lugar e amontoadada em um piscar de olhos atingirá de maneira mais sensível os olhos dos políticos superficiais. As águas reunidas artificialmente nas bacias e nos canais divertem os viajantes pela exibição de um luxo frívolo. Porém, as águas que as chuvas espalham uniformemente na superfície dos campos, que somente a inclinação dos terrenos direciona e distribui em todos os vales, de modo a formar fontes, levam por toda parte a riqueza e a fecundidade. De que importa fazer um grande comércio em certa cidade e em certo momento, se esse comércio momentâneo só é grande pelas mesmas causas que prejudicam o comércio em geral e que tendem a diminuí-lo em outras épocas e em toda a extensão do Estado? *É necessário*, diz o magistrado cidadão ao qual devemos a tradução de *Child* e ao qual a França deverá, talvez um dia, a destruição dos obstáculos que colocamos ao progresso do comércio com o intuito de favorecê-lo: *é necessário jejuar o ano inteiro para se regalar em certos dias? Na Holanda, não há nenhuma feira, mas toda a extensão do Estado, e durante todo o ano, se forma, por assim dizer, uma feira contínua, pois o comércio é sempre e, em todo lugar, igualmente florescente.*

Diz-se: "O Estado não pode prescindir de receitas. É indispensável cobrar diferentes taxas das mercadorias para atender suas necessidades.

cependant il n'est pas moins nécessaire de faciliter le débit de nos productions, surtout chez l'étranger ; ce qui ne peut se faire sans en baisser le prix autant qu'il est possible. Or on concilie ces deux objets en indiquant des lieux & des temps de franchise, où le bas prix des marchandises invite l'étranger, & produit une consommation extraordinaire, tandis que la consommation habituelle & nécessaire fournit suffisamment aux revenus publics. L'envie même de profiter de ces moments de grâce, donne aux vendeurs & aux acheteurs un empressement que la solennité de ces grandes *foires* augmente encore par une espèce de séduction, d'où résulte une augmentation dans la masse totale du Commerce ». Tels sont les prétextes qu'on allègue pour soutenir l'utilité des grandes *foires*. Mais il n'est pas difficile de se convaincre qu'on peut par des arrangements généraux, & en favorisant également tous les membres de l'état, concilier avec bien plus d'avantage les deux objets que le gouvernement peut se proposer. En effet, puisque le prince consent à perdre une partie de ses droits, & à les sacrifier aux intérêts du Commerce, rien n'empêche qu'en rendant tous les droits uniformes, il ne diminue sur la totalité la même somme qu'il consent à perdre ; l'objet de décharger des droits la vente à l'étranger, en les laissant subsister sur les consommations intérieures, sera même bien plus aisé à remplir en exemptant de droits toutes les marchandises qui sortent ; car enfin on ne peut nier que nos *foires* ne fournissent à une grande partie de notre consommation intérieure. Dans cet arrangement,

Entretanto, é de igual importância facilitar a vazão de nossa produção, sobretudo no exterior, o que não pode ser feito sem que se baixe o preço tanto quanto possível. Porém, conciliamos esses dois fatores ao indicar os locais e o tempo de franquia, nos quais o baixo preço das mercadorias deve convidar os estrangeiros e, assim, produzir um consumo extraordinário, enquanto o consumo habitual e necessário fornece o suficiente de receita pública. O próprio desejo de aproveitar esses momentos de graça dá aos vendedores e aos compradores uma avidez que a solenidade dessas grandes *feiras* aumenta ainda mais por uma espécie de sedução, resultando em um aumento na massa total do comércio". Esses são os pretextos alegados na defesa da utilidade das grandes *feiras*. Mas não é difícil de se convencer que podemos, em termos gerais, e favorecendo igualmente todos os membros do Estado, conciliar mais dois fatores que o governo pode propor. Com efeito, uma vez que o príncipe aceita perder parte de seus impostos, sacrificando-os em benefício do comércio, nada impede que, ao uniformizar todos os impostos, ele não diminua sobre a totalidade a mesma soma que ele aceita perder. O objetivo de diminuir a carga de impostos sobre as vendas no exterior, fazendo-as subsistir com o consumo interno, será bem mais fácil de alcançar isentando de impostos todas as mercadorias que saem. Pois, afinal, não se pode negar que nossas *feiras* abastecem grande parte de nosso consumo interno. Nesse caso, o consumo extraordinário que ocorre durante as *feiras* diminuiria muito, mas é evidente que a

la consommation extraordinaire qui se fait dans le temps des *foires*, diminueroit beaucoup ; mais il est évident que la modération des droits dans les temps ordinaires, rendroit la consommation générale bien plus abondante ; avec cette différence que dans le cas du droit uniforme, mais modéré, le Commerce gagne tout ce que le prince veut lui sacrifier : au lieu que dans le cas du droit général plus fort avec des exemptions locales & momentanées, le roi peut sacrifier beaucoup, & le Commerce ne gagner presque rien, ou, ce qui est la même chose, les denrées baisser de prix beaucoup moins que les droits ne diminuent ; & cela parce qu'il faut soustraire de l'avantage que donne cette diminution, les frais du transport des denrées nécessaire pour en profiter, le changement de séjour, les loyers des places de *foire* enchéris encore par le monopole des propriétaires, enfin le risque de ne pas vendre dans un espace de temps assez court, & d'avoir fait un long voyage en pure perte : or il faut toujours que la marchandise paye tous ses frais & ses risques. Il s'en faut donc beaucoup que le sacrifice des droits du prince soit aussi utile au Commerce par les exemptions momentanées & locales, qu'il le seroit par une modération légère sur la totalité des droits ; il s'en faut beaucoup que la consommation extraordinaire augmente autant par l'exemption particulière, que la consommation journalière diminue par la surcharge habituelle. Ajoûtons, qu'il n'y a point d'exemption particulière qui ne donne lieu à des fraudes pour en profiter, à des gênes nouvelles, à des multiplications de commis & d'inspecteurs pour empêcher ces fraudes, à

moderação de impostos em tempos normais tornaria o consumo geral muito mais abundante. Com essa diferença, no caso do imposto uniforme, mas moderado, o comércio ganha tudo o que o príncipe quer dele sacrificar: ao invés disso, no caso de um imposto geral mais forte, com isenções locais e momentâneas, o rei pode sacrificar muito e o comércio não ganhar quase nada, ou, o que dá no mesmo, o preço dos víveres baixarem bem menos do que a diminuição dos impostos. Isso porque é necessário subtrair da vantagem dada por essa diminuição os gastos com transporte necessários para seu usufruto, a mudança do local de armazenamento, os aluguéis dos recintos das *feiras* leiloados ainda pelo monopólio dos proprietários, enfim, o risco de não vender em um espaço de tempo tão curto e de ter feito uma longa viagem à toa. Porém, é sempre necessário que a mercadoria pague suas taxas e seus riscos. É necessário, então, que o sacrifício dos impostos do príncipe seja tão útil para o comércio pelas isenções temporárias e locais, quanto o seria por uma ligeira moderação sobre a totalidade dos impostos. É preciso de muito para que o consumo extraordinário aumente, na medida em que, pela isenção particular, o consumo diário diminua pela sobrecarga habitual. Acrescentemos que não existe isenção particular que dê origem a fraudes que possam aproveitar da situação acima descrita, a novos obstáculos, à multiplicação de comissários e inspetores para impedir tais fraudes e punições; nova perda de dinheiro e de homens para o Estado. Concluamos que as grandes *feiras* nunca foram tão úteis, que o dano que

des peines pour les punir ; nouvelle perte d'argent & d'hommes pour l'état. Concluons que les grandes *foires* ne sont jamais aussi utiles, que la gêne qu'elles supposent est nuisible ; & que bien loin d'être la preuve de l'état florissant du Commerce, elles ne peuvent exister au contraire que dans des états où le Commerce est gêné, surchargé de droits, & par conséquent médiocre.

elas implicam é prejudicial e que, bem longe de serem a prova do estado florescente do comércio, elas só podem, ao contrário, existir nos Estados em que o comércio é prejudicado, sobretaxado de impostos e, por consequência, medíocre.

**Tradução do Capítulo 1 do *L'ami des hommes*, de Mirabeau<sup>195</sup>.**

<p>Ceci n'est qu'une introduction, où j'établirai quelques principes fondamentaux très abrégés, attendu qu'ils sont presque tous rebattus, mais indispensables avant d'entrer sérieusement en matière.</p>	<p>Esta é apenas uma introdução, na qual estaborecerei alguns princípios fundamentais de maneira breve, tendo em vista que quase todos são banais, porém indispensáveis para entrar seriamente no assunto.</p>
<p>Si l'homme pouvait voler, je dirais qu'il est la plénitude du règne animal. Le plus vivace des animaux, il est encore le plus courageux, le plus fort, le plus adroit, le plus abstinent, et celui de tous, qui fait le plus aisément pâture de tout.</p>	<p>Se o homem pudesse voar, eu diria que ele estaria na plenitude do reino animal. O mais vivaz dos animais, ele seria ainda o mais corajoso, o mais forte, o mais habilidoso, o mais abstinente, e o que mais facilmente encontraria alimento.</p>
<p>On divise communément le règne animal, pour parler le langage des Physiciens, en deux genres principaux ; <i>animaux sauvages</i>, et <i>animaux domestiques</i>. Cette division est défectueuse, en ce qu'il est peu d'animaux domestiques, qui ne puissent devenir sauvages ; mais en les considérant d'un autre sens, on les peut diviser en deux classes ; <i>animaux solitaires</i>, <i>animaux sociables</i>. L'homme est assurément de ces derniers. Il n'y a pas de vérité mieux démontrée que celle qui l'est par les faits. Partout où l'on a vu deux hommes seulement, on les a assurément trouvés ensemble en même gîte ou repaire.</p>	<p>O reino animal é comumente dividido, para usar a linguagem dos físicos, em dois gêneros principais; <i>animais selvagens</i> e <i>animais domésticos</i>. Essa divisão é defeituosa, pois poucos são os animais domésticos que não possam se tornar selvagens. Mas, considerando-os em outro sentido, eles podem ser divididos em duas classes; <i>animais solitários</i> e <i>animais sociáveis</i>. Certamente, o homem está nesta última categoria. Não há verdade mais bem demonstrada do que aquela que o é pelos fatos. Onde quer que se tenha visto apenas dois homens, eles certamente estavam juntos na mesma cabana ou covil.</p>
<p>L'instinct de l'animal solitaire lui montre son avantage à être seul. L'instinct de l'animal sociable le porte à faire nombre avec ses semblables. Jusque-là l'homme n'est qu'animal ; mais tout animal est avide, et c'est en cela que l'instinct de</p>	<p>O instinto do animal solitário mostra-lhe a vantagem em estar sozinho. O instinto do animal sociável leva-o a juntar-se a seus semelhantes. Até então o homem é apenas animal; mas todo animal é ávido, e é nisso que o instinto do</p>

<sup>195</sup> Mirabeau (1756).

l'homme commence à se distinguer, et à s'étendre jusqu'à l'intellect. L'animal est avide du présent, et du présent momentané ; l'homme est avide du présent et sens bornes : il l'est du passé, dans lequel il se cherche des titres de possession, des aveux, des annales ; il l'est encore du futur qu'il ambitionne au-delà de son existence. Il est avide de tout ; et tandis que la nature d'une part le force à se réunir à son semblable, l'intellect lui fait d'autre part sentir qu'il s'appuie sur son rival, sur l'ennemi naturel de toutes ses prétentions.

Ce n'est pas ici le lieu de considérer cet intellect comme un présent de la Divinité, destiné primitivement à des fonctions toutes nobles, et dignes de son origine. La trace de cette institution première se montre à la réflexion plus encore qu'à la foi. L'homme le plus barbare, démêlé par des yeux perçants, laisse voir au spectateur le germe de vertus, qui ne tiennent rien de la nature animale. La générosité, la constance, le respect pour les vieillards, l'amour filial, et tant d'autres, sont des plantes étrangères sur un soi passager nécessité à un entretien journalier, et qui marche à chaque instant vers la destruction ; mais c'est l'homme brute que nous considérons uniquement en cet instant.

Il ne serait donc pas étonnant que le meurtre se fût trouvé entre les deux premiers hommes égaux en âge et en dignité ; en effet, les plus anciennes annales de l'humanité nous l'annoncent comme le premier des crimes contre la société.

homem começa a se distinguir e se expandir ao intelecto. O animal é ávido pelo presente e pelo presente momentâneo; o homem é ávido pelo presente e sente limites: é ávido pelo passado, no qual busca títulos de posse, atestados, anais; e também pelo futuro, que ele ambiciona para além de sua existência. Ele é ávido por tudo; e enquanto a natureza, por um lado, obriga-o a se unir a seu semelhante, o intelecto, por outro lado, faz com que ele sinta que está se apoiando sobre seu rival, sobre o inimigo natural de todas as suas pretensões.

Não cabe aqui considerar este intelecto como um presente da divindade, destinado primitivamente a funções bastante nobres e dignas de sua origem. A marca desta instituição primeira se revela ainda mais à reflexão do que à fé. O homem mais bárbaro, desvendado por olhares perspicazes, deixa que o espectador enxergue o germe das virtudes, que nada têm a ver com a natureza animal. A generosidade, a constância, o respeito pelos velhos, o amor filial, e tantos outros, são plantas alheias a um ser transitório que necessita de manutenção diária, e que caminha a cada instante no sentido da destruição; mas, nesse instante, é unicamente o homem bruto que consideramos.

Portanto, não seria de admirar que o homicídio tenha ocorrido entre os dois primeiros homens de idade e de dignidade iguais; com efeito, os anais mais antigos da humanidade anuncia isso a nós como o primeiro dos crimes contra a sociedade.

Il résulte de ces deux principes contraires, et tous les deux dans la nature, desquels l'un rapproche l'homme de son semblable, l'autre le lui fait regarder comme ennemi, que les lois concernant le partage des biens, ont dû être les premières de toutes et les plus indispensables.

On en trouve en effet la trace dans toutes sociétés présentes et passées, même les plus informes. Dans les sociétés errantes, comme les hardes de Tartares, les camps d'Indiens, etc. qui transmigrent avec leurs familles et leurs bestiaux ; le Chef qui les conduit règle les limites de chacun autour du camp. Les Conquistadors partagèrent le territoire de leur conquête, les Fondateurs celui de leur ville. En un mot, le partage des biens est la première loi de la société, et le tronc, pour ainsi dire, de toutes les autres lois : qu'on ne m'oppose pas l'exemple des Sauvages qui vivent en commun de la chasse et de la pêche. Ces peuples doivent être regardés comme une seule et même famille qui jouit d'un territoire immense, et qui en dispute les limites par des guerres cruelles avec des familles voisines. On pourrait même assurer que les Sauvages les plus brutes ont des propriétés reconnues entre eux, les arcs, des flèches, des cabanes, etc. La petitesse de ces sortes d'objets proportionnés au peu de besoins de ces peuples, les a dérobés aux yeux de ceux qui en ont parlé autrement.

La propriété une fois établie a les abus, comme tout ici bas, et l'inégalité des fortunes en est une suite indispensable. La force, l'industrie, le bonheur,

Ele resulta destes dois princípios contrários, ambos presentes na natureza, dos quais um aproxima o homem a seu semelhante, e o outro o faz considerá-lo como inimigo, que as leis relativas à divisão dos bens devem ter sido as primeiras de todas e as mais indispensáveis.

Com efeito, encontramos seus vestígios em todas as sociedades do presente e do passado, mesmo nas mais disformes. Em sociedades errantes, como os rebanhos tártaros, os acampamentos indígenas etc., que migram com suas famílias e gado, os limites de cada um ao redor do acampamento são regradados pelo chefe que os conduz. Os conquistadores dividiram o território de sua conquista, os fundadores o de sua cidade. Em uma palavra, a divisão da propriedade é a primeira lei da sociedade, e a estruturação/a raiz (o tronco), por assim dizer, de todas as outras leis: que não se oponham ao exemplo dos selvagens que vivem igualmente de caça e de pesca. Esses povos devem ser considerados como uma única e mesma família que desfruta de um imenso território e que disputa seus limites por meio de guerras cruéis com as famílias vizinhas. Poder-se-ia até mesmo afirmar que os selvagens mais embrutecidos têm propriedades reconhecidas entre si, os arcos, as flechas, as cabanas etc. A pequenez desses tipos de objetos, proporcional às poucas necessidades desses povos, encobriu-os das vistas dos que haviam falado deles de outra forma.

A propriedade, uma vez estabelecida, tem abusos, e a desigualdade das fortunas é sua consequência indispensável. A força, a indústria, a felicidade e a

<p>l'économie grossissent un héritage, et les défauts contraires diminuent l'autre. C'est ainsi que le territoire entier de la société passe dans les mains d'un petit nombre, et que tout le reste vit dans une forte de dépendance de ce petit nombre, soit à ses gages, soit comme entrepreneur du maniement des fonds et de leur produit.</p>	<p>economia aumentam uma herança, e os defeitos opostos diminuem o outro. É assim que todo o território da sociedade passa para as mãos de poucos, e que todos os demais vivem em forte dependência desses poucos, seja em remuneração, seja como contratantes no manejo de fundos e de seus produtos.</p>
<p>Telle est la société naissante et croissante. Voyons-la maintenant s'étendre et prendre la forme d'État. Les Incas, seuls Souverains qui se soient fait un grand Empire au profit incontestable de l'humanité, réunirent plusieurs de ces familles errantes et sauvages, dont nous parlions tout à l'heure ; donnèrent à chaque canton des lois utiles ; leur enseignèrent l'agriculture ; les rassemblèrent en un mot, et firent un corps immense. Mais vainement voudrait-on maintenir un corps sans aliments. La nourriture de l'homme ne se peut tirer que de la terre ; la terre ne produit que peu ou rien, qui nous soit propre, sans le travail de l'homme. La population et l'agriculture sont donc intimement et nécessairement liées, et forment ensemble l'objet principal d'utilité première, d'où naissent tous les autres. Considérons d'abord la population sous son premier point de vue.</p>	<p>Tal é a sociedade nascente e crescente. Vamos agora vê-la se expandir e tomar a forma de Estado. Os Incas, únicos soberanos que fizeram um grande Império para o benefício incontestável da humanidade, reuniram várias dessas famílias errantes e selvagens, das quais falamos há pouco; deram leis próprias a cada distrito; ensinaram-lhes a agricultura; reuniram-nos em uma língua única e fizeram um corpo imenso. Mas em vão teriam pretendido? manter um corpo sem alimentos. A comida do homem não pode ser tirada senão da terra; a terra produz pouco ou nada que nos seja próprio, sem o trabalho do homem. A população e a agricultura estão, portanto, íntima e necessariamente ligadas, e juntas formam o objeto principal de primeira utilidade, do qual nascem todos os outros. Consideremos, antes de tudo, a população sob seu primeiro ponto de vista.</p>
<p>Les hameaux et les villages sont l'habitation des cultivateurs des champs, et de ceux d'entre les propriétaires qui sont obligés de les faire valoir eux-mêmes. Les bourgs sont d'une part des villages, dont le territoire est plus considérable ; de l'autre, ils sont le séjour des petits propriétaires qui peuvent s'écarter de leurs</p>	<p>As aldeias e os vilarejos são a morada dos cultivadores dos campos e de parte dos proprietários de terras que são obrigados a cultivar seu próprio sustento. Os burgos são, por um lado, vilarejos, cujo território é mais considerável; por outro lado, são também a moradia dos pequenos</p>

fonds, et qui en ont assez pour que la rente que leur en fait l'entrepreneur ou fermier, les fasse subsister dans le voisinage ; comme ils sont aussi l'entrepôt du troc intérieur du canton, et de l'échange du superflu avec le nécessaire, qui est l'âme de la société. Les villes sont de gros bourgs, séjour de l'espèce des propriétaires qui sont encore plus dans l'indépendance que les premiers, qui se rassemblent pour le plaisir ou pour les affaires. Les villes sont aussi le séjour des Tribunaux de Justice, et de tous les entrepreneurs de détail, qui sont employés à fournir les nécessités et commodités aux habitants et aux étrangers que de semblables motifs plus passagers attirent à cette espèce de rendez-vous. Les Capitales enfin sont le séjour du Prince, des grands propriétaires qu'attirent la faveur et les emplois dans le gouvernement. Elles le sont des grands Tribunaux, des arts, de la magnificence, du superflu.

Tel est le tableau extérieur de la population. C'est ainsi que tout ici-bas va par hiérarchies et par échelons, comme les marches d'un escalier, qui toutes sont nécessaires également à la perfection, mais dont les plus basses, indépendamment de l'utilité commune, sont destinées à supporter tout le faix et l'ensemble, et conséquemment, méritent plus d'attention, à proportion de ce qu'elles se rapprochent de la base.

Après avoir considéré la société dans le physique, examinons-la maintenant dans le moral.

proprietários que podem afastar-se de seus domínios fundiários e que os têm em quantidade suficiente para que a renda que lhes é paga pelo empresário ou arrendatário os faça subsistir na vizinhança; os burgos são, ademais, entreposto do escambo e da troca do supérfluo pelo necessário, o que é a alma da sociedade. As cidades são grandes burgos, moradas de proprietários ainda mais independentes que os primeiros, que se reúnem para o prazer ou pelos negócios. As cidades são também a morada dos Tribunais de Justiça, e de todos os varejistas, que se ocupam em suprir as necessidades e conveniências dos habitantes e dos estrangeiros que por quaisquer motivos sejam para lá atraídos. Finalmente, as capitais são a residência do príncipe, dos grandes proprietários de terras atraídos por favores e empregos no governo. Elas são palco dos grandes Tribunais, das artes, da magnificência, do supérfluo.

Esse é o quadro externo da população. É assim que tudo é composto de hierarquias e de escalões, como os degraus de uma escada, todos igualmente necessários para a perfeição, mas dos quais os mais baixos, independentemente da utilidade comum, são destinados a suportar todo o conjunto, e consequentemente merecem mais atenção, na medida em que se aproximam da base.

Tendo considerado a sociedade no plano físico, examinemo-la agora no plano moral.

La réunion forcée des deux mêmes principes antipathiques que j'ai notés ci-dessus, savoir la sociabilité d'une part, et la cupidité de l'autre, cause ici-bas les mêmes contradictions. Ce sont deux troncs qui se ramifient à l'infini ; l'un porte les vertus, et l'autre les vices.

La sociabilité a inventé et placé par ordre l'attachement à ses proches, à ses amis, au public, à la patrie, au gouvernement, et toutes les vertus de détail qui illustrent la vie privée, et rendent l'héroïsme aimable.

La cupidité vomit au contraire l'envie, l'orgueil, la violence, la fraude, la cruauté et tous les vices qui déshonorent l'humanité, et la rendent plus profondément incompréhensible encore en mal qu'en bien. On verra dans la suite que loin de proscrire entièrement la cupidité, projet idéal sans doute, puisque rien de ce qui est dans la nature ne peut être détruit, je lui trouve une direction utile à la société. En effet, l'Être suprême n'a rien mis en nous d'entièrement mauvais ; mais dans la spéculation présente je ne considère la cupidité que telle qu'elle se montre à nous par ses effets les plus ordinaires.

Ce point de vue nous mènerait à l'idée du bon et du mauvais principe ; erreur pardonnable à l'ancienne Philosophie, qui n'avait pas comme nous l'avantage d'être guidée dans ses recherches à travers le chaos de la nature humaine par un trait perçant de lumière révélée. Nous savons aujourd'hui que ces deux principes du bien et du mal en apparence si distants, partent néanmoins de la même souche, savoir d'un arrêt de dégradation forcée, qui nous laissant toute l'étendue et tout

A união forçada dos dois princípios antipáticos que observei acima, a saber, a sociabilidade, por um lado, e a ganância, por outro, causa no mundo as mesmas contradições. São dois troncos que se ramificam ao infinito; um carrega as virtudes e o outro os vícios.

A sociabilidade inventou e dispôs por ordem: o elo aos próximos, aos amigos, ao público, à pátria, ao governo, e a todas as virtudes de detalhe que ilustram a vida privada e tornam o heroísmo amável.

A ganância, pelo contrário, vomita a inveja, o orgulho, a violência, a fraude, a crueldade e todos os vícios que desonram a humanidade e a tornam ainda mais profundamente incompreensível, seja pelo mal, seja pelo bem. Veremos a seguir que, longe de ser possível idealmente acabar de vez com a ganância, já que nada que está na natureza pode ser destruído, considero-a uma direção útil para a sociedade. Com efeito, o Ser Supremo não colocou em nós nada inteiramente mau; mas na presente especulação, considero a ganância apenas tal como ela se mostra a nós, pelos seus efeitos mais comuns.

Esse ponto de vista nos levaria à ideia do bom e do mau princípio; erro perdoável da antiga Filosofia, que não tinha, como nós, a vantagem de ser guiada em suas pesquisas através do caos da natureza humana por um raio penetrante de luz revelada. Sabemos hoje que estes dois princípios do bem e do mal, aparentemente tão distantes, provêm, no entanto, da mesma fonte, nomeadamente de uma parada de degradação forçada, que nos deixa com toda

<p>le ressort d'une âme préparée pour une destination tout autrement noble et pure, et y ajoutant encore l'inquiétude proportionnée au déplacement actuel, nous a livrés d'autre part à l'épaississement, aux besoins, aux erreurs de la matière ; de sorte que l'illusion est toujours en présence de nos désirs à côté de la vérité. De ces deux objets le second mène au bien, l'autre au mal ; ainsi notre ardeur à courir dans des routes si diverses, part du même principe dirigé par la vérité, ou égaré par s'illusion, c'est-à-dire, de l'immensité de l'âme.</p>	<p>a extensão e todo o alcance de uma alma preparada para um destino, por sua vez, nobre e puro, e acrescentando-lhe ainda a ansiedade proporcional ao deslocamento atual, entregou-nos, por outro lado, ao espessamento, às necessidades, aos erros da matéria; para que a ilusão esteja sempre na presença de nossos desejos, ao lado da verdade. Desses dois objetos, o segundo leva ao bem, o outro ao mal; assim, nosso ardor de percorrer caminhos tão diversos parte do mesmo princípio, dirigido pela verdade, ou desviado pela ilusão, isto é, da imensidão da alma.</p>
<p>C'est ce qui a fait penser avec quelque raison que le scélérat et le héros étaient en quelque sorte de la même étoffe, et que l'excès dans chacun de ces genres si opposés, supposait une égale force de ressorts, de la direction desquels un rien a souvent décidé.</p>	<p>Isso foi o que se levou a pensar, com alguma razão, que o vilão e o herói eram de alguma forma a mesma coisa, e que o excesso em cada um desses gêneros tão opostos pressupunha uma força igual de molas, da direção da qual um nada frequentemente decidiu.</p>
<p>Cette vérité de spéculation est de toutes les connaissances la plus utile dans la pratique. D'une part, elle nous rend dans la société compatissant pour les vicieux ; moins austères, moins durs, plus humains, moins présomptueux, moins susceptibles d'orgueil. De l'autre, elle nous fait sentir dans les places que les soins et les travaux du courant ne sont qu'un bas détail en comparaison du premier des soins, qui est le maintien des mœurs.</p>	<p>Essa verdade especulativa é, de todos os conhecimentos, a mais útil na prática. Por um lado, ela nos torna compassivos com os perversos; menos austeros, menos duros, mais humanos, menos presunçosos, menos suscetíveis de ser orgulhosos na sociedade. Por outro lado, ela nos faz sentir em lugares que os cuidados e os trabalhos correntes são apenas um ínfimo detalhe em comparação ao primeiro dos cuidados, que é a manutenção da moral.</p>
<p>En effet, dès que le Souverain (que je ne cite ici que comme la plénitude de la puissance, comprenant sous son nom tout ce qui a de l'autorité parmi les hommes) ; une fois, dis-je, que le Souverain sera persuadé que la sociabilité et la</p>	<p>Com efeito, logo que o soberano (a quem cito aqui apenas como a plenitude do poder, compreendendo sob seu nome tudo o que tem autoridade entre os homens); uma vez que o soberano terá sido persuadido de que a sociabilidade</p>

cupidité existent et se combattent comme deux éléments contraires dans tous les hommes ; qu'il aura compris encore que les mœurs, usages et opinions décident en général l'inquiétude humaine vers celle de ces deux affections rivales qui se trouve en vogue dans la société ; que marchant par gradation, il aura senti que c'est lui qui peut enchaîner celui de ces deux éléments qu'il voudra, et donner carrière à l'autre, certainement le résultat de cette spéculation aussi simple que sérieuse sera de ne se connaître qu'un devoir, qui est de marcher en tout et partout et jusque dans ses moindres actions vers la sociabilité, et de se détourner même, avec affectation, s'il est possible, de la cupidité. Celle-ci n'est jamais riche de ce qu'elle possède, elle est toujours pauvre de ce qu'elle désire. Dans les vues de la sociabilité au contraire, comme il n'est question que de se réunir, chacun apporte tranquillement son contingent à la masse ; riche de ce qu'il y fournit, il n'est pauvre que de ce qui manque à son confrère ; et comme malgré toute habitude de confraternité, nos besoins, situés en la personne d'autrui, sont toujours très bornés, il ne faut pour nous satisfaire sur cet article que la vie et le vêtement. Il n'est qu'un moyen d'enrichir un peuple, c'est de le tourner vers la sociabilité. Ouvrez les annales de l'humanité, vous y verrez que de tous les peuples, et dans tous les temps, nuls n'ont vécu plus durement, n'ont cependant été plus attachés à leur façon d'être, et ne se sont en conséquence estimés plus riches, que ceux qui ont vécu le plus en commun.

e a ganância existem e se combatem como dois elementos contrários em todos os homens; que ele também terá compreendido que a moral, os usos e as opiniões geralmente decidem a inquietude humana em relação a qualquer uma dessas duas afeições rivais que esteja em voga na sociedade; que andando por gradação, ele terá sentido que é ele quem pode encadear qualquer um desses dois elementos que quiser, e dar carreira ao outro, certamente o resultado dessa especulação, tão simples quanto séria, será conhecer a si mesmo apenas um dever, que é o de caminhar em tudo e por todos os lugares, até em suas menores ações, em direção à sociabilidade; e até mesmo de afastar-se, com afetação, se possível, da ganância. Esta nunca é rica no que possui, é sempre pobre no que deseja. Inversamente, nas visões da sociabilidade, como se trata apenas de se reunir, cada um contribui tranquilamente com seu contingente para a massa; rico do que ali fornece, ele é pobre apenas no que falta a seu confrade; e como, apesar de todo hábito de confraternidade, nossas necessidades, situadas na pessoa do outro, são sempre muito limitadas, tudo o que é necessário para nos satisfazer neste ponto é a vida e a roupa. Só há um meio de enriquecer um povo, é direcioná-lo para a sociabilidade. Abram os anais da humanidade e verão que, de todos os povos, e em todos os tempos, nenhum viveu mais duramente, ou então foi mais apegado ao seu modo de ser e, conseqüentemente, foram considerados mais ricos, do que aqueles que mais viveram em comunidade.

Ce n'est pas assez, sans doute, que de poser des principes, il faut surtout les démontrer. Celui qui attribue à la Cupidité tous les maux qui ravagent la société, trouve à chaque instant sa preuve dans les faits. En effet, si l'on en excepte quelques passions brutales (et encore dans celles-ci certain point d'abrutissement) on verra que tout le reste vient de la cupidité, du désir de s'approprier les biens de goût ou d'opinion.

La suite de cet Ouvrage, dont l'objet n'est point du tout de faire un traité de morale, me donnera occasion de prouver cette vérité dans toutes ses branches. Mais j'attaque en ce moment la cupidité dans son sort, et je vais démontrer qu'elle nous égare, même dans la recherche de ceux des avantages physiques dont elle fait le plus de cas, je veux dire, de la richesse. Il résultera de cet examen une définition précise de ce que c'est que richesse pour un État, ce qui remplira en entier l'objet de ce Chapitre.

Qu'est-ce que la richesse ? Ce devrait être la possession des biens d'ici-bas. Si c'est cela, la sociabilité est toujours riche, et la cupidité jamais.

Le nécessaire, l'abondance et le superflu sont en fait de biens ce que sont, en style de grammaire, le positif, le comparatif, et le superlatif. Le premier est la base des deux autres, qui sans lui portent en l'air. Examinez les calculs de la cupidité, ils prennent l'échelle à rebours. Ces trois ordres de biens sont de telle nature qu'on ne les voit que du bas en haut. C'est dans les entraves de la nécessité, que le nécessaire est un objet d'ambition. Le nécessaire désire l'abondance, et

Sem dúvida, não basta somente estabelecer princípios, é preciso antes de tudo demonstrá-los. Aquele que atribui à ganância todos os males que assolam a sociedade, encontra a cada momento sua prova nos fatos. Com efeito, se excetuarmos algumas paixões brutais (e mesmo nestas um certo ponto de embrutecimento), veremos que todo o resto provém da ganância, do desejo de apropriar-se dos bens, do gosto ou da opinião.

A continuação desta obra, cujo objetivo não é de modo algum fazer um tratado de moralidade, me dará a oportunidade de provar esta verdade em todas as suas ramificações. Mas agora estou atacando a ganância em seu destino, e vou demonstrar que ela nos desencaminha, mesmo na busca daquelas vantagens físicas que ela mais valoriza, quero dizer, a riqueza. Desse exame resultará uma definição precisa do que é riqueza para um Estado, o que atenderá integralmente ao objeto deste capítulo.

O que é riqueza? Deveria ser posse dos bens mundanos. Nesse caso, a sociabilidade é sempre rica e a ganância nunca.

O necessário, a abundância e o supérfluo são, de fato, bens que são, no estilo gramatical, o positivo, o comparativo e o superlativo. O primeiro, é a base dos outros dois, que sem ele pairam no ar. Examine os cálculos da ganância, eles invertem a escala. Essas três ordens de bens são de tal natureza que só podem ser vistas de baixo para cima. É nos grilhões da necessidade que o necessário é objeto de ambição. O necessário deseja a abundância, e a abundância o

l'abondance le superflu ; mais ce dernier, d'autant moins satisfait qu'il devrait le plus l'être, voit et désire au-delà de ce qu'il possède, sans avoir jamais senti ni l'abondance ni le nécessaire. Quel est le riche, interrogé sur ce qu'il lui faut, qui répondra : le pain, le vin à suffisance, un habit de laine l'hiver, et de toile l'été. S'il s'en trouve un qui réponde de la sorte, examinez ses actions, et ne l'en croyez sur sa parole que quand vous aurez vu de près que tout ce qu'il possède au-delà, est aux siens, à ses amis, à la Société plutôt qu'à lui ; que loin de songer à accroître son bien, il est prêt à le sacrifier au besoin d'autrui. Ce riche-là, s'il en est, jouit véritablement de ce qu'il possède, puisqu'il connaît le nécessaire, l'abondance et le superflu ; mais l'exemple est trop rare pour faire régie.

Sortons de la thèse particulière, et portons nos spéculations sur le corps entier de la Société, sur ce qu'on appelle l'État. Les trois ordres de biens établis ci-dessus, font et seront, de l'aveu de tout homme sensé, l'agriculture, le commerce, les trésors. L'on y trouve les mêmes qualités de proportion et de progression que j'ai notées dans leur emblème, le nécessaire, l'abondance et le superflu.

Cette vérité une fois posée, écoutons les leçons de tous les preneurs de l'intérêt ; examinons le détail des soins des différents gouvernements. Vous y verrez précisément ce que je disais tout à l'heure, l'échelle prise à rebours. L'argent, l'argent, diront-ils ; le commerce utile est celui qui apporte de l'argent ; le

supérflu; mas este, tanto menos satisfeito quanto deveria estar, vê e deseja além do que possui, sem nunca ter sentido, nem abundância, nem necessidade. Qual é o rico que, questionado sobre o que precisa, responderá: pão, vinho em quantidade suficiente, um casaco de lã no inverno e linho no verão. Se houver alguém que responda dessa maneira, examine suas ações e não acredite em sua palavra até que você veja de perto que tudo o mais que ele possui é para seus próximos, para seus amigos, para a sociedade e não para si mesmo; que longe de sonhar em aumentar seu bem, ele está pronto a sacrificá-lo em prol da necessidade do outro. Este rico, se existir, goza verdadeiramente do que possui, pois conhece o necessário, a abundância e o superfluo; mas o exemplo é muito raro para ser regra.

Deixemos a tese particular e continuemos nossas especulações sobre todo o corpo da sociedade, sobre o que se chama Estado. As três ordens de bens estabelecidas acima são e serão, pela opinião de qualquer homem sensato, agricultura, comércio, tesouros. Encontramos aí as mesmas qualidades de proporção e progressão que notei em seu emblema, o necessário, a abundância e o superfluo.

Posta esta verdade, ouçamos as lições de todos os interessados; examinemos o detalhe dos cuidados dos diferentes governos. Você verá precisamente o que eu estava dizendo sobre a inversão de escala. Dinheiro, dinheiro, dirão; o comércio útil é aquele que traz dinheiro; o comércio ruinoso

commerce ruineux est celui qui se solde en argent. À les entendre, l'État le plus riche serait celui qui aurait trouvé une mine inépuisable d'or ; et s'ils pouvaient à leur gré gouverner les éléments pour s'épargner le travail de la mine, ils obligeraient l'air et le feu de le mettre en fusion et de le vomir, comme le Vésuve pousse des matières enflammées, jusqu'à ce que la lave eût couvert et endurci toute la surface du territoire de la patrie, et qu'ils fussent parvenus au fort du Roi Midas.

Mais, diront-ils, votre comparaison pêche précisément dans le point le plus essentiel. Vous avez dit tout à l'heure que le possesseur du superflu ne regardait jamais en arrière, et méconnaissait l'abondance et le nécessaire ; et il faut avouer que cette imputation a quelque vérité. Si votre figure était juste, il faudrait que ceux qui, en matière d'intérêt d'État, en calculent la puissance d'après la quotité de son argent, n'eussent aucunes vues relatives au commerce et à l'agriculture. Or, c'est précisément ici le contraire. Nous ne voulons de l'argent que parce qu'il est le suc nourricier du commerce, le représentatif des facilités du troc. Le commerce vivifie l'agriculture, en donnant un prix et des débouchés à ses productions. Ainsi la comparaison de votre échelle renversée cloche à tous égards. L'argent est la sève de l'industrie et de l'agriculture, loin d'en être le superflu.

Tout est-il dit, Messieurs ? Est-ce bien là votre système ? Fixons-le, afin de ne point varier. Voici maintenant le mien à moi. L'argent n'est rien du tout de sa

é aquele que resulta em dinheiro. Segundo eles, o Estado mais rico seria aquele que teria encontrado uma mina inesgotável de ouro; e, se pudessem governar à vontade os elementos para se pouparem do trabalho da mina, eles obrigariam o ar e o fogo a fundi-lo e vomitá-lo, como o Vesúvio empurra as matérias em chamas, até que a lava tenha coberto e endurecido toda a superfície do território da pátria, e que tivessem chegado ao forte do rei Midas.

Mas, poderão dizer: sua comparação peca justamente no ponto mais essencial. Você disse anteriormente que o possuidor do supérfluo nunca olhou para trás e interpretou mal a abundância e o necessário; e deve-se admitir que essa imputação tem alguma verdade. Se a sua figura estivesse correta, seria necessário que aqueles que, em assuntos de interesse do Estado, calculassem seu poder de acordo com a cota de seu dinheiro, não tivessem nenhuma visão relativa ao comércio e à agricultura. No entanto, aqui é precisamente o oposto. Só queremos dinheiro porque ele é a força vital do comércio, o representante das facilidades de escambo. O comércio vivifica a agricultura, dando um preço e mercados aos seus produtos. Portanto, sua comparação da escala invertida está errada em todos os aspectos. O dinheiro é a seiva da indústria e da agricultura, longe de ser seu supérfluo.

Tudo foi dito, senhores? É este o sistema dos senhores? Fixemo-lo, para que ele não varie. Vejamos agora o meu. O dinheiro não é nada de sua natureza.

nature. Il est seulement devenu signe de convention représentatif des biens de la vie. Loin que la multiplication du signe donne des facilités pour le troc et pour la production de la chose signifiée, il ne fait qu'embarrasser l'un et l'autre : un plus gros volume du signe en représente un moindre de la chose signifiée ; il me semble même qu'il n'y a à cela que de l'incommodité. Le mal serait peu considérable jusque-là, mais en voici de plus réels.

La commodité du signe une fois établi comme nature de biens dans l'État, fait tomber toutes les autres. Les biens naturels de l'agriculture et du commerce, à savoir les denrées et les marchandises, font pénibles à acquérir, sujets au dépérissement, difficiles et embarrassants à garder, n'ont de prix que pour celui qui en a besoin. Votre signe au contraire se trouve dans des mines, s'acquiert en volant et en tendant la main, arts de facile exercice ; il ne dépérit même point, un coffre-fort suffit pour rassembler la plus grosse fortune : le débit en est assuré à l'instant, et il prend au gré du possesseur toutes sortes de formes. Il est donc dans la plus exacte raison que le signe prenne dans l'estime humaine le pas à tous égards sur la chose signifiée, et que la banque fasse négliger le commerce et l'agriculture.

Ce n'est pas ici le lieu de démontrer tous les inconvénients tant moraux que physiques de cette nature de biens, combien elle échappe au régime des lois ; dans quelle impossibilité elle met le Prince, les lois, la police, et enfin tous les moyens humains d'empêcher le monopole et la vénalité de la loi même et de la conscience

Ele se tornou apenas um signo de convenção representativo dos bens da vida. Longe de a multiplicação do signo facilitar o escambo e a produção da coisa significada, ela apenas os embarça: um maior volume do signo representa um menor volume da coisa significada; até me parece que só há inconveniente nisso. O mal seria pouco considerável até então, mas aqui estão alguns mais reais.

A comodidade do signo, uma vez estabelecida como natureza de bens no Estado, derruba todas as outras. Os bens naturais da agricultura e do comércio, a saber, os víveres e as mercadorias, são difíceis de adquirir, sujeitos à deterioração, difíceis e embaraçosos de manter, e não têm preço, exceto para aqueles que deles precisam. O signo dos senhores, ao contrário, encontra-se em minas, adquire-se roubando e estendendo a mão, artes de fácil exercício; ele nem mesmo perece, um cofre basta para arrecadar a maior fortuna: o débito é garantido no momento, e toma todas as formas ao capricho do possuidor. É, portanto, pela razão mais exata que o signo tem precedência na estima humana em todos os aspectos sobre a coisa significada, e que o banco faça com que o comércio e a agricultura sejam negligenciados.

Este não é o lugar para demonstrar todos os inconvenientes, tanto morais quanto físicos, dessa natureza de bens, o quanto ela foge ao regime das leis; em que impossibilidade ela coloca o príncipe, as leis, a polícia e, finalmente, todos os meios humanos para impedir o monopólio e a venalidade da própria lei e da

; quelles secousses elle peut donner à l'État en sauvant les grands coupables, ou leur donnant du moins la facilité d'associer leur fortune à leur proscription ; combien elle est peu capable de tenir lieu des autres biens dont elle usurpe la place ; combien elle détruit la dépendance où le riche est du travail du pauvre, seul palliatif du mal véritable de l'inégalité des fortunes ; combien elle rend fautif et ruineux le tarif de la subvention réciproque entre le gouvernement et les sujets, qui fait la principale artère de la circulation dans un État ; combien enfin elle rompt tous les liens de la sociabilité entre les citoyens, et établit la dureté, l'intérêt et la bassesse. Toutes ces choses viendront naturellement et d'elles-mêmes dans la suite de mon ouvrage, et sans que je m'érige en censeur.

Il me suffit maintenant d'avoir fait douter un instant du principe de mes antagonistes ; je lui donnerai une attaque encore seulement en établissant sur des notions même triviales, ce que c'est que la vraie richesse.

La nourriture, les commodités et les douceurs de la vie sont la richesse. La terre la produit, et le travail de l'homme lui donne la forme. Le fonds et la forme sont la terre et l'homme. Qu'y a-t-il par-delà ? Partout la forme est nécessaire au fonds, ici plus qu'ailleurs. *Tant vaut l'homme, tant vaut la terre*, dit un proverbe bien sensé. Si l'homme est nul, la terre l'est aussi. Avec des hommes on double la terre qu'on possède, on en défriche, on en acquiert. Dieu seul a su de la terre tirer un homme ; en tous temps et en tous lieux on a su avec des hommes avoir de la

consciência; quais abalos pode dar ao Estado salvando os grandes culpados, ou pelo menos dando-lhes a facilidade de associar sua fortuna à sua proscrição; quanto pouco é capaz de ocupar o lugar dos outros bens cujo lugar usurpa; quanto destrói a dependência que os ricos têm do trabalho dos pobres, único paliativo do verdadeiro mal da desigualdade das fortunas; como torna falha e ruínosa a tarifa de subvenção recíproca entre o governo e os súditos, que constitui a principal artéria de circulação de um Estado; o quanto, finalmente, ela rompe todos os laços de sociabilidade entre os cidadãos e estabelece a dureza, o interesse e a baixeza. Todas essas coisas virão naturalmente e por si mesmas na continuação do meu trabalho, e sem que eu me coloque como censor.

Por ora, basta duvidar por um momento do princípio de meus antagonistas; farei um ataque adicional apenas estabelecendo, mesmo em noções triviais, o que é a verdadeira riqueza.

A comida, as comodidades e as doçuras da vida são a riqueza. A terra a produz e o trabalho do homem lhe dá forma. O fundo e a forma são a terra e o homem. O que está além? Em toda a parte a forma é necessária para o conteúdo, aqui mais do que em qualquer outro lugar. *O homem vale tanto quanto a terra*, diz um provérbio bem-intencionado. Se o homem é nada, também o é a terra. Com os homens, dobramos a terra que possuímos, desflorestamo-la, adquirimo-la. Só Deus soube como tirar um homem da terra;

<p>terre, ou du moins le produit, ce qui revient au même. Il s'ensuit de là que le premier des biens, c'est d'avoir des hommes, et le second de la terre.</p>	<p>em todos os tempos e em todos os lugares, soubemos que os homens têm terra, ou pelo menos o produto, o que equivale à mesma coisa. Segue-se daí que o primeiro dos bens é ter homens, e o segundo é ter terras.</p>
<p>La multiplication des hommes s'appelle <i>Population</i>. L'augmentation du produit de la terre s'appelle <i>Agriculture</i>. Ces deux principes de richesses sont intimement liés l'un à l'autre. Je l'ai dit, je le prouverai dans le Chapitre suivant.</p>	<p>A multiplicação dos homens é chamada de <i>população</i>. O aumento do produto da terra é chamado de <i>agricultura</i>. Esses dois princípios de riqueza estão intimamente ligados entre si. Eu o disse e o provarei no capítulo seguinte.</p>

**Tradução do Capítulo “Liberdade” do Ensaio Físico de Quesnay<sup>196</sup>**

<p>La Liberté (p. 349-373; 24p.)</p> <p>On s'est formé une idée si peu exacte de la liberté des hommes, qu'il semble que cette faculté ne consiste que dans le pouvoir d'agir, ou de ne pas agir dans un même cas, &amp; dans les mêmes circonstances : Ainsi la liberté ne consisteroit que dans le pouvoir que l'homme auroit de se déterminer uniquement par lui-même sans motifs &amp; sans raison. Cette idée étrange de la liberté a fait naître parmi les Philosophes, &amp; les Théologiens, beaucoup de contestations même sur l'existence de cette faculté.</p> <p>Non-seulement les hommes ne se déterminent peut-être jamais sans motifs, même dans les actions qui paroissent les plus indifférentes; mais ils doivent encore le faire avec beaucoup plus d'application dans les cas où il leur est important de consulter leurs intérêts avant que de se déterminer. On ne peut pas même suposer que l'Etre tout-puissant, la Sagesse Suprême agisse librement sans motif, ou sans raison ; une telle liberté ne peut convenir à aucun Etre intelligent.</p>	<p>A Liberdade</p> <p>Formou-se uma ideia tão imprecisa da liberdade dos homens, que parece que essa faculdade consiste apenas no poder de agir ou de não agir em um mesmo caso e nas mesmas circunstâncias. De tal modo a liberdade consistiria somente no poder que o homem teria de tomar decisões, sem motivo e sem razão, unicamente por ele mesmo. Essa ideia estranha da liberdade fez nascer entre os filósofos e os teólogos muitas contestações sobre a própria existência de tal faculdade.</p> <p>Os homens não apenas jamais se determinam sem motivo, mesmo nas ações que parecem as mais indiferentes; mas eles ainda devem fazê-lo com bem mais aplicação nos casos em que é mais importante consultar seus interesses do que se determinar. Não podemos nem mesmo supor que o Ser todo-poderoso, a Sabedoria Suprema, aja livremente sem motivo ou sem razão; uma tal liberdade não pode convir a nenhum Ser inteligente.</p>
--	--

---

<sup>196</sup> Cf. Quesnay (1747).

La liberté de l'homme ne consiste donc pas simplement dans le pouvoir d'agir ou de ne pas agir, elle renferme aussi celui d'examiner, & d'apprécier les motifs qui doivent préférablement nous déterminer. Ainsi la liberté *consiste dans le pouvoir de délibérer pour se déterminer avec raison à agir, ou à ne pas agir.*

L'ame est affectée dans l'exercice de la liberté par plusieurs motifs ; par des motifs prévenans, par des motifs dirigeans, enfin par des motifs déterminans : Un Marchand, par exemple, toujours excité par le desir du gain, veut employer une somme d'argent à acheter quelque marchandise ; il s'en présente à lui de deux sortes, qui peuvent lui être avantageuses ; mais il y en a une qui, au premier aspect, lui paroît plus profitable ; cependant la crainte de se méprendre, lui fait examiner le prix de l'achat de chacune de ces marchandises, les frais qu'elles exigent, le détriment qu'elles peuvent souffrir, la promptitude du débit, le prix qu'il pourra la vendre ; il parvient par des calculs à évaluer toutes ces choses ; & après avoir comparé il se détermine pour celle qui lui paroît la plus avantageuse : ce Marchand est donc d'abord poussé par le desir du gain à faire valoir son argent : il est porté ensuite à délibérer par la crainte de se tromper : enfin il est décidé par la marchandise qui lui paroît la plus profitable, & souvent cette marchandise n'est pas celle qui lui sembloit d'abord la plus avantageuse. L'homme qui se conduit avec raison, n'est donc pas déterminé immédiatement comme les bêtes, par l'objet qui le

A liberdade do homem não consiste então simplesmente no poder de agir ou de não agir, ela consiste também em poder examinar e apreciar os motivos que devem preferencialmente nos determinar. Assim, a liberdade *consiste no poder de deliberar para se determinar com razão a agir ou a não agir.*

A alma é afetada no exercício da liberdade por muitos motivos; por motivos preventivos, por motivos dirigentes, enfim, por motivos determinantes: um Mercador, por exemplo, sempre excitado pelo desejo do ganho, quer empregar uma soma de dinheiro para comprar alguma mercadoria; são apresentados a ele dois tipos que lhe podem ser vantajosos; mas, um deles, num primeiro aspecto, lhe parece mais lucrativo. Entretanto, o medo de se enganar o faz examinar o preço de compra de cada uma dessas mercadorias, as tarifas exigidas, o prejuízo que podem sofrer, a prontidão do débito, o preço pelo qual poderá vendê-la; por meio de cálculos, ele avalia todas essas coisas; e, após comparação, ele se decide por aquela que lhe parece a mais vantajosa. Esse comerciante é, portanto, movido pelo desejo do ganho a fazer valer seu dinheiro; ele é então levado a deliberar pelo medo de se enganar; enfim, ele decide pela mercadoria que lhe parece a mais lucrativa e, muitas vezes, tal mercadoria não é aquela que lhe pareceu a mais vantajosa num primeiro momento. O homem que se conduz com razão, logo, não é

frappe & l'affecte le plus. La liberté est donc dans l'homme une faculté réelle, & effective.

L'exercice de la liberté exige de la part de l'ame, cinq fonctions.

1°. Son acquiescement aux motifs généraux ou particuliers qui la préviennent ou qui la prédéterminent à vouloir quelque bien particulier sans la déterminer décisivement à se livrer à la jouissance de ce bien. L'âme acquiesce à ces motifs sans liberté, puisqu'ils préviennent l'exercice, & l'usage de la liberté.

2° Son acquiescement aux motifs qui la portent à délibérer : Elle est encore déterminée par ces motifs sans liberté ; puisqu'ils ne font que conduire à l'exercice même de la liberté.

3°. La délibération, où l'ame se rappelle toutes les connoissances qui peuvent l'éclairer dans ses recherches sur le parti qu'elle doit prendre, ou sur les moyens les plus convenables qu'elle doit choisir pour réussir. La délibération est la partie la plus essentielle de l'exercice de la liberté ; cependant cet exercice ne s'accomplit pas par la seule délibération ; puisque l'ame ne parvient à délibérer que par les fonctions précédentes, & qu'elle a encore à juger, & à se[sic] décider, après avoir délibéré.

La délibération exige l'exercice de presque toutes les facultés de l'ame, surtout de la volonté active, de l'attention, de la réflexion, & de l'examen.

imediatamente determinado, como os animais, pelo objeto que lhe toca e lhe afeta mais.

O exercício da liberdade exige, por parte da alma, cinco funções:

1°. A sua aquiescência aos motivos gerais ou particulares que a previnem ou que a predeterminam a querer algum bem particular sem determinar decisivamente render-se ao usufruto desse bem. A alma cede a esses motivos sem liberdade, pois eles impedem o exercício e o uso da liberdade.

2ª. Seu assentimento aos motivos que lhe fazem deliberar: Ele ainda é determinado por esses motivos sem liberdade, uma vez que eles apenas a conduzem ao exercício da própria liberdade;

3ª. A deliberação, na qual a alma se lembra de todos os conhecimentos que podem esclarecê-la na busca por qual partido tomar, ou em relação aos meios mais convenientes que devem ser escolhidos para se ter sucesso. A deliberação é a parte mais essencial do exercício da liberdade; entretanto, esse exercício não é realizado apenas pela deliberação; isso porque a alma só chega a deliberar pelas funções precedentes, devendo ainda, após deliberar, julgar e decidir.

A deliberação exige o exercício de quase todas as faculdades da alma, sobretudo da vontade ativa, da atenção, da reflexão e do exame. É nessas

C'est dans ces facultés que consiste le pouvoir de délibérer ; mais nous ne connoissons pas au juste l'étendue de ce pouvoir ; parce que nous ne pouvons pas en connoître les bornes par l'usage de ce même pouvoir, ni par le sentiment intime, & que nous n'avons point d'autres moyens pour nous en instruire. Les motifs fort pressans affoiblissent beaucoup la volonté active : La lassitude dont l'attention, qui est une action organique excitée par la volonté active, est susceptible, rend cette action de plus en plus pénible ; les passions violentes la troublent ; les dispositions peu favorables du Corps la rendent moins facile ; les défauts des organes, par lesquels elle s'accomplit, y apportent de l'empêchement : Or, lorsque nous nous arrêtons avant de nous être suffisamment instruits sur notre intérêt, nous ne savons pas si nous cédon à la difficulté, ou à l'impuissance, & par conséquent si nous consomons tout le pouvoir que nous avons pour régler notre conduite.

Cette incertitude a servi de prétexte à quelques Philosophes, trop livrés à leurs opinions, pour soutenir sans raison que nous sommes toujours arrêtés par l'impuissance ; mais de telles décisions qui ne sont point avouées par l'évidence, ne sont visiblement que le produit de la prévention ou du préjugé, dans ceux qui prononcent si affirmativement.

4°. Le jugement par lequel l'ame apprécie les motifs qui peuvent la déterminer, est précisément l'acte qui doit régler l'usage de la Liberté.

faculdades que está o poder de deliberar; mas nós não conhecemos a justa extensão desse poder; pois nós não podemos conhecer seus limites pelo seu uso, nem pelo sentimento íntimo, e nem, tampouco, temos outros meios para nos instruir sobre isso. Os motivos mais prementes enfraquecem bastante a vontade ativa: a lassidão de que a atenção, que é uma ação orgânica estimulada pela vontade ativa, é suscetível, torna essa ação cada vez mais penosa; as paixões violentas a perturbam; as disposições menos favoráveis do corpo tornam-na menos fácil; as deficiências dos órgãos, nos quais ela é exercida, colocam-lhe impedimentos: ora, quando nos detemos antes de nos termos instruído suficientemente sobre nosso interesse, nós não sabemos se cedemos à dificuldade ou à impotência, e, por consequência, se nós utilizamos todo o poder que temos para ajustar nossa conduta.

Essa incerteza serviu de pretexto a alguns filósofos, demasiadamente entregues às suas opiniões, para sustentar, sem razão, que estamos sempre presos pela impotência; mas dessas decisões que não são de forma alguma admitidas pela evidência, são visivelmente apenas o produto da prevenção ou do prejulgamento entre aqueles que as pronunciam de forma tão afirmativa.

4ª O julgamento pelo qual a alma aprecia os motivos que podem determiná-la é, precisamente, o ato que deve reger o uso da liberdade.

Lorsqu'il suffit pour notre intérêt de parvenir à la connoissance du meilleur, il nous est facile de nous décider régulièrement [sic] ; mais quand notre intérêt est partagé entre deux objets dont l'un est meilleur, & l'autre plus agréable, & surtout quand le plus agréable nous affecte plus que le meilleur, nous nous décidons souvent, même avec connoissance, à notre désavantage ; mais ordinairement notre ame se trompe alors elle-même librement : Pour comprendre cette vérité, il faut comme nous l'avons déjà dit, considérer notre volonté comme sensitive & passive, & comme active & intellectuelle : comme passive elle est toujours entièrement livrée à ce qui nous plaît le plus : comme active & intellectuelle elle peut, lorsqu'elle n'est pas invinciblement subjuguée par les motifs qui agissent sur elle, se décider par son intérêt même bien entendu, & par sa force d'intention, à prendre le parti le plus avantageux.

5°. La décision, qui termine l'exercice de la liberté, est une résolution fixe que l'ame prend sur le parti qu'elle choisit avec plus ou moins d'efforts, selon que son intérêt est actuellement plus ou moins partagé entre le meilleur & le plus agréable, & selon qu'elle a plus ou moins cherché à ne se pas tromper.

Tant que l'ame demeure indécise, tant qu'elle est dans l'exercice de sa liberté, & qu'elle est chancelante entre les différents motifs qui agissent sur elle, elle est alors comme dans un état d'indifférence, elle est également disposée à prendre l'un ou l'autre des partis sur lesquels elle

Quando é suficiente para nosso interesse chegar ao conhecimento do melhor, é mais fácil para nós decidir regularmente; mas, quando nosso interesse é partilhado entre dois objetos em que um é melhor e o outro mais agradável, e sobretudo quando o mais agradável nos afeta mais do que o melhor, decidimo-nos com frequência, ainda que sabidamente, pela nossa desvantagem; mas, ordinariamente, nossa alma se engana livremente por si mesma. Para compreender essa verdade, é necessário, como já dissemos, considerar nossa vontade como sensitiva e passiva, e, também, como ativa e intelectual; como passiva ela é sempre inteiramente entregue ao que nos é mais agradável; como ativa e intelectual ela pode, quando não é invencivelmente subjugada pelos motivos que a influenciam, se decidir por seu próprio interesse e por sua própria força de intenção, tomando partido do que é mais vantajoso.

5ª A decisão, que encerra o exercício da liberdade, é uma resolução fixa que a alma assume sobre o que ela escolheu com mais ou menos esforço, a depender de seu interesse ter sido mais ou menos compartilhado entre o melhor e o mais agradável e conforme ela tenha tentado mais ou menos não se enganar.

Enquanto a alma permanecer indecisa, enquanto estiver no exercício de sua liberdade e vacilante entre os diferentes motivos que agem sobre ela, então, ela estará como que num estado de indiferença, ela estará igualmente disposta a escolher uma ou outra opção entre as quais ela

délibere ; & s'il est vrai que l'on ne puisse pas sçavoir si l'ame parvient toujours au dernier terme de son pouvoir lorsqu'elle se détermine, on ne peut pas non plus soutenir que l'ame, soit qu'elle délibere, soit qu'elle se détermine, ne soit pas libre ou exempte de contrainte, ou d'assujettissement, ni qu'elle se détermine toujours par une nécessité Morale, ou Physique.

Les motifs font naître, il est vrai, la volonté de l'ame ; & la volonté suscite l'attention, d'où il paroît que l'ame est toujours assujettie aux motifs qui l'affectent, & que ceux qui l'affectent le plus doivent toujours l'emporter sur ceux qui agissent plus foiblement sur elle ; mais il faut, avant que se livrer à cette opinion, distinguer entre ces motifs, ceux qui affectent le plus l'ame actuellement, d'avec ceux qui lui sont moins sensibles, mais qui lui présentent un intérêt plus avantageux ; il ne faut pas oublier non plus que ces derniers motifs, & plusieurs autres déterminent la volonté à suspendre, à réfléchir, & à délibérer, & que cette volonté qui suscite l'attention, est fortifiée par l'attention même, qui lui rend tous ces motifs plus sensibles, plus nombreux, & plus lumineux, ce qui étend le pouvoir qu'a l'ame d'examiner, & de juger : Le pouvoir de la liberté consiste donc radicalement dans le pouvoir de l'attention : Mais cette faculté est, comme nous l'avons dit, exposée à plusieurs obstacles plus ou moins difficiles à vaincre. L'ame se trouve dans le Corps qu'elle habite & qu'elle dirige, comme un Nautonnier dans un vaisseau en pleine Mer, qui ne peut

deliberar; e é verdade que não se pode saber se a alma chega ao fim e ao cabo de seu poder quando ela determina, tampouco se pode sustentar que a alma, seja quando delibera, seja quando determina, não seja livre ou isenta de coerção ou de sujeição, nem que ela tome decisões, sempre por uma necessidade moral ou física.

Os motivos fazem nascer, é verdade, a vontade da alma; e a vontade suscita a atenção, daí que a alma parece sempre ser sujeitada aos motivos que a afetam, e que aqueles que a afetam mais devem sempre prevalecer sobre aqueles que agem sobre ela de forma mais sutil; mas há que, antes de tomar partido dessa opinião, distinguir, entre esses motivos, aqueles que afetam mais a alma de imediato daqueles que lhe são menos sensíveis, mas que lhe apresentam um interesse mais vantajoso; tampouco é necessário não esquecer que, esses últimos motivos, e muitos outros, determinam a vontade de suspender, de refletir e de deliberar, e que essa vontade que suscita a atenção é fortalecida pela própria atenção, a qual lhe restitui todos esses motivos mais sensíveis, mais numerosos e mais luminosos, o que estende o poder que a alma tem de examinar e de julgar. O poder da liberdade consiste, então, radicalmente no poder da atenção. Mas essa faculdade é, como dissemos, exposta a muitos obstáculos, mais ou menos difíceis de vencer. A alma se encontra no corpo que ela habita e que ela dirige, como um barqueiro em

avancer que par le secours des vents réglés par le gouvernail ; mais lorsque le vent est impétueux, qu'il agite violemment la Mer, qu'il force le gouvernail, & en rend les mouvemens, & la direction plus difficile & plus pénible, le Nautonnier cede plus ou moins promptement aux obstacles qui lui résistent, & qui le fatiguent ; mais ne pouvoit-il pas, quoiqu'avec peine, soutenir plus long-tems le travail, ou l'a-t'il soutenu en effet jusqu'à ce qu'il se soit trouvé absolument dans l'impuissance de le continuer ?

Or peut-on affirmer que ce Nautonnier est toujours forcé d'aller au gré des vents, parce que ce n'est que par leurs secours qu'il peut avancer ? Peut-on assurer aussi qu'il ne cede jamais à leur impétuosité que lorsqu'il est dans l'impuissance de leur résister ?

Cet exemple donne une juste idée du pouvoir de l'ame dans l'exercice de sa liberté, car c'est l'ame du Navigateur qui préside, & qui décide ; l'attention est toujours ce gouvernail par lequel elle peut maîtriser, & faire valoir les motifs qui la meuvent : Or selon cette idée, peut-on assurer que l'ame est toujours entraînée par ces motifs, & qu'elle ne cede jamais simplement à la difficulté, mais toujours à l'impuissance ; & qu'ainsi elle n'est point libre ou exempte de contrainte ou de nécessité ?

um navio em pleno mar, que só pode avançar com a ajuda dos ventos conforme a direção do leme. Mas, quando o vento é impetuoso, quando ele agita violentamente o mar, forçando o leme e tornando os movimentos e a direção cada vez mais difíceis e mais penosos, o barqueiro cede, mais ou menos prontamente, aos obstáculos que lhe fazem resistência e que o cansam; mas, ele não poderia, ainda que com dificuldade, sustentar por mais tempo o trabalho, ou, com efeito, ele o sustentou até que se tenha encontrado absolutamente incapaz de continuar?

Ora, podemos afirmar que esse barqueiro sempre é forçado a navegar conforme os ventos pois é apenas com a sua ajuda que ele pode avançar? Podemos assegurar, além disso, que ele só cede à sua impetuosidade quando não consegue mais resistir?

Esse exemplo dá uma justa ideia do poder da alma no exercício de sua liberdade, pois é a alma do barqueiro que preside e que decide; a atenção é sempre esse leme pelo qual ele pode controlar e fazer valer os motivos que o movem. Agora, conforme essa ideia, podemos assegurar que a alma é sempre incitada por esses motivos e que ela simplesmente jamais pode ceder à dificuldade, mas sempre à impotência e que, assim, ela não é em nada livre ou isenta de coerção ou de necessidade?

Une telle opinion ne peut naître que d'une idée très-incomplète de l'état de l'ame dans la direction de ses déterminations. On oublie la diversité des motifs, dont les uns la préviennent, & la poussent vers un bien présent, dont d'autres lui présentent un bien plus intéressant, & dont les autres la retiennent, & l'obligent de suspendre.

Dans cet état, l'ame demeureroit indéterminée tant que ces différentes impulsions qui l'assujettissent resteroient dans le même équilibre, & elle seroit entraînée aussitôt que par quelque changement purement Physique, cet équilibre seroit rompu, & qu'une de ces impulsions deviendrait plus puissante que les autres ; tel est donc précisément le mécanisme auquel ceux qui nient la liberté assujettissent l'ame dans ses détermination, & il seroit tel en effet, si l'ame n'avoit par elle-même aucun pouvoir capable d'apporter du changement dans l'état & dans la puissance des motifs prévenants qui agissent sur elle. Mais ces motifs l'engagent à délibérer, & c'est par le secours de son attention qu'elle délibère, c'est-à-dire qu'elle réfléchit, qu'elle examine, & qu'elle juge. Or toute ces opérations font non-seulement naître de nouveaux motifs qui ne seroient pas survenus sans elles ; mais elles changent encore l'état & la puissance de tous ces motifs en les examinant, en les comparant ; en les appréciant, & en les réduisant à leur juste valeur.

Uma tal opinião não pode nascer senão de uma ideia muito incompleta do estado da alma na direção de suas determinações. Esquece-se a diversidade de motivos, dos quais alguns a instruem e a levam para um bem imediato, outros, por sua vez, apresentam-lhe um bem mais interessante, e, ainda, outros a fazem hesitar e obrigam-na a se suspender.

Nesse estado, a alma permaneceria indeterminada enquanto esses diferentes impulsos que a sujeitam continuariam em equilíbrio, até que tão logo fosse incitada alguma mudança puramente física que fizesse com que tal equilíbrio fosse rompido e, assim, um desses impulsos se tornaria mais forte do que os outros; tal é, então, precisamente, o mecanismo ao qual aqueles que negam a liberdade sujeitam a alma em suas determinações e, assim seria, de fato, se a alma não tivesse por si só um poder capaz de provocar uma mudança no estado e na potência dos motivos preventivos que agem sobre ela. Mas esses motivos a levam a deliberar e ela o faz com a ajuda de sua atenção, quer dizer que ela reflete, examina e julga. Ora, todas essas operações fazem não apenas nascerem novos motivos, mas elas mudam ainda o estado e a potência de todos esses motivos ao examinar-lhes, ao comparar-lhes, ao apreciar-lhes e ao reduzir-lhes a seu justo valor.

L'ame n'est donc pas alors simplement déterminée par des causes purement Physiques & extrinseques, mais encore par un concours d'opérations qui lui sont propres, & qui changent tout le mécanisme des impulsions Physiques qui nous préviennent. Je ne parle ici que de la liberté naturelle, qui n'est pas soutenue par des secours surnaturels, & qui s'exerce non-seulement pour les actions purement Morales, mais encore pour toutes les affaires de la vie.

Toutes les opérations de l'ame s'exécutent par le pouvoir de l'attention ; or l'étendue de ce pouvoir qui est la mesure de l'étendue de la liberté, varie dans tous les cas par la force des motifs, & par les dispositions actuelles du Corps, & nous ignorons toujours les bornes de ce pouvoir ; nous sçavons seulement qu'il peut se trouver dans trois états ; dans l'état de facilité, dans l'état de difficulté, enfin dans l'état d'impuissance par l'invincibilité des obstacles qu'il ne peut surmonter, ce qui établit différens degrés de liberté, & ce qui peut aussi la faire disparaître en diverses circonstances ; c'est pour quoi nos déterminations sont quelquefois parfaitement libres, quelquefois en partie libres, & en partie machinales, & quelquefois purement machinales, c'est alors ou la prévention, ou le bon sens qui nous décide, sans le secours de la raison.

A alma não é, então, simplesmente determinada por causas puramente físicas e extrínsecas, mas, ainda, por um conjunto de operações que lhe são próprias e que modificam todo o mecanismo de impulsos físicos que nos instruem. Eu falo aqui somente da liberdade natural, que não é sustentada por salvaguardas sobrenaturais e que não somente se exerce por ações puramente morais, mas, ainda, por todos os assuntos da vida.

Todas as operações da alma se executam pelo poder da atenção; ora, a extensão desse poder, que é a medida da extensão da liberdade, varia em todos os casos pela força das motivações e pelas disposições imediatas do corpo. Ademais, todos os limites desse poder são por nós ignorados; nós sabemos apenas que ele pode se encontrar em três estados; no estado de facilidade, no estado de dificuldade e, por fim, no estado de impotência pela invencibilidade dos obstáculos que ele não pode superar, o que estabelece diferentes graus de liberdade e o que também pode fazer com que, em diversas circunstâncias, desapareça; é por isso que nossas determinações são algumas vezes perfeitamente livres, outras vezes parcialmente livres e parcialmente maquinais, ou, ainda, outras vezes puramente maquinais. Então, é ou a prevenção, ou o bom senso que nos faz decidir, sem a ajuda da razão.

Ce dernier cas se remarque facilement ; parce que celui qui agit, connoît par son sentiment intime qu'il n'a pas délibéré ; mais il ne sçait pas toujours s'il ne pouvoit pas délibérer, & si véritablement il n'étoit pas libre lorsqu'il n'a pas agi librement, parce que lorsqu'on ne résiste pas, & qu'on ne fait pas d'efforts, on peut être arrêté par des obstacles qui, sans qu'on le sçache, n'étoient pas invincibles; de-là vient que nous ne pouvons pas toujours nous juger nous-mêmes, & que nous connoissons mal notre mérite & notre démerite dans nos déterminations, & dans nos actions Morales ; Il n'y que Dieu seul qui puisse être notre juge : Les hommes peuvent juger les actions ; mais ils ne peuvent pas en apprécier les causes.

L'exercice de la liberté, n'est pas toujours suivi du bon usage de la liberté, & le bon usage de la liberté, n'est pas non plus toujours précédé de l'exercice de cette faculté.

La premiere proposition n'est que trop facile à prouver, chacun sçait assez que quoique l'on connoisse le mal, & que l'on ait même pris la résolution de ne le pas commettre, on succombe enfin ; parce que les passions, & les apétits, qui continuent de nous solliciter fortement après notre résolution, nous jettent souvent dans ce malheur ; surtout lorsque nous ne sommes pas assez attentifs dans les tems de tranquillité à prévenir ces déreglemens. L'attention peut dans ces tems de calme agir

Esse último caso se constata facilmente; pois, aquele que age, sabe, por seu sentimento íntimo, que não deliberou; mas ele nem sempre sabe se ele não pôde deliberar e se ele, verdadeiramente, não esteve livre quando não agiu livremente, pois, quando não se resiste e não se faz esforço, pode-se ser impedido por obstáculos que, sem que o saibamos, não eram invencíveis; daí advém que não podemos julgar a nós mesmos (...) e, em nossas ações morais, há somente Deus que pode ser nosso juiz. Os homens podem julgar as ações; mas eles não podem apreciar suas causas.

O exercício da liberdade nem sempre é acompanhado do bom uso da liberdade; e o bom uso da liberdade, nem sempre, tampouco, é precedido pelo exercício dessa faculdade.

A primeira proposição não é tão fácil de provar, cada um sabe suficientemente bem que, por mais que conheçamos o mal e, mesmo que tenhamos como resolução não o cometer, acabamos, no fim, sucumbindo; porque as paixões e os apêtitos, que continuam a nos atizar intensamente após nossa resolução, nos lançam frequentemente a tal infortúnio; sobretudo quando nós não estamos, em momentos de tranquilidade, tão atentos para prevenir tais desordens. A atenção pode,

facilement, & nous rendre les motifs qui peuvent nous soutenir, plus présents & plus dominans ; car il est certain que l'exercice fréquent de cette faculté rend nos idées beaucoup plus sensibles & plus fortes; on conçoit par-là qu'elle est la puissance de l'attention dans l'exercice de la liberté, & combien elle est avantageuse à ceux qui sont continuellement attentifs à se former des idées sûres pour bien régler leur conduite ; combien aussi elle est funeste à ceux qui se livrent à leurs mauvaises inclinations, & qui sont fort attentifs aux objets illicites qui les flatent ; car alors cette faculté déprave les facultés du Corps qui agissent sur l'ame, & rend les hommes esclaves de leurs passions.

L'habitude produit les mêmes effets ; aussi est-on bien convaincu qu'une des meilleurs ressources pour ceux qui s'appliquent soigneusement à éviter le vice, est de contracter par un exercice continuel de la vertu, des habitudes qui fortifient, & qui assurent une conduite si avantageuse ; mais cette sagesse ne triomphe complètement que dans les hommes bien nés, je veux dire, dans ceux dont les facultés du Corps ne dérèglent pas les opérations de l'ame, n'affoiblissent pas les motifs qui l'éclairent sur ses véritables intérêts, ne troublent pas son attention, & ne traversent pas ses bons desseins ; c'est à ces hommes, dis-je, qu'il appartient de se former un plan de conduite, de veiller sans cesse sur eux-mêmes, de s'établir des règles, & de pouvoir se flater de les observer.

em tais momentos de calma, agir facilmente e nos dar motivos que podem ajudar a nos mantermos mais presentes e mais dominantes; pois é certo que o exercício frequente dessa faculdade nos dá ideias bem mais sensíveis e mais fortes; percebe-se, daí, que aí está o poder da atenção no exercício da liberdade e o quanto ela oferece vantagem àqueles que estão continuamente atentos a formar ideias corretas para bem ordenar sua conduta; quanto, também, ela é funesta àqueles que se deixam levar por suas más inclinações e que são bastante atentos aos objetos ilícitos que lhes aprazem; pois, então, essa faculdade deprava as faculdades do corpo que agem sobre a alma e fazem dos homens escravos de suas paixões.

O hábito produz os mesmos efeitos. Estamos convencidos de que um dos melhores recursos para aqueles que procuram cuidadosamente evitar o vício é adquirir, por um exercício contínuo da virtude, hábitos que fortalecem e que asseguram uma conduta mais vantajosa; mas essa sabedoria não triunfa completamente, a não ser nos homens bem-nascidos, quero dizer, naqueles cujas faculdades do corpo não atrapalham as operações da alma, não enfraquecem os motivos que a esclarecem sobre seus verdadeiros interesses, não distraem sua atenção e não cruzam os limites de seu bom senso; digo que é a esses homens que cabe velar sem descanso sobre si, estabelecer regras para si e poder se aprazer em observá-los.

Les autres hommes où l'amour de l'ordre, l'excellence & les avantages de la vertu, ne dominant pas sur les mauvaises inclinations, trouvent dans l'infâmie, dans la crainte du châtement, dans l'estime des hommes, dans l'espérance de la récompense, de puissans motifs pour réveiller & soutenir leur attention, & les porter du moins dans le calme des passions, à se précautionner contre leurs mauvaises dispositions. Ainsi sans parler présentement des secours que la Religion nous fournit pour les œuvres méritoires des biens surnaturels, les hommes trouvent dans l'ordre naturel, de grandes ressources pour les actions morales ; aussi y en a-t'il très-peu qui n'en tirent journellement un grand profit ; cependant l'expérience nous apprend que lorsqu'on attend à exercer sa liberté dans les momens où les appetits, & les passions agissent puissamment, on succombe souvent ; de-là vient principalement que l'exercice de la liberté n'est pas toujours suivi du bon usage de cette faculté.

Il n'est pas moins certain que le bon usage de la liberté n'est pas toujours précédé de l'exercice immédiat de cette même faculté ; car les hommes bien instruits sont souvent assez éclairés & assez bien disposés sur le parti qu'ils doivent prendre lorsqu'il faut se déterminer : Les exercices précédens de la liberté, la bonne éducation, l'étendue des connoissances, les bonnes habitudes, la force des motifs légitimes, les secours surnaturels qui nous préviennent, suffisent fort souvent, pour nous décider infailliblement & immédiatement à notre avantage.

Os outros homens – nos quais o amor pela ordem, a excelência e as vantagens da virtude não são dominantes sobre as más inclinações – encontram na infâmia, no medo do castigo, na estima dos homens e na esperança da recompensa, motivações poderosas para despertar e sustentar sua atenção e, pelo menos, conduzi-los, na calma de suas paixões, a se precaverem contra as más disposições. Assim, sem falar aqui do suporte que a religião nos fornece por meio das obras meritórias de bens sobrenaturais, os homens encontram na ordem natural grandes recursos para as ações morais; mas, também, são poucos os homens que conseguem tirar daí grande proveito diário; entretanto, a experiência nos ensina que, quando procuramos exercer nossa liberdade nos momentos em que os appetites e as paixões agem de forma poderosa, sucumbimos frequentemente; daí advém, sobretudo, que o exercício da liberdade não é sempre acompanhado pelo bom uso dessa faculdade.

Não é menos certo que o bom uso da liberdade nem sempre é precedido pelo exercício imediato dessa mesma faculdade; pois os homens bem instruídos são, com frequência, bastante esclarecidos e bastante convencidos sobre quais partidos devem tomar, no caso de terem de determinar. Os exercícios que precedem a liberdade, a boa educação, a extensão dos conhecimentos, os bons hábitos, a força das motivações legítimas, bem como as forças sobrenaturais que nos advertem, muitas

Cependant toutes ces déterminations qui paroissent ne consister que dans un simple acquiescement, sont du genre des actions libres, parce qu'elles sont une suite de l'exercice de la liberté, par lequel nous sommes parvenus à la connoissance du meilleur, & par lequel nous avons formé des résolutions permanentes, que nous exécutons ensuite par le secours immédiat des motifs qui nous rapellent, & qui nous font sentir, & reconnoître des avantages auxquels nous pouvons raisonnablement acquiescer sans hésiter.

L'homme ne doit pas se considérer lui seul dans l'exercice & dans l'usage de sa liberté ; il vit en société avec d'autres hommes qui ont comme lui des droits qu'il doit respecter, & auxquels [sic] on ne peut gueres préjudicier impunément : Ces droits sont naturels ou légitimes.

J'entends par droits naturels, ceux que la Nature même nous a assignés ; tel est par exemple, le droit qu'ont à la lumière tous les hommes à qui la Nature a donné des yeux ; il est manifeste qu'on ne peut en retrancher l'usage à aucuns de ces hommes, sans violer l'ordre établi par l'intelligence Suprême, à moins qu'il ne s'en désiste lui-même librement, ou que quelque raison conforme à l'ordre même ne l'exige.

vezes são suficientemente fortes para que decidamos infalivelmente e de forma imediata em relação a nossa própria vantagem.

Contudo, todas essas decisões, que parecem apenas consistir em uma simples aquiescência, pertencem ao gênero das ações livres, pois elas são um resultado do exercício da liberdade, pela qual nós logramos alcançar o conhecimento do que é melhor, e pela qual nós formamos resoluções permanentes, que depois executamos com a imediata ajuda das motivações que nos lembram e que nos fazem sentir e reconhecer as vantagens às quais nós podemos aquiescer razoavelmente sem hesitar.

O homem não deve se considerar sozinho no exercício e no uso de sua liberdade; ele vive em sociedade com outros homens que, como ele, possuem direitos que devem ser respeitados e aos quais dificilmente se pode prejudicar impunemente. Esses direitos são naturais ou legítimos.

Eu entendo por direitos naturais aqueles que a natureza mesmo nos atribuiu; tal é, por exemplo, o direito à luz que têm todos os homens aos quais a natureza deu olhos; é óbvio que não podemos retirar seu uso de nenhum homem desses homens sem violar a ordem estabelecida pela inteligência Suprema, a menos que ele próprio o faça, ou que alguma razão conforme à própria ordem o exija.

Cet exemple suffit pour se former une idée exacte du juste absolu, & de l'injuste absolu.

Les droits légitimes sont ceux qui sont réglés par les loix, que les hommes ont établies entr'eux, avec toutes les précautions nécessaires pour en assurer l'exécution.

Tous les hommes, considérés dans l'ordre naturel, sont originariement égaux ; chacun est obligé sous peine de souffrance, de conserver sa vie, & chacun est chargé seul envers soi-même de la rigueur du précepte ; un vif intérêt le porte donc à obéir ; mais personne n'apporte en naissant le titre qui distingue, & fixe la portion des biens dont il a besoin pour sa conservation ; tous les hommes ont donc chacun en particulier naturellement droit à tout indistinctement ; mais l'ordre veut que chaque homme se désiste de ce droit général & indéterminé ; parceque son droit est effectivement borné par la nature même à la quantité de biens qui lui est nécessaire pour se conserver ; les hommes ne peuvent donc sans agir contre l'ordre naturel, & contre leurs propres lumières, se refuser réciproquement cette portion qui, de droit naturel, appartient à chacun d'eux.

Il faut donc, ou qu'ils vivent à la maniere des bêtes, & que chaque homme s'empare journallement de la portion dont il a besoin, ou qu'ils forment entr'eux un partage qui assure à chacun la part qu'il doit avoir, & alors la

Esse exemplo é suficiente para se formar uma ideia exata do justo absoluto e do injusto absoluto.

Os direitos legítimos são aqueles que são regrados pelas leis que os homens estabeleceram entre si com todas as precauções necessárias para assegurar sua execução.

Todos os homens, considerados na ordem natural, são originariamente iguais; cada um é obrigado, sob pena de sofrimento, a conservar sua vida e cada um se responsabiliza em relação a si mesmo pelo rigor a esse preceito; um vivo interesse leva, assim, à obediência; mas ninguém traz de nascença o título que distingue e fixa a porção de bem que lhe é necessário para sua própria conservação; todos os homens têm, assim, naturalmente, cada um em particular, direito a tudo indistintamente; mas a ordem quer que cada homem desista desse direito natural e indeterminado; pois seu direito é, pela própria natureza, efetivamente limitado à quantidade de bens que lhe é necessário à sua conservação; logo, os homens não podem, sem agir contra a ordem natural e contra seus próprios interesses, recusarem reciprocamente tal porção, que pertence a cada um por direito natural.

É necessário, portanto, ou que os homens vivam como os animais, de modo que cada um se apodere diariamente da porção que necessita, ou que formem entre si uma divisão que assegure a cada um a parte que lhe

portion accordée à chaque homme lui apartiendra de droit naturel & de droit légitime ; Elle lui apartiendra de droit naturel non-seulement parce que selon l'ordre naturel, il doit avoir comme les autres ce qui lui est nécessaire pour sa conservation, mais encore parce qu'il est rigoureusement obligé de se conserver. Elle lui apartient de droit légitime, parce qu'elle lui est assignée par les loix que les hommes sont réciproquement jugé à propos d'établir entr'eux.

Il est étonnant que malgré des principes si évidens, il se soit élevé tant de contestations sur la réalité du juste absolu, & de l'injuste absolu, il faut nécessairement qu'on ait assigné à ces termes de juste ou d'injuste, des significations peu exactes ; car il n'est pas possible que ces mots ayent été introduits dans le langage des hommes sans rien désigner de réel ; mais lorsqu'on ne conteste que sur des idées vagues & confuses, la dispute porte presque toujours à faux : L'idée que je viens d'exposer du juste & de l'injuste, détermine exactement la question. Je vais examiner les principales objections, qu'on y oppose directement.

*Première Objection.*

La force, la ruse & les talens ont paru à quelques Philosophes établir tout le droit d'un chacun ; parce qu'en effet ces moyens paroissent décider de la fortune des hommes. L'homme est, dit-on le plus redoutable de tous les Animaux ; il tend à s'approprier tous les biens pour se rendre maître

caiba e, então, a porção concedida a cada homem pertencerá a ele por direito natural e por direito legítimo. Ela lhe pertencerá por direito natural, não apenas porque, de acordo com a ordem natural, cada um deve ter, tanto quanto os outros, o necessário para sua conservação, mas, ainda, porque cada um é rigorosamente obrigado a se conservar. Sua parte lhe pertence por direito legítimo, pois lhe é destinada pelas leis que os homens reciprocamente julgaram estabelecer entre si.

É surpreendente que, apesar desses princípios tão evidentes, tenha havido tantas contestações sobre a realidade do justo e do injusto absolutos, atribuindo-se, aos termos justo e injusto, necessariamente, significações pouco exatas; pois não é possível que essas palavras tenham sido introduzidas na linguagem dos homens sem designar nada de real; mas, quando só se contesta sobre ideias vagas e confusas, a disputa é quase sempre em torno de algo falso. A ideia que acabo de expor, do justo e do injusto determina exatamente a questão. Examinarei as principais objeções que se opõem a ela diretamente.

*Primeira objeção.*

Para alguns filósofos, a força, a astúcia e os talentos pareceram estabelecer o direito de cada um; pois, com efeito, esses meios parecem decidir sobre a fortuna dos homens. O homem é, diz-se, o mais formidável de todos os animais; ele tende a se apropriar de todos os bens

des autres hommes ; il asservit même, & réduit en esclavage ses semblables. Les bêtes ont-elles satisfait à leur besoin, leur avidité est assouvie, elles laissent les autres prendre tranquillement leur pâture, elles ne les assujettissent point, elles ne connoissent point les excès auxquels les hommes s'abandonnent : On ne peut donc dans l'ordre naturel, envisager aucune distribution équitable des biens entre les hommes; puisque leur constitution ou leurs inclinations naturelles s'y opposent entièrement ; il ne peut pas non plus s'établir entr'eux aucun partage de convention ; les hommes libres ne peuvent contracter ensemble avec sûreté ; ils ne sont point scrutateurs des pensées les uns des autres; or leurs conventions dénuées de cette condition essentielle, ne peuvent apporter aucune certitude, ni aucune confiance ; il y auroit de l'imprudence à l'un des contractans de satisfaire à ses engagements, sans être sûr que l'autre remplira les siens : Les hommes ne peuvent donc sans oublier entièrement leur intérêt, sans se nuire, & sans manquer imprudemment à eux-mêmes, exercer aucune justice entr'eux ; toutes les voyes leur sont ouvertes pour satisfaire à leur besoin, & pour les prévenir, tous les moyens leur sont naturellement permis pour pourvoir à leur sûreté, & à leur conservation, le juste absolu, & l'injuste absolu sont donc des Etres de raison.

para se tornar senhor de todos os outros homens; ele até mesmo faz de servos seus semelhantes e os reduz a escravos. Os animais, tendo suas necessidades satisfeitas, têm sua avidez também saciada, eles, então, deixam tranquilamente os outros se alimentarem de sua comida; de forma alguma, portanto, sujeitam os demais, eles nada conhecem, pois, dos excessos aos quais os homens se entregam. Não se pode, portanto, no âmbito da ordem natural, visar qualquer distribuição equitativa de bens entre os homens; uma vez que sua constituição ou suas inclinações naturais se opõem inteiramente a isso; não se pode, tampouco, estabelecer-se entre eles alguma repartição por convenção; os homens livres não podem estabelecer contratos com segurança; eles não podem escrutinar os pensamentos uns dos outros; ora, as suas convenções, desprovidas dessa condição essencial, não podem aportar nenhuma certeza e nem confiança; seria imprudência de um dos contratantes cumprir a sua parte sem ter certeza de que o outro fará o mesmo. Os homens não podem, então, sem deixar de lado seu interesse, sem ferir a si mesmos e sem abster-se imprudentemente de si, exercer alguma justiça mútua; todas as vias lhes estão abertas para satisfazerem suas necessidades e para preveni-las, todos os meios lhes são naturalmente permitidos para prover sua segurança e sua conservação, logo, o justo e o injusto são os seres de razão.

Cette avidité insatiable des hommes, & cette fureur de dominer les uns sur les autres, peuvent à la vérité, s'opposer à une distribution régulière des biens, jeter les hommes les plus féroces dans des déreglemens excessifs, & y entraîner même les plus raisonnables, & les plus pacifiques ; mais elles ne détruisent point leur droit naturel ; au contraire, l'incertitude & l'inquiétude qui naissent nécessairement de ce désordre horriblerendent chaque homme Juge de sa propre sûreté ; mais des Etres intelligens aperçoivent manifestement que ce n'est pas en oposant le dérèglement au dérèglement, c'est-à-dire en augmentant le desordre même, qu'ils éviteront les malheurs qu'ils veulent prévenir, toute leur ressource est au contraire de réprimer ces déreglemens qui leur sont si funestes ; tous leurs efforts, toutes leurs précautions doivent donc tendre à se rapprocher tous de l'ordre, à se contenir réciproquement dans le bon usage de leur liberté, en se formant une autorité ou une puissance qui les assujettissent souverainement aux loix qu'elle prescrit, & aux engagements libres & réciproques qu'ils peuvent alors légitimement & surement contracter entr'eux.

Cette puissance ne détruit point le droit naturel de chaque homme ; au contraire elle l'assure & le regle selon les vûes les plus convenables & les plus intéressantes à la société.

Essa avidez insaciável do homem e esse furor dominador de uns sobre os outros podem, na verdade, se opor a uma distribuição regular de bens, lançar a desregramentos excessivos os homens mais ferozes e até mesmo os mais razoáveis e os mais pacíficos; mas nem por isso destroem seu direito natural; pelo contrário, a incerteza e a inquietude que nascem necessariamente dessa desordem horrível faz de cada homem juiz de sua própria segurança; mas os seres dotados de inteligência percebem manifestadamente que não é opondo desregramento a desregramento, aumentando, pois, a desordem, que eles evitarão os infortúnios que gostariam de prevenir, todas as suas capacidades, ao contrário, concorrerão para reprimir esses desregramentos que lhes são tão funestos; todos os seus esforços e todas as suas precauções devem, então, tender a se aproximar da ordem, a restringir-se ao bom uso da liberdade, formando uma autoridade ou um poder que lhes sujeitam soberanamente às leis que ela prescreve e aos compromissos livres e recíprocos que eles podem, então, legítima e seguramente contratar uns com os outros.

Esse poder não destrói de forma alguma o direito natural de cada homem; ao contrário, ele o assegura e o regulamenta conforme as vias mais convenientes e mais interessantes para a sociedade.

Le juste & l'injuste absolus subsistent donc toujours ; c'est la même loi fondamentale qui, au défaut des loix positives, & des conventions particulieres, décide les contestations qui s'élevent entre les hommes soumis à l'autorité même.

*Seconde Objection.*

Le droit naturel des hommes est originairement égal ; pourquoi les uns sont-ils favorisés de tous les avantages de la fortune, lorsque les autres sont plongés dans la misere, & dans l'indigence ? Quel rapport y a-t'il entre une distribution si irréguliere avec l'équité ou avec le droit naturel & égal des hommes ?

Mille causes naturelles contribuent inévitablement & nécessairement à produire cette inégalité ; or ces causes ne sont point assujeties [sic] à l'ordre Moral, elles appartiennent à un système beaucoup plus général, dont les hommes qui ont existé, qui existent, & qui existeront, ne font qu'un très-petite partie ; elles agissent pour la conservation d'un tout, & leur action est réglée selon les vûes & les desseins de l'intelligence Suprême qui a construit l'Univers, qui le gouverne, & qui en assure la durée ; c'est dans toute l'étendue de cet ordre, ou de ce système général, qu'il faut en chercher la régularité, & non dans la distribution égale ou inégale du droit naturel de chaque homme ; c'est aux hommes à se régler

O justo e o injusto absolutos subsistem, então, continuamente; é a mesma lei fundamental que, na ausência de leis positivas e de convenções particulares, decide sobre as contendas que se levantam entre os homens submetidos à autoridade.

*Segunda objeção.*

O direito natural dos homens é originalmente igual; por que uns são favorecidos por todas as vantagens da fortuna, enquanto outros são mergulhados na miséria e na indigência? Que relação existe entre uma distribuição tão irregular em relação à equidade ou em relação ao direito natural e igual dos homens?

Mil causas naturais contribuem inevitavelmente e necessariamente para produzir essa desigualdade; ora, essas causas não estão sujeitas à ordem moral, elas pertencem a um sistema bem mais geral, do qual os homens que existiram, os que existem e os que existirão compõem apenas uma pequena parte; elas agem para a conservação de um todo e sua ação é regrada conforme as vistas e os desígnios da inteligência Suprema que construiu o universo, que o governa e que assegura sua duração; é em toda extensão dessa ordem, ou desse sistema geral, que se faz necessário buscar a regularidade, e não na distribuição igual ou desigual do direito natural de cada homem; cabe, aos homens conduzirem-se por essa

sur cet ordre même, & non à le méconnoître, ou à chercher inutilement ou injustement à s'en affranchir.

Les hommes eux-mêmes contribuent beaucoup aussi à cette inégalité, & à cette vicissitude qui se trouvent dans la distribution de leurs droits ; ceux qui sont attentifs, laborieux, oeconomés, les augmentent légitimement, ceux qui les négligent, ou qui les aliéent imprudemment, les diminuent par leur faute ; les hommes ne sont point chargé réciproquement les uns de réparer les pertes des autres, surtout celles qui nous arrivent par le mauvais usage de notre liberté.

L'autorité réprime les entreprises de ceux qui veulent envahir nos biens, ou attenter à notre liberté, ou à notre vie ; mais elle ne peut sans troubler l'ordre de la Société, & sans favoriser le dérèglement des hommes qui tombent dans l'indigence par leur mauvaise conduite, remédier aux dérangemens qui arrivent continuellement dans la distribution des biens.

Mais les hommes qui peuvent se rendre utiles ont une ressource assurée dans leurs talens, & dans leurs travaux, & ceux qui sont dans l'impuissance de travailler, trouvent du secours dans l'assistance des hommes bienfaisans, & attentifs à observer les regles de l'équité, & les préceptes de la Religion.

mesma ordem e não negligenciá-la ou buscar inutilmente ou injustamente dela se livrarem.

Os próprios homens contribuem bastante com essa desigualdade e com essas vicissitudes que se encontram na distribuição de seus direitos; aqueles que são atentos, laboriosos, econômicos, as aumentam legitimamente, enquanto aqueles que a negligenciam, ou que a alienam imprudentemente, as diminuem por sua culpa; os homens de forma alguma são encarregados reciprocamente de repararem uns as perdas dos outros, sobretudo aquelas que acontecem pelo mau uso da liberdade.

A autoridade reprime as empreitadas daqueles que desejam invadir nossos bens, bem como atentar contra nossa liberdade ou nossa vida; mas ela não pode, sem atrapalhar a ordem da sociedade e sem favorecer o desregramento dos homens que caem na indigência por suas más condutas, remediar os desarranjos que ocorrem continuamente na distribuição dos bens.

Mas os homens que podem se fazer úteis têm um recurso assegurado por seus talentos e por seus trabalhos, e aqueles que se encontram incapazes de trabalhar acham ajuda na assistência de homens benevolentes e atentos n observação das regras da equidade e dos preceitos da religião.

L'ordre naturel prescrit aussi aux hommes des devoirs envers eux mêmes, que la Religion & les loix positives reglent selon les vûes de l'Auteur de la Nature qui se manifestent par elles mêmes & selon les avantages de la Société.

Toutes ces Loix fondamentales naissent d'un même principe, & si elles paroissent se contrarier en quelque point, ou à quelques égards, c'est pour mieux s'oposer au mauvais usage de la liberté des hommes & former ensemble un tout plus régulier.

L'intelligence Suprême a voulu que l'homme fût libre ; or, la liberté est muë par différens motifs, qui peuvent le maintenir dans l'ordre, ou le jetter dans le désordre, il falloit des loix précises pour lui marquer exactement son devoir envers Dieu, envers lui-même, & envers autrui, qu'il fût intéressé à les observer ; c'est dans ces vûes que la Religion, & la Politique se sont réunies à l'ordre naturel pour contenir plus surement les hommes dans la voye qu'ils doivent suivre.

A ordem natural também prescreve aos homens deveres consigo mesmos, os quais a religião e as leis positivas regram conforme as vontades do Autor da natureza que se manifestam por si mesmas e conforme as vantagens da sociedade.

Todas as leis fundamentais nascem do mesmo princípio e, se elas parecem se contrariar em algum ponto ou em alguns aspectos, é para melhor se oporem ao mal uso da liberdade dos homens e formar um conjunto ainda mais regular.

A inteligência Suprema quis que o homem fosse livre; mas a liberdade é movida por diferentes motivos, que podem mantê-lo na ordem ou jogá-lo na desordem. Foram necessárias leis precisas para balizarem seu dever para com Deus, para consigo mesmo e para com os outros, as quais lhe fosse interessante observar; é por essas vias que a religião e a política se reuniram à ordem natural para, com mais segurança, manter os homens no caminho que devem seguir.

**Tradução do item 5 (Instruction) do capítulo 2 (Lois fondamentales de l'empire) do *Despotismo da China* – Quesnay<sup>197</sup>**

<p>5. Instuction</p> <p>Il n'y a point de ville, de bourg, de village où il n'y ait des maîtres pour instruire la jeunesse, lui apprendre à lire et à écrire ; toutes les villes considérables ont des collèges ou des salles où l'on prend, comme en Europe, les degrés de licencié, de maître ès-arts ; celui de docteur ne se prend qu'à <i>Pékin</i> : ce sont ces deux dernières classes qui fournissent les magistrats et tous les officiers civils.</p> <p>Les jeunes Chinois commencent à apprendre aux écoles dès l'âge de cinq ou six ans ; leur alphabet consiste en une centaine de caractères qui expriment les choses les plus communes, telles que le soleil, la lune, l'homme, etc., avec les figures des choses mêmes : cette espèce de bureau typographique sert beaucoup à éveiller leur attention et à leur fixer la mémoire.</p> <p>On leur donne ensuite à étudier un petit livre nommé <i>San-tse-king</i> qui contient en abrégé tout ce que l'on doit apprendre ; il est composé de plusieurs sentences fort courtes, de trois caractères, et rangées en rimes. Quoiqu'elles soient au nombre de plusieurs mille, le jeune écolier est obligé de les savoir toutes : d'abord il en apprend cinq ou six par jour,</p>	<p>5. Instrução</p> <p>Não há cidade, vilarejo ou aldeia onde não haja mestres para instruir os jovens, para ensiná-los a ler e escrever; todas as cidades consideráveis têm colégios ou salas onde se obtém, como na Europa, os graus de graduação, de mestre em artes; o de médico é feito apenas em <i>Pequim</i>: são essas duas últimas classes que fornecem os magistrados e todos os oficiais civis.</p> <p>Os jovens chineses começam a aprender nas escolas a partir dos cinco ou seis anos; seu alfabeto é composto por cem caracteres que expressam as coisas mais comuns, como o sol, a lua, o homem etc., com as figuras das próprias coisas: esse tipo de operação tipográfica serve muito para despertar a atenção e lhes firmar a memória.</p> <p>Em seguida, são levados a estudar um pequeno livro chamado <i>Sant-tse-king</i>, que contém resumidamente tudo o que deve ser aprendido. Ele é composto por várias frases muito curtas, de três caracteres, e dispostas em rima. Embora elas sejam em vários milhares, o jovem estudante é obrigado a conhecer todas: primeiro ele aprende cinco ou seis por dia e,</p>
---	---

<sup>197</sup> Cf. Quesnay (1767).

<p>ensuite il augmente par degrés à mesure que sa mémoire se fortifie. Il doit rendre compte deux fois par jour de ce qu'il a appris, s'il manque plusieurs fois à sa leçon, la punition suit aussitôt la faute, on le fait coucher sur un banc et il reçoit sur son caleçon dix ou douze coups d'un bâton plat comme une latte ; il n'y a point de congés qui interrompent les études des écoliers, on exige d'eux une application si constante qu'ils n'ont de vacances qu'un mois au commencement et cinq ou six jours au milieu de l'année. On voit que dans ces petites écoles il ne s'agit pas simplement, comme chez nous, de montrer à lire et à écrire, on y joint en même temps l'instruction qui donne un vrai savoir.</p> <p>Lorsqu'ils en sont venus à étudier les <i>Tsée chu</i>, ce sont quatre livres qui renferment la doctrine de <i>Confucius</i> et de <i>Mencius</i>, on ne leur permet pas d'en lire d'autres qu'ils ne les sachent exactement par cœur. En même temps qu'ils étudient ces livres, on leur apprend à former leurs lettres avec le pinceau : on leur donne d'abord sur de grandes feuilles des lettres fort grosses et écrites en rouge qu'ils sont obligés de couvrir d'encre noire ; après ces premiers éléments, viennent des caractères plus petits qui sont noirs ; ils calquent ceux-ci sur une feuille de papier blanc à travers un transparent ; on prend grand soin de leur donner de bons principes d'écriture, parce que l'art de bien peindre les lettres est fort estimé chez les Chinois. Les écoliers connaissent-ils assez de caractères pour la composition ? On leur donne une matière à amplifier ; c'est</p>	<p>em seguida, aumenta gradualmente o ritmo à medida que sua memória se fortalece. Ele deve prestar contas duas vezes ao dia do que aprendeu. Se faltar várias vezes à aula, o castigo é dado imediatamente, ele é obrigado a se deitar em um banco e recebe dez ou doze golpes sobre a cueca como uma ripa; não há férias que interrompam os estudos dos alunos, exige-se deles uma dedicação tão constante que só possuem um mês de férias no início do ano e cinco ou seis dias no meio. Vemos que nestas escolinhas não se trata, simplesmente, como em nosso país, de ensinar a ler e escrever, eles também incluem a instrução que agrega um verdadeiro saber.</p> <p>Quando eles vêm estudar o <i>Tsée chu</i> - são quatro livros que contêm a doutrina de <i>Confúcio</i> e <i>Mêncio</i> - não lhes é permitido ler outros que eles não saibam exatamente de cor. Ao mesmo tempo em que estudam esses livros, eles são ensinados a dar forma às suas letras com o pincel: são dadas primeiro, em grandes folhas, letras muito grandes, escritas em vermelho, que eles devem cobrir com tinta preta; após esses primeiros elementos, vêm caracteres menores que são pretos; eles os calcam em uma folha de papel branco, através de uma transparência; grande cuidado é dado para terem bons princípios de escrita, porque a arte de pintar bem as letras é muito apreciada entre os chineses. Os alunos conhecem caracteres suficientes para a composição? Eles recebem material para ampliar; geralmente é uma frase dos livros clássicos,</p>
--	---

<p>ordinairement une sentence des livres classiques, quelquefois ce sujet n'est qu'un simple caractère dont il faut deviner le sens ; le style de cette composition doit être concis et serré. Pour s'assurer du progrès des écoliers, l'usage dans quelques provinces est d'assembler tous ceux d'une même famille dans une salle commune de leurs ancêtres et de les faire composer ; là, chaque chef de maison leur donne à son tour un sujet et leur fait préparer un dîner ; si quelqu'écolier s'absente sans raison, ses parents sont obligés de payer vingt sols.</p> <p>Outre les soins particuliers et libres à chaque famille, les jeunes gens sont obligés à des compositions deux fois par an, au printemps et en hiver, devant le maître d'école. Ces deux examens sont encore, quelquefois, suivis de plusieurs autres que font les mandarins, les lettrés ou les gouverneurs des villes qui donnent, à ceux qui ont le mieux réussi, des récompenses arbitraires.</p> <p>Les personnes aisées ont, pour leurs enfants, des précepteurs qui sont licenciés ou docteurs. Ceux-ci ne donnent pas seulement à leurs élèves les premiers éléments des lettres, mais ils leur enseignent encore les règles de la civilité, l'histoire et les lois. Ces emplois de précepteurs sont également honorables et lucratifs. Ils sont traités des parents des enfants avec beaucoup de distinctions ; partout on leur donne la première place. <i>Sien-sieng, notre maître, notre docteur, c'est le nom qu'on leur donne.</i></p>	<p>outras vezes apenas um caractere simples, cujo significado deve ser adivinhado; o estilo desta composição deve ser conciso e fechado. Para garantir o progresso dos alunos, é de costume, em algumas províncias, reunir todos os membros da mesma família em uma sala comum de seus ancestrais e fazer com que componham; ali, cada chefe de casa, por sua vez, dá-lhes um assunto e manda preparar-lhes um jantar; se algum aluno faltar sem motivo, seus pais são obrigados a pagar vinte sóis.</p> <p>Além dos cuidados particulares e gratuitos a cada família, os jovens são obrigados a fazer uma redação duas vezes ao ano, na primavera e no inverno, perante o professor da escola. Estes dois exames são ainda, por vezes, seguidos de vários outros feitos pelos mandarins, pelos letrados ou pelos governantes das cidades que dão, àqueles que tiverem os melhores resultados, recompensas arbitrárias.</p> <p>As pessoas abastadas têm, para seus filhos, preceptores que são graduados ou médicos. Eles não apenas dão aos alunos os primeiros elementos das letras, mas também lhes ensinam as regras de civilidade, história e leis. Esses empregos de preceptores são igualmente honrosos e lucrativos. Eles são tratados com muita distinção; em todos os lugares lhes é dado o primeiro lugar. <i>Sien-sieng, nosso mestre, nosso médico, é o</i></p>
---	--

<p>Leurs disciples, surtout, conservent pour eux, toute leur vie, la plus profonde vénération.</p> <p>L'instruction du peuple est d'ailleurs une des fonctions principales des mandarins. Le premier et le quinze de chaque mois, tous les mandarins d'un endroit s'assemblent en cérémonie, et un d'eux prononce devant le peuple un discours dont le sujet roule toujours sur la bonté paternelle, sur l'obéissance filiale, sur la déférence qui est due aux magistrats, sur tout ce qui peut entretenir la paix et l'union.</p> <p>L'empereur lui-même fait assembler, de temps en temps, les grands seigneurs de la cour et les premiers mandarins des tribunaux de <i>Pékin</i> pour leur faire une instruction dont le sujet est tiré des livres canoniques (<i>Histoire générale des voyages</i>).</p> <p>L'instruction que les mandarins doivent donner au peuple, deux fois par mois, est ordonnée par une loi de l'empire, ainsi que les seize articles sur lesquels cette instruction doit s'étendre.</p> <p>1° Recommander soigneusement les devoirs de la piété filiale et la déférence que les cadets doivent à leurs aînés, pour apprendre aux jeunes gens combien ils doivent respecter les lois essentielles de la nature.</p>	<p>nome que damos a eles. Seus discípulos, sobretudo, conservam por eles, durante toda a vida, a mais profunda veneração.</p> <p>A instrução do povo é, aliás, uma das principais funções dos mandarins. Nos dias primeiro e quinze de cada mês, todos os mandarins de um determinado lugar se reúnem em cerimônia e um deles pronuncia, perante o povo, um discurso cujo assunto sempre gira em torno da bondade paterna, da obediência filial, da deferência que é devida aos magistrados e sobre tudo o que possa manter a paz e a união.</p> <p>O próprio imperador reúne, de tempos em tempos, os grandes senhores da corte e os primeiros mandarins das dos tribunais de Pequim para dar-lhes uma instrução cujo tema é retirado dos livros canônicos (<i>História Geral das Viagens</i>).</p> <p>A instrução que os mandarins devem dar ao povo duas vezes por mês é ordenada por uma lei do império, assim como os dezesseis artigos sobre os quais essa instrução deve se estender.</p> <p>1. Recomendar cuidadosamente os deveres da piedade filial e a deferência que os mais novos devem aos mais velhos, para ensinar aos jovens o quanto devem respeitar as leis essenciais da natureza.</p>
--	--

<p>2° Recommander de conserver toujours dans les familles un souvenir respectueux de leurs ancêtres, comme un moyen d'y faire régner la paix et la concorde.</p>	<p>2° Recomendar que as famílias sempre conservem uma lembrança respeitosa de seus antepassados, como forma de fazer reinar a paz e a harmonia.</p>
<p>3° D'entretenir l'union dans tous les villages pour y éviter les querelles et les procès.</p>	<p>3° Manter a unidade em todos os vilarejos, para evitar as querelas e os pleitos.</p>
<p>4° De faire estimer beaucoup la profession du labour et de ceux qui cultivent les mûriers, parce qu'alors on ne manquera ni de grains pour se nourrir, ni d'habits pour se vêtir.</p>	<p>4° Atribuir muito valor à profissão da lavoura e dos que cultivam amoreiras, porque assim não faltará nem grão para comer, nem roupa para vestir.</p>
<p>5° De s'accoutumer à l'économie, à la frugalité, à la tempérance, à la modestie ; ce sont les moyens par lesquels chacun peut maintenir sa conduite et ses affaires dans un bon ordre.</p>	<p>5° Acostumar-se à economia, à frugalidade, à temperança, à modéstia; são esses os meios pelos quais cada um pode manter em boa ordem sua conduta e seus negócios.</p>
<p>6° D'encourager par toutes sortes de voies les écoles publiques, afin que les jeunes gens y puisent les bons principes de morale.</p>	<p>6. Incentivar, por todos os meios, as escolas públicas, para que os jovens possam extrair delas os bons princípios da moralidade.</p>
<p>7° De s'appliquer totalement, chacun à ses propres affaires, comme un moyen infallible pour entretenir la paix de l'esprit et du cœur.</p>	<p>7° Aplicar-se totalmente, cada um aos seus afazeres, como meio infalível de manter a paz do espírito e do coração.</p>
<p>8° D'étouffer les sectes et les erreurs dans leur naissance, afin de conserver dans toute sa pureté la vraie et la solide doctrine.</p>	<p>8° Abafar seitas e erros desde o nascimento, a fim de conservar em toda a sua pureza a verdadeira e sólida doutrina.</p>

<p>9° D'inculquer au peuple les lois pénales établies, pour éviter qu'il ne devienne indocile et revêche à l'égard du devoir.</p>	<p>9° Inculcar no povo as leis penais estabelecidas, para evitar que se tornem indóceis e rígidos no que concerne ao cumprimento do dever.</p>
<p>10° D'instruire parfaitement tout le monde dans les règles de la civilité et de la bienséance, dans la vue d'entretenir les bons usages et la douceur de la société.</p>	<p>10° Instruir perfeitamente a todos as regras de civilidade e de decoro, visando a manutenção dos bons usos e da doçura da sociedade.</p>
<p>11° D'apporter toutes sortes de soins à donner une bonne éducation à ses enfants et à ses jeunes frères, afin de les empêcher de se livrer au vice et de suivre le torrent des passions.</p>	<p>11° Ter todo o cuidado em dar uma boa educação a seus filhos e a seus irmãos menores, a fim de evitar que se entreguem ao vício e sigam a torrente das paixões.</p>
<p>12° De s'abstenir de la médisance, pour ne pas s'attirer des ennemis et pour éviter le scandale qui peut déranger l'innocence et la vertu.</p>	<p>12° Abster-se da calúnia, para não atrair inimigos e evitar o escândalo que pode perturbar a inocência e a virtude.</p>
<p>13° De ne pas donner d'asile aux coupables, afin de ne pas se trouver enveloppé dans leurs châtimens.</p>	<p>13° Não dar asilo aos culpados, a fim de não se ver envolvido em seus castigos.</p>
<p>14° De payer exactement les contributions établies, pour se garantir des recherches et des vexations des receveurs.</p>	<p>14° Pagar exatamente as contribuições estabelecidas, para se proteger de buscas e vexações dos recebedores.</p>
<p>15° D'agir de concert avec les chefs de quartier dans chaque ville, pour prévenir les vols et la fuite des voleurs.</p>	<p>15° Atuar em conjunto com os chefes de distrito de cada cidade, para prevenir os furtos e a fuga de ladrões.</p>
<p>16° De réprimer les mouvements de colère, comme un moyen de se mettre à couvert d'une infinité de dangers.</p>	<p>16° Reprimir os movimentos de cólera, como forma de se blindar de uma infinidade de perigos.</p>

L'obligation de satisfaire soigneusement à ces instructions est d'autant plus essentielle aux mandarins, qu'ils sont responsables de certains crimes qui peuvent se commettre dans leur territoire. S'il arrive un vol ou un meurtre dans une ville, le mandarin doit découvrir le voleur ou le meurtrier, sous peine de perdre son emploi.

La gazette du gouvernement intérieur de l'empire est encore, pour le public, une instruction historique journalière, qui lui présente des exemples de tous genres qui inspirent de la vénération pour la vertu, de l'amour pour le souverain, et de l'horreur pour le vice ; elle étend les connaissances du peuple sur l'ordre, sur les actes de justice, sur la vigilance du gouvernement. On y lit le nom des mandarins destitués et les raisons de leurs disgrâces ; l'un était trop dur, l'autre trop indulgent, un autre trop négligent, un autre manquait de lumière. Cette gazette fait aussi mention des pensions accordées ou retranchées, etc. Elle rapporte, avec la plus grande vérité, les jugements des tribunaux ; les calamités arrivées dans les provinces, les secours qu'ont donnés les mandarins du lieu par les ordres de l'empereur. L'extrait des dépenses ordinaires et extraordinaires du prince ; les remontrances que les tribunaux supérieurs lui font sur sa conduite et sur ses décisions ; les éloges que l'empereur donne à ses ministres ou les réprimandes qu'il leur fait y sont renfermées. En un mot, elle contient un détail fidèle et circonstancié de toutes les affaires de l'empire. Elle s'imprime chaque jour à Pékin, et se

A obrigação de cumprir cuidadosamente estas instruções é ainda mais essencial para os mandarins, pois são responsáveis de certos crimes que possam ser cometidos em seu território. Se acontecer um roubo ou assassinato em uma cidade, o mandarim deve descobrir o ladrão ou o assassino, sob pena de perder o emprego.

A gazeta do governo interior do império é ainda, para o público, uma instrução histórica diária, que lhe apresenta exemplos de todos os tipos que inspiram veneração pela virtude, amor ao soberano e aversão ao vício; ela amplia o conhecimento do povo sobre a ordem, sobre os atos da justiça, sobre a vigilância do governo. Lemos ali os nomes dos mandarins depostos e as razões de suas desgraças; um era muito duro, outro muito indulgente, um outro muito negligente, um outro ainda carecia de luz. Essa gazeta também menciona pensões concedidas ou deduzidas etc. Ela relata, com a maior verdade, os julgamentos dos tribunais; as calamidades que aconteceram nas províncias, os socorros dados pelos mandarins de determinado lugar por ordem do imperador. O extrato das despesas ordinárias e extraordinárias do príncipe; as críticas que os tribunais superiores lhe fazem sobre sua conduta e suas decisões; os elogios que o imperador faz a seus ministros, ou as repreensões que ele lhes dá; tudo está contido nela. Em uma palavra, ela contém um detalhe fiel e circunstancial de todos os assuntos do império. É impressa diariamente em *Pequim* e se difunde por todas as províncias

répand dans toutes les provinces de l'empire ; elle forme une brochure de soixante-dix pages et ne comprend rien de ce qui se passe au dehors de l'empire. Ceux qui sont chargés de la composer doivent toujours la présenter à l'empereur avant que de la rendre publique, mais il leur est défendu très sévèrement d'y ajouter, de leur chef, la moindre circonstance équivoque ou les réflexions les plus légères. En 1726, deux écrivains furent condamnés à mort pour y avoir inséré des faits qui se trouvèrent faux. (*Mélanges intéressants et curieux.*)

C'est ainsi qu'à la Chine les livres qui renferment les lois fondamentales de l'État sont dans les mains de tout le monde ; l'empereur doit s'y conformer. En vain un empereur voulut-il les abolir, ils triomphèrent de la tyrannie.

do império; forma um panfleto de setenta páginas e não compreende nada do que se passa fora do império. Os responsáveis pela sua composição devem sempre apresentá-la ao imperador antes de torná-la pública, mas estão estritamente proibidos de acrescentar-lhe, por iniciativa própria, a menor circunstância equívoca ou a reflexão mais leve que seja. Em 1726, dois escritores foram condenados à morte por terem inserido fatos considerados falsos. (*Mélanges intéressants et curieux.*)

É assim que na China os livros que contêm as leis fundamentais do Estado estão nas mãos de todos; o imperador deve se conformar. Em vão, um imperador quis aboli-los, mas eles triunfaram sobre a tirania.

**Tradução do Capítulo 19 Do livro *Heureuse nation, ou gouvernement des féliciens, de Le Mercier de la Rivière*<sup>198</sup>**

JAI annoncé dans mon dix-septieme chapitre que le superbe lieu destiné en Félicie à l'Assemblée Nationale et à la Cour Félicienne est enrichi de magnifiques tableaux, tous composés pour servir à l'instruction de la Nation : la beauté unique de ces précieux ouvrages ne pourra que perdre infiniment dans la description que je vais en donner, si je ne trouve dans mes lecteurs, l'enthousiasme social d'une Ame Félicienne.

La vaste rotonde où se tiennent les séances de ces deux Assemblées, est précédée d'un grand vestibule. En jetant les yeux sur sa porte extérieure on est saisi d'admiration à la vue d'un relief caractéristique de la Justice. Les Féliciens ne la représentent point comme nous, avec une épée et des balances ; ils ont placé dans l'une de ses mains un rouleau de loix ; dans l'autre, une urne renversée de laquelle on voit sortir une grande quantité de productions diverses : par là, ils ont voulu montrer qu' elle est tout-à-la-fois le premier principe de toutes les loix et la source morale de l'abondance : sur sa tête elle porte une colone, surmontée d'une couronne et cet emblème renferme deux idées : la colone, symbole de force, annonce que la justice en est le soutien ; et la couronne supportée par cette colone, indique que cette force, fondée sur la justice, est celle qui doit régner souverainement. A ses pieds, on aperçoit

Eu anunciei, no meu décimo sétimo capítulo, que o esplêndido lugar destinado, na Felícia, à Assembleia Nacional e à Corte Felicianiana é enriquecido por quadros magníficos, ali combinados para servir à instrução da nação: a beleza única dessas preciosas obras só poderá se perder infinitamente na descrição que vou lhes dar, se eu não encontrar nos meus leitores o entusiasmo social de uma Alma Felicianiana.

A vasta rotunda onde acontecem as seções dessas assembleias é precedida de um grande vestibulo. Lançando os olhos sobre sua porta exterior, ficamos admirados pela vista de um traço característico da justiça. Os felicianos não a representam de forma alguma como nós, com uma espada e balanças; eles posicionaram em uma de suas mãos um pergaminho da lei; na outra, uma urna virada, de onde saem grandes quantidades de produções diversas: com isso, eles desejaram mostrar que ela é, ao mesmo tempo, o princípio primeiro de todas as leis e a fonte moral da abundância: sobre a cabeça, ela leva um pilar sobreposto por uma coroa, emblema que contém duas ideias: o pilar, símbolo da força, anuncia que a justiça é a sustentação; e a coroa, cujo suporte é esse pilar, indica que essa força, fundada sobre a justiça, é a que deve reinar soberanamente. Aos seus pés, vê-se vários guerreiros; alguns dormindo com a cabeça apoiada sob pilhas de armamento; outros desarmados e

---

<sup>198</sup> Cf. La Rivière (1792).

<p>plusieurs guerriers ; les uns, endormis la tête appuyée sur des faisceaux d'armes ; les autres, désarmés et travaillant à différentes récoltes avec des gens de la campagne, ce qui annonce que c'est à celle qu'on est redevable des douceurs de la paix</p>	<p>trabalhando em diferentes colheitas com camponeses, o que anuncia que é a ela que se devem as doçuras da paz.</p>
<p>Un autre relief décore la porte intérieure de ce vestibule, celle de la rotonde même. La Raison, que les Féliciens représentent toujours avec un flambeau allumé placé près d'elle ou dans ses mains, a l'un de ses bras abaissé et l'autre élevé : dans cette attitude elle se sert du doigt index de la main du premier pour montrer la terre, et de l'index de la main du second pour montrer le ciel ; par cette double indication elle nous avertit que pour instituer de bonnes loix, il faut consulter l'un et l'autre ; méditer les rapports de l'homme phisique avec l'ordre phisique, et ceux que nous avons avec la Divinité comme Êtres Intelligens : cette idée correspond à la Philosophie Félicienne qui reconnoît des loix morales aussi natureles pour nous que les loix physiques.</p>	<p>Um outro traço decora a porta desse vestibulo, a da própria rotunda. A razão, que os felicianos representam sempre com uma tocha acesa posicionada perto dela, ou em suas mãos, possui um braço para baixo e outro para cima: com essa atitude, ela usa o dedo indicador da mão do primeiro para apontar para a terra, e o da outra mão para mostrar o céu; por essa dupla indicação, ela nos adverte que, para instituir boas leis, é necessário consultar ambos; meditar sobre as relações do homem físico com a ordem física, e sobre a relação que temos com a Divindade, como seres inteligentes: essa ideia corresponde à filosofia felicianiana que reconhece as leis morais, tão naturais a nós quanto as leis físicas</p>
<p>Voici maintenant les principaux tableaux qui parent si majestueusement la salle de l'Assemblée.</p>	<p>Veamos agora as pinturas que adornam tão majestosamente a sala da assembleia.</p>
<p>Le premier, à main droite en entrant, est un monstre de taille et de forme humaine, sans yeux, sans oreilles, ayant la bouche ainsi que les dents d'une grandeur démesurée, et le cœur couvert de trois peaux écailleuses repliées l'une sur l'autre. Il est monté sur un lion monstrueux, dont la criniere hérissée est entre-mêlée de divers cordons de chevalerie. Sur le cou de l'animal est à cheval un gros singe qui s'amuse à déchirer</p>	<p>A primeira, à direita de quem entra, é um monstro de tamanho e forma humanas, sem olhos, sem orelhas, com a boca e os dentes de uma grandeza desmensurada, e o coração coberto com três peles escamosas dobradas umas sobre as outras. Ele está montado em um leão monstruoso, cuja juba, eriçada, se entrelaça com vários cordões de</p>

plusieurs placets. Ce lion, dont les grifes sont énormes, paroît courir de toutes ses forces, pressé par la folie qui, le suivant immédiatement, le fouete à tour de bras ; en courant ainsi, d'un coup de sa queue il déracine et renverse un grand arbre chargé de fruits, qui, par sa chute écrase plusieurs malheureux : dans sa gueule sanglante il tient un enfant déjà dévoré à moitié : il est entouré de deux gros serpens dont les têtes sont placées de manière à boucher ses deux oreilles, tandis que les replis de leurs corps le contraignent de tenir ses yeux fermés : dans l'une de ses mains l'aveugle cavalier porte une torche ardente avec laquelle, en passant, il incendie un champ de blé ; dans l'autre, est une chaîne dont il se sert pour traîner des captifs qui, ne pouvant en supporter le poids, sont tombés par terre : devant lui est un goufre, une espèce de volcan, dans lequel on voit que sa monture ne peut manquer de se précipiter avec lui : sous cette allégorie on a voulu peindre le DESPOTISME ARBITRAIRE d'un seul.<sup>199</sup>

A droite et à gauche trois autres natures de Gouvernement sont représentées par trois tableaux, d'une grandeur assez considérable, pour que leurs différens groupes, quoique nombreux, s'y trouvent placés sans confusion, et produisent ensemble un grand effet.

cavalaria. No pescoço do animal, está montado um macaco gordo que se diverte rasgando diversas petições. O leão, cujas garras são enormes, parece correr com toda força, pressionado pela loucura que, perseguindo-o de imediato, açoita-o; correndo assim, ele de repente desmaia e derruba uma árvore carregada de frutos, que, com a queda, são tristemente esfacelados: em sua garganta ensanguentada, ele leva uma criança que já fora devorada pela metade: ela está envolta por duas grandes serpentes, cujas cabeças são posicionadas de maneira a taparem suas duas orelhas, enquanto as dobras dos seus corpos o obrigam a fechar os olhos: em uma de suas mãos, o cavaleiro cego carrega uma tocha em chamas, com a qual, ao passar por um campo de trigo, o incendeia; na outra, ele leva uma corrente que usa para arrastar seus presos que, não podendo suportar o peso de suas amarras, caem por terra: à sua frente, há um abismo, uma espécie de vulcão, na direção da qual sua montaria se projeta: com tal alegoria desejou-se pintar o DESPOTISMO ARBITRÁRIO de um só homem.

À direita e à esquerda, três outras formas de governo são representadas por três quadros de grandeza considerável, que, apesar de numerosos, estão agrupados sem confusão e produzem conjuntamente um grande efeito.

<sup>199</sup> La Folie qui fouete le lion à tous de bras est singulièrement caractérisée : pour canne elle porte un frêle roseau ; à son cou est suspendu un tambour, symbole d'un corps bruyant dénué de toute solidité ; et ses yeux placés derriere as tête, ne lui permettent pas de voir où elle va.

<p>Le premier est le Gouvernement <i>Oligarchique</i>, celui d'un Corps, d'un Sénat exerçant souverainement tous les Pouvoirs réunis dans sa main. Le milieu de ce tableau est occupé par une double enceinte, je veux dire, par deux enceintes l'une dans l'autre, et toutes deux fermées par des grilles que supporte un mur d'appui.</p>	<p>O primeiro é o governo <i>oligárquico</i>, o de um corpo, de um senado, exercendo soberanamente todos os poderes reunidos em sua mão. O meio desse quadro é ocupado por um baluarte duplo, quer dizer, um dentro do outro, ambos fechados por grades que suportam uma parede de apoio.</p>
<p>L'enceinte intérieure est occupée par l'Assemblée des Sénateurs ; on les reconnoît à une courone qu'ils ont sur la tête en signe de leur Souveraineté, et sans laquelle ils ne seroient point admis dans ce sanctuaire. La porte en est gardée par des marchands qui vendent ces courones, et ils ne l'ouvrent qu'à ceux qui les leur paient ; mais quelque cheres qu'elles soient, ceux qui les achètent font encore un excellent marché.</p>	<p>O baluarte interior é ocupado pela Assembleia de Senadores; eles são reconhecidos por uma coroa que levam na cabeça, em sinal de sua soberania, e sem a qual eles não são admitidos no santuário em questão. A porta é vigiada por mercadores que vendem essas coroas, e eles só abrem para quem paga por elas; mas, por mais caras que sejam, aqueles que as compram, ainda assim, fazem um excelente negócio.</p>
<p>Dans le centre de cette enceinte s'élève un Trône occupé par la Discorde : on la reconnoît à des flambeaux allumés qu'elle tient dans ses mains, et principalement à deux ou trois serpens dont les têtes, armées de leurs dards, paroissent sortir de sa bouche.</p>	<p>No centro desse baluarte, ergue-se um trono ocupado pela discórdia: ela é reconhecida pelas tochas acessas que possui em suas mãos, e, principalmente, por duas ou três serpentes cujas cabeças, armadas por seus agulhões, parecem sair de sua boca.</p>
<p>En face de ce Trône et dans un enclos particulier, est déposé le Trésor Public, indiqué par plusieurs grands Coffres-fort. Les Sénateurs s'en approchent à l'envi, et pour parvenir à puiser dans ces Cofres, se poussent violemment les uns les autres : dans ce combat on voit les petits culbutés et terrassés par les grands, qui se hâtent de se saisir d'autant de sacs qu'ils peuvent en porter.</p>	<p>Em frente a esse trono, e em um enclave particular, é disposto o tesouro público, indicado por inúmeros e grandes cofres-fortes. Os senadores se aproximam à vontade e, para conseguir sacar desses cofres, eles se empurram violentamente: nessa luta, vemos os pequenos sendo esmagados e aterrados pelos grandes, que se apressam em pegar tantos sacos quanto possam carregar.</p>

<p>Derriere ces cupides Souverains, et dans l'enceinte extérieure, se trouve une foule de Militaires ; ils tiennent tous à la main un casque renversé, que ceux-là remplissent d'argent ; on en devine aisément la raison.</p>	<p>Atrás desses soberanos gananciosos, no baluarte exterior, está uma multidão de militares; todos carregam um capacete virado nas mãos, que os primeiros enchem de prata; fato este do qual se pode facilmente adivinhar a razão.</p>
<p>Parmi ces suppôts de l'Assemblée se mêlent deux sortes de gens ; d'abord, des esclaves portant une chaîne d'or et des riches vêtements ; aussi leur fait-elle d'amples distributions ; ensuite, viennent divers Auteurs lui faire hommage de leurs productions à sa louange et en recevoir d'elle le paiement. Elle fait entrer aussi nombre de jeunes femmes toute nues, à l'exception de la ceinture qu'elles couvrent d'un tablier, dont cependant elles se servent pour recevoir et emporter que les Sénateurs y versent à flots. Curieux de rendre son idée plus piquante en l'étendant, le Peintre a représenté plusieurs de ces beautés, qui se promenant tenant des Sénateurs par une espece de lisiere ; plusieurs encore qui, s'en retournant chargées de leur butin, en font part aux conducteurs des chars dans lesquels elles montent et aux autres serviteurs de leur suite.</p>	<p>Entre esses capangas da assembleia, se misturam dois tipos de pessoas; primeiramente, escravos carregando uma corrente de ouro e vestes ricas; ela também lhes faz amplas distribuições; em seguida, diversos autores vêm homenageá-la com sua produção, em seu louvor, e receber dela o pagamento. Além disso, ela manda entrar inúmeras mulheres jovens, todas nuas, com exceção da cintura, que elas cobrem com um avental, utilizado para carregar o que os senadores ali depositam. O pintor, curioso e no intuito de tornar sua pintura ainda mais picante ao expandi-la, ainda representou inúmeras dessas beldades, que caminham enlaçando os senadores por uma espécie de bordado; muitas, ainda, se viram carregadas de ganhos, os compartilham com os condutores de carruagens, e com outros servidores de sua comitiva.</p>
<p>Ala clature de cette premiere enceinte sont deux larges fenêtres pour l'usage de deux commerces que l'Assemblée permet à ses membres : l'un est celui des faveurs iniques qu' on obtient par leur entremise ; on voit qu'il n'en délivrent les diplômes qu'après en avoir reçu le prix ; et pour mieux en indiquer l'injustice, l'artiste ne s'est pas contenté de donner aux protégés, un air altier et triomphant, il a placé</p>	<p>Ao final desse primeiro baluarte, estão duas largas janelas para uso de dois comércios que a assembleia permite a seus membros: uma é a dos favores iníquos que se obtêm por intermédio deles; vê-se que eles entregam o officio após receberem a recompensa; e, para melhor indicar a injustiça, o artista não se contentou em dar aos protegidos um ar altivo</p>

<p>derrière eux, une troupe de gens qui, par leurs attitudes, annoncent qu'ils sont dans le plus grand désespoir.</p>	<p>e triunfante, ele colocou atrás deles uma tropa de pessoas que, por suas attitudes, anunciam que estão no maior dos desesperos.</p>
<p>L'autre commerce est la vente des emplois publics : pour les conférer aux acheteurs, le Sénateur nanti de grosses bourses, leur remet, en échange, les décorations qui sont les signes extérieurs de ces emplois et font connoître la nature de l'Autorité qui s'y trouve attachée. Pour achever de caractériser ce second genre d'abus, ce même artiste a placé çà et là dans son tableau, plusieurs porteurs de ces décorations, exerçant séparément et arbitrairement leur despotisme : l'un d'eux livre au pillage la maison d'un Citoyen ; par les ordres d'un second ; d'autres sont trainés prison, tandis qu'on enleve leurs filles ; d'autres encore, prêts à recevoir mauvais traitements qu'un troisième va leur faire infliger, s'en garantissent en lui donnant tout ce qu'ils ont de précieux.</p>	<p>O outro comércio é a venda de empregos públicos: para conferi-los aos compradores, o senador, dotado de grandes bolsas, dá-lhes, em troca, as condecorações, que são os sinais desses empregos e apresentam a natureza da autoridade que trazem consigo. Para completar a caracterização desse segundo tipo de abuso, o mesmo artista colocou aqui e acolá inúmeras portas com essa condecoração, exercendo separadamente e arbitrariamente seu despotismo: um expõe à pilhagem a casa de um cidadão, por ordens de um segundo; outros são arrastados até a prisão, enquanto levam suas filhas; outros, ainda, prontos para receber o mau trato que um terceiro lhes vai infligir, dão tudo o que têm de precioso.</p>
<p>Tout cela se passe dans une campagne presque inculte et à l'extrémité de laquelle on découvre un village : les maisons en paroisses délabrées, et ses habitants, couverts de haillons, ont, à peine, figure humaine, tant ces squelettes sont desséchés par la misère.</p>	<p>Tudo isso se passa em um campo quase inculto, nas extremidades de um vilarejo: as casas deterioradas, e seus habitantes, em farrapos, quase não têm aparência humana, de tanto que seus esqueletos são ressequidos pela miséria.</p>
<p>D'un côté cette campagne est bornée par une mer orageuse sur laquelle on voit un vaisseau, ayant, comme parlent les Marins, <i>vent dessus, vent dedans</i>, c'est-à-dire, les voiles en opposition les unes aux autres, orientées ainsi de façon qu'il ne peut marcher ni de l'avant ni de l'arrière. Dans l'idée du Peintre, ce vaisseau sans activité est l'emblème de l'Oligarchie, et cet emblème a été généralement adopté.</p>	<p>Por um lado, esse campo é cercado por um mar tempestuoso sobre o qual se vê um navio, com características, como falam os marinheiros, <i>vent dessus, vent dedans</i>, isto é, com as velas viradas umas para as outras, orientadas de forma a nem avançar nem recuar. Na ideia do pintor, navios inertes são o emblema da oligarquia, e esse emblema foi amplamente adotado.</p>

<p>La teinte du tableau est très rembrunie : cela vient de ce que sa partie supérieure représente une éclipse totale de soleil : cette éclipse, imaginée pour rendre sensibles les ténèbres de l'ignorance qu'on doit supposer dans les esclaves d'un tel gouvernement, est regardée comme un trait de génie, et ses effets comme un Chef-d'Oeuvre de l'Art.</p>	<p>O quadro tem tonalidade escurecida: isso pois sua parte superior representa um eclipse total do sol: tal eclipse, imaginado para tornar sensível as ténèbras ignorâncias presumidas dos escravos de um tal governo, é considerado genial, com efeitos de uma obra-prima.</p>
<p>Dans le troisième tableau on découvre un vaste pays peuplé de deux classes d'hommes, l'une d'opresseurs, l'autre d'opprimés. La différence de leurs costumes les rend faciles à reconnoître : ceux-là portent sur la tête un casque orné de plumes, et dans une main un Sceptre de fer avec une longue chevelure et de riches vêtements ; ils sont armés comme pour combatre. Ceux-ci, au contraire, ont la tête rasée ; pour habit, une courte tunique de bure serrée au tour de leur corps par une courtoie de cuir, qui leur laisse découverts les bras et les jambes.</p>	<p>Na terceira pintura descobrimos um vasto país, habitado por duas classes de homens, uma de opressores, outra de oprimidos. A diferença em seus trajés os tornam fáceis de reconhecer: os primeiros usam na cabeça um elmo adornado com plumas e, em uma das mãos, um cetro de ferro, além de cabelos longos e roupas ricas; eles estão armados para o combate. Os outros, ao contrário, têm a cabeça raspada; como vestimenta, uma túnica curta de tecido caseiro presa ao corpo por uma tira de couro, que deixa os braços e as pernas descobertos.</p>
<p>La partie antérieure du tableau est occupée par un très-long Portique intérieurement garni d'amphithéâtres et rempli de ces petits Despotes, qui s'y sont réunis pour délibérer des affaires publiques. Au milieu de ce Portique s'élève un Trône sur lequel est un Diadème enrichi de pierreries ; mais ce Siege Impérial est vacant, ce qui indique qu'il n'existe point d'autre Souverain que l'Assemblée : cependant, nombre de ses membres se donnent de grands mouvemens pour s'en emparer, et par une suite de leur rivalité, ils s'ataquent, ils s'entr'égorgent sur les marches du Trône.</p>	<p>A parte frontal da pintura é ocupada por um pórtico muito comprido, circundado interiormente por anfiteatros cheios de pequenos déspotas, que ali se reuniam para deliberar sobre assuntos públicos. No meio deste pórtico ergue-se um trono sobre o qual está um adorno enriquecido por pedrarias; mas este assento imperial está vago, o que indica que não há outro soberano senão a própria assembleia: no entanto, muitos de seus membros se movem para se apoderarem dela e, por consequência de sua rivalidade, atacam-se e degolam-se nos degraus do trono.</p>

<p>Aux deux côtés de ce Siege Impérial et à une certaine distance de lui, sont suspendues à une assez grande hauteur, de grosses bourses avec des décorations indicatives des grandes places, des grands commandemens : tandis que nombre de rivaux font tous leurs efforts pour y atteindre, et en s'élançant retombent confusément les uns sur les autres, on voit des hommes hideux, contre-faits, mais plus adroits, qui se font exaucer par des gens armés et mal vêtus ; le résultat de cette manœuvre, c'est qu'ils parviennent à se saisir des décorations et de la bourse, après quoi ils distribuent à leurs souteneurs une partie de ce qu'elle contient.</p>	<p>Em ambos os lados desta galeria imperial e a uma certa distância dela, estão suspensas, a uma grandíssima altura, grandes bolsas com decorações que indicam os grandes lugares, os grandes mandamentos: enquanto muitos rivais fazem todos os esforços para chegar até lá, e enquanto caem confusos uns sobre os outros, vemos homens hediondos, impróprios, porém mais hábeis, que são frustrados por gente armada e mal vestida; o resultado dessa manobra é que eles conseguem pegar os ornamentos e a bolsa de prata, e então distribuem uma parte do que ela contém aos seus apoiadores.</p>
<p>A chacune des deux extrémités de ce vaste Portique est adaptée une tribune extérieure servant à la publication des ordres de l'Assemblée : pendant qu'on les annonce aux hommes de la seconde Classe restés dehors, ceux-ci se tiennent dans l'attitude des quadrupedes, pour mieux exprimer leur respect et leur soumission.</p>	<p>Em cada uma das extremidades desse vasto pórtico está anexada uma tribuna exterior que serve para a publicação das ordens da assembleia: enquanto anunciam as ordens aos homens de segunda classe do lado de fora, estes se portam como quadrúpedes em expressão de seu respeito e submissão.</p>
<p>Dans les autres parties du tableau, ces malheureux sont employés à tous les travaux, à ceux mêmes des animaux domestiques : près des chateaux magnifiques, où ils portent toutes leurs productions on voit de misérables chaumieres qu'ils habitent et qui tombent en ruine. On voit encore, çà et là, les dames de ces chateaux se promenant dans des chars auxquels ils sont atelés. Les alimens grossiers qu'on abandonne à ces infortunés ; les mauvais traitemens qu'ils éprouvent arbitrairement ; les licences que la Classe dominante se permet de prendre avec leurs</p>	<p>Nas outras partes do quadro, esses infelizes se ocupam de todos os trabalhos, inclusive os dos animais domésticos: perto dos magníficos castelos, onde carregam todas as suas produções, vê-se os miseráveis casebres em que eles moram, que estão caindo aos pedaços. Ainda se vê, aqui e ali, as damas destes castelos passeando em carruagens. Os alimentos grosseiros que são deixados a esses desafortunados; os maus tratos que eles sofrem arbitrariamente; os abusos que a classe dominante se permite ter com suas esposas e filhas; nada disto é</p>

<p>femmes et leurs filles ; rien de tout cela n'est oublié dans cette image de leur dégradation, image ainsi tracée pour donner une idée des excès auxquels peut se porter un Gouvernement Aristocratique.</p>	<p>esquecido nessa imagem de degradação, traçada para dar uma ideia dos excessos aos quais pode-se chegar um governo aristocrático.</p>
<p>Le sujet du quatrieme tableau est traité d'une manière fort simple, mais qui, peut-être, n'en paroîtra pas moins intéressante. Il représente des aveugles armés d'un gros bâton, se conduisant eux-mêmes à l'aide d'un grand chien, qui, tenu par une corde, marche devant eux : chemin faisant, il enleve toutes les victuailles qu'il peut saisir ; à leur tour, ses camarades cherchent à les lui arracher, et de tout cela résultent des tapages considérables.</p>	<p>O tema da quarta pintura é tratado de forma muito simples, mas é possível que não pareça menos interessante. Representa cegos armados com um grande bastonete, conduzindo-se com a ajuda de um grande cachorro, que, preso por uma corda, caminha à frente deles: no caminho, ele leva consigo toda a comida que consegue; por sua vez, seus camaradas procuram roubá-las deles, o que resulta em rebuliços consideráveis.</p>
<p>Plusieurs de ces avides conducteurs paroissent s'être embarrassés respectivement dans leurs cordes, autres causes de disputes ; d'ailleurs, ils n'empêchent point leurs maîtres de s'entre-heurter rudement quand ils viennent à l'opposé les uns des autres ; c'est aussi ce qui étant arrivé à plusieurs d'entre-eux, occasione des querelles, dans lesquelles les bâtons font leur office.</p>	<p>Vários desses ávidos condutores parecem ter se enredado respectivamente em suas cordas, que são outra causa de disputas; a propósito, eles não impedem que seus guias colidam duramente quando vêm de caminhos opostos; o que também ocasiona brigas, para as quais os bastonetes prestam serviço.</p>
<p>Toutes ces différentes scenes sont singulierement diversifiées dans ce tableau ; mais il en est une dans laquelle l'artiste s'est surpassé. Au bruit des combatans accourent successivement nombre d'autres aveugles en costume de Magistrats, accompagnés de satellites, et de beaucoup de curieux qui prennent parti au hasard : sous prétexte de mettre la paix, ces nouveaux arrivés frappent à tort et à travers sur tout ce qui se trouve à leur rencontre ; on leur rend coups pour coups ; hommes,</p>	<p>Todas essas diferentes cenas são singularmente diversificadas nesta pintura; mas há uma em que o artista se superou. Ao ruído dos combatentes, vários outros cegos vestidos de magistrados correm sucessivamente, acompanhados por dependentes e muitos curiosos, os quais tomam partidos ao acaso: a pretexto de trazer a paz, estes recém-chegados atacam, a torto e a direito, tudo o que está a seu alcance; dão-lhes golpes e mais golpes; homens, mulheres, cachorros, todos se metem</p>

femmes, chiens, tout se mêle de la rixe ; devenue générale, le champ de bataille est couvert d'une multitude d'estropiés, parmi lesquels on reconnoît les pauvres Juges eux-mêmes et les gens de leur escorte.

Les bestiaux et les troupeaux étant sans gardiens, on les aperçoit dans les campagnes ravager les vignes et les blés ; on aperçoit aussi beaucoup de voitures renversées et brisées dans de grands chemins en mauvais état ; on voit encore des loups et des renards venant jusques dans les basse-cours, dévorer tout ce qui leur convient ; enfin, comme des loix écrites seroient fort inutiles à de tels hommes, l'artiste a imaginé de placer une troupe de ces aveugles buvant autour d'un grand feu dans lequel ils ont jeté tous les recueils des loix par lesquelles ils avoient été précédemment gouvernés : tandis qu'ils s'enivrent ainsi, le feu de cet incendie se communique à leurs habits sans qu'ils s'en aperçoivent, et les flammes, s'élevant en l'air, vont, au gré des vents, embraser leurs maisons : ces derniers traits m'ont paru d'un grand sens et bien faits pour être médités.

Aux yeux des Féliciens ce tableau est celui de la Démocratie : dans ce point de vue je me permis d'en faire la critique ; je prétendis que l'Anarchie s'y trouvoit beaucoup mieux caractérisée ; mais il me fut répondu « qu'en général les Démocraties ne pouvoient manquer de dégénérer en véritables Ochlocraties ; qu'alors les insurrections populaires ayant bien moins pour objet l'établissement d'un ordre nouveau, qu'une y entiere destruction de toute espece d'ordre ; il

na briga; agora geral, o campo de batalha é coberto por uma multidão de estropiados, entre os quais reconhecemos os próprios juizes pobres e as pessoas de sua escolta.

O gado e os rebanhos sem pastores são encontrados devastando as vinhas e o trigo; também vemos muitas carruagens capotadas e quebradas nas deterioradas estradas principais; ainda vemos lobos e raposas chegando até os pátios inferiores para devorar tudo o que lhes convém; finalmente, como as leis escritas seriam em muito inúteis para tais homens, o artista imaginou colocar uma tropa desses cegos bebendo ao redor de um grande fogo, no qual eles jogaram todos os compêndios das leis, pelas quais eles foram anteriormente governados. Enquanto eles assim se embebedam, o fogo desse incêndio é espalhado por suas roupas sem que eles se deem conta, e as chamas, subindo no ar conforme o vento, incendiam as suas casas: tais traços me pareceram de um grande sentido e muito próprios à meditação.

Aos olhos dos felicianos esse quadro é o da democracia: nesse ponto de vista, permito-me fazer-lhe a crítica; reivindiquei que a anarquia se encontrava bem melhor caracterizada; mas foi-me dito que "em geral, as democracias não podem deixar de se degenerar em verdadeiras oclocracias; que então as insurreições populares tinham como objetivo muito menos o estabelecimento de uma nova ordem do que a completa destruição de todos os tipos de ordem; tornou-se moralmente impossível

<p>devenoit moralement impossible qu'une Nation n'éprouvât pas toutes les horreurs de l'Anarchie ; qu'en Félicie, sur-tout, à raison de sa grande étendue et de son immense population, a un tel malheur seroit inévitable.</p>	<p>que uma nação não experimentasse todos os horrores da anarquia; que na Felícia, sobretudo por sua grande extensão e imensa população, tal infortúnio seria inevitável.</p>
<p>« Eh ! comment, ajoutoit-on, pouroit-elle s'en préserver ? Parmi le peuple proprement dit, la partie la plus nombreuse, fut toujours celle des hommes dépourvus de toutes connoissances et les plus aveuglés par leurs passions : ne sentez-vous pas que cette multitude ne pourroit se maintenir en possession de son Despotisme, qu' en banissant les talents, les lumieres, les vertus ; que le Gouvernement resteroit ainsi si nécessairement abandoné aux erreurs les plus grossires, aux préjugés les plus monstrueux, aux prétentions o les plus dérégées ? Ne sentez-vous pas que de tels Despotes ordoneroient de tout au gré de leurs intérêts du moment ; intérêts qui ne pourroient manquer de varier sans cesse, intérêts qui, par leur diversité et l'opposition qu' ils auroient entre eux, seroient toujours en guerre ouverte, n'agiroident que par violence et par secousses. »</p>	<p>“Como, acrescentou um, ela poderia se preservar? Entre o povo propriamente dito, a parte mais numerosa sempre foi a de homens desprovidos de todo conhecimento e a dos mais cegos por suas paixões: você não sente que essa multidão poderia se manter em posse de seu despotismo, que ao banir talentos, o conhecimento, as virtudes; que o governo ficaria, de tal modo, tão necessariamente abandonado aos erros mais grosseiros, aos preconceitos mais monstruosos, às pretensões mais desregradadas? Você não acha que tais déspotas ordenariam tudo de acordo com seus interesses ocasionais; interesses que não cessariam de variar; interesses que, pela sua diversidade e pela oposição que teriam entre si, estariam sempre em guerra aberta, agiriam apenas pela violência e pelo choque.”</p>
<p>Dans une pareille confusion qui donc gouverneroit ? Personne ; on verroit des coalitions se former pour contraindre par la force d'exécuter leurs volontés arbitraires, mais à peine auroient-elles fait éclater leurs fureurs, qu'elles seroient détruites ou par l'abus même de leur pouvoir ou par d'autres factions, qui, à leur tour, éprouveroient bientôt même sort.</p>	<p>Numa tal confusão, quem então governaria? Ninguém; seriam vistas coalizões se formarem para obrigarem, pela força, que suas vontades arbitrarias fossem executadas, dificilmente, porém, fariam romper suas fúrias, seriam, pois, destruídas, ou pelo seu próprio abuso de poder, ou por outras facções que, por sua vez, logo experimentariam a mesma sorte.</p>

<p>Au-dessus du Trône du Roi on a placé l'un des plus beaux tableaux de cette salle ; il a pour objet de donner une idée vraie de la Royauté sous le Gouvernement des Loix.</p>	<p>Em cima do trono do rei foi colocada uma das mais belas pinturas desta sala, sua finalidade é dar uma verdadeira ideia da realeza sob o governo das leis.</p>
<p>La figure représentative de cet auguste Ministère a tout autour de sa tête des oreilles et des yeux, est ainsi tout le contraire du Despotisme. Sur sa poitrine elle porte un triangle équilatéral, emblème de l'Égalité Sociale chez les Féliciens. Sur les trois côtés de ce triangle on lit : <i>Propriété, Liberté, Sureté</i>, pour indiquer que c'est-là ce qui constitue et cette Égalité et le Droit Public National, de la conservation duquel un Monarque doit être sans cesse occupé.</p>	<p>A figura representativa deste augusto ministério tem ouvidos e olhos em volta da cabeça e é, portanto, o completo oposto do despotismo. No peito ela usa um triângulo equilátero, emblema da igualdade social entre os felicianos. Nos três lados deste triângulo lemos: <i>Propriedade, Liberdade, Segurança</i>, para indicar que é isto o que constitui esta igualdade e o direito público nacional, de cuja preservação um monarca deve estar constantemente preocupado.</p>
<p>Cette figure est debout dans l'habillement d'un homme prêt à monter à cheval ; derrière elle est un coursier qui l'attend, et au-dessus duquel paroît le soleil commençant à se lever. A sa droite sont ses Ministres, les yeux fixés sur le Code des Loix de l'Empire. Leur turban est surmonté d'un Coq, pour indiquer la vigilance dont ils doivent faire profession. Dans l'une de ses mains le Monarque porte un rayon de miel ; sa liqueur, se répandant de tous côtés, est reçue dans différents vases, par des hommes du peuple ; sous ses pieds on aperçoit divers serpens qu'il écrase. A sa gauche, est la Justice, qui lui présente une corbeille remplie de Courones Civiques, et près d'elle sont les principales Vertus Sociales à qui ce prince les distribue.</p>	<p>Esta figura está vestida como um homem pronto para andar a cavalo; atrás dele está um mensageiro que o espera, e acima do qual aparece o sol começando a nascer. À sua direita estão seus ministros, com os olhos fixos no código de leis do império. Seu turbante tem um galo por cima, para indicar a vigilância em que devem professar. Em uma de suas mãos, o monarca carrega um favo de mel; seu licor, espalhando-se por todos os lados, é recebido em diferentes vasos, por homens do povo: sob seus pés, vemos várias serpentes sendo esmagadas. À sua esquerda está a justiça, que a presenteia com uma cesta cheia de coroas cívicas, as quais são distribuídas pelo príncipe às principais virtudes sociais.</p>
<p>A ces tableaux il faut ajouter les deux premiers que j'ai précédemment décrits, dont l'un représente l'Opinion régnant sur la</p>	<p>A esses quadros devem ser adicionadas as duas primeiras que descrevi anteriormente, uma das quais representa a opinião reinante na</p>

terre par le moyen de l'Amour propre ; l'autre, les maux que produit l'ignorance, et les biens que nous procure la connoissance de la vérité.

terra por meio do amor-próprio; a outra, os males que a ignorância produz e o bem que o conhecimento da verdade nos proporciona.